CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT

**Arquivologia e a construção do seu objeto científico:
concepções, trajetórias, contextualizações**

TESE DE DOUTORADO

Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação. Escola de Comunicações e Artes
(ECA). Universidade de São Paulo (USP).

São Paulo

2012

CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT

**Arquivologia e a construção do seu objeto científico:
concepções, trajetórias, contextualizações**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: Cultura e Informação
Linha de Pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Johanna W. Smit.

**Versão corrigida de acordo com a resolução
CoPGr 6018, de 13/10/2011.**

**A versão original encontra-se disponível na
biblioteca da ECA/USP.**

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

**Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo**

Schmidt, Clarissa Moreira dos Santos

Arquivologia e a construção do seu objeto científico : concepções, trajetórias, contextualizações / Clarissa Moreira dos Santos Schmidt – São Paulo : C. M. S. Moreira, 2012.

320 p. : il.

Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Johanna Wilhelmina Smit

1. Arquivologia 2. Arquivística 3. Objeto científico 4. Campo científico 5. REPARQ 6. Campo dos arquivos brasileiros I. Smit, Johanna Wilhelmina II. Título

CDD 21.ed. – 020

TERMOS DE APROVAÇÃO

Nome do autor: Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Título: Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações.

Aprovada em: ____/____/____.

Presidente da Banca: Prof^a. Dr^a: Johanna W. Smit

Banca examinadora:

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Para Francisco e Josberto

*“...Alguma cidade submersa..
Os escafandristas virão Explorar sua casa
Seu quarto, suas coisas Sua alma desvãos..
Sábios em vão Tentarão decifrar O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização...”*

AGRADECIMENTOS

O primeiro e mais especial dos agradecimentos é para minha orientadora Johanna Smit, que sempre com palavras de confiança e incentivo tornou-se, além de amiga, exemplo a ser seguido. Espero que nossos almoços, conversas e trocas *de e-mail* se estendam para além dos anos de convivência durante o período do doutorado.

À Professora Ana Maria de Almeida Camargo, cuja sabedoria e generosidade estão além da sua magnífica biblioteca sobre arquivos. Levarei comigo seu exemplo de solidariedade intelectual.

Aos amigos queridos e eternos que o doutorado me deu: André de Araújo, João Carlos e Frederico Freitas, Julietti Andrade e a pequena Alicia Jim, Sonia Troitino e Júlio, e Marilúcia Bottallo. Obrigada pelo carinho, conversas, apoios e ajudas teóricas.

Aos amigos que fui encontrando nos bailes da vida e que permanecem comigo, retribuo, além da imensa e leal afetividade, a compreensão pelas ausências e as ligações não atendidas: Ana Lapola, Ana Emília Cardoso, Anahi Ravagnani, Beatriz Bertu, Carolina Alcântara, Camila Brandi, Daniel Sasaki, Fabiana Freitas, Gustavo Maciel, Juliana Navarro Lins, Lila e Rafa, Luciana Ribeiro, Marianne Maingué, Mônica Schroeder, Patricia Vitalli, Pietra Diwan, Simone Beghini, Viviane Tessitore e Marianna Romanelli.

À equipe do Centro de Documentação e Memória da GOL Linhas Aéreas, pela constante colaboração durante minhas ausências e permanências, em especial Patricia Barbieri e Thiago Bianchini, por estarem sempre disponíveis e com as mãos estendidas para ajudar. Também agradeço, sobremaneira, a GOL, aqui representada por meus gestores, por todo apoio e possibilidades que me foram oferecidas, sem as quais a realização deste trabalho não seria possível. Nominalmente agradeço a Wilson Maciel Ramos e Jean Nogueira.

Às professoras Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, pelas significativas contribuições no exame de qualificação, e Giulia Crippa, pelas aulas sempre inspiradoras.

Aos professores José Maria Jardim, Ana Célia Rodrigues, André Malverdes, Georgete Medleg Rodrigues, Leandra Bizzello e Marília de Abreu Martins de Paiva, agradeço toda atenção e disponibilidade a mim despendidas, que foram além das entrevistas e questionários. Deixo registrada minha admiração pela luta em defesa do campo dos arquivos e do ensino público de qualidade, marcante no discurso de todos eles.

A Hilda Vieira pelas ajudas na Associação de Arquivistas de São Paulo, e Janete Santana por facilitar o cotidiano.

Pelo cuidado e acalanto sempre presentes, agradeço minhas tias Marília, Beth e Titita. Por tudo isso e mais um pouco, à Maria Selma Alves Xavier.

À querida amiga que “dindou” o Francisco, Ana Célia Navarro de Andrade, pelo duradouro laço fraterno e de amizade, que nos torna companheiras de muitas aventuras.

Aos meus sobrinhos Alice e Leonardo, pelo colorido da vida, e à minha cunhada Karla, pela alegria na convivência. Aos meus sobrinhos Carol, Davi, Diego, Núbia e André, por todo carinho que sempre me deram.

À querida e amada prima do Francisco, Lais Montenegro, agradeço imensamente a parceria nas trocas de fralda, as mamadeiras feitas e o cuidado com meu filho quando não pude estar presente. Reconhecimento que também devo atribuir, e igualmente retribuir, à Iza Costa.

De coração agradeço minha cunhada Josely, sempre disponível em ajudar e para quem a viagem Fortaleza – São Paulo tornou-se um mero detalhe.

Aos meus irmãos Bruno e Beth, que sempre me incentivam e me fazem lembrar minha infância feliz, agradeço o afeto e o carinho constantes.

Aos meus pais, pelo modelo de determinação, que aponta caminhos até para o impossível, e por todo carinho e amor que sempre deixam disponíveis.

Finalmente meus meninos, aos quais em primeiro lugar peço desculpas pelas ausências. Josberto, pelo amor, amizade, companheirismo e, principalmente, por não cansar de repetir sobre como são bonitas as canções. E ao meu pequeno e tão amado Francisco, que com seus quase dois aninhos já me mostrou como é grande o amor de mãe.

RESUMO DA PESQUISA

Mesmo inicialmente desenvolvida com base num *Fazer*, documentado e difundido por meio de manuais na Europa do final do século XIX, a Arquivologia não se restringe a uma área eminentemente prática e requer princípios que orientem os procedimentos deste *Fazer* e o fundamentem em termos teóricos. Por tratar-se de uma área de *Saber* “nova” e, por assim dizer, ainda em processo de elaboração e desenvolvimento, necessita permanentemente revisitar seus pressupostos e estabelecer seu estatuto de ciência. Neste trabalho pretende-se apresentar reflexões em torno do Objeto científico da Arquivologia, com vistas à proposição de que há diferentes definições no âmbito de sua comunidade científica, ou ainda, de seu campo científico, além de investigar a configuração e consequências destas diferenças no campo científico brasileiro. Para fundamentar a pesquisa realizou-se revisão de literatura sobre o Objeto científico na bibliografia da área, discutindo e contextualizando seu delineamento frente à construção histórico-epistemológica da Arquivologia. Considerou-se necessária pesquisa empírica visando identificar as acepções do Objeto no campo científico brasileiro através de entrevistas junto a pesquisadores da área.

Palavras-chave: (1) Arquivologia, (2) Arquivística, (3) Objeto Científico, (4) Campo Científico, (5) REPARQ, (6) Brasil.

ABSTRACT

At first developed and based on a *Fazer* (to make) which was documented and diffused by manuals in the end of the XIX century in Europe, the archival science is not restricted only to a practical eminent area and requires principles that guides the procedures of this *Fazer*, fundamental in theoretical terms. Since it is an area of new knowledge and still under a process of elaboration and development, it requires a permanent review of its assumptions aiming to establish its statute as science. The aim of this work is to present reflections about the scientific object of archival science with views to the proposition that there are different definitions within its scientific community or even its scientific field; and to investigate the configuration and consequences of these differences in the Brazilian scientific field. In order to support the research process a literature review about the scientific object was conducted to discuss and contextualize its design towards the construction of historical-epistemological aspects of the archival science. An empirical research outline was necessary to identify the meanings of the object in the Brazilian scientific field thorough interviews with researches of the area.

Keywords: Archival Science, scientific object, scientific field, scientific community, REPARQ, Brazil.

LISTA DE SIGLAS

AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
ACB - Ação Católica Brasileira
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA - Congresso Brasileiro de Arquivologia
CDD - Classificação Decimal de Dewey
CDU - Classificação Decimal Universal
CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” da PUC-SP
CI - Ciência da Informação
CIA - Conselho Internacional de Arquivos
CNA - Congresso Nacional de Arquivologia
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
GIRA - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Arquivística
IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JECB - Juventude Estudantil Católica do Brasil
JICB - Juventude Independente Católica do Brasil
JUCB - Juventude Universitária Católica do Brasil
LAI - Lei brasileira de Acesso à Informação
ONU - Organização das Nações Unidas
PUC – SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAMP - Records and Archives Management Program
REBRARQ - Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia
REPARQ - Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SIGIO - Sistema Integrado de Gestão da Informação Orgânica
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USAID - United States Agency for International Development

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese das definições no que se refere à natureza do conhecimento da Arquivologia por autor e país de origem	85
Quadro 2 – Abordagens Teóricas – ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA.....	136
Quadro 3 – Cronologia – História dos arquivos e da Arquivologia (até a década de 1940)	139
Quadro 4 – Abordagens Teóricas – ARQUIVOLOGIA MODERNA.....	178
Quadro 5 – Cronologia – História dos arquivos e da Arquivologia (até o final da década de 1980)	179
Quadro 6 - Abordagens Teóricas – ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA	216
Quadro 7 – Cronologia – História dos arquivos e da Arquivologia (a partir do final da década de 1980).....	224
Quadro 8 – Cópia de tela do <i>site</i> do grupo do Congresso Nacional de Arquivos (CNA) na rede social Facebook	258

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário encaminhado para representantes da primeira REPARQ.	318
--	-----

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com representantes da primeira REPARQ.	319
--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA	35
1.2 OBJETIVOS.....	35
1.2.1 Objetivo geral	35
1.2.2 Objetivos específicos	35
1.3 HIPÓTESES.....	37
1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	38
1.5 METODOLOGIA	39
1.6 REFERÊNCIAS TEÓRICAS	42
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	44
2 ARQUIVOLOGIA: ENTRE SABERES E FAZERES.....	47
2.1. DA HERANÇA TÉCNICA ÀS PRETENSÕES CIENTÍFICAS.....	58
2.2 NOMEAR UMA DISCIPLINA CIENTÍFICA É UMA QUESTÃO DE CULTURA	68
2.3 ARQUIVOLOGIA: CIÊNCIA, TÉCNICA OU DISCIPLINA?.....	75
2.4 CLASSIFICANDO A ARQUIVOLOGIA: MODERNA OU PÓS-MODERNA?	87
3 POR UMA HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA	94
3.1 O MANUAL DOS HOLANDESES E O ESTABELECIMENTO DE UMA ÁREA CIENTÍFICA: A ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA	112
3.2 ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA: OS MANUAIS ESPECIALIZADOS E OS DOCUMENTOS HISTÓRICOS	117
3.3 O CAMPO DOS ARQUIVOS E A FUNDAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL NO BRASIL: INSTITUCIONALIZAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇO ADMINISTRATIVO	126
4 ARQUIVOLOGIA MODERNA: EM CENA, OS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E O AUMENTO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL.....	146
4.1 SCHELLENBERG: SÍMBOLO AMERICANO DOS “ARQUIVOS MODERNOS” E SUAS TEORIAS PARA A AVALIAÇÃO	154

4.2 OUTRA ABORDAGEM PARA OS “ARQUIVOS MODERNOS”: PETER SCOTT E O “SISTEMA DE SÉRIES” AUSTRALIANO	160
4.3 O BRASIL E OS “ARQUIVOS MODERNOS”	164
5 ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA: CUSTODIAL X PÓS-CUSTODIAL?	182
5.1 EM BUSCA DE RESPOSTAS	188
5.1.1 Continuum: o modelo australiano	188
5.1.2 Arquivística Integrada canadense	191
5.1.3 Pós-custodial: a “viragem de paradigma” portuguesa	193
5.2 CRÍTICAS AO CUSTODIAL: TERRY COOK E A ARQUIVÍSTICA FUNCIONAL/PÓS-MODERNA	198
5.3 DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA/CONTEMPORÂNEA E OS ESTUDOS DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL	205
5.4 O CONTEXTO BRASILEIRO.....	211
6 CONCEPÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES	227
6.1 OBJETO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA NA LITERATURA ESTRANGEIRA DA ÁREA.....	234
6.1.1. Arquivo e documentos de arquivo como Objeto	234
6.1.2 Informação como Objeto	238
6.1.2.1 Informação Social	238
6.1.2.2 Informação Orgânica	241
6.1.2.3 <i>Process-Bound Information</i>	244
6.2 A PRODUÇÃO LITERÁRIA DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA E O OBJETO CIENTÍFICO	249
6.2.1 Informação como Objeto	250
6.2.2 Arquivo e documentos de arquivo como Objeto	258
7 O CAMPO DOS ARQUIVOS BRASILEIRO	263
7.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL	277
7.2 CONTEXTUALIZANDO CONCEPÇÕES.....	284

8 INDAGAÇÕES FINAIS	288
REFERÊNCIAS.....	295
APÊNDICE A – Questionário encaminhado para representantes da primeira REPARQ.....	318
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com representantes da primeira REPARQ.....	319

1 INTRODUÇÃO

Um dia destes, com vagar, vou dar uma volta aos meus desordenados arquivos. Há cartas, papéis, manuscritos que não tenho o direito de conservar como coisa minha, pois na verdade pertencem a todos.

José Saramago

Minha relação com os arquivos é hoje muito mais do que profissional ou acadêmica. Tornou-se objeto de reflexão e de prazer a ponto de despertar necessidades em ampliar a análise e a discussão sobre o campo dos arquivos, o que aqui vamos definir, de forma inicial, como Arquivologia¹. Tais necessidades aguçaram meu interesse em torná-la objeto de estudo em nível doutorado após graduação em Ciências Sociais e mestrado em História Social, ambos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Fora a relação acadêmica, minha trajetória profissional no campo dos arquivos inicia-se como estagiária do Centro de Documentação e Informação Científica "Prof. Casemiro dos Reis Filho" – CEDIC/PUC-SP no ano de 1997. Sem nunca antes ter tido experiência com os arquivos e muito menos saber da importante configuração e contribuição da área, minha primeira atividade no CEDIC foi junto ao projeto da "Ação Católica Brasileira", mais especificamente a revisão da ordenação de todos os Subgrupos e Séries do Inventário dos Fundos Juventude Universitária Católica do Brasil (JUCB) e Ação Católica Brasileira (ACB), além do preparo dos documentos do Fundo JUCB para microfilmagem. Também participei da segunda fase do projeto "Organização, Descrição e Microfilmagem dos Arquivos dos Movimentos da Ação Católica Brasileira", realizando o preparo dos documentos dos Fundos Juventude Estudantil Católica do Brasil (JECB) e Juventude Independente Católica do Brasil (JICB) para microfilmagem e a elaboração das tabelas de equivalência dos documentos e microfilmes dos Fundos JECB e JICB.

Já com alguma bagagem teórica e prática arquivística, fui chamada a participar do Projeto "Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do

¹ As justificativas pela decisão em utilizar o termo Arquivologia – grafada com a letra A maiúscula –, e não arquivística, estão presentes no segundo capítulo deste trabalho.

Brasil”. Neste trabalho, de atividades que foram desde a realização de leituras sobre as Santas Casas de Portugal e do Brasil, treinamento teórico e prático sobre aplicação de questionário elaborado pela Coordenação Técnica do Projeto, levantamento das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, elaboração de históricos das Irmandades visitadas, até a digitação dos dados levantados em Banco de Dados ACCESS especialmente elaborado para o projeto, o mais interessante foi a realização da coleta de dados nas Santas Casas em diversos Estados do Brasil. Neste momento, pude ter real dimensão do uso e da necessidade dos documentos de arquivo em uma realidade fora daquela do ambiente acadêmico ao qual estava acostumada.

Sem poder deixar de observar as dificuldades destas instituições em manter minimamente seus arquivos, preocupações quanto à conservação e à recuperação de tais documentos – portadores de informações importantíssimas para os pacientes como no caso dos prontuários, me chamaram atenção. Também foi um momento de praticar a teoria apreendida no tocante a Espécies e Tipos Documentais, pois essas eram as principais informações a serem levantadas para o Guia.

No ano de 2003, com o fim do projeto era chegada a hora de buscar outra oportunidade profissional na área dos arquivos. Foi quando surgiu uma vaga para trabalhar na GOL Transportes Aéreos como colaboradora na implantação de um projeto de Memória Empresarial. Dada a experiência com os arquivos permanentes adquirida no CEDIC, inicialmente as dificuldades foram poucas. Porém, após alguns meses, fui instigada a implantar a gestão de protocolo, o arquivo intermediário - que para uma empresa de apenas dois anos já contava com algo em torno de sete mil caixas, e um sistema eletrônico para gerenciamento de documentos e informações.

Mesmo tendo participado de alguns cursos de extensão, oficinas e seminários na área de arquivos, comecei a perceber empiricamente diferenças existentes no lidar com documentos quanto às fases corrente e intermediária em comparação à fase permanente. Tornou-se necessário elaborar procedimentos de gestão integrada entre protocolo, arquivo e memória que me levaram a buscar fundamentação teórica e prática capazes de dar suporte a estas novas demandas. Como consequência desta necessidade, além das dúvidas originárias do fazer cotidiano, muitas perguntas ficaram sem respostas

e muitas atividades foram testadas e decididas na relação “tentativa e erro”. Assim, senti que era hora de resolver essas inquietações através de pesquisa de cunho acadêmico. Porém, outra dúvida interferia nessa decisão: em que curso realizar minha investigação.

Conhecia, em termos de produção de conhecimento no campo dos arquivos, os trabalhos da Prof^a Dr^a Johanna Smit, que naquele segundo semestre de 2007 estava oferecendo a disciplina “Organização da Informação no Contexto da Modernidade e Pós-modernidade” no programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade de São Paulo. Inscrevi-me como aluna especial com o objetivo de conhecer de maneira mais próxima a área e verificar se o que eu pretendia estudar cabia nesta então “desconhecida” Ciência da Informação.

Por intermédio da disciplina em questão, tive contato com novos autores e novas perspectivas na relação gestão da informação e gestão de documentos de arquivo. Decidi que este era o caminho a seguir e, após os trâmites do processo de seleção, fui aprovada como aluna de doutorado com o projeto “Transformações no uso, função e natureza de arquivos no Brasil: uma proposta heurística para a Arquivologia enquanto sistema de informação”.

Esse projeto contemplava como objeto de pesquisa uma proposta heurística, baseada na identificação e contextualização das atividades produtoras da prática arquivística enquanto sistema de informação. Porém, no decorrer da pesquisa e através das leituras, reflexões e discussões proporcionadas durante o primeiro ano do doutorado, tornaram-se evidentes questões mais precisas e que me levaram a refletir sobre temas epistemológicos da Arquivologia, de seu estatuto científico e seus percalços em se consolidar como ciência. Esta percepção levou-me, inicialmente como curiosidade e com objetivo de compreender algumas problemáticas, a pesquisar sobre a trajetória da área, sobre como seus Princípios e Funções foram construídos, apropriados e reelaborados ao longo do tempo e em contextos específicos. Assim, decidi por reformular o projeto de pesquisa proposto a fim de ampliar as reflexões e avaliar abordagens cujo eixo fosse a análise histórica e epistemológica da configuração de diferentes definições que

atualmente se dão acerca do Objeto científico² – ou Objeto de estudo - da Arquivologia, com objetivo de possibilitar seu desenvolvimento e representar elementos que contribuam para sua fundamentação teórica, bem como para melhor definição de papéis sociais enquanto área de conhecimento em construção.

Esses meus entendimentos quanto às diferentes definições que o Objeto científico possui se deram ao perceber que para muitos pensadores da Arquivologia tornou-se lugar comum a afirmação de que a década de 1980 representa o início da “crise de identidade” ou “da mudança de paradigmas” para a área. Desde então, assistimos a uma cruzada entre as abordagens que a pensam como “Pós-moderna” e/ou “Pós-custodial”, por exemplo, frente às abordagens consideradas “Tradicionais” e/ou “Custodiais”. Por um lado observam-se propostas de construção de uma “nova” Arquivologia que, em primeira análise, apontam para a negação e o questionamento do estatuto científico da área através de seus Princípios, teorias, métodos e práticas até então vigentes, tendo como uma das principais justificativas a incapacidade destes em resolver questões postas pelos atuais modelos de produção e de gestão de documentos e informações no cenário de novas tecnologias da “Sociedade da Informação” em relação às “tendências conservadoras”, que subordinam a Arquivologia à História – no caso, o foco no documento permanente, ou ainda, o documento em suporte físico. Por outro lado, tendências que não se adjetivam como “Custodiais” e nem “Tradicionais”, mas que pensam as influências externas à área como partícipes para seu desenvolvimento e que podem ser resolvidas com os Princípios, teorias e métodos vigentes, ainda que adaptados e/ou ampliados, uma vez que tais atividades se concentram ao redor do documento de arquivo, independente de seu suporte.

É um tanto difícil colocar esse debate em torno de dois polos que aparentam ser opostos, sendo que na realidade o que há são várias abordagens que convivem, cada uma a sua forma, com o atual contexto vivido pela Arquivologia. Nossa tentativa aqui foi mais a de demonstrar como os

² Neste trabalho, ao nos referirmos ao Objeto científico da Arquivologia, a letra O sempre será grafada em maiúscula. Trata-se de um recurso para diferenciá-lo de outras utilizações do substantivo simples da palavra objeto.

pensadores da “nova” Arquivologia, que também não se configura como uma abordagem única e homogênea, carregam em seu discurso crítica negativa em relação às abordagens que consideram ultrapassadas.

Ainda sobre este debate, entendemos que a principal, porém não única, questão que se coloca é reflexo da “desmaterialização” do documento de arquivo. Mesmo que o suporte³ documental já tenha passado por diversas transformações ao longo da história da humanidade, pela primeira vez ele deixa de ser palpável, materializado e, para alguns teóricos da área, a informação se separa do suporte. E isso, para os adeptos de uma “nova” Arquivologia, é o “triunfo” da informação frente ao documento de arquivo.

A partir de então, consideramos importante pensar sobre o estatuto científico da Arquivologia, principalmente em relação ao seu Objeto científico, de modo a compreendermos em que termos e contextos esses debates e diferenças acontecem e seus possíveis desdobramentos nas bases conceituais e metodológicas da área, isto é, questões e problemas que acarretam em negação e/ou resignificação de seus Princípios e Funções a partir do que se compreende como o seu Objeto científico.

Conforme a pesquisa avançava, foi se tornando fundamental entender alguns elementos específicos da Arquivologia, e assim, uma série de dificuldades de cunho epistemológico foi objeto de análise, tal como refletir sobre as Funções Arquivísticas – aqui entendidas como Classificação, Avaliação, Descrição etc. e porque eram assim classificadas, isto é, porque são chamadas de Funções, bem como a ordem de aplicação prática destas, como por exemplo, o que devemos fazer primeiro, Classificação ou Avaliação? Além de buscar compreender quais as teorias e métodos da área e como se relacionavam, ou seja, quais as teorias da Classificação, ou se Classificação é um Método Arquivístico e, se assim fosse, porque era chamada de Função etc.

Todas estas e outras dúvidas e questões, que inicialmente pareciam óbvias de serem respondidas, continuam sem resposta. Tentar compreender quais são os “legítimos”, “válidos” ou ainda “atuais” Princípios da Arquivologia, quais devem ser consideradas as Funções Arquivísticas da área e o porquê de

³ Suporte aqui entendido como *material sobre o qual as informações são registradas* (GONÇALVES, J. 1998, p. 19).

serem assim classificadas, bem como suas teorias e métodos, é tarefa que extrapola uma tese de doutorado, uma só voz e um só membro de uma comunidade científica. Trata-se de investigação que deve ser feita em conjunto, ainda que em caráter de urgência e sabendo que os resultados não serão definitivos, e de extrema importância para o desenvolvimento do campo científico da Arquivologia.

Entretanto, como estamos lidando com uma problemática que consideramos igualmente significativa e de modo a deixar os mais claros possível os caminhos desta pesquisa, é importante evidenciar que nossa indagação nos levou a considerar como Função Arquivística as atividades práticas e de cerne instrumental, regidas por teorias e metodologias, que devem ser realizadas para alcançar os objetivos e o fundamento da disciplina. Nossa compreensão quanto aos objetivos da Arquivologia se efetivam, principalmente, no que cabe ao acesso à informação contida no material de arquivo⁴, ainda que maior valor seja dado a diferentes informações a partir da época histórica abordada. E quanto ao fundamento que sustenta a disciplina, entendemos como sendo a representação⁵ fiável do contexto de produção/acúmulo do material de arquivo, das razões de sua criação bem como seu trâmite.

De modo a esclarecer nossa perspectiva quanto ao fundamento, agora especificamente nos referindo ao documento de arquivo e sua qualidade primordial, sua função primeira, que é ser prova, valemo-nos das palavras de Bellotto (2010, p. 161) para quem este documento consegue ser prova *justamente por causa da simbiose indivisível entre o produtor – contexto – gênese – função*. E assumimos que cabe a nós, arquivistas, representar essa

⁴ Inicialmente utilizávamos “documento de arquivo” e não “material de arquivo”. Contudo, devido à existência de diversas e diferentes definições do que é documento de arquivo, bem como toda a problemática que o relaciona ou o critica enquanto Objeto científico da Arquivologia, valemo-nos da definição de Bellotto (2002a, p. 11) de forma a não causarmos interpretações subjetivas. Ao refletir sobre definições que Luciana Duranti atribui à teoria da área, Bellotto esclarece que “material de arquivo” não se refere à *identificação formal de seu suporte, e sim ao conhecimento de suas características essenciais: o vínculo da proveniência, da organicidade e da funcionalidade, vis a vis seu contexto de criação e de autoridade*.

⁵ Chegamos a pensar em utilizar a palavra “reconstituição” ao invés de “representação”, mas entendemos que essa primeira opção não suporta a perspectiva do momento da (pré) produção documental, estando mais associada à ideia de fazer uma investigação em algo que já aconteceu para chegar a uma conclusão. Já a palavra “representação” traduz com maior clareza como algo é feito, está sendo feito ou foi feito.

simbiose de maneira confiável, isto é, essa função primeira só pode ser manifestada se os elementos que fundamentam a área forem assegurados.

Considerando que os Princípios e Funções arquivísticos sustentam tanto o fundamento como os objetivos da Arquivologia, faz-se necessário apontar nossa compreensão quanto ao papel das Funções arquivísticas. Independente de entrarmos no mérito de quais são e quais devem ser, se podem ser consideradas como método da área ou não, justifica-se por serem tributárias da existência do Objeto científico, elemento que dá identidade e garante permanência para uma disciplina. E estas Funções, cujas compreensões variam por autor, abordagem, no tempo e pelo contexto, são regidas por teorias e metodologias que consideramos arquivísticas.

De modo a avançar nossa reflexão sobre tais problemáticas e ainda que nosso objeto de estudo tenha um viés epistemológico, por consequência da forte característica da Arquivologia com questões específicas da prática, considera-se pertinente evidenciar algumas diferenças e relações que se estabelecem entre ciência, disciplina e técnica, como também entre teoria e prática. Esse delineamento das diferenças, que não consideramos excludentes e sim complementares, é fundamental para um esclarecimento inicial e nosso posicionamento frente às questões desta natureza, que envolvem a Arquivologia e como ela se configura nas abordagens que a consideram como ciência, disciplina ou área técnica⁶. Inclusive porque todo processo histórico e de desenvolvimento da Arquivologia está inserido e é resultado da constante interação entre o *Saber* e o *Fazer*.

Para Rendón Rojas (2011) a ciência é como um sistema de conhecimentos justificado pelo uso de metodologias, que tem um objeto de estudo, é composto de corpo teórico que inclui conceitos, enunciados gerais e teorias e possui a função epistemológica de explicar e compreender a realidade. Cabe à ciência produzir um *Saber*, um conhecimento que deve ser organizado por um método, apoiado em teorias e amarrado por linguagem comum dentro de uma comunidade que se quer científica.

⁶ Aprofundaremos nossa análise quanto às perspectivas que definem a área como ciência, disciplina e técnica, bem como questões concernentes à teoria e à prática que envolvem a Arquivologia, no segundo capítulo deste trabalho. Porém, essa delimitação inicial é fundamental para a compreensão da nossa problemática e dos nossos objetivos, abordados nesta introdução.

Enquanto campos do *Saber*, inicialmente as ciências e disciplinas se desenvolvem com base na observação e experiência empírica de pessoas que, em determinados momentos históricos, sentem necessidade em pensá-las de maneira organizada e sistemática, o que no caso da Arquivologia decorreu de um imperativo prático, do *Fazer*. Já no campo da técnica, não podemos considerá-la como a produção de conhecimento científico sobre um objeto, e sim formas de melhorar a produção do *Fazer* deste objeto. Essa interação da técnica com o *Fazer* é resultado de necessidades e práticas sociais que muitas vezes propiciam o aparecimento de novas áreas de conhecimento, visto que a técnica só existe como consequência de um conhecimento adquirido a partir desta interação. Os avanços tecnológicos e científicos também são partícipes na contribuição destas novas áreas, que conseqüentemente resultam no desenvolvimento de novos *Saberes*. Porém, por mais que esse intercâmbio entre o *Saber* e o *Fazer* propicie e seja consequência de transformações sociais e científicas, é fato também que dele surgem novos problemas e desafios a serem superados.

Ainda no âmbito desta discussão entre *Saber* e *Fazer*, para alguns pensadores do campo dos arquivos há os que encaram a área como **técnica** – por exemplo, Manuel Romero Tallafigo; como **disciplina técnica** – Giulio Battelli e Aurelio Tanodi; como **disciplina em desenvolvimento** – Silvana Elisa Cruz Domínguez e Theo Thomassen; **como disciplina científica** – Natália Tognoli, Angélica Marques, Heloísa Liberalli Bellotto, Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Jacques Ducharme, Louise Gagnon-Arguin, Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, David Bearman, Barbara Craig, Richard Brown, Brien Brown, Hugh Taylor e David B. Gracy; e aqueles que a encaram como **ciência**, ainda que sob diferentes perspectivas, como Jose Ramon Cruz Mundet, María Del Carmen Rodríguez López, Antonio Ángel Ruiz Rodríguez, Ramon Alberch Fugueras, Astréa de Moraes e Castro, Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Theodore Roosevelt Schellenberg, Concepción Mendo Carmona, Bruno Delmas, Antonia Heredia Herrera, Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos, Merizanda Ramírez Aceves, Eugenio Casanova, Michel Duchein, Luciana Duranti, Heather Macneil, Paola Carucci, Terry Eastwood, Robert-Henri Bautier, Eric Ketelaar, Adolf Brenneke e Elio Lodolini.

Dentre estes autores, os que consideram a área como essencialmente técnica justifica-se por se tratar de um trabalho prático e empírico que deve resolver problemas de organização documental através de soluções técnicas, diferente de aqueles que trabalham com a ideia de *Saber* que pode se desenvolver de maneira científica ou disciplinar, estudando a natureza dos arquivos, os princípios de organização, os meios para sua utilização e suas premissas racionais, indo além da proposta de técnicas de organização de documentos e tendo como finalidade avançar na solução de problemáticas concernentes ao campo dos arquivos.

Assim, através deste breve entendimento quanto às diferentes compreensões sobre as naturezas técnica, científica ou disciplinar da Arquivologia⁷, é possível apontarmos indícios da dificuldade em significá-la, o que acaba por fragilizá-la. Isto é, se não há consenso nem sobre sua natureza classificatória, as possibilidades em existir outras diferenças e indefinições em seu interior são inúmeras. Desta forma, torna-se importante assumirmos, já de imediato, que em relação à natureza do conhecimento consideramos a Arquivologia uma ciência em construção, o que estamos tomando, também, como sinônimo de disciplina científica. É ainda relevante destacar que esse “estado de construção” não lhe é peculiar e nem justificado por ser uma ciência “nova” ou “jovem”, e sim porque entendemos a produção de conhecimento como algo dinâmico, em constante evolução e passível de rupturas. Porém, como vimos, no campo científico da Arquivologia há divergências neste sentido, o que resulta em diferentes abordagens sobre sua natureza, que a assumem como uma área técnica, uma disciplina ou enquanto ciência.

Ainda neste sentido e voltando a nossa definição sobre sua natureza, ao passo que lhe atribuímos o caráter de ciência e a este o sinônimo de disciplina, não deixamos de considerar seus elementos de técnica, fundamentais para sua permanência e desenvolvimento. E se estamos partindo do pressuposto que a Arquivologia é uma ciência, entendemos que deva cumprir alguns requisitos que a legitimem enquanto tal, como ter um campo específico de investigação, com problemática, método e argumentação teórica próprios, o que, conforme anteriormente discutido, podem ser representados pelos Princípios e Funções,

⁷ Essa análise será aprofundada no segundo capítulo deste trabalho.

além de fundamentalmente um Objeto de estudo – do qual decorrem questões de investigação visando conhecer derivações de sua existência prática.

No lastro desta discussão, novamente apropriamo-nos da afirmação de Rendón Rojas para referendar nossa posição, a qual *para que seja aceita* [a ciência] *deve cumprir três requisitos fundamentais; ter um campo específico de investigação – objeto de estudo, teorias e método próprio* (Rendón Rojas, 2011, p. 43). E estes requisitos se configuram mediante institucionalização nos espaços de produção do conhecimento - as Universidades, por terem métodos e técnicas específicos, formarem pesquisadores, terem uma comunidade científica e por fim, um Objeto científico, ainda que definido e conceituado de formas diferentes, instaurando assim um contexto de discordâncias sobre sua representatividade, como acontece com a Arquivologia.

Em relação ao Objeto científico, que deriva de uma construção teórica formulada por agentes dedicados a estabelecer os fundamentos teóricos e metodológicos de determinado campo científico, no que compete à Arquivologia e antes de elencarmos as definições encontradas que nos permitem inferir as diferenças sobre as quais estamos pautando nossa reflexão, é fundamental justificarmos a importância de sua existência e definição, sendo que para isso nos valem de Bachelard, para quem (...) *esclarecer o objeto científico é começar um relato de nomenclatura progressiva. Todo objeto científico traz a marca de um progresso do conhecimento* (Bachelard, 1977, p. 130).

O Objeto científico atribui identidade ao campo disciplinar, comporta uma nova possibilidade de conhecer, ampliando assim as perspectivas de representação do mundo pelo homem. As diferentes áreas do conhecimento pensam os fenômenos do mundo real a partir de seu campo de estudo, que é determinado fundamentalmente pelo Objeto, possibilitando que dentro de cada área haja uma maneira específica de conhecer e interpretar os fenômenos a partir de um referencial. Afinal, uma área científica existe como derivada de uma necessidade especial e é construída pelo homem.

É importante pensarmos na questão do Objeto científico de maneira que através de sua existência, atrelada ao estatuto científico de uma área, os fenômenos da vida real, que podem ser chamados de fenômenos sociais, sejam pensados a partir de um referencial. E é este referencial que dará

especificidade – que convencionamos como científica – a um conhecimento produzido a partir desta reflexão. Tomemos como exemplo a recente Lei brasileira de Acesso à Informação (LAI) número 12.527, publicada no mês de novembro de 2011. Se pensarmos desde os porquês da criação desta lei, o alcance, os objetivos e os reflexos, tanto de sua existência, quanto de sua aplicação na vida real, podemos pensá-la através de diversas áreas de conhecimento.

Pela área do Direito, a LAI pode ser analisada a partir das suas implicações práticas no âmbito legal, na garantia do pleno exercício de direitos do cidadão. Pelo viés da Ciência Política, pode ser analisada como forma de substantiar a transparência governamental, e pela Ciência Histórica, como garantia de acesso a documentos sem qualquer tipo de censura em relação à natureza do assunto, classificação até então atribuída por cada gestão governamental. Já pela Arquivologia, ainda que nem no texto da lei tampouco no do Decreto Federal 7.724 de Maio de 2012, que a regulamenta, seja possível encontrar as palavras “documento de arquivo” ou “gestão de documentos”, a LAI pode ser analisada como forma de facilitar que informações registradas em material de arquivo sejam divulgadas e utilizadas. Estes são apenas alguns exemplos, dentre muitos, para demonstrar como um fenômeno social, contemporâneo, e da vida real, pode ser analisado a partir de diferentes referenciais. E esses referenciais, que chamo de Objeto científico, dão independência e identidade para que uma área avance em seu interior e fora dele.

Assim, após revisão na literatura da área, encontramos algumas definições sobre o Objeto científico da Arquivologia, sendo que as de maior relevância e pertinência são as que seguem:

- o arquivo enquanto conjunto de documentos de arquivo;
- o documento de arquivo;
- a informação orgânica registrada;
- a informação arquivística;
- a informação social;

- o *Process-Bound information* – informação gerada pelos processos administrativos e organizada com vistas a recuperar o contexto.

Estas diferentes concepções sobre o Objeto científico são resultados de processos históricos e epistemológicos imbricados nas próprias evoluções e mudanças das naturezas dos registros, da produção documental e do uso de documentos e informações. Porém, mesmo diante de tantas definições, conforme analisaremos no decorrer deste trabalho, existe na literatura uma tendência em polarizar o Objeto entre o “passado e superado documento de arquivo” e a “informação arquivística ou orgânica”. Contudo, no caso da informação ser arquivística ou orgânica é importante deixarmos claro que não estamos trabalhando necessariamente com sinônimos, o que exigirá que estas definições também sejam objeto de análise posterior, visto que os entendimentos quanto a estes dois conceitos apontados como sendo potenciais Objetos não são homogêneos dentro do mesmo campo científico. Ou seja, três autores diferentes podem considerar como o Objeto científico da Arquivologia a informação orgânica, entretanto, para um ela significa o conteúdo do documento, para outro, as informações que estão “fora” do documento, e para um terceiro, tanto o conteúdo quanto as informações que estão “fora” do documento.

Frente às questões até aqui colocadas, sublinhamos a importância de investigarmos a pertinência da Arquivologia enquanto campo científico, a configuração e a permanência de diferentes definições acerca de seu Objeto de estudo e como tais questões estão imbricadas em seu desenvolvimento, particularmente no campo científico brasileiro.

Além dos pontos já enunciados, para investigarmos as divergências de definições às quais nos referimos são necessárias algumas elucidações. Uma delas é conceituar as noções de “comunidade científica” e de “campo científico” que vamos utilizar neste trabalho, já que nossa discussão e análise perpassarão, inclusive, pelo interior de ambos.

A concepção de campo científico é subjacente a uma lógica própria do mundo científico, que vai além dos textos e seus contextos de produção ou ainda das pessoas que dele fazem parte,

o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Vale lembrar que um campo não existe e nem se norteia por acaso; os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências iminentes e probabilidades objetivas (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Com relação ao significado de comunidade científica, Fourez (1995, p. 93) indica que na sociedade moderna existem grupos sociais relativamente bem definidos e estruturados em si mesmos; *em cada caso, temos um grupo social que se auto definiu de acordo com suas atividades, cujos membros se reconhecem entre si e que têm, portanto, a sua coerência própria.* Ao aprofundar as análises sobre o reconhecimento necessário entre os membros de uma comunidade científica, este autor ainda afirma que *essa necessidade não é de todo desinteressada, pois o reconhecimento reflete-se em apoio econômico, em poder social e em prestígio.*

Ao estabelecermos que os membros de uma comunidade desta natureza devam desempenhar um papel social atrelado ao Saber que detêm, podemos inseri-los numa sistemática que Fourez (1995, p. 95) caracteriza como “método de produção da ciência”, enraizado no interior do campo científico e que *passa, portanto, pelos processos sociais que permitem a constituição de equipes estáveis e eficazes: subsídios, contratos, alianças sociopolíticas, gestão de equipes, etc. Mais uma vez, a ciência aparece como um processo humano, feito por humanos, para humanos e com humanos.* Valemo-nos, ainda, das análises de Fourez para inferir que uma comunidade científica se estrutura por inúmeros interesses, sendo que comumente tende a se pautar por aqueles que de maneira econômica, social ou política favorecem as concepções de determinados membros, ou seja, não estamos falando de um grupo *neutro e desinteressado* (1995, p. 99), o que sugere a existência de ambiguidades em seu interior.

Isto posto, ao nos referirmos à comunidade científica da Arquivologia remetemo-nos a seus pesquisadores, profissionais, estudantes e docentes

numa perspectiva geral, ao passo que se forem necessárias abordagens mais específicas, estas serão devidamente pontuadas e discutidas.

Além destas questões de campo e comunidade científica que permeiam uma área do *Saber*, é fato que em relação à Arquivologia, a natureza, o uso e as funções dos arquivos carregam as características e marcas do tempo que estão enraizadas em sua trajetória. Um tempo social que não é igual para todas as culturas, onde os atributos dos arquivos estão sujeitos às transformações sociais, políticas e econômicas, às diferenças históricas e às diferenças regionais. Estas marcas temporais, que ficam claras quando analisamos as diferentes perspectivas que compreendem a área a partir de uma posição de disciplina auxiliar da História, da Administração ou subárea da Ciência da Informação, apenas para elencar algumas, influenciam e são influenciadas pela história dos arquivos e pela concepção e desenvolvimento da Arquivologia como área de *Saber*.

Desde a Antiguidade encontram-se notícias sobre arquivos, sejam os formados para organizar as relações do governo com seu povo, os mantidos em palácios e templos, ou ainda os guardados como se fossem tesouros. Por sua vez, iniciativas em torno da organização de arquivos são conhecidas com o advento do Estado Moderno, por volta de fins do século XV. Posteriormente, como consequência da Revolução Francesa – século XVIII, os arquivos foram apresentados para os cidadãos e inicia-se uma proposta de centralização, o que para Esposel configura a *era pré-científica diante da proposta da Arquivologia Moderna, empenhada em colocar os arquivos à disposição da comunidade, como autênticos laboratórios de História, após cumprirem suas funções primeiras junto às administrações* (ESPOSEL, 1994, p. 174). A sistematização “oficial” dos procedimentos teóricos na Arquivologia acontece em 1898 com a publicação do Manual dos Holandeses e toma força no início do século XX, sendo que o período posterior à Segunda Guerra Mundial representa um grande avanço científico e tecnológico pelo qual nem o *Fazer* nos arquivos saiu ileso quanto menos o *Saber*, que passa a ser cada vez mais requisitado. Não é sem razão que neste período assistimos ao surgimento do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1948, e à realização do primeiro Congresso Internacional de Arquivos em 1950, na cidade de Paris, além das configurações das correntes de pensamento da tradição americana, as escolas

francesas, alemãs e inglesas bem como, a partir do final dos anos 1980, o desenvolvimento de abordagens como as espanholas, canadenses e australianas, apenas para citar algumas.

No Brasil, o desenvolvimento tanto do *Fazer* quanto do *Saber*, no campo dos arquivos, acontece a partir do século XIX. É fato que existiam arquivos minimamente organizados desde a época colonial e que, em sua maioria, estavam sob a custódia da Igreja Católica, mas somente após a independência do Brasil de Portugal (1822) demandas burocrático-administrativas favorecem o surgimento do Arquivo Nacional, em 1838. Nas primeiras décadas do século XX, dada a nova ordem social e política decorrente da proibição do trabalho e do comércio escravocratas e o delineamento de um regime de classes sociais, a intervenção racionalista no processo social traz incremento decisivo ao desenvolvimento do pensamento científico brasileiro. No bojo desse processo de mudanças sociais e na produção de conhecimento, ocorre considerável aumento documental. A partir dos anos 1920 inicia-se a institucionalização do *Saber* com a criação das Universidades, o que, sem dúvidas, propicia o desenvolvimento da ciência no Brasil, ainda que submissa aos padrões europeus e americanos. Os anos 1970 reforçam a consolidação do capitalismo no Brasil e esta realidade demanda novos profissionais para os arquivos, por mais que até o início desta década a Arquivologia “ainda não tinha cara própria”, conforme afirmou Bellotto no prefácio do livro de Esposel (1994). Mesmo que sem identidade própria, esta década de 1970, principalmente o seu final, trouxe um impulso significativo à área com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, a lei que regulamentou a profissão de arquivista em 1978 e a criação do curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no ano de 1977, embora os cursos profissionalizantes já existissem há muitos anos no âmbito do Arquivo Nacional.

Frente a esse breve cenário histórico do desenvolvimento da Arquivologia⁸, podemos indicar dois fatores que impulsionaram a ascensão desta como *Saber* no Brasil; as questões pertinentes à administração pública e

⁸ Para efeito de contextualização, nesta introdução apresentamos apenas um panorama desta articulação histórico-epistemológica, a qual será aprofundada no decorrer deste trabalho.

a dos profissionais que trabalhavam com documentos nos arquivos e precisavam aperfeiçoar seu *Fazer*.

Essa “entrada” tardia do Brasil no campo científico da Arquivologia - aqui entendida como a institucionalização de sua formação universitária e do associativismo profissional, que a partir de então permitiram a realização de congressos, pesquisas e publicações na área -, em relação a uma comunidade internacional já existente principalmente nos países europeus e norte americanos, nos aponta necessidades em compreender como seu viés epistemológico foi aqui instituído, as influências teóricas, além de seu atual estágio de desenvolvimento científico. Como nossa proposta é pensar estas questões tendo como elemento norteador as diferentes definições quanto ao seu Objeto científico, após levantamento e análise da bibliografia brasileira pertinente à proposta desta pesquisa, encontramos alguns trabalhos, ainda que poucos porém significativos, sobre sua institucionalização enquanto área científica e associativa no Brasil, sobre formação e ensino, perfil profissional e publicações e congressos da área, mas cujos foco de discussão não se estendiam às análises quanto ao seu estatuto científico.

De maneira geral, as referências que encontramos na literatura brasileira ao Objeto científico o analisam sobre um prisma já enunciado, isto é, partindo do princípio do que ele era ou deveria ser, e não de uma análise quanto aos porquês de suas definições e concepções no campo científico. Assim, conscientes das dificuldades em avançarmos a reflexão sobre nossa problemática somente através das compreensões apreendidas a partir da revisão bibliográfica, que se mostraram insuficientes, umas das alternativas encontradas foi dialogar com pesquisadores da Arquivologia brasileira em busca de elementos que pudessem contribuir com nossa análise.

Ao falarmos destes pesquisadores, significativos representantes da comunidade científica e cumpridores de um dos elementos que os aufere legitimidade enquanto portadores do *Saber*, isto é, a institucionalização enquanto docentes nas universidades, *locus* “oficial” da produção do conhecimento científico, referimo-nos ao relevante universo de profissionais vinculados aos atuais quinze cursos de graduação em Arquivologia existentes

em nosso país, todos em universidades públicas⁹, bem como àqueles igualmente vinculados a instituições de ensino e que pesquisam a área, porém não necessariamente ligados a cursos de graduação em Arquivologia. Como não seria possível o contato com todos, principalmente pela questão do prazo para finalização desta pesquisa, foi preciso estabelecer critérios para a definição dos interlocutores.

A premissa que norteou nossas escolhas foi a criação, no ano de 2010, da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ, 2010) que tem por objetivo fortalecer o seu campo de conhecimento e é formada por docentes e pesquisadores da área. Por a considerarmos espaço privilegiado para discussão de questões que vão além da formação e do ensino, estendendo o campo de atuação para a pesquisa e o desenvolvimento da área no país, além de significar o interesse da comunidade científica da Arquivologia brasileira em ampliar seus espaços de debate de modo a buscar, de forma conjunta, alternativas para problemáticas que envolvem a área, optamos por dialogar com professores dos cursos de graduação das universidades que atuaram como representantes de suas instituições no primeiro encontro REPARQ. Essa escolha pautou-se fundamentalmente pela asserção de que estes representantes seriam conhecedores de problemáticas contemporâneas que perpassam o ensino e a pesquisa em Arquivologia, bem como por terem sido, os resultados da reunião, organizados e publicados em coletânea (MARQUES, RONCAGLIO e RODRIGUES, 2011). Deste modo, foram interlocutores os professores José Maria Jardim representando a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e entrevistado na cidade do Rio de Janeiro/RJ no dia 09/07/2012; Ana Célia Rodrigues, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), entrevistada na cidade de Santos/SP no dia 05/09/2012; André Malverdes, em nome da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), entrevistado na cidade de Vitória/ES no dia 04/09/2012; Georgete Medleg Rodrigues, pela Universidade de Brasília (UNB), entrevistada

⁹ Atualmente encontram-se vigentes no Brasil quinze cursos de graduação em Arquivologia e o de número dezesseis, que acontecerá na Universidade Federal do Pará, teve seu início, marcado para acontecer no segundo semestre de 2012, adiado em consequência da greve dos docentes das Universidades Federais. Como se trata de um curso que ainda não começou e não possui representante docente na REPARQ, decidimos por não contemplá-lo em nosso universo de pesquisa.

na cidade de Brasília/DF no dia 24/09/2012, e Maria Leandra Bizzello, representando a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), entrevistada na cidade de Amparo/SP no dia 11/08/2012.

Em relação aos representantes das outras universidades, devido a questões de tempo e distância, não foi possível estabelecer o diálogo pessoalmente, o que nos levou a contatá-los solicitando que participassem da pesquisa por meio de resposta a questionário. Assim, o primeiro contato se deu através de mensagem enviada para o endereço eletrônico cadastrado no currículo *lattes* destes docentes, na qual apresentávamos nossa pesquisa e solicitávamos autorização para envio do questionário. Nesta primeira etapa não recebemos resposta de três representantes: o da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Quanto aos demais, assim que confirmavam a possibilidade em participar da pesquisa, enviávamos o questionário. Contudo, a tempo da finalização desta tese, somente recebemos o material preenchido de representante da UFMG, o que significa que trabalhamos com uma amostragem de seis dentre quinze instituições.

1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA

A existência de um Objeto de estudo, estabelecido e reconhecido por uma comunidade, é a matriz para o avanço e reflexão de uma área considerada científica. Infere-se, a partir de tal afirmação, que cada área de conhecimento deve ter Objeto específico, sendo que a possibilidade de haver diferenças quanto a sua definição concorre para problemas metodológicos e de desenvolvimento da disciplina. Importante pontuar que diferenças dessa natureza podem também configurar em mudanças estruturais no âmbito de um campo científico. Parte-se do pressuposto que a Arquivologia tem diferentes Objetos definidos, por distintos autores e abordagens epistemológicas, o que causa discordâncias em relação ao seu estatuto científico, bem como diferenças nas compreensões e uso de seus Princípios e de suas Funções.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o processo histórico-epistemológico de constituição do Objeto científico da Arquivologia com vistas à proposição de que este possui diferentes definições no âmbito de sua comunidade científica, ou ainda, de seu campo científico, e investigar a configuração destas diferenças no campo científico brasileiro.

1.2.2 Objetivos específicos

- Demonstrar o posicionamento de autores brasileiros e estrangeiros da área sobre os significados científicos, técnicos ou ainda disciplinares da Arquivologia e justificá-la enquanto área produtora de conhecimento;
- Apresentar o contexto histórico-epistemológico do desenvolvimento da Arquivologia no campo científico;
- Identificar as correntes teóricas que abordam o Objeto científico da Arquivologia e como o abordam;
- Investigar as definições e compreensões sobre este Objeto, propostas tanto por autores brasileiros quanto estrangeiros;

- Compreender as diferentes definições do Objeto científico da Arquivologia neste contexto;
- Analisar como diferentes abordagens da área se apropriam e ressignificam Princípios, teorias, Funções e métodos da área, a partir do que consideram como sendo o Objeto científico e vice-versa;
- Compreender a institucionalização e a configuração da Arquivologia no campo científico brasileiro;
- Aprofundar a investigação sobre o que levou e o que mantém as diferentes definições do Objeto no campo científico brasileiro;
- Refletir sobre as consequências destas diferentes definições no campo científico brasileiro.

Assim, ao definirmos nossos objetivos e problemáticas não pretendemos estabelecer rupturas, mas sim apresentar elementos que venham agregar o campo epistemológico da Arquivologia. Tais considerações apontam para a questão central de investigação deste trabalho, qual seja a de contribuir criticamente com o campo de conhecimento produzido na área e articulá-lo a pesquisas que vislumbrem a formulação e consolidação de indicadores de uma epistemologia da Arquivologia em relação ao seu Objeto de estudo.

1.3 HIPÓTESES

Hipótese 1 – Não há, pela comunidade da Arquivologia, consenso em relação à natureza do seu conhecimento, favorecendo que questões como a constituição e a definição de Objeto científico não sejam aprofundadas, tampouco priorizadas. Deve-se a isso sua origem eminentemente do *Fazer* ;

Hipótese 2 – No Brasil, as diferentes definições acerca do Objeto científico da Arquivologia, polarizadas entre documento de arquivo x informação arquivística, têm como principal origem o processo de configuração acadêmico-institucional da Ciência da Informação e da Arquivologia, sendo a primeira considerada de vanguarda e mais adequada para a atual “Sociedade da Informação” em relação à segunda;

Hipótese 3 – O que desencadeia a construção de diferentes definições acerca do Objeto científico da Arquivologia são as transformações no objeto de trabalho de arquivista, decorrentes do progresso da tecnologia.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O Objeto de estudo de um campo científico não é pré-determinado, algo situado acima dos outros elementos formadores do pensamento científico, mas sim resultado de construções inerentes ao processo de elaboração do conhecimento. Pensar a delimitação de um Objeto de estudo pressupõe identificar o conjunto de operações necessárias para que se conheça algo de maneira plausível.

A relevância dessa proposta de investigação encontra-se na perspectiva apontada de estabelecer bases para delineamento epistemológico da Arquivologia tendo em vista concepção de conhecimento científico empenhada em apresentar e fundamentar procedimentos para conhecer determinados aspectos da realidade. Dessa maneira, a possibilidade de contribuir para organizar seu conhecimento científico, bem como apontar elementos que permitam superar as diferenças que persistem entre seus profissionais no que tange ao Objeto de estudo, vem a ser tarefa imprescindível, uma vez que tal discordância é desfavorável ao avanço e ao progresso do conhecimento da área. Assim, entendemos que esta pesquisa pretende abranger contribuições que favoreçam e ampliem o diálogo entre sua comunidade científica, oferecendo elementos para a atuação de estudantes, pesquisadores e profissionais, de modo a subsidiar o seu *Fazer* no sentido teórico e prático, aprofundando as análises em termos de articulação com a realidade histórico-social na construção do conhecimento deste campo do *Saber*.

1.5 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho remetem a exercícios de identificação, sistematização e análise da produção bibliográfica acerca da temática pertinente ao campo de investigação da Arquivologia, buscando articular aspectos da teoria que fundamentam o trabalho e a prática da área. Após a reunião de considerável repertório de materiais, submeteu-se à análise qualitativa, baseada no método quadripolar proposto por Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), adotando os polos:

Epistemológico – para a construção do objeto da investigação e delimitação da problemática. O objeto da investigação refere-se às diferenças de definição quanto ao Objeto científico da Arquivologia, e a delimitação da problemática é o significado dessas diferenças, como se constituíram e se mantêm, principalmente no campo científico brasileiro, além de suas consequências;

Teórico e Morfológico – para a organização das hipóteses e a definição dos termos e conceitos. Reflexão e análise dos resultados e construções teóricas propostas no pólo epistemológico;

Técnico – para estabelecer a relação entre o objeto da investigação e o mundo empírico. Em nosso caso, a revisão de literatura, a aplicação de questionário e a realização de entrevistas com pesquisadores brasileiros da área.

Vale ressaltar que a opção pela perspectiva quadripolar não tem como intenção a criação de um método de análise, mas sim a delimitação do percurso de nossa investigação, além da reflexão que se dá em cada polo, sendo esta reiniciada, superada, corrigida ou verificada no polo seguinte, permitindo assim uma constante interação entre eles. Isto posto, é certo que a proposta em que este trabalho se referencia diz respeito à metodologia qualitativa de investigação e, nessa perspectiva, compreende-se a metodologia como um conjunto de diretrizes que orienta a investigação científica, não sendo considerada a partir de uma visão puramente tecnológica ou lógica, o que reduziria a investigação a um conjunto de procedimentos absolutamente lineares. Como dito, nosso método qualitativo foi baseado em revisão de

literatura, aplicação de questionário e realização de entrevistas. A essa revisão de literatura chamamos de pesquisa fundamental e nossas pesquisas aplicadas, os questionários e as entrevistas, nos direcionaram a tentar equacionar nossa problemática através de diálogo com pesquisadores da área no contexto brasileiro.

A necessidade de sistematizar os argumentos que contribuíram para a fundamentação epistemológica por meio de diálogo com pesquisadores brasileiros da área acerca da problemática deste trabalho, que ocorreu através de aplicação de questionário e realização de entrevistas, se deu por não encontrarmos subsídios na literatura brasileira capazes de nos dar pistas e contribuir para a reflexão teórica. Mediante critérios já apresentados no texto introdutório, foram escolhidos quinze pesquisadores, sendo que destes, cinco foram entrevistados pessoalmente e dez receberam questionário via *e-mail*. Importante ressaltar que essa diferença entre entrevista pessoal e envio de questionário se deu fundamentalmente por questões de tempo e distâncias geográficas.

Tanto em nosso questionário, quanto no roteiro de entrevista, tentamos abordar questões que elucidassem nossa problemática. Contudo, é fato que há diferenças entre estas duas técnicas de pesquisa, que vão desde a elaboração do roteiro e do questionário, até a aplicação e análise dos dados. Em relação às entrevistas, foram realizadas pessoalmente e a partir de roteiro pré-definido (semiestruturado), com objetivo de identificar nos argumentos desses entrevistados como compreendem a constituição do Objeto científico, seus posicionamentos epistemológicos, bem como as derivações de tal fato. Elaborar um roteiro para esse fim é mais fácil se comparado a um questionário, pois se trata de técnica mais flexível que pode alargar o diálogo, captar subjetividades do entrevistado e avançar no debate. Optamos pelo modelo de entrevista estruturada, capaz de, a partir de um roteiro fixo de perguntas iguais para todos os entrevistados, obter informações importantes e que permitissem a reflexão teórica.

Grandes dificuldades nos acompanharam no processo de elaboração do questionário. Nossa preocupação estava em não torná-lo algo avaliatório e construí-lo de maneira a não dar margem para tendenciar as respostas. Inicialmente sabíamos que utilizaríamos a técnica de auto-aplicação, isto é, o

entrevistado responderia sozinho, o que nos traria desvantagens por não estarmos presentes e desconhecermos as circunstâncias em que os questionários fossem respondidos, bem como para os casos em que o entrevistado tivesse dúvidas em relação às perguntas. Ainda em relação às dificuldades, a principal esteve presente ao tentarmos traduzir os objetivos de nossa pesquisa em questões específicas. Ficamos na dúvida entre perguntas fechadas e abertas – fechadas são aquelas que apresentam alternativas para as respostas e abertas são aquelas nas quais se apresentam perguntas com espaço para as respostas -, sendo esta última a mais indicada por não forçar o entrevistado a colocar suas compreensões em alternativas preestabelecidas, mesmo sabendo do risco que corríamos de não receber os questionários preenchidos, já que se tornam mais trabalhosos.

O fato é que decidimos por um questionário com poucas perguntas - nove, porém significativas e elaboradas de maneira clara e precisa, cuja ordem de apresentação sempre as relacionasse com a anterior. Com o intuito de conseguir um alto número de respostas, o questionário teve, em seu início, as perguntas mais objetivas, consideradas mais fáceis de serem respondidas, deixando as mais amplas para o final. O mesmo pode ser verificado no apêndice “A” deste trabalho, sendo o roteiro de entrevista o apêndice “B”.

1.6 REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Nosso referencial teórico estende-se para além do que se possa considerar o campo próprio da Arquivologia, adentrando o terreno da História da Ciência e da Epistemologia, obrigando-nos a acompanhar reconstruções e análises derivadas dessas leituras, elementos que colaboraram no percurso que fizemos em busca das questões envoltas no Objeto científico da Arquivologia. Isto posto, afirmamos que não temos como pretensão esgotar o assunto e muito menos decidir ou escolher pela melhor concepção que defina este Objeto. Nosso intuito aqui é demonstrar uma possível trajetória do que o constituiu e o mantém sob diversas definições e como isso reflete o desenvolvimento científico da área.

Desta maneira, nossa pesquisa assume como ponto de partida a análise sobre as definições do Objeto científico no âmbito da trajetória da Arquivologia, ou seja, percorrendo o caminho desde a história dos Arquivos até o que estamos convencendo, e que será explicado e justificado no decorrer do trabalho, como Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea. Assim, valemo-nos das obras de diversos pensadores da área, de tempos e espaços diversos, para construirmos nossa reflexão. E por uma questão de acesso e compreensão de idiomas, nosso trabalho tem como referencial as obras brasileiras, alemãs, francesas, italianas, espanholas, canadenses, americanas e australianas, que refletem produção do mundo ocidental. Dito isto, faz-se importante ressaltar que as citações traduzidas para o português, no que tange a textos originalmente em língua estrangeira, são de nossa inteira responsabilidade.

Do campo científico da Arquivologia, os autores estrangeiros utilizados foram Adolf Brenneke, Adrian Cunningham, Angelika Menne-Haritz, Antonia Heredia Herrera, Antonio Ángel Ruiz Rodríguez, Armando Malheiro da Silva, Augustín Vivas Moreno, Aurelio Tanodi, Barbara Craig, Brien Brown, Bruno Delmas, Carol Couture, Carolyn Heald, Concepción Mendo Carmona, David B. Gracy, David Bearman, Elio Lodolini, Eric Ketelaar, Eugenio Casanova, Fernanda Ribeiro, Frank Upward, Giulio Battelli, Heather Macneil, Hilary Jenkinson, Hugh Taylor, Ian Maclean, Jacques Ducharme, Jean-Yves Rousseau, Johan Feith, John Ridener, Jose Ramon Cruz Mundet, Laura Millar,

Louis Garon, Louise Gagnon-Arguin, Luciana Duranti, Manuel Romero Tallafigo, Manuel Vasquez, Maria Del Carmen Rodríguez López, Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos, Merizanda Ramírez Aceves, Michel Duchein, Oddo Bucci, Paola Carucci, Peter Scott, Ramon Alberch Fugueras, Randolph Starn, Richard Brown, Robert Fruin, Robert-Henri Bautier, Samuel Muller, Samuel Jameson, Silvana Elisa Cruz Domínguez, Terry Cook, Terry Eastwood, Theo Thomassen, Theodore Roosevelt Schellenberg, Tom Nesmith e Vicenta Cortés Alonso. Quanto aos autores brasileiros, Ana Celeste Indolfo, Ana Célia Rodrigues, Ana Maria de Almeida Camargo, André Malverdes, Angélica Marques, Astréa de Moraes e Castro, Celia Maria Leite Costa, Djalma Mandu de Brito, Eliezer Pires da Silva, Georgete Medleg Rodrigues, Heloísa Liberalli Bellotto, Janice Gonçalves, Johanna Smit, José Augusto Guimarães, José Maria Jardim, José Pedro Esposel, Luciana Heymann, Luis Carlos Lopes, Maria Leandra Bizzelo, Maria Leonilda Reis da Silva, Maria Odila Fonseca, Marília de Abreu Martins de Paiva, Marta Valentim, Natália Tognoli, Paulo Roberto Elian dos Santos, Priscila Moraes Varella Fraiz, Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Sergio Conde Albite Silva, Silvia Estevão, Sônia Troitino Rodríguez, Thiago Bragato Barros, Vanderlei Batista dos Santos, Vítor Fonseca e Yuri Queiroz Gomes.

Para as análises de cunho epistemológico utilizamos Miguel Rendón Rojas, Pierre Bourdieu, Gaston Bachelard, Thomas Kuhn, Tony Bécher, Jean Marie Domenach, Gerárd Fourez, Boaventura de Sousa Santos, Olga Pombo, William Josiah Goode e Hugh Lacey. Outros autores como Raymond Williams, Milton Santos, Aldo Barreto, Tefko Saracevich, Le Coadic, José Honório Rodrigues, Charles Kecskeméti e Jean Favier foram consultados de modo a colaborar com a pesquisa.

Realizou-se, também, levantamento bibliográfico inicial em teses, dissertações e artigos de periódicos que contemplam o objeto da presente investigação. Conforme citado em nossa abordagem metodológica, ainda recorreremos à outra fonte de pesquisa, a realização de estudo exploratório através da aplicação de questionário e entrevistas com pesquisadores brasileiros identificados com o campo investigativo da Arquivologia, cujo intuito foi o de indagá-los quanto ao entendimento, compreensão e diferenças no que tange ao Objeto científico da área.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta tese é composta por uma introdução, na qual são contextualizados e apresentados seus principais elementos e a metodologia utilizada para alcançar os resultados, e mais seis capítulos, além das indagações finais.

Ao longo do segundo capítulo refletimos sobre o significado e os conceitos de ciência, disciplina e técnica em relação à Arquivologia, e como estão imbricados com questões concernentes à teoria e à prática, o que articulamos entre *Saber* e *Fazer*, com vistas a demonstrar o percurso teórico que nos levou a interpretá-la como ciência em construção. Também buscamos, inseridos nesta perspectiva, justificar a importância do Objeto científico para uma área do *Saber*. Outra reflexão que se mostrou necessária ao desenvolvimento do capítulo foi apresentar e analisar como pensadores da Arquivologia a classificam em relação a sua natureza de conhecimento bem como inseri-la em discussões quanto a sua delimitação de ciência social aplicada, moderna ou pós-moderna, e suas relações com a Ciência da Informação. Ademais, foi igualmente relevante pontuar questionamentos de modo a refletir e justificar como alguns termos e conceitos estão sendo discutidos e utilizados pela sua comunidade científica. Com isso, o objetivo foi partir de um campo de conceitos e definições previamente delimitados e contextualizados para então apresentar e analisar como os pensadores da Arquivologia a configuram neste espectro de relações e significados além de embasarmos nossa compreensão desta enquanto construção científica, com vistas a apresentar como resultados destas reflexões alguns indícios que contribuem para as diferenças de concepções e definições quanto ao Objeto científico da área.

O terceiro capítulo teve por objetivo ampliar nosso campo de reflexão demonstrando o processo histórico que envolveu o campo dos arquivos desde as primeiras observações quanto à importância, uso e valor atribuído ao documento, o estabelecimento de práticas e técnicas – *Fazer*, a construção de *Saberes* e suas influências para com o estabelecimento “oficial” de um campo científico, até a configuração das primeiras categorias teóricas durante o período que denominamos de Arquivologia Clássica. Ademais, apresentamos o cenário brasileiro em que os arquivos estavam inseridos nesse período.

Já o quarto capítulo se ocupa em compreender o contexto social, econômico e político em que emergem a importância e as preocupações com os documentos administrativos, bem como refletir sobre as teorias, Funções, valores e usos que o documento de arquivo passa a receber e exercer a partir da Arquivologia Moderna. Foram também pontuados alguns movimentos ocorridos no interior do campo científico da Arquivologia para lidar com novos problemas concernentes ao *Fazer* e ao *Saber* dos arquivos, e analisadas abordagens americanas e australianas inseridas nesses movimentos. Apresentamos, ainda, o desenvolvimento do campo dos arquivos brasileiro na perspectiva da Arquivologia Moderna.

No quinto capítulo buscamos identificar a Arquivologia Contemporânea a respeito de diferentes contextos e abordagens que a caracterizam, e como estas constroem seus paradigmas revisitando, rejeitando, reafirmando ou ampliando teorias, Funções, métodos e Princípios estabelecidos no processo histórico-epistemológico de seu desenvolvimento. Objetivou-se principalmente apresentar as discussões atuais que circundam a área para então, no capítulo seguinte, inseri-las nas reflexões sobre as diferentes concepções acerca de seu Objeto científico. Sendo assim, pretendeu-se com o sexto capítulo elencar algumas das diferentes concepções acerca do Objeto científico da Arquivologia, encontradas no percurso da pesquisa e através da revisão de literatura brasileira e estrangeira da área. Também foram discutidas as intersecções destas diferentes definições com a produção do discurso que lhes dá origem para, então, analisarmos a questão como um todo.

O sétimo capítulo teve por objetivo identificar os termos sobre os quais se configuram a institucionalização, acadêmica e científica, e a formação dos arquivistas no Brasil, os motivos que originaram e justificam o encontro de pesquisadores através da REPARQ, bem como o que desta observaram e almejam. Também foram apresentadas as definições acerca do Objeto científico da Arquivologia destes pesquisadores, para então analisá-las e inseri-las na discussão que suporta nossa problemática. Destaca-se ainda nossa abordagem quanto a outras definições e percepções destes mesmos pesquisadores, por a considerarmos fundamentais para a compreensão de fatores que entremeiam a área e interferem consideravelmente tanto na

configuração, quanto na permanência, de diferentes definições acerca do Objeto científico da Arquivologia.

Por fim, a título de indagações finais, apresentamos uma síntese do trabalho e reflexões quanto à problemática levantada. Em seguida, são citados as referências e os apêndices: questionário encaminhado aos representantes da primeira REPARQ e roteiro de entrevista com representantes da primeira REPARQ.

2 ARQUIVOLOGIA: ENTRE SABERES E FAZERES

A disciplina arquivística desenvolveu-se em função das necessidades de cada época. Ela é constituída por um *savoir-faire* que se foi acumulando ao longo dos anos. Os métodos de trabalho mudaram, mas encontramos geralmente as mesmas preocupações funcionais (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 48).

Apenas três anos após a fundação da Associação de Arquivistas e Bibliotecários da Bélgica em 1907, realiza-se, por iniciativa desta entidade, o I Congresso Internacional de Arquivistas e de Bibliotecários no ano de 1910¹⁰ durante a Feira Mundial de Bruxelas. O evento, que contou com a presença de conceituados personagens da área da Documentação e dos Arquivos, como Paul Otlet e Eugenio Casanova, tinha, entre outros objetivos, refletir sobre questões técnicas e profissionais no âmbito dos arquivos e das bibliotecas. E, visando manter as duas áreas autônomas de modo a respeitar suas especificidades, a organização do Congresso as dividiu em duas seções, cada uma com um presidente. No caso da seção de arquivos, o presidente foi Samuel Muller, um dos autores do “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, mais conhecido como Manual dos Holandeses¹¹.

Mesmo acontecendo mais de dez anos após a publicação deste Manual, o Congresso foi um importante momento em que seu conteúdo, ou seja, as cem regras para se trabalhar com documentos de arquivo, foi debatido e colocado para avaliação pública, sendo tal encontro reconhecido como o local “oficial” de lançamento da obra. Posteriormente traduzido para mais de 60 idiomas¹², sua publicação é considerada como um dos pilares da teoria arquivística, além de um marco teórico por trazer sistematizado e documentado alguns dos Princípios utilizados ainda hoje na área, como por exemplo, os

¹⁰ Os Anais deste I Congresso Internacional de Arquivistas e de Bibliotecários, também conhecido como Congresso de Bruxelas, foi digitalizado pelo Arquivo Geral de Bruxelas e está disponível no endereço <http://extranet.arch.be/congres1910/menu.html> (acesso em 01.02.2012). Mesmo com um número de arquivistas inscritos menor do que o de bibliotecários – cerca de um terço dos 500 participantes -, de todos os 59 trabalhos apresentados no Congresso, 23 tinham o arquivo como temática, abordando assuntos como arquivos privados, administração de arquivos, formação de arquivistas, conservação, dentre outros. Para mais informações sobre o Congresso, acessar <http://www.salha.nl/?pid=216>.

¹¹ Datado de 1898, também são autores deste manual; Johan Feith e Robert Fruin, ambos da Associação dos Arquivistas Holandeses.

¹² No Brasil, sua publicação aconteceu em 1960 como “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” através do Arquivo Nacional.

Princípios da Proveniência e o da Ordem Original, alicerces do Arranjo e Descrição em arquivos. Para Tanodi (2009), foi a partir desta publicação que se passou a considerar os documentos de arquivo na perspectiva de conjunto orgânico, tendo seu método de tratamento se diferenciado tanto do da biblioteca como do museu.

Los archiveros holandeses, independizando la Archivología, la hicieran dependiente, en la organización interna de los archivos, del ordenamiento que les daba el registrador (TANODI, 2009, p. 39).

Desde então, na literatura da área e para muitos autores, este Manual substancia a evolução da Arquivologia para uma posição de disciplina. Segundo Malheiro da Silva, a área passa a ser instituída como ciência após esta publicação, uma vez que as técnicas e métodos nela abordados permitem a reflexão teórica de seu *Fazer*, além de representar a *libertação da arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX* (SILVA, A.M. B. da et. al., 1999, p. 117).

Porém, segundo Tognoli (2010), *para alguns autores, como Luciana Duranti e Antonia Heredia Herrera, a arquivística nasce a partir dos manuais de Diplomática. Entre eles, o mais famoso é De re diplomática libri VI, de Jean Mabillon, escrito no século XVII, com o objetivo de estabelecer os princípios e métodos para a crítica textual* (TOGNOLI, 2010, p. 19). Ainda assim, Duranti também atribui ao Manual dos Holandeses o papel de primeiro tratado científico arquivístico (DURANTI, 1995¹³ apud TOGNOLI, 2010, p. 25).

Considerando que o Manual dos Holandeses se configura como marco de “entrada” da Arquivologia no campo científico, igualmente compartilhado com os autores supracitados, é importante estabelecer também seu papel em termos de delineamento metodológico e ponto de partida para o avanço de outras questões teóricas, lembrando que o seu conteúdo reflete um período, um contexto histórico cultural específico. O fato de o Manual possuir como característica a disposição de trazer consigo a “elevação da área para ciência”, nos permite concordar com Thomas Kuhn (2006), importante filósofo norte-

¹³ DURANTI, L. **Ciencia archivística**. Córdoba: [s.n], 1995.

americano que constrói uma ideia de ciência contemporânea a partir da história da ciência, para quem os manuais de caráter científico funcionam como fonte autorizada e *referem-se a um corpo já articulado de problemas, dados e teorias, e muito frequentemente ao conjunto particular de paradigmas aceitos pela comunidade científica na época em que esses textos foram escritos* (KUHN, 2006, p. 176). Nesse sentido, o autor ainda complementa que, após o reconhecimento e análise dessa fonte de autoridade, torna-se possível o desenvolvimento científico de uma área. Afinal, servem de base para uma nova tradição, pois existe uma *confiança crescente nos manuais ou seus equivalentes (...) com a emergência do primeiro paradigma em qualquer domínio da ciência* (KUHN, 2006, p. 176).

Desta forma, ao pensarmos as condições científicas específicas que envolvem a Arquivologia desde a publicação do Manual dos Holandeses, da história dos arquivos e da Arquivologia, perpassando por suas fases Clássica, Moderna e Contemporânea¹⁴, pela ideia de que um manual metodológico desta natureza deriva da sistematização como consequência da observação e da experiência empírica de pessoas que sentiram necessidade de pensá-las, e frente às transformações vividas pelas sociedades e culturas em que esses processos se desenvolveram e se desenvolvem, percebemos a necessidade de enfrentarmos problemáticas peculiares à fundamentação da área em questão no que concerne à produção de conhecimento enquanto *Saber*¹⁵ científico.

Assim, apresentaremos ao longo deste segundo capítulo reflexões sobre o significado e os conceitos de ciência, disciplina e técnica em relação à Arquivologia e como estão imbricados com questões concernentes à teoria e à prática, o que articulamos entre *Saber e Fazer*, com vistas a demonstrar o percurso teórico que nos levou a interpretá-la como ciência em construção. Também buscamos, inseridos nesta perspectiva, justificar a importância do Objeto científico para uma área do saber. Outra reflexão que se mostrou necessária ao desenvolvimento deste capítulo foi apresentar e analisar como pensadores da Arquivologia a classificam em relação a sua natureza de

¹⁴ Essas periodizações serão retomadas nos terceiro, quarto e quinto capítulos deste trabalho.

¹⁵ Sempre que utilizarmos a palavra *Saber* assim grafada, esta deve ser compreendida como saber resultado da produção de conhecimento científico, isto é, *Saber* científico.

conhecimento bem como inseri-la em discussões quanto sua delimitação de Ciência Social Aplicada, Moderna ou Pós-moderna e suas relações com a Ciência da Informação. Ademais, foi igualmente relevante pontuar questionamentos de modo a analisar e justificar como alguns termos e conceitos estão sendo discutidos e utilizados em sua comunidade científica. Com isso, o objetivo foi partir de um campo de conceitos e definições previamente delimitados e contextualizados para então apresentar e discutir como os pensadores da Arquivologia a configuram neste espectro de relações e significados, além de embasarmos nossa compreensão desta enquanto construção científica, de maneira a apresentar como resultados destas reflexões alguns indícios que contribuem para as atuais diferenças de definições quanto ao Objeto científico da Arquivologia.

Antes de iniciarmos nossas análises é importante explicarmos, de modo a não causar interpretações indevidas, o que pretendemos como significativo ao utilizarmos as palavras *Fazer* e *Saber* e o quanto seus significados fizeram (e ainda fazem) parte do desenvolvimento científico e da construção de novas áreas do conhecimento.

O que estamos considerando como *Saber* são significados derivados da ciência e da disciplina em seus processos de construção de conhecimento que resultam na formação de teorias científicas. Este tipo de teoria legitima-se como instrumento da ciência e da disciplina para definir fatos, organizar e classificar conhecimentos, sendo suas formulações transformadas e transmitidas menos como um conjunto de “boas regras científicas” e mais como juízos científicos. Lacey (2008, p. 83) considera que essa abordagem

*analisa a racionalidade em termos de conjuntos de valores (valores cognitivos), e não em termos de um conjunto de regras, e propõe que os juízos corretos são feitos por meio do diálogo entre os membros da comunidade científica acerca do nível de manifestação de tais valores por uma teoria, ou por teoria rivais.*¹⁶

¹⁶ Considerando a abordagem de Lacey, é importante esclarecermos que nosso objetivo com este trabalho não é estipular regras que devem ser seguidas para que a Arquivologia seja entendida como ciência, tampouco sobre como devem ser as teorias que a sustentam, e sim refletir sobre algumas características de caráter epistemológico que podem contribuir para que se amplie na área a possibilidade de diálogo no interior de sua comunidade científica.

Na esteira da discussão sobre a característica científica da teoria, em relação ao *Saber* que propomos enquanto significante devemos compreendê-lo no mesmo aspecto, isto é, como *Saber* científico.

Ao *Fazer* atribuímos o exercício prático de uma atividade que quando pensada e organizada pode desenvolver instrumentos técnicos de maneira a facilitar, melhorar e aperfeiçoar sua realização. E esses instrumentos técnicos, que podem ser desde uma enxada até a organização de documentos em ordem alfabética, por exemplo, representam aquilo que estamos considerando como técnica. É fato que não podemos deixar de ponderar o quanto uma técnica é resultado de processos cognitivos elaborados frente a conhecimentos produzidos e acumulados por pessoas durante suas trajetórias de vida ou durante o exercício de tarefas ou funções, mas não entendemos esse conhecimento como científico por não estar inserido num conjunto de ações desenvolvidas dentro de prerrogativas socialmente construídas capazes de lhe atribuir um caráter desta natureza. Prerrogativas estas que serão abordadas ao longo deste trabalho.

Ainda numa abordagem significativa do *Fazer* - que consideramos possuir em seu significado tanto a prática como a técnica, quando transposta ao trabalho junto aos arquivos e seus documentos, nos permite demonstrar a existência de um caráter instrumental nesta atividade, o que também atribuímos como significado deste nosso significante.

Podemos inferir assim que a Arquivologia surge da observação e reflexão de uma experiência prática, também relacionada enquanto resultado de experimentos e conhecimentos reunidos pela observação consciente. Se a experiência permite observar os resultados e seus efeitos, e de certa forma estes resultados são conhecimentos (teoria) aplicados com certo objetivo e que geram a reflexão, concordamos com Williams ao afirmar que a teoria *está sempre em ativa com a prática: uma interação entre as coisas feitas, as coisas observadas e a explicação (sistemática) delas. Isso permite uma distinção necessária entre teoria e prática, mas não requer sua oposição* (WILLIAMS, 2007, p. 394). Mesmo assim, as relações da Arquivologia com a técnica (prática) e a ciência/disciplina (teoria), bem como seu caráter classificatório nesta relação, não devem ser justificados somente por estas razões.

Voltamos ao início deste capítulo de maneira a recuperar o significado atribuído ao Manual dos Holandeses como “a porta de entrada” da Arquivologia no campo científico, lembrando que foi elaborado por representantes de uma associação que tinha por objetivo pesquisar problemas concernentes a organização prática de arquivos. Ou seja, este Manual nada mais é do que o registro de resultados de uma sistematização teórica articulada com uma prática com documentos em temporalidade e contexto específico, pois não somente esta publicação, como toda a experiência deve ser considerada produto de situações sociais particulares que evidenciam condições que precisam de reflexão para ser explicadas.

Deste modo, além do Manual dos Holandeses inaugurar um *Fazer* regulado por normas, onde termos começam a ser delineados a partir de noções práticas, essa publicação divulgou uma série de conhecimentos acerca da prática arquivística, resultantes de experiências e reflexões sobre o *Fazer*. E se esse *Fazer* está sendo levado ao campo da reflexão com vistas a desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo, é certo que teorias sobre ele começam a surgir. Teorias que orientam a prática e que ao mesmo tempo foram e são resultados desta prática.

Uma hipótese que se coloca, ou ainda, um indício de fatores que convergem para diferenças de definições quanto ao Objeto científico da Arquivologia, é de que essas técnicas que entendemos como materiais, encontradas no Manual dos Holandeses por exemplo, foram consideradas, no momento de sua publicação, como teorias científicas desta que passaria a ser uma “nova área do saber”. Naquela conjuntura histórica e epistemológica, o fato de técnicas e princípios estarem sistematizados e racionalizados era suficiente para defini-los como teorias e métodos de modo a justificá-los na perspectiva científica. Isto é, a Arquivologia, por ser resultado de uma necessidade prática, “acontece” como área científica num momento de vigor da racionalidade positivista, sendo que desta maneira, os elementos a ela atribuídos não exigiam necessariamente investigações mais profundas sobre sua natureza epistemológica.

Ainda em relação ao campo do *Fazer*, as técnicas materiais resultantes de maneiras em abordar e solucionar problemas práticos como o acúmulo de documentos, a dificuldade em organizá-los e recuperá-los, por exemplo,

enquanto consideradas satisfatórias continuarão a ser usadas sem perspectiva de mudança ou evolução. Contudo, a partir do momento em que estas técnicas até então apreendidas e desenvolvidas não mais satisfizerem as necessidades práticas, será preciso repensá-las em abordagens e âmbitos mais amplos, envolvendo outras análises críticas como também mais exemplos para alargar a dinâmica de seu desenvolvimento. Devemos igualmente pontuar que uma técnica não deixa de ser satisfatória por si só, ou seja, apenas porque não atende mais a resolução de determinado problema. Fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e muitos outros, também interferem nessa questão. Assim, a partir dos trabalhos no campo dos arquivos fortalecidos em torno da técnica, do *Fazer*, é que foi construída, utilizando a concepção de Fourez, a “tecnologia intelectual”, um *Saber* para a Arquivologia com vistas a pensar os problemas de organização, preservação, guarda e acesso aos documentos de arquivo.

Como consequência, a Arquivologia, no sentido aqui aludido como ciência em construção, pode ser compreendida como resultado de uma *práxis* que considera, de maneira consciente, formas adequadas para testar, validar, (re) elaborar ou solidificar, ainda que em tempos e contextos específicos, as interações entre o *Fazer* e o *Saber*. E se esse *Saber* é significativo de processos inerentes à ciência e à disciplina, torna-se fundamental compreendermos os significados destas.

De acordo com Pombo, a palavra disciplina pode suportar três significados distintos; *um relacionado à Disciplina como ramo do saber, Disciplina como componente curricular e disciplina como um conjunto de normas e leis que regulam uma atividade ou um comportamento, por exemplo* (POMBO, 2004, p. 4). Compreendendo que muitas das Disciplinas curriculares são recortes das consideradas como ramos do saber, entendemos a Arquivologia como Disciplina científica em cujo interior há diferentes disciplinas curriculares.

Para Fourez (1995, p. 103), uma disciplina científica é determinada por uma organização mental e deve possuir uma matriz disciplinar ou um paradigma, ou seja, *uma estrutura mental, consciente ou não, que serve para classificar o mundo e poder abordá-lo*. Podemos transpor essa questão à Arquivologia. Ao largo de ideias prévias sobre o arquivo, tais como sua

organização, gestão e acesso, as quais resultaram de pesquisas, conceitos sobre o *Fazer* arquivístico foram sendo cultural e socialmente construídos a ponto de servirem como base à disciplina Arquivologia. É fato ainda inferir que estes conceitos foram, são e serão constantemente construídos e reconstruídos, afinal, ao que Pombo (2004) atribui como “ramo do saber” e Fourez (1995) como “disciplina científica”, convergem para o que aqui estamos definindo como ciência e disciplina. E se em volta de toda disciplina científica deve haver *certo número de regras, princípios, estruturas mentais, instrumentos, normas culturais e/ou práticas, que organizam o mundo antes de seu estudo mais aprofundado* (FOUREZ, 1995, p. 105), o *Fazer* nos arquivos, antes de se “tornar” Arquivologia, já tinha muitos destes elementos operados, o que serviu de base para sua “entrada” no campo científico. Ainda assim, era necessário definir qual seria a sua matriz disciplinar, a partir do que ela classificaria o mundo e o abordaria.

Voltando à necessidade de refletir sobre a ideia de ciência, brevemente discutida no primeiro capítulo, reforçamos nossa compreensão desta como uma forma de saber que possui instituições e linguagens próprias, uma construção derivada da necessidade do homem em ter domínio sobre as coisas, os fatos e os fenômenos. Sua existência *se define como um progresso do saber (...) em suma, a ciência é uma das testemunhas mais irrefutáveis da existência essencialmente progressiva do ser pensante* (BACHELARD, 1971, p, 22). De acordo com Goode (1979, p. 11), *a ciência é um método de abordagem do mundo empírico todo, isto é, do mundo que é suscetível de ser experimentado pelo homem. É, ainda mais, um ponto de vista que não visa à persuasão, de alcançar a “verdade última”, ou a convencer. É somente um modo de analisar que permite ao cientista apresentar proposições sob a forma de “se-, então-”.* Para Fourez (1995, p. 81), *pode-se considerar a ciência como uma tecnologia intelectual destinada a fornecer interpretações do mundo que correspondam a nossos projetos*, e segundo Rendón Rojas (2011, p. 4) um programa de investigação científica deve possuir um núcleo central formado por conceitos, categorias e teorias que dão identidade à pesquisa e que possibilitam a permanência de uma tradição científica e a manutenção ou mudança de teorias que surgem ao redor do seu cinturão protetor, permitindo, além da inovação científica, a compreensão da existência de diversas escolas

e correntes, concluindo que as ciências possuem três componentes que devem ser observados; o seu Objeto de estudo, sua metodologia e seu aparato teórico.

Observadas as questões que utilizamos para pensar a Arquivologia como disciplina científica e necessariamente como área científica, novamente nos apoiamos em Fourez (1995) que, ao discursar sobre o surgimento da biologia, afirma: *uma disciplina científica nasce como uma nova maneira de considerar o mundo e essa nova maneira se estrutura em ressonância com as condições culturais, econômicas e sociais de uma época* (1995, p. 105). Isto é, havia um momento histórico e científico propício, além de pessoas com suficiente domínio de técnicas que estavam empenhadas em transformar a prática, o *Fazer* dos/nos arquivos em campo de investigação. Se houve momento e fatores propícios à constituição de uma nova área de *Saber*, a construção e o estabelecimento de regras para esta disciplina também eram fundamentais. Assim, as maneiras como estas relações temporais e teóricas se entrelaçam serão abordadas neste trabalho, sendo que neste segundo capítulo delimitaremos algumas categorias desta necessidade.

Uma das categorias principais a um campo de investigação de uma área de *Saber* abarca a definição de Objeto científico, ou seja, *uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas representadas e corresponde à própria realidade, porque é racional e inteligível em si mesma* (CHAUI, 1995, p. 252). Bachelard (1971), ao explicar o seu “racionalismo aplicado”, afirma que não há ciência independente já que a realidade social é uma só e seus mais diferentes aspectos são estudados por ciências “particulares” e “autônomas”, fundamentadas nas suas próprias práticas e em seu próprio Objeto. Faz-se importante reforçar que nossa atribuição de particular e autônoma à ciência não lhe garante o status de independente, e além da ciência particular não ser arbitrária, o Objeto científico que ela se atribui é igualmente arbitrário, pois, em suma, é resultado de construções.

Fourez (1995, p. 52) afirma que há um sujeito científico particular para cada disciplina, ligado ao paradigma (ou matriz disciplinar). Esses sujeitos são os conjuntos de regras estruturantes que dão à disciplina seu Objeto, não se tratando de um ou mais indivíduos e sim de uma maneira socialmente estabelecida de estruturar o mundo. O Objeto científico é aquele que produz a

observação e estimula a problemática, ou ainda segundo o autor, *o objeto de uma disciplina não existe portanto antes da existência dessa própria disciplina, ele é construído por ela* (FOUREZ, 1995, p. 106).

Essas reflexões quanto ao caráter científico, suas atribuições epistemológicas e sobre a identidade de uma disciplina foram, são e serão objetos de discussão e análise permanente na trajetória e no desenvolvimento da produção do conhecimento. Muitas outras disciplinas passaram ou passam por questões semelhantes às que a Arquivologia vem vivenciando. Tomemos como exemplo a História no final do século XIX, período de importantes redefinições científicas, quando os documentos escritos passam a ser o pilar metodológico para seu reconhecimento enquanto ciência, o que consequentemente nos permitirá compreender porque, em alguns momentos, temos a Arquivologia estigmatizada como ciência auxiliar da História.

Já no caso da Geografia, Milton Santos (1980) dedica, no início dos anos 1980, todo o seu livro “Por uma Geografia Nova” a uma reflexão desta natureza. A partir de sua percepção disciplinar da Geografia, como também a atribuição de autonomia e particularidade às diferentes ciências frente a uma ciência total, nos valem da concepção deste autor quanto a essa conjectura para finalmente justificarmos as *ciências particulares autônomas, cujo objeto é uma parte da realidade total e para cujo estudo se estabelecem, em um movimento contínuo, princípios gerais e se criam normas de proceder em diferentes níveis, desde a epistemologia às técnicas* (SANTOS, M. 1980, p. 3). Vale ressaltar que, assim como na Geografia, os anos 1980 também são significativos na trajetória epistemológica da Arquivologia, já que para uma parte de sua comunidade científica trata-se do período de “rupturas” e direcionamento à “mudança de paradigmas” (do Custodial para o Pós-custodial ou Pós-moderno, por exemplo).

Ainda nesta perspectiva, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 13), para entender qualquer parte de uma ciência precisamos compreender o seu todo. Porém, antes desse entendimento “total” é preciso compreendermos a própria ciência *como prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo*. E no lastro desta questão relacionada à prática social, pode-se localizar a Arquivologia como uma Ciência Social Aplicada, que se constrói a partir de uma realidade social.

Essa classificação enquanto Ciência Social Aplicada é reforçada pelo caráter instrumental que atribuímos à área e, como vimos, representado pela operacionalização das Funções arquivísticas, regidas por teorias e metodologias que variam de acordo com as diferentes abordagens, em tempos e contextos específicos.

Assim, podemos entender a Arquivologia como uma construção disciplinar que se desenvolveu a partir do *Fazer* e, ao passo em que desenvolve sua autonomia enquanto *Saber*, pouco a pouco vai elaborando e aprofundando seus conceitos, teorias, Princípios e métodos específicos. Trata-se de uma ciência em construção, o que não deve ser compreendido como elemento desqualificador ou inibidor de sua cientificidade, e que ainda possui, no interior de sua comunidade científica e pelos membros desta, diferentes definições em torno do seu Objeto científico, elemento identitário e direcionador de suas problemáticas e seus objetivos.

2.1. DA HERANÇA TÉCNICA ÀS PRETENSÕES CIENTÍFICAS

Analizadas a importância e permanência do *Fazer* na constituição e desenvolvimento do *Saber*, de maneira a ampliarmos nossa compreensão sobre a configuração da Arquivologia como ciência autônoma se faz necessário refletir sobre as etapas que comumente permeiam a construção das ciências. Para tanto, baseamo-nos nas ideias de Fourez (1995) que apresenta três fases importantes pelas quais uma disciplina deve transitar de maneira a buscar consolidação e reconhecimento;

- pré-paradigmática;
- paradigmática;
- pós-paradigmática¹⁷.

E de modo a estabelecer um ponto de partida para a reflexão das fases possivelmente percorridas pela Arquivologia em busca de sua cientificidade, cujos objetivos estão em encontrar pistas que nos auxiliem na investigação de como se configuram as atuais diferenças quanto à definição de seu Objeto científico, nos apoiaremos nas fases propostas por Fourez para, através da homologia, discutirmos sobre o que consideramos momentos importantes de serem relacionados, de forma dialética, com a trajetória da Arquivologia em seu desenvolvimento enquanto ciência. É claro que não podemos generalizar a área de maneira a inseri-la cartesianamente em uma ou outra fase, até porque seu desenvolvimento é particular a cada local em que se desenvolve. Porém, é possível inferirmos, numa perspectiva epistemológica, formas pelas quais a disciplina perpassa em cada uma destas fases no que tange a seus paradigmas.

¹⁷ Vale ressaltar que o que Fourez (1995) considera como paradigma refere-se ao conjunto de elementos que constituem modelos que observam, teorizam e incitam a investigação por um determinado tempo e influenciam os problemas e soluções para uma comunidade científica, isto é, fornecem os modelos explicativos de uma disciplina científica na fase específica do seu desenvolvimento e define seus fundamentos. Não significa que seja necessariamente um modelo por período tampouco que seja aceito de maneira unânime por toda a comunidade científica.

Para Fourez (1995) a fase pré-paradigmática é aquela em que as práticas da disciplina e a presença de comunidade científica com identidade não estão bem definidas, sendo que sua existência se dá pelas necessidades impostas pelas demandas sociais. Os problemas que a ela cabem resolver vêm mais de fora da disciplina do que de dentro, ou seja, são problemas que se originam fundamentalmente na vida cotidiana, prática. É um momento em que não há muitos espaços de formação universitária e os profissionais que atuam numa determinada área advêm de outras áreas e, conseqüentemente, com outras formações. Por analogia e abarcando a Arquivologia pelo seu viés de construção disciplinar, a essa fase pré-paradigmática podemos trabalhar tendo como recorte temporal o final do século XVIII (Revolução Francesa) até o imediato período pós Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 1940. Sem perder de vista o desenvolvimento que o *Fazer* arquivístico propiciou até a constituição de uma disciplina, vale ressaltar que não estamos desconsiderando todo o processo arrolado anterior ao recorte temporal proposto. Entretanto, neste momento estamos elaborando nossa reflexão pelo ponto de vista paradigmático e isso necessariamente requer inferências quanto à existência disciplinar da Arquivologia. No terceiro capítulo deste trabalho faremos uma análise desse período anterior, o qual estamos chamando de **História dos Arquivos**.

Em termos teóricos, trata-se do período da centralização dos arquivos, principalmente a partir dos arquivos franceses no Arquivo Nacional, da sua apresentação para os cidadãos como consequência da Revolução Francesa, bem como a ideia de arquivo como instituição e serviço, da publicação do Manual dos Holandeses, da elaboração e disseminação de Princípios como o da Proveniência, da publicação de outros manuais como os de Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Adolf Brenneke, e do estabelecimento das primeiras escolas de formação de viés técnico, dentre outras questões. Era fundamental, naquele momento, refletir sobre as diferenças entre o trabalho realizado em arquivos e bibliotecas, além de considerar a importância e o desenvolvimento da Bibliografia e da Documentação, proposta por Paul Otlet.

O documento de arquivo em seu conjunto orgânico, seu valor de prova¹⁸ e garantia de direitos, além de potencial fonte para pesquisa histórica, era o objeto a partir do qual se pensavam, de maneira preliminar, os Princípios da disciplina e algumas de suas Funções, tendo por objetivo organizar, preservar e disponibilizar documentos. Como veremos com maior profundidade no terceiro capítulo desta tese, consideraremos esse momento como o da **Arquivologia Clássica**.

Ao período paradigmático, ou a fase paradigmática, Fourez (1995) considera como aquele em que a disciplina já se encontra estabelecida, sendo vista como resultado mais objetivo de um processo de evolução da fase pré-paradigmática. Pretende-se que seja a fase na qual seu Objeto esteja construído de maneira firme, assim como as técnicas da disciplina. Os problemas devem deixar de ter origem nas demandas externas para emergir e serem resolvidos no interior de seu desenvolvimento, no interior da própria disciplina. Os conceitos estão estabelecidos e podem ser operados, ampliando as pesquisas de questões já dominadas a partir de paradigmas fortalecidos, capazes de propor soluções para os problemas de ordem prática.

Se pensarmos a Arquivologia numa perspectiva temporal, podemos relacioná-la a essa fase paradigmática a partir de meados dos anos 1940, propriamente ao período pós Segunda Guerra Mundial, até meados dos anos 1980. Trata-se de momento sobre o qual estamos considerando como da **Arquivologia Moderna**, dos trabalhos de Theodore Roosevelt Schellenberg, da efetivação universitária da disciplina, da criação de um Conselho Internacional de Arquivos e o desenvolvimento de teorias como a das Três Idades. Todo esse processo de reflexão e análise acontecia tendo, assim como na fase pré-paradigmática, o documento de arquivo como o objeto a partir do qual as reflexões aconteciam no interior da comunidade científica da Arquivologia.

Não obstante, mesmo que este documento de arquivo tivesse agora seu valor ampliado para além da garantia de direitos e de fonte histórica em direção

¹⁸ Quando relacionada a documento de arquivo, a expressão "valor de prova" deve ser entendida como a evidência de uma transação, de uma atividade, o cumprimento de deveres. "Qualidade pela qual os documentos de arquivo permitem conhecer a origem, a estrutura, a competência e/ou funcionamento da instituição que os produziu". (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 78).

a uma dimensão científica e administrativa, com um forte viés para a gestão, os objetivos da disciplina permaneciam os mesmos, que fossem os de organizar, preservar e disponibilizar documentos, porém em outro tempo, outro contexto e outro mundo. Um mundo outro que agora não podia mais se contentar apenas com a já “estabelecida e resolvida separação” técnica e teórica da Biblioteconomia com a Arquivologia e a Documentação. Era um novo mundo, com muito mais documento e informação, além de uma nova área se querendo científica, a Ciência da Informação.

Especificamente em relação à Arquivologia brasileira, é certo pensarmos que ela “oficialmente” surge no momento desta Arquivologia Moderna. Na ânsia em formar mão de obra qualificada, sofremos influências europeias e americanas, tanto técnicas como teóricas, passamos a ampliar a reflexão sobre os problemas que surgiam do *Fazer*, constituímos associações profissionais, os primeiros cursos de graduação, a regulamentação da profissão e os congressos científicos. As teorias e conceitos foram recebidos prontos a serem aplicados nos arquivos existentes, como veremos de maneira mais aprofundada no quarto capítulo desta pesquisa.

Ainda em relação ao “novo mundo” ou “mundo outro”, que inaugura o que atribuímos como período da Arquivologia Moderna, é possível considerar que a área teve amplo progresso, tanto no Brasil como em países da Europa, Canadá e Estados Unidos, principalmente por estar inserida junto a setores em desenvolvimento, como os estados, as empresas, as indústrias. Isto é, a operação das iniciativas de cunho científico, fossem as produções teóricas, metodológicas e/ou empíricas, tinham como laboratório as próprias instituições, os próprios arquivos. Utilizando as palavras de Fourez ao descrever a importância do laboratório para a pesquisa e o desenvolvimento científico, atribuímos a este momento de desenvolvimento da ciência o crescimento das diferentes possibilidades de verificação:

o laboratório não é, por conseguinte, apenas o lugar onde o cientista trabalha, é a instituição que serve para traduzir os problemas do cotidiano em linguagem disciplinar, e depois devolvê-los (FOUREZ, 1995, p. 126).

O fato é que em “nossa” área científica, esse “laboratório” não é um local com modernos equipamentos tecnológicos que serão utilizados para testar ou analisar amostras sanguíneas e comportamentos de reações químicas. Não é aquele lugar que no imaginário social possui paredes de azulejos brancos onde todos os pesquisadores devem usar luvas e jalecos. Os nossos laboratórios não possuem tubos de ensaio, nem microscópios. Nossos laboratórios são os arquivos enquanto instituição, sistema, Fundo ou departamento, que variam de lugar para lugar, são decorrentes de um contexto maior, com documentos de diversas ordens e caráter, resultado tanto de sua contextualização física e institucional como temporal. Ele é dinâmico e contextualizado, não podendo ser controlado como uma experiência desenvolvida e manipulada em laboratório. Toda essa diversidade dos nossos “laboratórios” e do aumento da produção documental e informacional ocorridas, nos leva a questionar a existência de uma fase paradigmática “bem resolvida” para a Arquivologia.

A terceira e última fase abordada por Fourez é a chamada de pós-paradigmática. Neste momento a ciência *se apresenta como uma tecnologia intelectual acabada, e na qual quase não se faz mais pesquisas (...) é uma tecnologia intelectual extremamente útil ainda, mas que não é mais objeto de pesquisas*. Ou seja, trata-se de uma fase em que a área já deve estar consolidada e seja capaz de resolver todos os problemas que se apresentaram ou se apresentam. *Mais uma ciência resolvida do que limitada, porém suficiente, inserida num “circulo paradigmático”* (FOUREZ, 1995, p. 127).

Mesmo considerando a produção do conhecimento como algo em constante construção, podemos pensar que, especificamente no caso da Arquivologia, após as “inovações” ocorridas durante o período em que a consideramos **Moderna**, tais como a gestão de documentos, a teoria das Trêslidades, o foco no documento administrativo, dentre outras, a área questionava suas problemáticas a partir de elementos que giravam em torno do documento de arquivo em suporte físico. Entretanto, a partir de meados da década de 1980 com o salto tecnológico, além da inserção do computador nas atividades cotidianas, as possibilidades “virtuais” e “eletrônicas” para o documento de arquivo trazem novos questionamentos à área. E é a partir de então que passamos a considerar sua fase como **Arquivologia Contemporânea**.

Se entendermos que neste período **Contemporâneo** a Arquivologia passa por uma “mudança de paradigmas”, como abordado por muitos pesquisadores de sua comunidade científica, devemos considerar que sua “fase” está menos pós-paradigmática e mais para o conceito de Revolução Científica, proposto por Kuhn (2006). Ou pelo menos ela se quer numa Revolução Científica, visto que isso significa se encontrar inadequada e incapaz de responder a certos anseios disciplinares e práticos, sendo necessária uma renovação ou até mesmo a rejeição de paradigmas.

De fato, o processo histórico de produção de conhecimento carrega consigo variantes de abordagens e mudanças, sendo que muitas delas de alguma forma são resultados e resultantes de nossos significantes *Fazer* e *Saber*. Os Romanos antigos privilegiavam a prática, de modo que durante a Idade Média os saberes estavam condicionados à Teologia. No século XVII observamos o início do pensamento científico moderno, o que se convencionou chamar de *Saber* ou Ciência Moderna, uma vez que anteriormente o saber era baseado na especulação. O caminho para o “triunfo” da ciência acontece no século XVIII com o saber racional, que se “liberta” do saber divino imposto pela religião, bem como outros tipos de manifestações que foram se processando na configuração de novas ordens mundiais.

Porém, a ciência se torna causadora de progresso principalmente ao se encontrar com a tecnologia. O progresso técnico é parceiro fundamental da Ciência Moderna, pois procura determinar aspectos do real que não são naturais e sim construídos. De acordo com Boaventura Sousa Santos (2003) a Ciência Moderna é baseada em um modelo de racionalidade legado do século XVI e consolidado no século XIX. É uma maneira de produção de conhecimento científico que preza por uma única forma de alcançar o conhecimento verdadeiro, através da aplicação de seus próprios princípios epistemológicos e seus métodos. Privilegiava o “como” ao invés do “por que” e propunha a *investigação das causas como base de justificação* (SANTOS, B. de S, 2003, p. 28). A Arquivologia neste momento, ao ser configurada como ciência, era também resultado desta concepção de demonstrar os “como” e não os “por que”.

As descobertas científicas, de maneira geral iniciadas no século XIX, foram capazes de se instaurar no mundo e de modificá-lo a ponto de influenciar

no modo de viver das pessoas. As técnicas agrícolas possibilitaram o aumento da produção de alimentos, importante dado aumento populacional, a urbanização das cidades implicou em novas formas de habitá-las, vemos o surgimento das fábricas, a ampliação de novos meios de transporte, a industrialização, o telégrafo e o telefone aproximando as pessoas, desenvolvimento de remédios, vacina e da pesquisa médica, causando também aumento na expectativa de vida das pessoas, além da eletricidade, só para citar algumas.

É claro que com todas estas transformações a produção de informação e de documentos aumenta vertiginosamente, um ciclo virtuoso no caso da produção documental e um ciclo vicioso no caso das questões teóricas e práticas de como lidar com esse aumento de informação e documentos. Há uma preocupação em refletir sobre problemas desta nova realidade, o que por parte dos profissionais de arquivo se deu através da publicação de manuais didáticos, enquanto na área da Documentação encontramos em Paul Otlet estas preocupações “resolvidas” com a concepção da Classificação Decimal Universal (CDU), derivada de outras tentativas de organização de conhecimento, tais como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) do final do século XIX, mais especificamente em 1876. A Ciência da Informação, para aqueles que compartilham com a corrente “Vannevar Bush”, ainda não existia institucionalizada, o que viria a acontecer em 1945.

Entretanto, é importante apontarmos que quase a totalidade destas “invenções” citadas acima é resultado do *Saber* empregado no campo das ciências da natureza, de espírito racionalista e positivista. Só que da mesma forma em que estas invenções foram inseridas no cotidiano das pessoas, situações que existiam e que passaram a existir no mundo “dos homens e não só das máquinas” deveriam ser estudadas e explicadas de maneira tão racional como nas ciências da natureza. Estes são os primeiros passos para o desenvolvimento das ciências humanas e sociais na segunda metade do século XIX.

Concomitante a essa construção das ciências humanas e sociais, pelo discurso das ciências naturais o progresso era *a palavra de ordem – dotada agora deste recém-adquirido sentido de infinitude, e reforçada pelas conquistas materiais da tecnologia* (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996, p. 16). Os cientistas

“da natureza” viam os trabalhos resultantes da experimentação e do empirismo como meros substitutos da teologia, como especulação e dedução, desvalorizando e negando estas práticas. Cabia somente às ciências da natureza a explicação racional dos fenômenos, os resultados “práticos”. Não obstante, ao mesmo tempo em que as ciências naturais se desenvolviam, havia necessidade em alavancar conhecimentos mais precisos sobre questões sociais que permeavam o cotidiano. Assim, *a história intelectual do século XIX é marcada, antes de tudo, por este processo de disciplinarização e profissionalização do conhecimento, o que significa dizer, pela criação de estruturas institucionais permanentes destinadas, simultaneamente, a produzir um novo conhecimento e a reproduzir os produtos deste conhecimento* (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996, p. 21).

Deve-se a este momento de transformação e disciplinarização a configuração das ciências sociais, *um saber sistemático e secular acerca da realidade, que de algum modo possa ser empiricamente validado* (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996, p. 128), pois era necessário mais do que organizar as transformações pelas quais as sociedades passavam, era importante compreendê-las. Retomando a Ciência Histórica como exemplo, podemos dizer que ela dá importantes passos na sua estruturação e estabelecimento como ciência neste período, já que a nova ordem social demandava contemplar as narrativas centradas nos documentos escritos, passando assim a ter os arquivos como o seu “lugar confiável na busca pela verdade”, o que lhe conferiu espaço nas questões positivistas, além de um método.

A exemplo do estudioso das ciências naturais, o historiador não deve buscar a informação que procura, nem nos escritos já existentes (ou seja, a biblioteca, lugar da leitura), nem nos processos do seu próprio pensamento (o estúdio ou estudo, lugar por excelência da reflexão), mas antes num espaço onde é possível reunir, armazenar, controlar e manipular uma informação objetiva e exterior (o laboratório ou o arquivo, que é lugar da investigação) (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996, p. 31).

No campo dos arquivos trata-se de um momento de subserviência à Ciência Histórica, que para justificar seu estatuto de ciência utiliza-se da verificação empírica junto aos documentos escritos e que em sua maioria

estavam nos arquivos, razão pela qual muitos autores atribuem à Arquivologia um período de “ciência auxiliar” da História. Por outro lado, tendo sido ou não colocada em segundo plano, é fato que através desta “posição de ciência auxiliar” a Arquivologia avançou ao desenvolver métodos e compreensões internas de modo a facilitar a organização e a pesquisa dos documentos. Era uma época em que o conhecimento científico avançava pela especialização, um discurso – assim como uma prática – muito frequente nos séculos XIX e início do XX.

Atualmente discute-se muito sobre o “prejuízo” que a especialização dos saberes, inserida na perspectiva da Ciência Moderna, trouxe para o desenvolvimento científico e conseqüentemente para a sociedade. De acordo com Pombo, ainda que por um lado tenha ocorrido certo prejuízo, há de se considerar que mesmo assim foi uma condição necessária para o progresso científico. Já aos que atribuem a isso um prejuízo, justificam por tratar de alterar a natureza científica, então predominante, de ter o mundo como objeto de investigação. Para as disciplinas chamadas “particularidade” ou “especialização”, a ideia de mundo passou a não ter mais tanta utilidade, sendo seu compromisso com a ciência numa perspectiva da razão instrumental que *reduz a ciência ao cálculo de entidades quantificáveis e ao abandono da tentativa de explicação do Mundo, isto é, ao abandono da ideia reguladora de Unidade da Ciência* (POMBO, 2006, p. 2).

Nesta configuração de Ciência Moderna, a Arquivologia pode ser considerada como resultado desta “especialização”, numa perspectiva de *Saber que deixou de se legitimar pela procura sempre unitária da verdade e passou a determinar-se pela proliferação dos seus efeitos e aplicações técnicas* (POMBO, 2006, p. 3). Ainda que a Arquivologia não surja “querendo” ser científica, e sim no intuito de resolver problemas práticos de um novo mundo, *a criação das múltiplas disciplinas das ciências sociais inseriu-se no esforço global empreendido pelo século XIX no sentido de garantir e de fazer avançar um conhecimento “objetivo” sobre a “realidade” na base de descobertas empíricas* (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996, p. 28).

Não só a Arquivologia como também a Biblioteconomia e muitas outras disciplinas de caráter aplicado podem ser consideradas áreas do *Fazer* que pegaram carona no desenvolvimento das ciências sociais, dentro do projeto de

Ciência Moderna, num momento em que se valorizava a disciplinarização e as especialidades. A técnica, que evocava a precisão, “evoluiu” para a ciência e assim, o “progresso, importante para o mundo moderno”, seria mais facilmente alcançado.

Após estas reflexões, compreendemos e justificamos a Arquivologia como ciência de caráter social e em construção. Também é necessário pontuarmos que, mesmo em momento histórico específico, no caso da especialização da ciência ou nos períodos considerados como **Arquivologia Clássica e Moderna**, a Arquivologia não aprofundou reflexões quanto ao seu estatuto de ciência, principalmente no que compete ao seu Objeto científico, embora ainda que para muitos autores considerada como “auxiliar da História”, a Arquivologia encontrou maneiras de desenvolver teorias e métodos específicos para suas Funções, suas atividades práticas, seu *Fazer*.

Especificamente no campo brasileiro, a Arquivologia se constitui como área de conhecimento científico após sua institucionalização acadêmica e associativa na década de 1970, tendo seu referencial teórico-metodológico sido influenciado pelas abordagens europeias e americanas. Isso nos leva a considerar que o discurso científico aqui utilizado foi adaptado do utilizado por aqueles países.

2.2 NOMEAR UMA DISCIPLINA CIENTÍFICA É UMA QUESTÃO DE CULTURA

Partindo do pressuposto que a linguagem, quando transformada em discurso, é um dos principais meios de comunicação e também pelo qual se manifestam e se estabelecem diferenças entre as áreas do *Saber*, é fato que um dos elementos que consagrou o Manual dos Holandeses como “a porta de entrada” da Arquivologia no campo científico foi seu papel de formador discursivo, isto é, a possibilidade de estabelecer uma terminologia para o até então *Fazer* arquivístico através de conceitos como “Arranjo” e “Descrição”. E neste sentido, a exemplo da representatividade do Manual e considerando a importância do diálogo permanente entre os significantes *Saber* e *Fazer* na construção de uma terminologia para a área, entendemos que

a contribuição daqueles que labutam cotidianamente nos arquivos organizados e atuantes pode realmente proporcionar uma interação entre teoria e prática. De um lado, os teóricos, de outro, o profissional do dia a dia que lida automaticamente com as denominações ou significados aprendidos ou atribuídos, sem preocupações com a sua exatidão ou não (...) Nós, pesquisadores e professores, temos o significado. Eles detêm o uso (BELLOTTO, 2007, p. 55).

Com isso, estamos ponderando que a construção e o desenvolvimento da Arquivologia enquanto ciência, sendo esta originada de um *Fazer*, deva considerar a definição de termos numa sistemática permanente que relaciona sua aplicação prática, sua constatação empírica e sua validade teórica, sempre com objetivo de significar a realidade em conhecimento.

No campo dos arquivos, uma das primeiras tentativas de se estabelecer uma unidade terminológica é atribuída ao arquivista italiano Eugenio Casanova nos anos 1930, mas é com a fundação do Conselho Internacional de Arquivos em 1948 e a partir disto a existência de Congressos Internacionais específicos em Arquivologia, que vamos encontrar resultados quanto às questões terminológicas no interior de sua comunidade científica.

Segundo Martín-Pozuelo Campillos (1996, p. 108), durante o I Congresso Internacional de Arquivos, que aconteceu em Paris/França no ano de 1950, o próprio termo “arquivo” foi objeto de tentativa de definição. Isso nos

permite apreender a importância deste tipo de discussão, que tinha por objetivo a troca de conhecimento no tocante ao *Saber* e o *Fazer* da área. Ademais, o fato de o termo “arquivo” ter sido objeto de análise já no primeiro Congresso Internacional, demonstra as preocupações em aprofundar questões de natureza científica. Podemos considerar, inclusive, que definições da palavra arquivo como instituição ou conjunto de documentos, por exemplo, são resultados de construções e preocupações como as ocorridas no Congresso de Paris e que vão acontecendo ao longo do tempo e nos mais diferentes contextos.

De maneira a continuar e ampliar as discussões quanto às preocupações terminológicas iniciadas no Congresso de Paris, o Conselho Internacional de Arquivos cria durante o segundo Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Haia/Holanda no ano de 1953, um Comitê Internacional cujo objetivo era desenvolver problemáticas relativas à terminologia. Este tipo de iniciativa, principalmente partindo de um conselho internacional e durante um congresso científico, vai além de almejar sistematizar termos e conceitos da área. Elas perpassam pela necessidade em se consolidar elementos que contribuam na fundamentação teórica e prática da disciplina de modo a legitimá-la, visto que

uma terminologia própria da arquivística é um dos elementos essenciais para a definitiva consolidação, não só da profissão do arquivista, como da própria área, contribuindo para uma maior nitidez dos seus contornos, de modo a distingui-la das outras profissões e áreas do conhecimento (...) (BELLOTTO, 2007, p. 53).

E como veremos no decorrer deste trabalho, durante o final do século XIX até a década de 1950 era importante para a Arquivologia se fixar como ciência autônoma e se desvincular, principalmente, da atribuição de “auxiliar da História”, o que seria facilitado pela construção e estabelecimento de termos próprios. Isso não significa que atualmente a área possua todos os seus termos bem definidos ou que seja consensual sua compreensão como ciência autônoma, mas se faz importante pontuar que as preocupações de cunho terminológico, principalmente até meados da década de 1950, estão inseridas

nos esforços de sua comunidade científica, fundamentalmente a europeia, em refletir sobre termos e conceitos próprios à área.

Nessa perspectiva, durante os anos de 1954 até 1963, o Comitê Internacional, composto por representantes da Holanda, França, Espanha, Itália, Alemanha e Inglaterra, dentre os quais se destacam o francês Robert-Henri Bautier e o alemão Heinrich-Otto Meisner, dedica-se à problemática da terminologia tendo como elemento norteador a equivalência de termos e conceitos nos idiomas de cada um dos representantes dos seis países formadores do Comitê. Assim, em 1964 e com termos que contemplavam principalmente, e quase em sua totalidade, conceitos referentes às especificidades dos arquivos considerados históricos, é lançado o *Elsevier's lexicon of archive terminology*. Essa obra foi publicada em francês e englobou termos equivalentes em inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês, sendo que de acordo com Silvia Ninita de Moura Estevão na introdução do “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística”, foram 175 termos agrupados em seis partes: documentos de arquivo, estrutura de arquivos, instrumentos de trabalho, conservação de arquivos, operações técnicas de tratamento de arquivos e utilização de arquivos, e reprodução documental. Desde então, inúmeras são as obras, e nos mais diversos países, que problematizam questões de natureza terminológica.

No Brasil, preocupações desta natureza aparecem logo após a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, que formou um grupo de estudos, tendo como uma de suas representantes Marilena Leite Paes e cujo resultado foi a apresentação de um glossário com 132 termos durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia ocorrido em 1972 na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A partir de então, à semelhança de perspectivas estrangeiras, há no Brasil inúmeras tentativas de consolidar preocupações quanto à terminologia da área, inclusive problematizando a influência de termos que não os brasileiros. Podemos colocar como de maior relevância o “Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira” publicado pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, em 1989; o “Dicionário de terminologia arquivística” publicado em 1996 sob a coordenação de Ana Maria de Almeida Camargo e de Heloísa Liberalli Bellotto; o “Dicionário brasileiro de

terminologia arquivística” publicado pelo Arquivo Nacional em 2005, e o “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia”, de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Cavalcanti, publicado em 2008.

Contudo, mesmo existindo preocupações terminológicas tanto a nível nacional como internacional, sabemos que pouco se avançou nesse sentido. Uma das questões que incorrem diretamente desta abordagem relaciona-se na medida em que analisamos as diferenças dos países em suas especificidades jurídicas, governamentais e administrativas, o que os insere em dinâmicas de produção documental específicas e diferentes, com instâncias burocráticas peculiares, uma vez que *a terminologia é, de qualquer forma, o reflexo da prática profissional* (DUCHEIN, 2007, p. 14). Essas questões específicas ocasionam a adaptação de termos para tais realidades, o que consequentemente transforma seus significantes e significados.

No Brasil, além de questões como as citadas, há outro agravante no que tange à maneira como a terminologia vem sendo construída, sistematizada e consolidada, pois

ela tem saído da tradução de dicionários em outras línguas e não a partir da realidade concreta dos termos usados cotidianamente pelos profissionais da área. A quase totalidade dos nossos dicionários de terminologia tem origem em similares estrangeiros, sobretudo os emanados do Conselho Internacional de Arquivos, ainda que em sua versão nacional tenham sofrido acréscimos e supressões. E isso faz a diferença. É que os nossos dicionaristas, além de lutarem contra as possíveis distorções entre objetos/ações e sua correta denominação, ainda têm de enfrentar os “fantasmas” da tradução (BELLOTTO, 2007, p. 54).

As preocupações terminológicas no campo dos arquivos se ampliam na medida em que se percebe que uma disciplina pode abordar um mesmo conceito com termos diferentes ou um mesmo termo pode ter significados diferentes, questões que se alargam em decorrência do crescimento do campo científico da Arquivologia bem como pela expansão da colaboração internacional pela sua comunidade científica. Se Princípios e Funções têm sido apropriados e algumas vezes resignificados pelas diferentes abordagens, nos mais diversos países e ao longo do tempo, principalmente a partir dos

resultados de experiências com documentos públicos cuja produção, acúmulo e tratamento variam de um país para outro, as práticas da profissão do arquivista também se alteram, o que implica aceitar que as teorias e metodologias são abordadas pela literatura da área em suas especificidades, dificultando a comunicação das pesquisas e a troca de conhecimento.

O arquivista holandês Eric Ketelaar (2004, p. 2) coloca que pensar tanto o termo como o conceito de “Ciência Arquivística” já é por si só um problema:

a Ciência arquivística é uma ciência no sentido europeu da Wissenschaft¹⁹. Para evitar, no entanto, confusão com as ciências naturais no sentido anglo-saxão, eu pessoalmente uso o termo arquivística, sendo o equivalente ao holandês archivistiek, o alemão Archivistik, o francês archivistique, o italiano e o espanhol archivistica²⁰.

O autor ainda afirma que para a maioria dos arquivistas norte-americanos e australianos, o termo “Ciência Arquivística” é estranho a ponto de não ter lugar em seus glossários e, portanto, vão definí-lo como “teorias arquivísticas” ou “estudos de arquivos”. E continua dizendo que, por outro lado, para muitos arquivistas europeus e da América Latina, o termo “Ciência Arquivística” é sinônimo de *archivística*, *archivistique*, *archiviologia* e Arquivologia.

Pela tradição portuguesa o uso é pelo termo Arquivística para designar tanto a teoria quanto a prática, da mesma maneira que a tradição espanhola utiliza o termo *Archivística* para ambas as significações. E se a tradição espanhola usa o termo *Archivística*, no Brasil é o termo Arquivologia que adquire com mais força esse significado, talvez numa tentativa de “cientificizar” a área a partir da terminação LOGOS, cuja etimologia remete à ciência, visto que em nosso país os cursos são de Arquivologia e não de arquivística. Comumente, no campo científico brasileiro, ao falarmos de arquivística estamos nos referindo somente ao *Fazer*, as práticas relacionadas aos

¹⁹ A tradução da palavra alemã *Wissenschaft* é ciência, porém não remete à ideia de uma ciência “dura” e sim uma construção que requer necessariamente o fundamento racional em conjunto com a experiência de quem a teoriza, a prática, e a atividade coletiva de um campo científico que não está restrito a ele mesmo, mas sim inserido em dinâmicas sociais que também o influenciam.

²⁰ KETELAAR, F. C. J. **What is archivistics or archival science?** Amsterdam: University of Amsterdam, [s.d]. Disponível em <http://fketelaar.home.xs4all.nl/information.html>. Acesso em 04/08/2012.

documentos de arquivo e seus processos inerentes. É um termo que parece ter a “desvantagem” de carregar o que “não é científico”, a técnica. Já ao falarmos da Arquivologia, remetemos ao termo ao qual muitos atribuem mais “seriedade” por estar vinculado aos cursos de graduação, ao *Saber*, à teoria científica. Isto é, ao estatuto científico do campo dos arquivos. Entretanto, o fato de termos que justificar o uso dentre estes dois termos, arquivística e Arquivologia, é revelador da dificuldade em se estabelecer um estatuto consistente à área.

Nesta perspectiva de utilização dos termos arquivística e Arquivologia, de acordo com Santos, V.B. (2011, p.103), Bellotto²¹ considera que a terminologia brasileira consagrou os dois termos, sendo Arquivologia para a área do conhecimento e tudo o que lhe dá sustentação, e arquivística, a prática do tratamento documental, sendo que em ambos estão contidos os princípios teóricos básicos da natureza probatória e orgânica, própria dos documentos de arquivo.

A título de comparação e como ponto de partida para avançar na reflexão, realizamos breve análise sobre como os termos arquivística e Arquivologia estão sendo utilizados no Brasil pelo seu campo científico. Para tanto, valemo-nos das definições sobre ambos pelos já referidos dicionários nacionais de especialidade e o que encontramos foi uma relação de sinonímia entre os termos. Apropriamo-nos também da investigação de Santos, V.B. (2011) que no ano de 2010 realizou pesquisa utilizando os dois termos junto a dez periódicos que não são específicos da Arquivologia, mas que publicam artigos sobre a temática, sendo possível constatar *que o termo “arquivística” recupera 43,44% (53 referências) dos 122 artigos existentes, enquanto que “Arquivologia” apresenta 81,15% (99 referências).* (SANTOS, V.B., 2011, p. 94). Em outra pesquisa com o mesmo objetivo, realizada no mesmo ano e utilizando-se das mesmas variáveis, porém na base de dados da biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), dos 555 resultados pertinentes à sua busca, *167 itens recuperados para “arquivística” e 388 para “Arquivologia”.*

²¹ Essa posição de Heloisa Bellotto apresentada por Vanderlei B. Santos em sua tese de doutorado resulta de discussão que ambos trataram via mensagem de *e-mail* no mês de fevereiro de 2011.

É fato que só através destas comparações e as análises dos termos nos dicionários nacionais de especialidade não é possível inferir sobre qual é o termo mais correto a ser utilizado na perspectiva científica, mas indicam que, no Brasil, existe predominância pelo uso do termo Arquivologia, diferente da opção de grande parte de sua comunidade científica em países como Portugal e Espanha, por exemplo. Importante observar que, no Brasil, o termo não se “torna” Arquivologia pela institucionalização do curso de formação universitária, visto que o I Congresso da área é de Arquivologia e não de arquivística (SANTOS, V.B., 2011, p. 95), e seus cursos de graduação são fundados apenas após a realização deste Congresso, ainda que já existissem cursos de formação fora do ambiente acadêmico.

Assim, ciente das problemáticas que envolvem os dois termos, Arquivologia e arquivística, compreendidos aqui, com devidas ressalvas, como ciência que estuda o campo dos arquivos, nossa opção, neste trabalho, será pelo uso do termo Arquivologia, assim grafado com a primeira letra maiúscula, quando referente ao campo científico em todas as suas extensões. Também o utilizaremos para designar as duas operações quando conjuntas, técnica e disciplinar, independente do termo adotado pelos autores referenciados em suas diferentes línguas. Outro elemento que agrega justificativa para nossa opção refere-se à forma como o termo que designa o campo científico dos arquivos é utilizado pelos membros da I REPARQ - como Arquivologia -, dada relevância e pertinência de alguns membros desta Reunião como referências teóricas de nossa pesquisa bem como sua representatividade nacional na comunidade científica. Além de, no Brasil, ser esse o termo relacionado ao campo teórico e científico, *locus* desta pesquisa sobre o Objeto científico.

2.3 ARQUIVOLOGIA: CIÊNCIA, TÉCNICA OU DISCIPLINA?

Julgamos necessária uma reflexão sobre como as variantes do termo Arquivologia em relação à natureza de seu conhecimento, se se trata de uma ciência autônoma ou vinculada à(s) Ciência(s) da Informação, disciplina ou técnica, estão sendo concebidas por alguns pensadores da área. Justificamos que essa análise nos permitirá compreender as diferentes maneiras pelas quais o campo dos arquivos vem sendo construído nesta perspectiva e a partir de quais referenciais, para então buscarmos relações destas construções com as diferenças que coexistem no que cabe às diferentes definições acerca de seu Objeto científico.

Nesta perspectiva, pela **literatura brasileira**²², um dos exemplos que utilizaremos será a obra “Arquivística – técnica, Arquivologia – ciência” organizada por Astréa de Moraes Castro em colaboração com Andresa de Moraes Castro e Danusa de Moraes Gasparian (1985), cujo título nos despertou bastante interesse quando confrontado à problemática deste trabalho. Contudo, fora uma breve citação sobre a definição da Arquivologia como ciência ou técnica, não encontramos discussões mais aprofundadas sobre a temática proposta no título da obra e que tanto instigou nosso interesse. Assim, para as autoras, *Arquivologia é a ciência dos arquivos. É o complexo de conhecimentos teóricos e práticos relativos à organização de Arquivos e às tarefas do Arquivista* (CASTRO; CASTRO e GASPARIAN, 1985, p. 25). E a definição de arquivística posta foi a de *técnica dos Arquivos. O vocábulo, às vezes, é usado como sinônimo de Arquivologia. Arquivística, também é usada para designar os conhecimentos sobre Arquivos Corrente; Grande Arquivística, para os Arquivos Permanentes* (CASTRO; CASTRO e GASPARIAN, 1985, p. 26).

Já para Tognoli (2010), a natureza da Arquivologia é muito mais direcionada a ser uma disciplina científica do que propriamente uma ciência, pois considera que a constituição de uma disciplina se dá pela enunciação de

²² A escolha em analisar os autores a partir de uma estrutura de elaboração de texto que os “separou” por países foi puramente instrumental e que teve por objetivo facilitar a leitura, pois entendemos que o fato dos autores serem de um mesmo país não significa, tampouco condiciona, que suas interpretações sejam consideradas idênticas.

princípios, elaboração e constituição de manuais e o ensino em escolas especializadas.

Bellotto (2002a, p. 5) analisa de maneira exemplar que a Arquivologia apresenta características próprias de ciência, disciplina e técnica sem enquadrar-se *exatamente nas premissas necessárias a cada uma*. Afirmar que mesmo sendo possível aceitá-la como ciência ou técnica, pois há elementos para tal, conceitua como *disciplina que se ocupa da teoria, da metodologia e da prática relativa aos arquivos, assim como se ocupa da sua natureza, suas funções e da especificidade de seus documentos/informações*.

Buscamos também basear nossas análises a partir dos dicionários de especialidade brasileiros da área. No “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 31.) está significado como *disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos e dos princípios e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização*. Já no “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional” (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p. 29), encontramos a definição como *Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos*. E finalmente no “Dicionário de Terminologia Arquivística” organizado por Bellotto e Camargo (1996) os termos estão definidos e relacionados da seguinte maneira;

Arquivologia - O mesmo que arquivística (p. 9).

Arquivística - Disciplina, também conhecida como arquivologia, que tem por objetivo o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização (p. 5).

Dentre as definições até então citadas, a única que utiliza a palavra “ciência” para significar o termo é a indicada por Castro, Castro e Gasparian (1985), sendo que as demais utilizam a palavra “disciplina”. De qualquer maneira, todas estas definições, às suas maneiras, incluem a Arquivologia como conhecimento relacionado aos arquivos, que também deve se preocupar com teorias e métodos, além de questões de ordem prática. Ou seja, as

palavras “ciência” e “disciplina” como até então empregadas não devem ser consideradas como antagônicas, pois em suas aplicações práticas verificamos similaridades de significados.

Até aqui partimos do pressuposto que a Arquivologia constrói-se como um *Saber* a partir de um *Fazer*. Todavia, no oposto desta perspectiva e valendo-se de uma “necessidade científica” para constituir uma prática, Esposel (1994, p. 79) afirma como *única maneira científica de se dominar a crescente massa documental (..) de nossos dias é compreender os documentos desde seu aparecimento, seu controle de produção, guarda, acesso, definição de prazo de existência*. Essa afirmação do autor nos leva a considerá-lo como alguém advindo de ambientes concernentes à atividade científica, numa perspectiva institucional, em busca de uma justificativa científicista para inserir sua prática profissional, visto que no final dos anos 1960, antes mesmo da existência do primeiro curso de graduação em Arquivologia no Brasil, fato que veio a ocorrer em 1977, Esposel passou a ministrar, no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense, exemplo de espaço oficialmente estabelecido como “lugar” de institucionalização da produção científica, uma disciplina de nome “organização de arquivo” (1994, p. 135). Não podemos conferir proposições relacionadas a tal disciplina se não temos acesso ao menos a seu plano de trabalho, mas o título nos condiciona a atribuir características de ensino puramente instrumental à disciplina. Outra evidência desta “busca de uma justificativa científicista” emerge quando o autor define a Arquivologia como *uma disciplina complexa, dada a sua singularidade e avessa a padrões universais* (ESPOSEL, 1994, p. 228).

Concomitantemente, encontramos o mesmo Esposel considerando a Arquivologia como ciência auxiliar da História e da Administração, além de “ciência irmã” da Documentação, Biblioteconomia e Museologia (1994). Em seu discurso de posse como sócio honorário do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em novembro de 1981, acena *um gentil cumprimento desta ciência magna, a História, para uma de suas mais jovens auxiliares, a Arquivologia* (ESPOSEL, 1994, p. 172). Mesmo que sua fala tenha se dado em território dominado e formado por historiadores, e ainda que considerasse a Arquivologia como uma ciência “auxiliar”, tomamos esses apontamentos de

Esposel como conflitantes em relação a abordagens epistemológicas existentes no Brasil naquele momento, uma vez que para muitos pesquisadores da área, a Arquivologia não carregava mais a chancela de disciplina auxiliar da história advinda com a Revolução Francesa do século XVIII.

Ademais, à época do seu discurso de posse, os anos 1980, já se iniciavam no Brasil cursos de graduação em Arquivologia, havia associação de profissionais – da qual Esposel foi um dos principais fundadores -, periódico específico e congressos eram realizados. Todos estes fatores são considerados elementos importantes para configuração de uma área do saber como científica e descaracterizada do caráter de auxiliar. E ao atribuímos este momento como significativo no desenvolvimento tanto da comunidade científica como de um campo científico da Arquivologia no Brasil, é mister inserirmos Esposel como legítimo representante.

Nestes mesmos anos 1980, parte da comunidade científica internacional da área, em particular advindas das reflexões de pesquisadores canadenses, australianos e portugueses, clamava por uma “mudança de paradigmas da Arquivologia”. Pressupõe-se assim que, se existia o indicativo de “mudança de paradigmas” é porque havia paradigma(s) anterior(es), e onde há paradigmas, subentende-se que há ciência. Desta maneira, podemos considerar que algumas indefinições quanto ao caráter científico e autônomo da Arquivologia, como essas derivadas do pensamento de Esposel, por exemplo, podem ser indícios de como esta área se configurou no Brasil, ou seja, em meio a dúvidas quanto a sua identidade e consequentemente quanto a seu Objeto de estudo.

Na **literatura italiana**, para Lodolini (1993) o objetivo da Arquivologia não é o de fazer o usuário encontrar um documento e sim que isso deva ser uma consequência natural da correta aplicação prática de princípios teóricos que regem esta ciência. O autor entende que este pode até ter sido o objetivo no início da disciplina, mas que hoje isso não é mais verossímil, uma vez que é uma *ciência, completa en si misma, que realiza integralmente en la enunciación teórica y en la aplicación práctica de principios universalmente válidos; principios propios de la archivística y no de otras disciplinas o por ellas prestados* (LODOLINI, 1993, p. 199).

Casanova (1928) se refere à *ciência dos arquivos* e para Giulio Batelli (apud CRUZ MUNDET, 2001, p. 57) a arquivística é uma disciplina de caráter eminentemente prático, que trata de resolver os problemas com soluções deste mesmo tipo, com base na experiência dos arquivistas, não se tratando de problemas científicos. Já a Arquivologia estuda os arquivos com o fim de precisar sua essência e sua história, sendo a sistematização dos arquivos a sua principal preocupação, junto aos seus problemas elementares como ordenar, conservar e administrar. Este conceito corresponde a uma disciplina, não a uma ciência.

Da parte do **holandês** Eric Ketelaar (2007, p. 169) a ciência arquivística é como qualquer outra ciência, investiga questões de sua pertinência e relevância, é continuamente especulativa, experimenta, inventa, muda e melhora. Já referente à **literatura Argentina**, utilizaremos para nossas análises as ideias de Aurelio Tanodi (2009), defensor de uma Arquivologia enquanto disciplina relativamente jovem e moderna, que passa por um processo de afirmação dos seus conceitos, seus fins, Funções e metodologia, no qual seus fundamentos teóricos e metodológicos ainda têm pouca vida (2009, p. 9). Mesmo que o autor não seja nascido neste país – Croata de nascimento, imigrou para Argentina no final da Segunda Guerra Mundial, tendo cidadania local reconhecida no ano de 1952 -, o desenvolvimento da Arquivologia argentina não pode ser pensada sem estar relacionada a trajetória de Tanodi e com o fato dele ser o fundador da *Escuela de Archiveros*, na cidade de Córdoba, no ano de 1959.

Considerando a Arquivologia como disciplina jovem e moderna, Tanodi vai mais além ao definir que

se trata de una disciplina auxiliar o funcional de la administración y de la historia, que se refiere a la creación, historia, organización y funciones de los archivos, y sus fundamentos legales o jurídicos. Creemos, que la archivología es más una disciplina técnica que una ciencia, porque le faltan algunos elementos propios de toda ciencia (2009, p. 40).

Ainda na perspectiva de considerá-la como disciplina por não atender requisitos que lhe atribuam caráter científico, de acordo com esse autor uma

área para ser considerada científica deve cumprir algumas exigências, tais como ter um campo de investigação específico, isto é, um objeto de estudo, objetivo (fins), e ainda métodos próprios. Para Tanodi (2009, p. 41) a Arquivologia reúne dois destes requisitos essenciais, já que possui objetivo e métodos. Mas, por não possuir “a parte científica”, um campo de investigação próprio, deve ser considerada como disciplina.

Observemos que estas afirmações de Tanodi constam do início dos anos 1960, quando da publicação de seu “Manual de Archivología Hispanoamericana – teorías y principios”²³, e mesmo que mais de cinquenta anos tenham se passado e muitos cursos de Arquivologia tenham sido criados, assim como livros e artigos publicados, bem como muita reflexão produzida, nosso campo científico continua com indagações e afirmações desta natureza.

A **literatura espanhola** nos apresenta uma série de definições diferentes. Para Alberch Fugueras (2003, p. 13-20) a Arquivologia é fundamentalmente uma ciência que possui

conjunto de principios teóricos e um método específico que possibilitam resolver de maneira eficiente os problemas levantados pela necesidad em organizar documentos e informaciones (...) o nível teórico, que comprende a história, o objeto, o âmbito de atuação (arquivos e documentos) e o método refletido na obtenção de um conjunto estável de principios, normas e terminología.

Já Mendo Carmona (2004) se baseia no francês Bruno Delmas²⁴ para justificar que considera a Arquivologia como

ciencia que estudia la génesis y formación de los conjuntos orgánicos de documentos, situándolos en el contexto de su creación; así como los principios y procedimientos metodológicos empleados en su organización y conservación para que se garantizase tanto el ejercicio de derechos e intereses como la memoria de las personas físicas o jurídicas (DELMAS, 1988 apud por MENDO CARMONA, 2004, p. 36).

²³ TANODI, Aurelio. Manual de Archivología Hispanoamericana – teorías y principios. A versão utilizada nesta pesquisa foi revisada por sua filha Branka Tanodi e publicado pela editora Brujas, Córdoba, em 2009.

²⁴ DELMAS, Bruno. L’enseignement de l’archivistique fondamentale: une approche actuelle de l’archivistique Théorique. In *Théorie et pratique dans l’enseignement des sciences de l’information*. Montreal, 1988, p 33-38.

Em relação ao que apresenta como procedimentos metodológicos da Arquivologia, uma das prerrogativas para uma área que se quer científica, a autora afirma que essa ciência se baseia em dois princípios, os quais define como “básicos”; o Princípio da Proveniência e o Ciclo Vital dos Documentos, o que no Brasil convencionamos utilizar como sinônimo de teoria das Três Idades. Para ela, o Princípio da Proveniência é utilizado como fator diferenciador da Arquivologia em relação às outras ciências, ou seja, é isso que lhe confere identidade e a diferencia das demais áreas do *Saber*.

De acordo com Rodríguez López (2000, p. 379), a Arquivologia é uma ciência empírica voltada à organização de arquivos e já passou por três fases distintas:

1. *Consideración de la Archivística como una ciencia auxiliar de la Historia, planteamiento propio del siglo XIX, etapa paralela al desarrollo de las ciencias históricas y la creación de las primeras escuelas de archiveros;*
2. *Ciencia auxiliar de la administración, al tiempo que se inician los grandes cambios socioeconómicos de principios de siglo, y la aparición del records management;*
3. *Finalmente la consideración de que es una parte integrante de las Ciencias de la Información (...) Pero no está totalmente desarrollada esta última etapa.*

Ainda numa abordagem da **literatura espanhola**, Cruz Mundet (2001) revisita a literatura de autores considerados clássicos na área para então apresentar e justificar sua definição da Arquivologia como uma ciência emergente. Já para Heredia Herrera (2011, p. 44), trata-se da

ciencia de los documentos de archivo y de los Archivos como custodios de aquéllos y como sistemas responsables de su gestión, así como la metodología aplicada a unos y a otros y cuyo objetivo es potenciar el uso y servicio de los documentos y de los Archivos.

E de acordo com Ruiz Rodríguez (1996, p. 140), Arquivologia é a disciplina que trata dos arquivos e dos documentos em seus processos teóricos e práticos necessários para cumprir suas funções. Em sua concepção, a Arquivologia precisa de tempo para estabelecer uma metodologia adequada de

maneira a ser inserida num conceito real de ciência, e portanto a qualifica como “ciência em formação”.

Da parte da **literatura canadense**, na introdução da obra “Os fundamentos da disciplina Arquivística”, ao contextualizar o leitor sobre alguns termos que são utilizados no texto, Rousseau e Couture definem Arquivologia como *disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação* (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 24).

Da **literatura mexicana**, a abordagem de Ramírez Aceves (2011) encara a Arquivologia como a ciência encarregada de administrar os documentos de arquivo através de aplicação prática de processos que permitem identificar, classificar, ordenar, avaliar, selecionar e descrever a informação; além da consolidação de princípios e métodos teóricos que a permitam se elevar a um nível científico. Já Cruz Domínguez (2011, p. 59), antes de concluir que entende a área não como uma ciência e sim uma disciplina científica que se encontra em um período de consolidação de seus princípios e métodos, justifica sua conclusão a partir de reflexão junto aos trabalhos de autores da área, dividindo-os em dois conjuntos de interpretações distintas quanto à temática:

- *opinam que é uma ciência por ter os arquivos como objeto de estudo; em geral os pesquisadores europeus, tais como Eugenio Casanova, Michel Duchein, Luciana Duranti, Elio Lodolini, Antonia Heredia.*

- *consideram uma disciplina em desenvolvimento; Theo Thomassen, para quem, baseado em Kuhn, o paradigma da Arquivologia não é eterno e o que o estabeleceu foi a publicação do Manual dos Holandeses que marcou o fim de uma revolução científica que tomou conceitos e técnicas da diplomática.*

Para os **alemães**, Leesch²⁵ (apud CRUZ MUNDET, 2001, p. 57) afirma que a Arquivologia é uma ciência, posição também compartilhada por Adolf

²⁵ LEESCH, W. **Methodik gliederung und bedeutung der Archivwissenschaft**: em Archiver und historiken. Berlín: Staatliche Archivverwaltung, 1956, p. 13.

Brenneke. De língua inglesa, o **americano** Schellenberg (2002) e o **inglês** Jenkinson (1922) também analisam a área sob a perspectiva de ciência.

Já na **literatura portuguesa**, Fernanda Ribeiro (1999), ao descrever o percurso percorrido durante a elaboração da sua Tese de Doutorado, que tem a Arquivologia como temática, pontua alguns percalços vivenciados justificando-os a partir de uma recente perspectiva científica da disciplina dada a vertente técnica que tem dominado a área, tornando-a assim e em âmbito teórico, frágil e em contínuo processo de construção. Para a autora, a busca pelo fortalecimento de uma teoria científica para a ciência dos arquivos torna-se efetiva a partir dos anos 1980 principalmente no Canadá e nos Estados Unidos, ainda que na Itália as discussões em torno de questões com essa abordagem apareçam desde o século XIX, através da Escola de Florença, se evidenciando pela procura de fundamentos teóricos que se afirmam no adentrar do século XX por nomes como Eugenio Casanova, Giorgio Cencetti e Antonio Panella. Contemporaniza a escola italiana pelos trabalhos de Elio Lodolini e aponta a escola alemã, mais especificamente a Escola de *Marburg*, como referência importante para a discussão da teoria arquivística. Percebemos, assim, que ainda que reflita sobre a incipiência científica da Arquivologia e justifique tais implicações no elaborar de sua Tese, a autora acredita que atualmente há um movimento de “virada” da Arquivologia em nível mundial, que busca seus fundamentos teóricos na perspectiva de incluir-se, em termos científicos, no campo da Ciência da Informação (RIBEIRO, 1999, p. 23). As questões apresentadas por Ribeiro nos permitem considerar que para ela sempre foram insuficientes as “tentativas” da Arquivologia em estabelecer um estatuto científico, mas que atualmente isso caminha para uma resolução dada a sua relação epistemológica com a Ciência da Informação.

Frente às ideias relativas à natureza do conhecimento da Arquivologia até então apresentadas, torna-se importante refletirmos quanto algumas questões que permeiam nossa problemática concernente às diferentes definições do seu Objeto científico. Na Arquivologia, não é a informação contida nos documentos (conteúdo) aquilo que tem mais valor, mas sim o significado de cada documento num conjunto e seu vínculo com outros documentos de um mesmo Fundo. Dois documentos podem ter a mesma informação, aqui entendidas como o seu assunto, mas não necessariamente o

mesmo valor arquivístico. E por outro lado, mesmo que o mais importante seja a representatividade do documento como uma unidade dentro de um conjunto costurado por um vínculo, também interessa ao campo dos arquivos o entendimento e o conhecimento de como estes documentos são produzidos e acumulados enquanto resultado de uma função ou atividade – um processo -, capaz de lhe atribuir valor de prova e testemunho.

Isso significa que, em um primeiro momento, nos parece óbvio que o Objeto científico da Arquivologia seja o documento de arquivo. Porém, a partir de abordagens que inserem nossa disciplina como pertencente à Ciência da Informação, voltamos a insistir nas diferenças que permeiam a Arquivologia neste sentido, mesmo que neste caso ela se configure menos pelo seu Objeto do que por seu “lugar científico”.

Nesta perspectiva, através da **literatura francesa** buscamos em Le Coadic (1994) um olhar vindo da Ciência da Informação para definir a Arquivologia em termos de natureza do conhecimento. Para o autor, o que caracterizou as “disciplinas” – Biblioteconomia e Arquivologia - durante muito tempo foi a preocupação atribuída ao suporte da informação e não à informação propriamente;

a arquivística, disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a conservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. Os arquivos não passam de documentos conservados, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos (LE COADIC, 1994, p. 14).

Afirma ainda que tanto a Biblioteconomia como a Museologia são práticas de organização e não ciências, e caracteriza quatro disciplinas que considera como atuantes no campo da Ciência da Informação: a Biblioteconomia, a Museologia, a Documentação e o Jornalismo. Observemos que a Arquivologia não entra neste rol, uma vez que Le Coadic a classifica como disciplina auxiliar da História.

Mesmo que para a grande maioria destes autores a Arquivologia seja definida e investigada como disciplina ou ciência, não pretendemos atribuir juízo de valor sobre as concepções destes pensadores, até porque, considerando as diferenças, não há dúvidas que a maioria deles pressupõe a

área como produtora de conhecimento, como área que produz teoria, de *Saber*. Nosso objetivo aqui foi apresentar elementos que estão no interior do campo científico da Arquivologia e que emergem como indícios possíveis para a configuração e permanência das atuais diferenças na definição de seu Objeto científico, sendo que os considerados de maior pertinência, como a relação da Arquivologia com a Ciência da Informação, por exemplo, serão melhor discutidos ao longo desta pesquisa.

E ainda nesta linha de pensamento sobre as relações da Arquivologia com a Ciência da Informação, se faz necessário esclarecer nossa compreensão quanto à natureza classificatória científica de ambas, ou seja, se as estamos abordando a partir de uma perspectiva de Ciência Moderna ou Pós-moderna. Ainda que não seja nosso objetivo entrar neste debate, tampouco aprofundá-lo, entendemos que tal elucidação seja importante de maneira a situar perspectivas como estas e a partir das quais partem nossas reflexões sobre essa relação.

Quadro 1- Síntese das definições no que se refere à natureza do conhecimento da Arquivologia por autor e país de origem

País	Autor	Definição
Alemanha	Adolf Brenneke	ciência
Argentina	Aurelio Tanodi	disciplina técnica, jovem e moderna
Brasil	Astréa de Moraes Castro	ciência dos arquivos
Brasil	Natália Tognoli	disciplina científica inserida na Ciência da Informação
Brasil	Heloísa Bellotto, Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, Dicionário de Terminologia Arquivística.	disciplina
Brasil	Esposel	ciência auxiliar da História/disciplina
Canadá	Carol Couture, Jean Yves Rousseau, Jacques Ducharme, Louise Gagnon-Arguin.	disciplina científica da Ciência da Informação
Canadá	Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, David Bearman, Barbara Craig, Richard Brown, Brien Brown.	disciplina científica
País	Autor	Definição
Canadá	Heather MacNeil, Terry Eastwood	ciência
Canadá/EUA	Hugh Taylor	disciplina científica
Canadá/Itália	Luciana Duranti, Paola Carucci	ciência
Espanha	Ramon Alberch Fugueras, Concepción Mendo Carmona, Antonia Heredia, Maria Paz Martín-	ciência

	Pozuelo Campillos	
Espanha	Maria Del Carmen Rodríguez López	Ciências da Informação
Espanha	Jose Ramon Cruz Mundet	ciência emergente
Espanha	Antonio Ángel Ruiz Rodríguez	ciência em formação
Estados Unidos	David B. Gracy	disciplina científica da Ciência da Informação
Estados Unidos	Schellenberg	ciência
França	Michel Duchein, Robert Henri-Bautier, Bruno Delmas	ciência
França	Le Coadic	disciplina auxiliar da História
Holanda	Theo Thomassen	disciplina em desenvolvimento
Holanda	Eric Ketelaar	ciência
Inglaterra	Hilary Jenkinson	ciência
Itália	Giulio Battelli	disciplina de caráter eminentemente prático
Itália	Elio Lodolini, Eugenio Casanova	ciência
México	Merizanda Ramírez Aceves	ciência
México	Silvana Elisa Cruz Domínguez	disciplina científica em desenvolvimento
Portugal	Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro	disciplina da Ciência da Informação

Fonte: autoria própria.

2.4 CLASSIFICANDO A ARQUIVOLOGIA: MODERNA OU PÓS-MODERNA?

A ideia de mundo moderno acontece a partir do século XV em momentos de transformações sociais, culturais e econômicas da sociedade, onde as cidades foram se (re) organizando através do comércio. Trata-se também de uma época de grandes navegações e descobrimentos técnicos com vistas a conhecer e dominar territórios como forma de supremacia e produção de riquezas. Importante colocar que esse significado de mundo moderno, ou de Modernidade, é ampliado e constantemente transformado e reinventado, lembrando que não se trata de conceito aplicado apenas ao campo científico.

No desenvolvimento deste “projeto” de Modernidade acontece a Revolução Científica do século XVI, constituindo assim a considerada Ciência Moderna como resultado da compreensão dos fenômenos não mais sustentados em “justificativas divinas ou esotéricas”, mas sim em “forças explicativas” através de um novo modelo de racionalidade que se colocou inicialmente no domínio das ciências ditas naturais - “duras”, se estendendo para as ciências sociais no século XIX. Até o final do século XVIII, essas ciências ditas “duras” foram se desenvolvendo de maneira que as problemáticas relativas ao homem como ser social ficavam em segundo plano. Todavia, o processo que culminou na Revolução Francesa demandou que as mudanças sociais que estavam acontecendo fossem compreendidas e organizadas, surgindo então a preocupação com os fenômenos sociais, o que favoreceu a constituição das ciências sociais.

O desenvolvimento desta nova perspectiva de ciência social apresenta uma série de reflexões, sendo as disciplinas assim consideradas ampliadas com vistas a conhecer e interpretar o mundo real e social pela observação empírica. Desta maneira, pode-se considerar o final do século XIX para as ciências, de maneira geral, como o momento em que buscavam ocupar seus espaços na sociedade. A isso, no campo da Arquivologia, coincide com a publicação do Manual dos Holandeses, o que nos permite estabelecer uma relação de lógica mútua, ou seja, era importante tanto para os autores do Manual como para as comunidades que se pretendiam científicas, que elementos resultantes de um *Fazer* fossem inseridos em discussões

pertinentes ao campo teórico científico. É certo que não podemos atribuir somente a esta conjuntura histórico-social europeia a configuração deste Manual como precursor de uma Arquivologia como área científica, mas também não podemos desconsiderá-lo. Isto posto, por se traduzir em resultado “acabado” do progresso científico nos moldes positivistas desta época científica Moderna, na qual o importante era documentar técnicas para reproduzi-las em caráter de tarefa, o conhecimento transmitido através da publicação do Manual dos Holandeses foi capaz de elevar práticas e técnicas arquivísticas ao *status* de ciência, já que se apresentava como o resultado de conhecimentos aplicados com vistas a desenvolver problemas/fenômenos de ordem prática. Outra possibilidade que deve ser considerada refere-se ao papel do documento de arquivo como valor de prova na garantia de direitos, contribuindo para que todo o trabalho em torno de sua organização, acesso e preservação passassem a ser uma atividade necessária da vida cotidiana. Esses desenvolvimentos das ciências são resultados de grandes transformações sociais dos séculos XVI a XIX e, principalmente, da emergência da sociedade industrial.

O período pós Segunda Guerra Mundial também carrega consigo o resultado de processos de transformações sociais baseados nas inovações tecnológicas. As formas de distribuição, produção e acesso de documentos e informações já possuem bases sólidas, a população alfabetizada é muito maior, a sociedade capitalista induz ao consumo, inclusive informacional, e os Estados Unidos passam a ditar os modos de vida na parte ocidental do mundo. Nesse momento, a sociedade passa a se organizar e se relacionar com novos *Fazeres*, *Saberes*, hábitos e costumes, o que nos permite colocar, estabelecendo uma comparação com o tempo presente, como a *internet* vem ocupando espaços em muitos domínios dos nossos hábitos e costumes nos levando a consumir, produzir e valorizar documentos e informações de maneira diferente. E esse constante, irreversível e permanente movimento nos processos vividos e construídos, igualmente influencia e é influenciado pela ciência e pelos campos científicos, que também vão se reorganizando, revendo seu papel, seus objetivos e suas maneiras de se relacionar com a/na sociedade.

Considerando que o campo da ciência não fica imune a processos de mudanças, visto que é uma atividade humana e sofre interferências da vida real – o que também exige novas soluções para novos problemas -, uma das respostas mais significativas para nossa abordagem é o “surgimento” da Ciência da Informação nos Estados Unidos na década de 1940, numa perspectiva de classificação temporal de produção de conhecimento científico considerada como Pós-moderna para alguns pensadores do campo do *Saber*.

Este movimento de reorganização e mudanças nas ciências nos conduz a refletir sobre diferentes classificações e abordagens atribuídas à Arquivologia e à Ciência da Informação como Ciência Moderna e Pós-moderna. Nesta discussão é possível afirmarmos que aquela se configura enquanto ciência pela importância do seu *Fazer* num contexto de classificação temporal de Ciência Moderna. E mesmo que para muitos autores a Ciência da Informação seja consequência das propostas de Paul Otlet com a Documentação, é certo que ela passa a ser assim denominada em época mais recente, que se configura numa nova ordem mundial decorrente da Segunda Guerra, onde a Europa perde sua supremacia sendo substituída pelos Estados Unidos, local no qual a Ciência da Informação se institucionaliza. Isto é, após 1945 e através de seu desenvolvimentismo tecnológico e econômico, esse poder americano também ditou “regras” e “modelos” a serem adotados pela produção de conhecimento a nível mundial. O Governo americano passa a patrocinar o desenvolvimento em vários campos da vida social que possuíam e possuem espaços na produção do conhecimento, o que culminou na vertiginosa ampliação das universidades e na especialização dos saberes, visto que novos problemas sociais emergiam, abrindo espaço para que as ciências sociais também fossem privilegiadas neste aspecto de financiamento.

Esse campo das ciências sociais, influenciado diretamente pelas transformações sociais da época, trilhou um caminho em busca da multidisciplinariedade frente à forma em que suas disciplinas se organizavam e se estruturavam em seu interior.

As múltiplas sobreposições entre as disciplinas tiveram uma dupla consequência. Não só se tornou cada vez mais complicado achar linhas de diferenciação nítidas entre elas, quer no respeitante ao seu objeto concreto de estudo, quer no

que concerne às modalidades de tratamento dos dados, como também sucedeu que cada uma das disciplinas se tornou cada vez mais heterogênea, devido alargamento das balizas dos tópicos de investigação considerados aceitáveis. Esse fato levou a que internamente se questionasse a coerência das disciplinas e a legitimidade das premissas intelectuais de que cada uma delas havia lançado mão na defesa do seu direito a uma existência autônoma. Uma das formas de lidar com esta situação foi a tentativa de criar novas designações “interdisciplinares” como sejam os estudos da comunicação, as ciências da administração e as ciências do comportamento (COMISSÃO GULBENKIAN 1996, p. 73).

O período que se seguiu a 1945 originou novos programas e novos departamentos nas universidades, novos periódicos, novas associações e novos campos de produção do conhecimento. Era momento de legitimação de novas áreas de conhecimento, já que teorias científicas “antigas” não estavam mais dando conta do “novo mundo”, com seus “novos problemas e fenômenos”.

De acordo com Pombo (2004), a nova ciência que emerge – que ela nomeia de Ciência Contemporânea e não Pós-moderna -, se quer menos analítica e especializada, porém isso não significa que a Ciência Moderna, anterior a este modelo Contemporâneo, esteja em crise, como apontam muitos discursos científicos Pós-modernos. Nessa abordagem Contemporânea de ciência, Pombo as organiza em três tipos, definindo-os como reordenamentos disciplinares: ciências de fronteira – *novas disciplinas que se constituem na fronteira de duas disciplinas tradicionais*, Interdisciplinas – *novas disciplinas que surgem com o cruzamento de disciplinas científicas com o campo industrial e organizacional*, e interciências – *constituição de uma polidisciplina que tem um núcleo duro e, à sua volta, uma auréola de outras disciplinas* (POMBO, 2004, p. 15).

Se pretendermos buscar na relação da Ciência da Informação com a Arquivologia indícios que culminaram e culminam em diferenças quanto à definição do Objeto científico da segunda, todos os reordenamentos colocados por Pombo são pertinentes. A Ciência da Informação nasce como ciência de fronteira ao redor da Documentação, da Arquivologia, Biblioteconomia, da Comunicação e da Computação e como Interdisciplinas por prevalecer-se da utilização destas disciplinas para ocupar um espaço no campo industrial e

organizacional. Também pode ser considerada para alguns como interciências, sendo uma polidisciplina que tem à sua volta a Biblioteconomia e a Arquivologia.

As ciências sociais foram, enquanto forma de conhecimento, historicamente constituídas de maneira uniforme do século XVIII até 1945. Posterior a esta data, dado o desenvolvimento ocorrido em âmbito mundial, ela se vê frente a problemas estruturais de organização dada a criação de um número maior de especializações. A Ciência da Informação é resultado deste processo, tendo por objetivo trabalhar com a produção material registrada resultante do potencial desenvolvimento social, econômico e tecnológico do mundo ocidental. Entretanto, não podemos deixar de pontuar que tanto a Arquivologia como a Biblioteconomia e a Documentação já tinham seus “lugares científicos”, além de percursos históricos anteriores à “invenção” da Ciência da Informação nos anos 1940. Diferente desta, a Arquivologia vai se construindo como ciência dentro de seu próprio desenvolvimento e não carrega conceitos pré-definidos de acordo com uma definição de ciência atribuída pela data de seu “nascimento”, como no caso da Ciência da Informação.

Desta maneira, a questão da interdisciplinaridade está intrinsicamente relacionada à abordagem de ciência Pós-moderna defendida por uma boa parte da comunidade científica. Afinal, o que mais lemos e ouvimos é que a Ciência da Informação é Pós-moderna e interdisciplinar, ou ainda, que o “novo” paradigma da Arquivologia deve se encaixar nesta perspectiva interdisciplinar “informacional”. Não desconsiderando a pertinência da interdisciplinaridade, partilhar deste ponto de vista “informacional” significa que ambas as disciplinas devem compartilhar do mesmo Objeto científico, a informação, respeitando suas especificidades. Será esse um indício da necessidade sentida por uma parte da comunidade científica da Arquivologia em buscar um “lugar” nessa nova abordagem “Pós-moderna” assumida pela Ciência da Informação, já que todo o seu modelo foi construído em cima de uma dita racionalidade tecnicista “Moderna”?

A Ciência da Informação, mesmo considerada quase que de forma unânime como Ciência Pós-moderna, o que para alguns autores da área não exige a definição de um Objeto científico dado seu caráter prático e subjetivo, assim como a Arquivologia também sofre problemas de definição em relação

ao Objeto. Encontramos na literatura da área muitas referências sobre a necessidade em melhor defini-lo, o que por si só minimiza as prerrogativas Pós-modernas que acreditam que uma ciência pode se organizar a partir da ausência de Objeto científico. É preciso ainda deixar claro que em nossa concepção de ciência – de maneira geral e não necessariamente específica da Arquivologia -, cabe a intenção de que a evolução de uma disciplina pode direcionar a ampliação do Objeto científico. Não estamos aqui afirmando que foi isso o que aconteceu e acontece com a Arquivologia, mas sim apenas esclarecendo que não estamos defendendo o contrário.

Essa reflexão sobre a natureza classificatória das ciências, como Moderna ou Pós-moderna, voltará a ser tema de breve debate no quinto capítulo deste trabalho, ao serem abordadas questões sobre a natureza Custodial x Pós-custodial da Arquivologia. Todavia, entendemos como importante já nos posicionarmos quanto à necessidade da existência de Objeto científico para as áreas do *Saber* independente de suas classificações ou “data de surgimento”. Assim, desde a introdução desta tese até aqui podemos apontar algumas possibilidades (ou indícios) para o que estamos considerando como elementos que contribuíram e contribuem nas diferentes definições em relação ao Objeto científico da Arquivologia;

- 1- As diferenças existentes em classificar a natureza do conhecimento da Arquivologia (técnica, disciplina/ciência), impedem o desenvolvimento de investigações sobre a área com profundidade e reconhecimento merecidos;
- 2- Por ser resultado de uma necessidade prática, a Arquivologia “acontece” como área científica num momento de vigor da racionalidade positivista, sendo que desta maneira os elementos a ela atribuídos não exigiam investigações mais profundas sobre sua natureza epistemológica, dificultando assim discursos pertinentes para sua consolidação;

- 3- Diferenças terminológicas, de tradução e das estruturas jurídicas e administrativas específicas de cada país e em cada tempo, contribuem para indefinições teóricas e metodológicas da área;
- 4- A partir do “aparecimento” da Ciência da Informação, a Arquivologia passa a ser vista, por alguns de seus teóricos, como sua subordinada, já que ambas têm por Objeto científico a informação.

3 POR UMA HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

É o aparecimento da escrita que remonta o nascimento dos arquivos e da arquivística, bem como as novas ocupações, entre as quais a de arquivista (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 29).

Além de pensarmos a Arquivologia em relação à natureza do seu conhecimento, entendemos que outras análises também são importantes em nossa busca por compreender como se configuram diferentes definições acerca do seu Objeto científico. Afora elencar e discutir como alguns pensadores da Arquivologia a classificam em relação a sua trajetória, esse capítulo tem por objetivo ampliar nosso campo de reflexão demonstrando o processo histórico que envolve o campo dos arquivos desde as primeiras observações sobre a importância, uso e valor atribuído ao documento, a formação de práticas e técnicas bem como suas influências para com o estabelecimento “oficial” de um campo científico, até a configuração das primeiras categorias teóricas durante o período que estamos denominando como o da **Arquivologia Clássica**. Porém, este terceiro capítulo não tem como pretensão esgotar o pensamento arquivístico em relação ao seu desenvolvimento histórico - epistemológico enquanto campo de *Fazer e Saber*, mas sim apreender, de maneira significativa, diferentes entendimentos que possam contribuir na análise de nossa problemática.

Pensar a história de uma ciência é ir às suas origens e compreender a constituição de seu *Saber*, assim, analisar a história dos arquivos é pensar a trajetória da Arquivologia, lugar no qual, com os olhos de hoje, vivemos e construímos a área. Afinal, os arquivos possuem uma existência muito antiga, enquanto a Arquivologia, que não pode ser desprendida da história dos arquivos, começa a delinear uma configuração científica a partir de desenvolvimentos técnicos de seu *Fazer* na segunda metade do século XVIII.

Tanto a trajetória dos arquivos como a da Arquivologia, em seus processos de desenvolvimento histórico, estão entrelaçadas com outras áreas de conhecimento como a História, a Diplomática, o Direito, a Administração, a Documentação, a Biblioteconomia, a Ciência da Informação, as Tecnologias da

Informação, apenas para citar algumas. E é certo que todas elas influenciaram e foram influenciadas por questões que permeiam o *Saber* e o *Fazer* no campo dos arquivos. Não só essa ligação com outras áreas como também o próprio desenvolvimento social, econômico e cultural das sociedades vem igualmente influenciando a área, mesmo que não de maneira uniforme e linear como se possa pensar num primeiro momento e de maneira superficial. Vivas Moreno (2004, p. 77) nos apresenta um bom exemplo que ilustra de maneira bastante clara essa questão das influências quando afirma que *é evidente, por exemplo, o desmantelamento documental e arquivístico na Alta Idade Média, frente ao florescimento que teve lugar com a cultura Greco-Romana*. Isto é, inserindo sua fala numa perspectiva temporal e a partir do entendimento dos arquivos mais como o lugar da guarda de documentos importantes do que objetivamente no que se construiu como ciência - a Arquivologia, é possível perceber que a reorganização do mundo “Antigo”²⁶, - que possuía seus registros tratados com vistas a sustentar as atividades administrativas e políticas do cotidiano de suas sociedades já estabelecidas em cidades –, para um mundo “Feudal” - cujas premissas estavam sustentadas no forte poder eclesiástico e distribuídos por feudos com leis e modos de vida próprios após a dispersão dos núcleos de cidades para feudos com administrações específicas, foi estendida para o campo dos arquivos, o que Vivas Moreno (2004) cita como *desmantelamento documental e arquivístico*.

O que devemos observar é que a história da Arquivologia não é somente a história dos arquivos ou das teorias que a fundamentam, mas também a *práxis política dos diferentes métodos administrativos (...) o exercício de tomada de decisão e a consequente implantação do poder, e o uso que se operam dos arquivos e dos documentos* (VIVAS MORENO, 2004, p. 77). Ou seja, vai da observação e reconstrução histórica da elaboração dos primeiros documentos até a perspectiva da guarda destes como necessários e em locais específicos, perpassando pelo invento de métodos e técnicas para a

²⁶ Ainda que consideremos controversia essa perspectiva linear em analisar os períodos históricos, utilizamos aqui a polarização mundo “Antigo” frente ao “Feudal” para, de forma breve, colocar elementos que sustentem nossa reflexão. Ademais, esse trabalho não tem como pretensão aprofundar análises sobre como a História organiza a temporalização dos fatos, sua periodização ou suas rupturas, visto que trata-se de questão amplamente discutida no interior de seu campo científico.

organização, guarda e preservação, pelas mudanças nos usos e valores, até a construção de um *Saber* que está em constante desenvolvimento.

Nesta linha de pensamento, uma questão que não pode ser desconsiderada refere-se às diferentes formas como a história dos arquivos e da Arquivologia são compreendidas pelos membros de sua comunidade científica ao longo do tempo e nos mais diversos países. Além de não serem unânimes, as periodizações são construídas a partir de referências e elementos peculiares a cada interpretação, como veremos a seguir.

De parte da **literatura italiana**, Eugenio Casanova (1928, apud Martín-Pozuelo Campillos, 1996, p. 111) no prefácio de seu Manual “Archivística” estabelece a periodização em quatro fases, tendo como referência a natureza das instituições de arquivo, os avanços em termos de regras e legislação e os contextos institucionais e administrativos em que os arquivos se desenvolvem;

- Até o Século XIII;
- Entre os Séculos XIII e XV;
- Entre os Séculos XVI e XVIII;
- A partir do Século XVIII.

Em relação ao primeiro momento - até o século XIII, afirmava ser uma época patrimonial para os arquivos, cuja função era preservar os documentos relacionados à posse e aos bens de direitos e territórios, não existindo preocupação em manter os documentos produzidos no decorrer das atividades. Numa perspectiva de análise linear dos períodos históricos, trata-se desde a Antiguidade até a Alta Idade Média. Em sua concepção, do século XIII ao XV os motivos e condições para a existência dos arquivos permanecem semelhantes aos do período anterior, porém em outros contextos sociais e econômicos. Já para o período que vai do século XVI até o XVIII, Casanova justifica uma nova função para os arquivos, a de servir como fonte para a História, mantendo documentos em cuja pesquisa fosse possível apontar elementos que justificassem o saber científico em sobreposição às superstições, o que acabou por impulsionar as atividades de Paleografia. A última fase que propõe, do século XVIII em diante, o autor a descreve como período eminentemente dedicado aos documentos históricos e no qual o movimento

científico da época influencia o campo dos arquivos. Existem preocupações com a organização de documentos em decorrência da centralização de arquivos, ocasionando assim alterações e progressos à área, já compreendida como *Saber*.

Em relação a essa periodização de Casanova, algumas considerações precisam ser colocadas. O autor observou a trajetória da Arquivologia a partir da natureza dos arquivos, perspectiva diferente de quem for pensá-la a partir dos suportes dos documentos ou em relação ao acesso, por exemplo. Sua abordagem deriva da experiência com o trabalho em arquivos e não podemos esquecer que Casanova já não estava vivo²⁷ quando a tecnologia passou a participar de forma intensa a área, o que nos leva a compreender o porquê de seu enfoque em relação à última fase da periodização estar direcionada apenas à natureza histórica dos arquivos, algo natural para as instituições arquivísticas de sua época e seu lugar.

Pela **literatura alemã**, Adolf Brenneke²⁸ (1953, apud Martín-Pozuelo Campillos, 1996, p. 112; Vivas Moreno, 2004, p. 80) pensa a trajetória da Arquivologia a partir dos meios e das maneiras pelas quais os arquivistas foram construindo e se utilizando, ao largo da história, para organizar os documentos nos arquivos. Para o autor, a teoria arquivística é resultado destas diferentes maneiras estabelecidas ao longo dos tempos acerca da organização dos documentos. Com uma perspectiva que tem como referência o desenvolvimento da teoria arquivística, sua periodização é constituída por três fases:

- Séculos XVI até XVII – Predomínio do método “prático indutivo” para a classificação arquivística; caráter técnico e experimental da área, representada pelos arquivos antigos e medievais (dualismo entre arquivo de expedição e recepção);
- Século XVIII – Predomínio do sistema de classificação “teórico dedutivo” devido ao contexto racional e iluminista; tem-se o sistema de classificação já em uma perspectiva de teoria;

²⁷ Eugenio Casanova faleceu em Roma/Itália no ano de 1951.

²⁸ BRENNKE, A. **Archivkunde**: ein beitrage zur theorie und geschichte des Europäischen archiwesens. Leipzig: Köhler und Amelang, 1953.

- Século XIX – Surgimento do Princípio da Procedência como novo sistema de Classificação arquivística, significando a revolução da teoria pelo estabelecimento de princípios teóricos para a área.

Essa periodização de Brenneke está claramente baseada na Classificação como elemento teórico e norteador do desenvolvimento da área, nos remetendo a considerar sua concepção de que a reflexão no campo dos arquivos avança a partir do momento em que encontra um método próprio para organizar seu objeto de trabalho, que é o documento que está no arquivo, construindo assim, como resultado, elaborações teóricas.

Interessante observar tanto em Brenneke como em Casanova a atribuição de palavras como “revolução” e “progresso” para a área, permitindo-nos inferir que ambos os autores considerados “clássicos” e “tradicionais” atribuem ao momento em que estão vivenciando junto ao campo dos arquivos como de grandes mudanças. Assim como no caso de seu colega italiano, a periodização de Brenneke não contempla fatos recentes da Arquivologia devido a seu falecimento em 1946.

Da **literatura francesa**, Robert-Henri Bautier²⁹ (1968, apud Martín-Pozuelo Campillos, 1996, p. 113; Vivas Moreno, 2004, p. 80; Rodríguez López, 2000, p. 388), afirma que o desenvolvimento dos arquivos está inserido no processo histórico da humanidade, estabelecendo assim uma periodização correspondente. Seu referencial parte de análises que faz dos diferentes usos, concepções e suportes dos arquivos que foram predominantes em cada uma das quatro fases que estabelece:

- Época dos Arquivos de Palácio – Antiguidade; tábuas de argila que materializavam tratados, correspondência, contas e outros documentos financeiros. Concepção de arquivo patrimonial e administrativo;

- Tesouro de Chartes – séculos XII até XVI; Idade Média; arquivos e documentos como tesouro. Concepção de arquivo patrimonial e administrativo;

²⁹ BAUTIER, R.H. **La phase cruciale de l'histoire des archives**: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIe-début du XIXe siècle), dans: *Archivum* 18, 1968.

- Arquivos como Arsenal da Autoridade – séculos XVI até princípio do século XIX; Idade Moderna; considera a fase “crucial” dos arquivos, que se modificam devido a novos sistemas administrativos. Surgem os “Arquivos de Estado”, e alguns princípios da área. Arquivos como instrumento de disposição do poder, como arsenal jurídico e político das autoridades, início das construções teóricas;
- Arquivos como Laboratório da História – princípio do século XIX até meados do século XX; Idade Contemporânea; arquivos como laboratórios da História, da investigação histórica.

Novamente de parte da **literatura italiana**, mas de uma perspectiva mais contemporânea, Elio Lodolini (1993 apud Martín-Pozuelo Campillos, 1996, p. 114), tendo como referencial para periodização o conceito de arquivo, assinala três períodos importantes do desenvolvimento da história da Arquivologia:

- Da Antiguidade até Princípio do Século XVIII – Concepção patrimonial Administrativa dos arquivos como local de guarda, depósito, instituição, tendo os documentos um valor jurídico e sua inacessibilidade como defesa dos depositários; uso jurídico dos documentos;
- Do Século XVIII até a Primeira Metade do Século XIX – Concepção histórica do arquivo como lugar de guarda, instituição, tendo os documentos valor histórico, seu uso enquanto fontes para história, classificados por assunto; reflexo e influência do Iluminismo;
- Final do Século XIX até Maior Parte do Século XX – Dupla concepção de arquivos como lugar de guarda, instituição - convivência dos dois conceitos anteriores -, valor administrativo e histórico do documento, Princípio da Proveniência, acesso; reflexo e influência de grandes mudanças nas estruturas administrativas do Estado. Aumento do volume documental decorrente das atividades administrativas e burocráticas e a integração das funções e uso dos documentos nas perspectivas administrativas e históricas.

Pelo viés da **literatura americana**, Ridener (2009) analisa a trajetória da Arquivologia tendo como referencial para sua periodização a construção teórica da área, dividindo-a em três momentos;

- até 1930 – Consolidação e reforço de conceitos tradicionais desde o século XIX;
- 1930 até 1980 – Modernização;
- 1980 - Colapso dado novo mundo digital.

Para os **portugueses** Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (1999), a história dos arquivos e da Arquivologia é descrita tendo como referência os “Paradigmas” que a caracterizam, e desta forma está separada em três momentos;

- Paradigma Patrimonial – Até fins do Século XIX;
- Paradigma Patrimonialista - Histórico – Tecnicista/Custodial – Final século XIX até década de 1980;
- Paradigma Científico – Informacional/Pós-custodial – A partir da década de 1980.

Para estes autores, o Paradigma Patrimonial colocava a Arquivologia como uma área auxiliar à Ciência Histórica, sendo que com a publicação do Manual dos Holandeses inicia-se o período conhecido como o do Paradigma Patrimonialista - Histórico – Tecnicista/Custodial. Essa perspectiva Custodial, como a própria definição aponta, valorizava a custódia, a guarda dos documentos e tinha como modelo para análises os trabalhos com documentos considerados históricos e dos arquivos públicos. O acesso ao acervo era permitido somente àqueles pesquisadores considerados eruditos frente à consulta “popular”. Havia forte componente tecnicista nas teorias e nas práticas da área, a que os autores atribuem como sendo a etapa descritiva da Arquivologia. Já ao que consideram período do Paradigma Científico – Informacional/Pós-custodial remete-se ao desenvolvimento científico da Arquivologia como uma disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação, maior preocupação com o acesso à informação do que com a

custódia dos documentos, estando a ênfase no acesso e não na custódia. Atualmente essa abordagem pretende minimizar a ênfase na ideia de documento físico, configurando a separação da informação do suporte, pois consideram a informação dos arquivos inserida em um sistema informacional que vai para além dos arquivos, o arquivista como um agente ativo que deve estar próximo do gestor/produtor da informação e não agindo somente no fim da cadeia. Desconsideram a ideia de “mera operação técnica” característica dos paradigmas anteriores para um paradigma que possui teoria por trás.

Da **literatura espanhola**, Cruz Mundet (2001, p. 20) pensa a história da Arquivologia a partir de sua autonomia enquanto área de conhecimento, classificando-a em duas fases;

- Período Pré-arquivístico - Durante o qual o tratamento dos Fundos documentais são caracterizados pela indefinição em seus pressupostos e pela submissão a princípios de outras disciplinas;
- Período de Desenvolvimento Arquivístico - Durante o qual tanto a teoria como o tratamento dos Fundos documentais têm alcançado níveis suficientes de autonomia para que se possa falar propriamente de uma Arquivística.

Partindo “propriamente de uma Arquivística”, ou seja, utilizando como referência para periodizar a trajetória da área sua posição enquanto campo de *Saber*, Rodríguez López (2000), aponta três fases;

- Século XIX – Ciência Auxiliar da História - Momento em que a História se desenvolve enquanto ciência e são criadas as primeiras escolas para formação de arquivistas;
- Ciência Auxiliar da Administração - Conjuntura social de grandes transformações e início da teoria dos *records management*;
- Parte integrante da Ciência da Informação - mesmo não estando totalmente desenvolvida neste sentido.

Já para Mendo Carmona (1995) são quatro e não três as fases concernentes ao desenvolvimento da Arquivologia;

- Arquivística Empírica - Compreende a Antiguidade e a Idade Média;
- Arquivística Doutrina Jurídica - Abarca os séculos XVI a XVIII;
- Arquivística Disciplina Historiográfica - Séculos XVIII e XIX;
- Arquivística na Atualidade.

Também considerando quatro fases, porém pretendendo construir uma história cultural da Arquivologia através da formulação de diferentes “espaços de racionalidade histórica” que a moldaram, e compreendendo como estes espaços *a combinação determinada e bem caracterizada de fatores que formam um sistema em função de uma certa homogeneidade histórica e cujo modelo pode ser estabelecido*, Vivas Moreno (2004, p. 81) concebe;

- Arquivística como Instrumento Indutivo e Funcional - Desde as primeiras formalizações de arquivos até a época dos *Trastámaras* na Idade Média;
- Arquivística como Doutrina Patrimonial e Jurídico-Administrativa - Abarca desde a baixa Idade Média até a segunda metade do século XVIII;
- Arquivística como Desenvolvimento Historiográfico e Teoria Especulativa - Desde a segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XX;
- Arquivística Integral na Sociedade do Conhecimento – Aplica-se à arquivística atual.

Reforçamos a necessidade em pontuarmos essas abordagens para demonstrarmos como a trajetória de uma área é percebida e construída de formas diferentes pelos seus membros, sendo que no caso da Arquivologia também não podemos desconsiderar o contexto no qual sua comunidade científica está inserida bem como as perspectivas históricas, estruturais, administrativas, jurídicas, dentre outras.

Ainda que haja outras perspectivas refletindo sobre a história dos arquivos e da Arquivologia, e com certeza diversas formas de concebê-las, frente às periodizações aqui apresentadas, é possível estabelecermos duas distinções principais; aquelas que inserem o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia num processo temporal e aquelas que pensam sua trajetória a partir dela mesma, ou seja, em seu interior. Também podemos inferir que estas

diferentes abordagens não são excludentes e que de cada uma delas é possível produzir reflexões e análises sobre a construção e o desenvolvimento do Objeto científico da Arquivologia.

Pode parecer estranha nossa preocupação com a história dos arquivos ou ainda da Arquivologia se estamos focando nossa investigação em questões inseridas na perspectiva epistemológica. Não deveríamos partir nossas perguntas apenas do momento em que se atribui à Arquivologia como ciência, isto é, quando da publicação do Manual dos Holandeses? Ou a partir da conjuntura atual em que as diferenças propostas em nossa problemática são latentes?

O fato é que a Arquivologia surge como resultado de um desenvolvimento do *Fazer* nos arquivos que tem suas origens em período bem anterior ao desenvolvimento científico, podendo ser remetido ao ato de registro pelo homem para lembrar. A evolução destes registros se deu por muito tempo de forma prática e por aqueles que produziam e precisavam da informação registrada. Ao largo do tempo, seus usos foram sendo ampliados e modificados ao passo que conjunturas específicas passam a valorizá-los de diversas maneiras. Entretanto, todo o processo que antecede estas atribuições de valor aos registros é fundamental para a compreensão da configuração de sua importância a ponto de existirem áreas que o analisam a partir de perspectivas científicas.

Assim, sem perder de vista o contexto histórico, social, cultural, econômico e político no qual a trajetória destes registros está inserida, valendo-nos dos registros considerados arquivísticos e tendo como ponto de partida as diferentes periodizações anteriormente mencionadas, estabelecemos a nossa para a significação da história dos arquivos e da Arquivologia. Remetendo-nos à discussão colocada no segundo capítulo desta pesquisa, justificamos ainda nossa periodização a partir da perspectiva das fases paradigmáticas de Fourez (1995).

Desta maneira, consideramos como o período da **História dos Arquivos** aquele compreendido desde a invenção da escrita até a Revolução Francesa (1789). A partir de então, inicia-se o que definimos como período pré-paradigmático, a **Arquivologia Clássica**, que se configura até o pós Segunda Guerra Mundial, meados da década de 1940. Neste tempo, a reorganização da

ordem mundial demanda novos usos dos arquivos, momento em que a **Arquivologia Moderna** tem suas teorias e métodos ampliados e que vão se construindo até o final da década de 1980, fase que definimos como transição e início para a **Arquivologia Contemporânea**.

Importante ressaltar que essa nossa divisão não pretende ser determinante de uma concepção linear da trajetória da Arquivologia, mas sim uma opção metodológica e didática para abordar, a partir de contextos e fenômenos específicos, a constituição e desenvolvimento de uma área com vistas a compreender algumas diferenças que se estabeleceram em relação a seu estatuto científico.

Isto posto, o que estamos definindo como **História dos Arquivos** é o processo de desenvolvimento do campo dos arquivos anterior ao estabelecimento “oficial” do arquivo enquanto instituição, indo desde as necessidades sentidas pelo homem em produzir e manter documentos até a concepção de arquivo como um ramo especializado do serviço público, ou seja, o arquivo como instituição com funções e serviços específicos, inaugurado a partir da Revolução Francesa (1789). Compreende os períodos que a historiografia tradicional nomeia de Antiguidade, Idade Média e Época Moderna.

Durante a Antiguidade (até século V), ao arquivo atribuía-se o lugar no qual se guardavam os documentos, sendo os templos e palácios das antigas civilizações alguns destes locais. Os documentos eram, em sua maioria, leis, decretos, atas, sentenças judiciais, ordens de governos, dentre outros, que nos permitem reconhecer certa organização administrativa nestas sociedades, como as Pólis Gregas e a República Romana. Pode-se ainda afirmar que existiam formas de organização de documentos que nada mais eram do que *el resultado de una simples práctica guiada por la lógica* (MENDO CARMONA, 1995, p. 116). Nestes tempos, a ideia de arquivo remetia-se a depósitos de documentos a serviço da administração, “tesouros” mantidos guardados pelo seu valor de garantia jurídica.

Como consequência da queda do Império Romano, a nova configuração da sociedade não atribuía as mesmas funções e valores aos arquivos, o que é considerado por Vivas Moreno (2004) como um período de retrocesso neste campo. O caráter probatório marcado nos documentos é substituído pela

oralidade e as estruturas administrativas já não eram mais as mesmas. Neste tempo conhecido como Idade Média (do século V até o XV), as organizações administrativas foram dissolvidas e com elas a ideia de República, passando a predominar o modelo de vida privada. Com isso, e sem um governo “do povo” que criava e mantinha documentos, essa função passou a ser exercida nas catedrais e nos mosteiros. *Los archivos eclesiásticos cumplieron la función de custodios de los títulos de propiedad, no sólo de la Iglesia sino también de otras instituciones públicas y de particulares* (MENDO CARMONA, 1995, p. 117). Essa custódia pelos poderes eclesiásticos acarretou em nova realidade para os arquivos, que foi a sua guarda junto aos livros. Ou seja, os encarregados em organizar os livros passam também a ser responsáveis pela organização dos documentos, tornando-os assim sujeitos as mesmas práticas de organização. Ao tratar este período da Arquivologia como Instrumento Indutivo e Funcional, Vivas Moreno (2004) caracteriza-o como ausente de teorias científicas, ou ainda reconhecidas como tal.

Caminhando rumo à transição para o Renascimento, os séculos finais da Idade Média – considerados a Baixa Idade Média, são marcados pela recuperação econômica das sociedades, que passam a necessitar de reorganização e buscam no Direito Romano a consolidação de muitas de suas novas práticas. Assim, o documento escrito recupera sua importância, visto que

el poder de la monarquía y su fuerza dependían de su patrimonio y para la defensa de éste debían contar con los documentos que atestiguaban sus títulos de propiedad. Al igual que la Iglesia, los grandes señores defenderán su patrimonio e intereses mediante la custodia de los documentos como verdaderas joyas. Fue la época de los tesoros de cartas de los soberanos, príncipes territoriales, señores eclesiásticos y laicos (MENDO CARMONA, 1995, p. 118).

Tais mudanças na ordem mundial resultam em um novo modelo de gestão de governo chamado “Estado Moderno”, cujos arquivos passam a ter novos valores, usos e uma função mais evidente, de forma que funcionários são nomeados para organizar documentos e principalmente manter a autenticidade de certidões (RIBEIRO, 1999, p. 26). Trata-se do período que

Mendo Carmona nomeia de Arquivística Doutrina Jurídica, abrangendo os séculos XVI ao XVIII.

Além do modelo de Estado Moderno, está em curso a Revolução Científica, gestada neste momento de reorganização social conhecido como Renascimento, que além de valorizar a cultura Greco - Romana, baseava-se menos no teocentrismo e mais no antropocentrismo. O pensamento crítico sobre o mundo em que se vivia também ganha forças com o Humanismo, colocando o homem e não mais Deus no centro da análise. Outro fator igualmente importante neste período, e que influencia diretamente a questão da produção e reprodução dos documentos, é a invenção da imprensa pelo alemão Gutenberg.

Esse modelo de Estado Moderno era baseado no Absolutismo Monárquico e os arquivos passam a ser partícipes da máquina administrativa do governo adquirindo uma função predominantemente jurídica em termos políticos, isto é, de fornecer para os governantes documentos onde fosse possível a afirmação dos direitos destes de forma que o exercício do poder pudesse ser realizado com mais facilidade. Assim, é possível dizer que o que havia nestes depósitos de documentos em termos de métodos ou técnicas de organização para a realização do *Fazer*, estavam direcionados a garantir a guarda, a conservação e a localização destes documentos. Não há, na literatura da área, indícios relativos à inserção do campo dos arquivos no contexto científico neste momento, mesmo com uma Revolução Científica em curso.

Ainda que fora do jogo científico, como coloca Mendo Carmona (1995), é no século XVII que começa a surgir uma literatura arquivística que tem como foco o aspecto jurídico dos arquivos. Estes tratados ressaltavam o valor probatório dos documentos, o que propiciou, principalmente na Espanha, *la aparición de tratados de paleografía, que fundamentan su utilidad en la necesidad de poder leer los documentos conservados para el mejor arreglo de los archivos y defensa de los derechos de sus dueños* (MENDO CARMONA, 1995, p. 122).

Estabelecido o potencial jurídico/probatório dos documentos, inicia-se a utilização cultural dos arquivos pelos “eruditos” da época com vistas a escrever as primeiras histórias “de maneira oficial”. Desejando encontrar de maneira

rápida o que procuravam, estes “novos” pesquisadores passam a almejar a organização dos documentos por assuntos. Trata-se do período considerado por Mendo Carmona (1995) como Arquivologia Disciplina Historiográfica, que em termos temporais abarca os séculos XVIII e XIX.

Agora adentrado ao percurso do *Saber*, a partir da segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XX, para Vivas Moreno (2004) inicia-se o período de Desenvolvimento Historiográfico e Teoria Especulativa, afirmando ser o início do caminho para a autonomia enquanto área que produz conhecimento, aonde se vão estabelecendo os primeiros enunciados teóricos, como o Princípio da Proveniência. O fato de Mendo Carmona e Vivas Moreno estabelecerem o século XVIII como determinante para a área não se trata de mera coincidência, pois em seus últimos anos arrola-se um fenômeno que viria a modificar sobremaneira a sociedade e conseqüentemente as práticas arquivísticas.

Para muitos historiadores, o período iniciado com a Revolução Francesa (1789) mudou as estruturas de governo, as formas da sociedade e os modos de vida até então existentes durante o tempo que definem como de Antigo Regime. Sem adentrar na discussão sobre se houve ou não mudanças e em que nível elas aconteceram, é importante refletirmos sobre o valor e o papel atribuído aos documentos num momento em que o governo muda de mãos. Era interessante para esse novo governo, Iluminista, ter sob seu domínio principalmente os documentos cartoriais, afinal, os bens da “antiga” classe dominante, devidamente registrados e documentados, foram confiscados, implicando que estes documentos fossem igualmente apropriados.

O período pós Revolução Francesa consolida a centralização dos documentos dos arquivos da França no “Arquivo da Nação³⁰”, modelo de instituição resultado do novo “papel” que os documentos passam a representar nas relações de poder. Aliado a isso, há por toda Europa a afirmação do sentimento nacionalista e a necessidade em inserir na vida e no discurso dos

³⁰ Em 1789 é criado como Arquivo da Assembleia Nacional. Em 1794 é transformado em depósito central dos arquivos do Estado, ao qual estavam subordinados os arquivos provinciais. Ao criar o Arquivo Nacional, o Estado Francês assume seu papel de guardião de documentos acumulados por ele (RONDINELLI, 2005, p. 40).

cidadãos “raízes de identidade nacional”. Os documentos que estavam nos arquivos foram elementos cruciais para essa construção, tornando-se mais fontes para a produção do conhecimento histórico do que prova jurídica, cabendo aos profissionais dos arquivos atender essa necessidade. Implicações destes novos usos foram observados no *Fazer* dos arquivos. Valorizou-se a Descrição dos documentos para que fossem encontrados com mais facilidade, *comenzaron a proliferar colecciones diplomáticas, guías, inventarios, catálogos e índices, en detrimento de las publicaciones sobre teoría archivística* (MENDO CARMONA, 1995, p. 126). Ademais, essa visão institucional do documento, implementada conforme ideais liberais e nacionalistas, transferira ao Estado a posse sobre os mesmos com objetivo de gestão patrimonial. Isso reforçou a necessidade de refletir sobre a organização dos documentos, já que seu crescimento e acúmulo apresentou novos problemas como falta de espaços e instalações inadequadas, além da ausência de profissionais aptos a organizá-los, catalogá-los e disponibilizá-los.

Não só os novos usos atribuídos aos documentos como também a centralização dos arquivos franceses e, conseqüentemente, o caos derivado da mistura desta grande quantidade documental favorecem para que apareça, a partir dos anos 1800 na França, uma série de instruções para resolver questões desta natureza, como

a teoria formulada em 1841 pelo historiador francês Natalis de Wailly, (...) marca uma reviravolta na história da Arquivística. De Wailly, então chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, foi o inspirador de uma circular assinada pelo Ministro Duchatel e divulgada a 24 de abril de 1841, que é a certidão de nascimento da noção de fundos de arquivos (DUCHEIN, 1986, p. 17).

A formulação francesa do Princípio da Proveniência, “O Respeito aos Fundos”, surge como resposta a problemas práticos, do *Fazer*, se tornando um dos primeiros e talvez um dos principais princípios teóricos da área, um *Saber*, que quase cinquenta anos depois foi chancelado pelo Manual dos Holandeses. De acordo com Bellotto (2005, p. 16), os dois elementos mais importantes para sustentar a teoria da Arquivologia são o Princípio da Proveniência e o Princípio da Organicidade, pois enquanto base da sua teoria configuram a diferença

entre esta e outras áreas como a Biblioteconomia, a Documentação e até mesmo a Museologia. E essa diferença acontece, principalmente, a partir do momento em que a Classificação dos documentos de arquivo passa a ser entendida menos pelos seus assuntos e temáticas para *realizá-las a ordem na qual os documentos haviam sido produzidos* (DUCHEIN, 1986, p. 15). Afinal, a *classificação, até as primeiras décadas do século XIX, era elaborada sem levar em conta a origem administrativa dos documentos* (SOUSA, R.T.B., 2007, p. 3).

Entretanto, mesmo reconhecido pela comunidade científica da área como um dos seus principais pilares teóricos, segundo Martín-Pozuelo Campillos (1996) além da “invenção” do Princípio da Proveniência não ser autoria de Wailly, tanto sua definição como as maneiras pelas quais é compreendido não são homogêneas. Para a autora, a concepção francesa refere-se exclusivamente a não misturar documentos de instituições diferentes, como o *princípio que consiste em manter agrupados, sem misturar com outros, os documentos que provêm de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa* (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 20).

Continuando sua investida de que o Princípio da Proveniência não é resultado de um contexto específico tampouco proprietário de definição única, Martín-Pozuelo Campillos (1996) vale-se da reflexão de outros pensadores da Arquivologia para embasar suas afirmações. Afirma que para Bautier³¹, (1963, apud, 1996, p. 28) havia uma origem remota ao início do século XIV na França, porém defende a alcunha a Wailly, pois o princípio foi documentado de forma oficial na ânsia de formular um método de classificação urgente e necessário para o trabalho nos arquivos. Essa “enunciação oficial” também inaugura a ideia de Fundo como conjunto de documentos de uma mesma procedência. Já para Brenneke (1953, apud 1996, p. 26) essa metodologia de classificação já era praticada na Alemanha desde o fim do século XVIII e sua origem teórica se remete à obra de Philipp Ernst Spiess de título “Von Archiven”, publicada em 1777, sendo que o aprofundamento do enunciado teórico acontece no início do século XIX, em 1819, na academia de Ciência de Berlim. Define-o mais como

³¹ BAUTIER, R.H. Les archives et le droit international. In: **Conférence internationale de la Table Ronde des archives, 6ème, 1961, Actes...** Paris: Direction des Archives de France, 1963. p. 11-56.

uma ideia, um juízo, algo construído não com objetivos científicos, mas sim como demanda urgente de uma prática. O também alemão Ernest Posner³² (1967, apud 1996, p. 31) trabalha com outro marco, ainda na Alemanha mas no final do século XIX, especificamente em 1881, quando Max Lehmann introduz e regula o Princípio em Berlim. Seu enunciado torna-se regra de classificação a ser seguida pelos Países Baixos, onde foi introduzido oficialmente em julho de 1897, um ano antes da publicação do Manual dos Holandeses.

Nesta mesma linha de pensamento, porém relacionado ao Princípio da Ordem Original, igualmente anunciado através do Manual dos Holandeses e não sendo seus escritores os “inventores”, para Martín-Pozuelo Campillos (1996) trata-se de um desdobramento ou segunda aplicação do Princípio da Proveniência, advindo sua natureza teórica do Princípio do Registro, ou *Registratur*, alemão. Já para Lodolini (1993), esse Princípio foi definido como método histórico, por Francesco Bonaini, no ano de 1867 na Itália.

Afora o debate entre as definições, usos e “invenções” quanto a estes dois Princípios, devemos considerar que há na área uma série de outros estabelecidos, como os Princípios da Pertinência, da Territorialidade, da Reversibilidade etc., mas nos deteremos somente àqueles dois por entendermos que as discussões teóricas mais profícuas pelas quais a Arquivologia passou - e passa, estão neles centradas.

Antes de adentrar nas análises que inserem o campo dos arquivos na perspectiva científica através da publicação do Manual dos Holandeses, se faz importante refletir sobre alguns pontos apresentados no que tange a sua história, pois somos levados a considerá-los elementos significativos para a análise da nossa problemática. Um deles é compreender a história da Arquivologia enquanto área de *Saber* como resultado do processo histórico de transformações pelas quais passou a história dos arquivos principalmente nos quesitos valor e uso atribuídos aos documentos. Importante lembrar que essas atribuições estão intrinsecamente relacionadas aos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais das quais emergem. Outros pontos a serem considerados referem-se às diferentes maneiras pelas quais a trajetória da

³² POSNER, E. Max Lehmann and the genesis of the Principle of Provenance. In: Munden, K.(Ed.). **Archives and the public interest**: selected essays by Ernst Posner. Washington, D.C.: Public Affairs Press, 1967. p. 36-44.

área é percebida, construída e vivida pelos membros de sua comunidade, bem como as diferenças conceituais e de constituição acerca dos “divisores de águas”; Princípio da Proveniência e Princípio da Ordem Original.

Contudo, o mais importante a ser aqui destacado é que, o que constituía os arquivos e justificava sua existência, eram os documentos em suporte físico. E para estes documentos se atribuíam valores e usos a partir de diferentes necessidades em conservar as informações neles materializadas. Essas atribuições afetavam diretamente os locais em que deveriam ser guardados e as maneiras de serem cuidados.

Em consonância com essa atribuição de valores, usos e funções que o documento de arquivo em si mesmo significa, é que vamos pensar o campo dos arquivos inserido na perspectiva de *Saber*.

3.1 O MANUAL DOS HOLANDESES E O ESTABELECIMENTO DE UMA ÁREA CIENTÍFICA: A ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA

A aceitação da publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), mais conhecido como Manual dos Holandeses, como marco referencial que situa o surgimento institucional da Arquivologia enquanto área de *Saber* é compartilhada por grande parte de sua comunidade científica. Isso não significa que esta tenha sido a primeira publicação sobre a temática ou que através desta é que novas teorias foram construídas, pois como vimos, as principais questões que enunciam a área, os Princípios da Proveniência e o da Ordem Original, não foram “invenções” dos holandeses autores deste Manual. Contudo, foi através dele que estes princípios teóricos, gradualmente evoluídos e aperfeiçoados ao longo de anos anteriores, foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais. Ademais, outro elemento que justifica a “cientificidade” da Arquivologia a partir do Manual dos Holandeses é o que alguns teóricos da área definem como “autonomia” perante outras áreas do conhecimento, como a Paleografia, a Biblioteconomia e a Diplomática, por exemplo. Isto é: a afirmação de teorias e princípios próprios.

Produzido pela Associação dos Arquivistas Holandeses - fundada na cidade de Haarlem no ano de 1891, com o objetivo de analisar problemas relacionados ao trabalho com arquivos, conforme consta no prefácio à primeira edição³³ - cada um de seus escritores preparou uma parte da obra e juntos revisaram o todo. Arquivistas que trabalhavam no governo, os autores estavam familiarizados com os documentos públicos e exerciam suas atividades próximos a historiadores. Samuel Mueller foi possivelmente o mais conhecido dos três e imprimiu neste documento a influência do pensamento francês no campo dos arquivos devido a sua experiência na *École des Chartes* em Paris no ano de 1873. Johan Feith elaborou o texto de vinte e seis das cem seções do Manual e foi criticado por seus colegas por ter uma escrita concisa, diferente

³³ Encontra-se na tradução brasileira deste Manual, realizado por iniciativa do Arquivo Nacional em 1960.

deles. E Robert Fruin, após sua coautoria no Manual, continuou escrevendo e publicando sobre arquivos.

De acordo com o americano Ridener (2009), as teorias postas no Manual Holandês representam a consolidação de boa parte da teoria arquivística que foi se construindo desde os tempos medievais até o início do século XX, refletindo o pensamento europeu, mais especificamente o Holandês, oriundos da experiência prática do lidar com documentos medievais. Os canadenses Rousseau e Couture (1998, p. 53) ao discorrerem sobre a importância dos manuais de especialidade na constituição de um *corpus* científico afirmam que publicações desta natureza *articulam a teoria e as práticas em torno de uma abordagem única e permitem a transmissão do estado dos conhecimentos bem como o estabelecimento de uma tradição*.

Já para o holandês Ketelaar (2004, p. 3), o Manual de Arranjo e Descrição (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973) não inaugura uma teoria arquivística e sim uma metodologia, formulada em cem regras e que na prática foram vistas durante muito tempo como “dogmas invioláveis”, uma doutrina a ser cegamente seguida pelos arquivistas. E para justificar sua afirmação apresenta trechos da primeira edição do Manual onde seus autores referem-se às ideias apresentadas na publicação como “os requisitos da nova doutrina de arquivo”. Cita também a tradução francesa de 1910, que teve como leitor o inglês Hilary Jenkinson, na qual esses mesmos trechos foram traduzidos como “as exigências da nova ciência de arquivo”. Ainda que considere uma obra de referência e importante para a profissionalização dos arquivistas, para Ketelaar o Manual é mais uma normalização e regulação da prática com os arquivos do que propriamente o estabelecimento de uma ciência, e que ao invés de ser utilizado pelos arquivistas como um instrumento de trabalho acabou virando uma bíblia.

Afora as questões de serem consideradas como teoria ou metodologia, as cem regras do Manual estão dispostas em seis capítulos e são ilustradas com exemplos. O primeiro capítulo, Origem e Composição dos Arquivos, versa sobre como os arquivos são constituídos e quais materiais o formam, contemplando dezesseis das regras. Logo de início, como a regra de número um, estruturam a definição de arquivo que vai permear toda a obra:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13).

Entendendo essa definição de Arquivo como sinônimo de Fundo, neste mesmo capítulo e como segunda regra demarcam a ideia da Organicidade, *um arquivo é um todo orgânico.*

O arquivo, portanto não é criado arbitrariamente, à maneira das coleções de manuscritos, (...). O arquivo é, ao contrário, um todo orgânico, um organismo vivo que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções da entidade, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 18).

Após definirem o conceito de arquivo e valorizarem a questão da Organicidade, é através da oitava regra, neste capítulo, que exemplificam como o Princípio da Proveniência, ou Respeito pelos Fundos, deve ser utilizado, além de defini-lo;

os vários arquivos colocados num repositório devem ser cuidadosamente separados. Se houver diversas cópias de um documento, há que pesquisar-se a fim de verificar a qual deles cada uma pertence (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 29).

Apresentados os elementos conceituais e definidores do trabalho com os arquivos, durante o segundo capítulo, O Arranjo dos Documentos de Arquivos, é que abordam propriamente as premissas que regem a Classificação dos documentos, sempre destacando que esta não deve ser realizada pelos conteúdos/assuntos. É composto por vinte e duas das regras, sendo que nas de números dezesseis e dezessete reforçam a ideia da Proveniência e a da Ordem Original;

16. O sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à

organização do órgão administrativo que o produziu (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 44).

17. No arranjo do arquivo, portanto, urge, antes de mais nada, restabelecer quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, dela apariar-se (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 49).

E após relacionarem as ideias de Fundo com a Organicidade e suas premissas para a Classificação, no terceiro capítulo, A Descrição dos Documentos de Arquivo, abordam Descrição e no capítulo quatro, Estrutura do Inventário, tratam sobre a elaboração de Inventário, resultado dos processos de Classificação e Descrição, que tem por objetivo o acesso aos documentos.

Além de ter “oficializado” e divulgado os Princípios da área, até então o que havia de mais moderno no *Saber* do campo dos arquivos, outro papel importante foi igualmente assumido por este Manual, o de afirmar as diferenças entre o *Fazer* da biblioteca e o do arquivo, isto é, os motivos pelos quais o documento de arquivo é criado/mantido efetivamente se distinguem dos da biblioteca. Também devem ser consideradas suas abordagens sobre o conceito de arquivo, de documento de arquivo, Descrição, organização de documentos, Inventários, dentre outras.

Neste sentido, Menne-Haritz (1999) afirma que as “instruções” para o Arranjo e Descrição de documentos de arquivo desenvolvidas pelos três arquivistas holandeses, o que chama de “teoria da analogia orgânica”, estabeleceu a identidade central da área, ou seja, a distinção entre um arquivo como um todo orgânico e uma coleção. Ainda segundo a autora, as “instruções” dos holandeses foram oficialmente colocadas em uso na Suécia em 1903 e introduzidas na Dinamarca em 1907, através de uma publicação de profissionais da área. Descreve suas influências no pensamento do inglês Hilary Jenkinson durante a elaboração do “Manual de Administração de Arquivo” publicado em 1922, bem como de Eugenio Casanova em seu Manual “Arquivística” publicado em 1928 na Itália.

Assim, podemos perceber que as ideias contidas no Manual dos Holandeses passam a ser utilizadas internacionalmente na medida em que a publicação vai sendo traduzida, fato que ocorreu no Brasil apenas na década

de 1960. E frente a sua disseminação, outro elemento deve ser considerado, o seu papel facilitador de uma

formação discursiva da Arquivística, no sentido de existir uma confluência de enunciados postulados anteriormente, sintetizados nessa publicação. Sua importância é consenso na área, já que foi o primeiro, atingindo arquivistas canadenses, brasileiros, espanhóis, portugueses, etc. (...) Esse Manual pode ser considerado não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então (BARROS, 2010, pp. 21-22).

Por abordar a ideia da Organicidade, dos dois Princípios, o conceito de Fundo, de Inventário e principalmente o que hoje definimos como Funções Arquivísticas, isto é, a Classificação e a Descrição, ainda que sem denominá-las de Função³⁴, consideramos que o conhecimento transmitido através do Manual dos Holandeses estabeleceu, nos apropriando do conceito de Kuhn, os primeiros “paradigmas” para a Arquivologia, elevando práticas e técnicas ao *status* de ciência, inclusive por estar inserido nos modelos de “progresso científico” preconizados pelos positivistas à época.

Esses paradigmas se materializaram em métodos de ensino e sustentaram as bases teóricas da área, fundamentadas nos valores históricos dos documentos. Desta maneira, além de constituir o discurso coletivo de uma prática intelectual, o Manual dos Holandeses inaugura a “efetiva” posição de *Saber* ao campo dos arquivos e influencia outras publicações desta natureza.

³⁴ Utilizam a palavra função apenas quando se referem às atividades das instituições que resultam em documentos.

3.2 ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA: OS MANUAIS ESPECIALIZADOS E OS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

De fato, os documentos são considerados provas “por ouvir dizer”, pois eles só podem “dizer” aquilo que alguém “disse” a eles (DURANTI, 1994, p. 53).

Conforme abordamos no segundo capítulo desta tese, o I Congresso Internacional de Arquivistas e de Bibliotecários (1910), conhecido como Congresso de Bruxelas, além de reunir importantes representantes, principalmente europeus e norte-americanos, destas duas áreas, especificamente em relação ao campo dos arquivos enfatizou a importância da História como disciplina fundamental na formação do arquivista bem como consagrou, após debate e avaliação entre os presentes, o Princípio da Proveniência preconizado pelo Manual dos Holandeses.

Durante a reunião da sessão de arquivos, aberta às 9 horas da manhã e presidida pelo Dr. Bailleu, diretor dos Arquivos de Estado da então Prússia, em Berlim, e que foi a primeira a acontecer na segunda-feira dia 29 de agosto de 1910, foram pontuadas questões previamente consideradas fundamentais para serem colocadas em pauta e discutidas entre os participantes, dentre eles Eugenio Casanova como um dos representantes da Itália. Ao todo foram vinte e cinco questões³⁵ de várias ordens, tais como regras que deveriam ser aplicadas na construção de arquivos, os melhores métodos de restauração e limpeza de arquivos, o que poderia ser eliminado dentre os documentos, o que estava sendo feito nos países para preservar os registros paroquiais (batismos, casamentos, óbitos), como deveria ser a formação dos arquivistas, seus dias e horários de trabalho, e muitas outras. Porém, a que vamos nos deter aqui será a questão de número treze: a aplicação do Princípio da Proveniência, instaurado pelo Manual dos Holandeses, para a classificação dos documentos de arquivo, quais países o estavam adotando e como, total ou parcialmente.

³⁵ Informações disponíveis em http://extranet.arch.be/congres1910/8B887_B_0625.pdf Acesso em set.2012.

Representando Roterdã/Holanda, Wiersum afirmou se basear na autoridade de alguns diretores de arquivos de outros países, dentre eles Natalis de Wailly, para mostrar “vantagens científicas e administrativas deste sistema”. Vindo de Viena/Áustria, Gijôrij de Nadudvar disse concordar com o método e acredita que ele deve estar presente em todos os arquivos. Os participantes expuseram as dificuldades existentes nas classificações anteriores ao estabelecimento do Princípio e como a partir deste ficou mais fácil classificar os documentos. Procedendo de Florença, L. Pagliai concordou inteiramente com tal aplicação, justificando ser o único Princípio científico que facilita e torna inteligente a pesquisa do historiador. Afirmou ainda que até então todas as classificações que conhecia eram arbitrárias. Por fim, decidem por unanimidade que o Princípio da Proveniência é o melhor sistema a ser adotado para classificação de um arquivo. Contudo, é importante observarmos que não foi somente por essa decisão coletiva e ocorrida em um evento supostamente científico que conferiu valor de *Saber* aos Princípios citados. Entretanto, essa decisão unânime representa uma preocupação coletiva e cujas opiniões foram formadas após a aplicação prática dos Princípios frente às maneiras de classificação existentes e experimentadas até então.

Ao definirmos este período como o da Arquivologia Clássica, consideramos os esforços de sua comunidade em consolidá-la como área de *Saber* em cujos postulados estavam baseados principalmente nos Princípios da Proveniência e da Ordem Original bem como na ideia de Organicidade. As técnicas utilizadas no *Fazer* passam a ser consideradas agora em perspectiva de conhecimento científico, tendo como principais expoentes o arquivista inglês Hilary Jenkinson, o italiano Eugenio Casanova e o alemão Adolf Brenneke. Isso não significa que os três foram os únicos ou que somente nestes países se pensava a área como um campo de *Saber* que vislumbrava análises e reflexões de cunho científico. Vejamos, por exemplo, os arquivistas austríaco e holandês aos quais nos referimos quando abordamos a utilização/aprovação do Princípio da Proveniência durante a sessão sobre arquivos no Congresso de Bruxelas. Se ambos estavam representando seus países neste encontro, é possível que pensassem a Arquivologia como um campo do *Saber*. Todavia, o alemão, o inglês e o italiano foram os que se sobressaíram no campo científico da época e possivelmente pelos motivos que veremos a seguir.

Originalmente intitulado “A Manual of Archive Administration Including the Problems of War Archives and Archive Making”, porém mais conhecido como “Manual de Administração de Arquivo”, foi uma obra individual escrita pelo inglês Hilary Jenkinson a partir de suas experiências profissionais junto ao *Public Record Office* e seus conhecimentos sobre Diplomática, Paleografia e tratamento com documentos medievais. Concebida na Inglaterra no ano de 1922 e revista em 1937, está inserida em um contexto reflexo da Revolução Industrial e imediatamente posterior ao final da Primeira Guerra Mundial, fatos que modificaram consideravelmente as estruturas econômicas e sociais na Europa deste período.

No prefácio de seu Manual (1922, p. xi), Jenkinson justifica que a intenção original da obra é falar sobre o tratamento de arquivos de guerra, mas como não há publicação em língua inglesa sobre organização e tratamento de arquivos, decidiu por não reduzir a obra apenas ao objetivo inicial. Afirma que o “conhecido” Manual dos Holandeses – traduzido para o inglês somente em 1940 – discorre mais sobre questões de Arranjo e Descrição e que vai sugerir novos pontos de vista ao campo dos arquivos, sendo o principal a ideia de Custódia. Atribui ainda a essa ideia de “Preservação na Custódia Oficial”, como sua principal contribuição para o que chama de “Ciência dos Arquivos”.

Durante a introdução (1922, p. 2) aponta a História, tal como concebida até então, como uma ciência bastante dependente dos arquivos. Assim, parte para definir o que compreende como arquivos, sendo que a primeira dificuldade esbarra na questão da utilização de dois termos diferentes; *records* e *archives*. Refere-se a ambos como sinônimos e justifica como sendo mais apropriado o uso de *archives* por ser o comumente usado por outras línguas. Isto posto, passa a considerar arquivo como os documentos que formaram parte de uma transação oficial e foram preservados para referência oficial, servindo de prova/evidência da transação. Argumenta que os arquivos não são elaborados para interesse ou para a informação da posteridade, pois a qualidade essencial do documento de arquivo é sua produção visando o caráter probatório de uma ação, diferente da atribuição de sentido dada ao documento pelo historiador. Além de considerar como documento de arquivo somente os que estão em papel, ao refletir sobre suas qualidades essenciais, apresenta quatro

características que lhe são inerentes: Imparcialidade, Autenticidade, Naturalidade e Interdependência.

A Imparcialidade está relacionada à razão de criação do documento e sua capacidade em refletir de maneira fiel as atividades de produção, ao passo que a Autenticidade condiciona-se aos procedimentos de custódia contínua para garantia do valor de prova. A Naturalidade também está atrelada à criação do documento, porém na perspectiva de resultado “natural” da atividade, e por fim a Interdependência, relacionada à participação e ao papel do documento no conjunto de documentos de arquivos. Vale ressaltar que nossa opção por adentrar nestas definições deu-se com vistas a compreendermos, no decorrer deste trabalho, sobre quais premissas os arquivistas “Modernos” e “Contemporâneos” estabelecem críticas contundentes às ideias de Jenkinson.

Outra abordagem deste autor inglês bastante criticada, principalmente pelos arquivistas contemporâneos, é quanto às responsabilidades do arquivista. Para ele há duas, as primárias e as secundárias, sendo que em primeiro lugar está a de tomar todas as precauções possíveis para a manutenção e custódia dos seus arquivos, exercendo o papel de “exímio guardião da custódia contínua”, elemento ao qual atribui a salvaguarda das qualidades essenciais. Em segundo lugar é fornecer o melhor de sua capacidade para as necessidades dos historiadores e outros pesquisadores. Ressalta ainda que estas posições (primária e secundária) não podem ser invertidas e que cabe ao arquivista a conservação física e mental dos documentos que estão nos arquivos, independente do seu conteúdo.

Além de discutir deveres e responsabilidades para os arquivistas em seu Manual, Jenkinson também estabeleceu diferenças entre a verdade arquivística e a verdade histórica, considerando esta como a verdade representada pelo conteúdo do documento. Já por verdade arquivística entendia como aquela relacionada ao contexto de criação, ou seja, a permanência da Imparcialidade e da Autenticidade. Para nós, essa diferenciação proposta por Jenkinson é significativa para considerarmos o estabelecimento de uma ciência para o campo dos arquivos, mesmo que o próprio autor não tenha enxergado desta maneira e afirmado como sua principal contribuição a ideia de custódia.

Retomando a introdução deste trabalho, quando justificamos o que compreendemos como o fundamento da Arquivologia – a representação fiável

do contexto de produção/acúmulo, razão de criação e trâmite do material de arquivo, a concepção de verdade arquivística inaugurada por Jenkinson sustenta absolutamente essa “razão científica” para a área, ainda que não da maneira como a concebemos na contemporaneidade. Em nosso entendimento, percebemos essa concepção do arquivista inglês como o alicerce através do qual a Arquivologia deveria ter se estabelecido como ciência.

A obra de Jenkinson abordou ainda problemáticas concernentes ao aumento da produção de documentos pós-fim da Primeira Guerra Mundial, sendo que por isso seria necessário passar a avaliá-los. Nesse sentido, acreditava que os arquivos “do passado” não deveriam ser destruídos e que os arquivos “do futuro” deveriam ser avaliados pela própria administração, devendo ser encaminhado para custódia dos arquivos somente o que fosse importante de preservar para o futuro.

Esse discurso sobre a Avaliação proposto por Jenkinson é realmente bastante delicado. Ao pensarmos que os arquivos também têm como função manter a memória e servir de testemunho, além de permitir ao cidadão o exercício da cidadania tendo acesso às informações registradas resultantes das atividades jurídico-administrativas de um Estado, deixar um documento ser avaliado por quem o produz pode favorecer a manutenção apenas do que o discurso dominante quer contar e da forma como quer contar. Por isso, ainda que compreendamos a ideia da Avaliação de Jenkinson pela necessidade em assegurar tanto a Imparcialidade como o valor de prova do documento, talvez essa seja uma questão em sua obra a ser relativizada, ainda que analisada a partir de seu contexto de produção.

Neste sentido, ao entender que a Avaliação deveria ficar a cargo do produtor do documento e que a natureza da custódia é fundamental para manter a Autenticidade e assim o caráter probatório dos documentos de arquivo, o pensamento de Jenkinson tem sido definido atualmente como **Custodial**. O canadense Terry Cook, considerado um dos principais teóricos contemporâneos e adepto da abordagem “Arquivística Funcional”, é um grande crítico das ideias de Jenkinson e do que considera como “Arquivística Tradicional”, ou seja, aquela que define os documentos de arquivo como

acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo. Essa é a teoria arquivística clássica. No mundo anglófono, ela é representada por Sir Hilary Jenkinson e seus muitos discípulos. Essas afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional, com suas dicotomias resultantes, são falsas. Na verdade, da maneira como foram articuladas, nunca foram completamente verdadeiras - mesmo no caso dos arquivos públicos - dentro do contexto de seu próprio tempo, e agora, no final do século XX, são extremamente enganosas (COOK, 1998, p. 132).

Jenkinson escreveu seu Manual quase um quarto de século após a publicação do dos Holandeses, já se referindo à Arquivologia como uma ciência, a *Archive Science*, e inserindo outros elementos na discussão do *Fazer* e do *Saber* no campo dos arquivos. Imprimiu na área a ideia do valor de prova do documento de arquivo, da Imparcialidade em sua criação e a ideia da “Custódia Oficial e Contínua” para garantir Autenticidade ao documento de arquivo. Definiu sua concepção de Fundo como *Archive Group* e considerava tanto essa questão da custódia como a do Arranjo como umas das teorias da Arquivologia. Segundo Ridener (2009, p. 41), embora o Manual de Jenkinson tenha muitas orientações práticas, sua maior parte é dedicada às razões morais e teóricas para manter arquivos, podendo ser considerado, de fato, pioneiro ao separar explicitamente teoria da prática e fazer recomendações relativas a uma abordagem teórica para arquivos.

As questões postas pelo arquivista inglês suscitaram e continuam suscitando debates fervorosos no campo dos arquivos, tais como o papel de guardião de documentos do arquivista, a não interferência deste profissional no processo de Avaliação documental com vistas a manter a Imparcialidade e o valor de prova dos documentos, bem como sua definição de documento de arquivo enquanto subproduto natural de atividades administrativas. Todavia, não devemos desconsiderar sua importância na trajetória da Arquivologia, pois além de tê-la afirmado como *Saber* na Inglaterra da década de 1920, suas ideias permitiram de tal forma a ampliação dos debates teóricos na área que ainda hoje são objeto de análise, crítica e referência.

Agora deslocando-nos da Inglaterra para Itália, remetemo-nos a Eugenio Casanova que, a partir de sua experiência profissional, direcionou

preocupações não apenas aos estudos dos documentos numa perspectiva de fontes para a história como também em questões de organização e preservação destes. Possuía relevante trânsito internacional no campo dos arquivos, ao ponto que durante o final do Congresso de Bruxelas em 1910, ao ser constituída comissão permanente para dar continuidade a esse evento, tornou-se o delegado italiano desta comissão e ficou responsável pela organização do próximo congresso, que deveria acontecer em Milão no ano de 1915. Envolvido nestas atividades, em 1914 criou uma revista “teórica e prática” sobre arquivos, a *Gli Archivi Italiani*³⁶, de periodicidade bimestral. Seu objetivo era torná-la uma publicação de referência para a área e divulgá-la durante o congresso em Milão.

Entretanto, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, tornou-se inviável a realização desse evento, mas por outro lado, findada a guerra, Casanova pôde colaborar com o governo italiano ao conseguir comprovar a autenticidade de documentos de posse de territórios. Alguns anos mais tarde, já sem incentivos nem investimentos para continuar com sua revista, encerra a publicação em 1921 e passa a dedicar-se à docência. A partir disso e somadas suas experiências profissionais, bem como a revista, de maneira a facilitar sua didática durante as aulas publica em Siena, no ano de 1928, o Manual “Archivística”. Essa obra, na qual prevaleceram às abordagens teóricas e práticas do campo dos arquivos, atribuiu doutrinas à Arquivologia principalmente tornando-a autônoma em relação à História e à Diplomática, colocando sua perspectiva dos arquivos no campo científico. Definiu os arquivos como *a acumulação ordenada de documentos criados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais* (apud Schellenberg 2002, p. 09), e o que os fazia serem preservados eram justamente estas finalidades, sendo de fundamental importância para garantir o documento como registro de memória, a manutenção do vínculo entre este e seu produtor.

Casanova dedicou algumas de suas reflexões à questão da terminologia da área, como vimos no segundo capítulo, e diferente dos manuais dos Holandeses e do de Jenkinson, abordou em sua obra a história dos arquivos e da Arquivologia. De acordo com Bucci (1992, p. 34), Casanova reflete as

³⁶ “Os Arquivos Italianos”.

principais correntes intelectuais de sua época, década de 1920, e *deu a disciplina sua inclinação empírica, construída como uma ciência descritiva, e aplicou-lhe o imperativo da historiografia positivista*. Apesar de ter afirmado a Arquivologia como disciplina científica na Itália no início do século XX, nos anos 1930 sofreu uma aposentadoria “forçada” da profissão de arquivista por questionar a autenticidade de uma suposta carta escrita por Abraham Lincoln e sua relação com o pensamento fascista.

Diferente das questões políticas sofridas pelo italiano, o alemão Adolf Brenneke teve, oito anos após sua morte, suas palestras e trabalhos reunidos por seu ex-aluno Wolfgang Leesch que os sistematizou em forma de Manual. “Archivkunde” é publicado em 1953 após o final da Segunda Guerra Mundial e contempla a história dos arquivos alemães além de ter grande parte destinada a discutir sobre teoria arquivística.

Menne-Haritz (2005b) atribui a Brenneke uma primeira e efetiva “teoria moderna” para o campo dos arquivos, justificando que coube a ele considerar e explicar o Princípio da Proveniência pelo aspecto funcional – das funções que originam os documentos, independente do caráter físico dos arquivos. Ou seja, tendo por objetivo representar relações das origens da produção documental, as informações sobre esse contexto deveriam estar evidentes através da Descrição de forma a demonstrar como os documentos foram criados, não sendo obrigatório o Arranjo dos documentos físicos. Sua abordagem emergia como inovadora e diferente do “Respeito aos Fundos” dos franceses e do *Archive Group* de Jenkinson por considerar que a Classificação era uma atividade mais focada em entender a partir de que atividades os documentos haviam sido produzidos do que a “simples” preocupação em não misturar documentos de instituições diferentes e os de departamentos diferentes destas instituições.

Ainda para Menne-Haritz (2005b) essa percepção de Brenneke estava tão à frente de seu tempo de forma que o que considerou como Princípio da Proveniência no início do século XX, atualmente pode ser aplicado aos documentos eletrônicos. Para nós, essa abordagem de Brenneke é entendida como a representação intelectual do contexto de produção de documentos e que atualmente permeia muitas teorias de Classificação para os arquivos.

No Manual de Brenneke também há análises sobre a importância da Organicidade dos documentos de arquivo, que deveriam ser demonstradas de três formas diferentes e não excludentes: organicidade da estrutura da organização, da estrutura com as suas funções e tarefas, bem como da estrutura da organização com os documentos. Acreditava que estas divisões propiciariam três formas diferentes de o pesquisador compreender um conjunto documental. A obra também abordou como Brenneke demonstrou os ganhos com a centralização dos arquivos e conseqüentemente dos serviços de arquivo, que além de facilitar o acesso aos documentos levava para as instituições arquivísticas a tarefa de decidir quanto à Avaliação. Menne-Haritz (2005b), mais uma vez, apresenta o arquivista alemão como inovador por desenvolver uma taxonomia das estruturas de sistemas de arquivo. Explica que esta taxonomia analítica dos sistemas de arquivo diferenciava os documentos acumulados dos documentos produzidos por uma instituição.

Afora as publicações, a representatividade profissional, a docência e o trânsito no interior do campo arquivístico, além de Brenneke tanto os autores do Manual Holandês como Casanova e Jenkinson podem ser considerados os expoentes da Arquivologia Clássica, principalmente por consolidarem, em seus respectivos países, o *Fazer* e o *Saber* dos arquivos sob o pilar do conhecimento científico. Essa construção se deu tanto pela disseminação de ideias advindas de outras experiências bem como pela elaboração e registro de suas próprias ideias e experiências. Ideias essas que foram e são, sistematicamente, revisitadas pela área.

3.3 O CAMPO DOS ARQUIVOS E A FUNDAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL NO BRASIL: INSTITUCIONALIZAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇO ADMINISTRATIVO

É muito comum encontrarmos na literatura arquivística brasileira a fundação do Arquivo Nacional, em 1838, como um marco na história dos arquivos e da Arquivologia de nosso país. Isso muitas vezes parece trazer uma mensagem, ainda que subliminar, de que antes disso não havia arquivos no Brasil.

O período colonial não compreendeu um tempo de cultura letrada em nosso país, mas não podemos dizer que não existiam registros – seja em arquivos ou bibliotecas – de assuntos pertinentes ao cotidiano das pessoas e das instituições, mesmo que a população participasse da dinâmica social em perspectivas que estavam à margem de aquelas cujos documentos eram produzidos. Desta maneira, a busca por informação em documentos era algo que não fazia parte da vida da população colonial, visto que o mundo das letras transitava principalmente entre os polos eclesiástico e imperial, e não estavam inseridos no cotidiano do homem comum, que vivia uma cultura da oralidade e sem sistematização da cultura educacional.

Neste período, as ordens religiosas por exemplo, produziam documentos – em sua maioria manuscritos – sobre o cotidiano e a administração da colônia, entrando aí as necessidades administrativas em prestar contas, informar e, porque não, algo relacionado à preservação da memória destas instituições. Podemos ir além e pensar que, quanto às técnicas de organização, estes documentos e livros eram tratados pelos seus responsáveis da maneira que haviam aprendido em seus países de origem, ainda que a preservação destes documentos num país tropical como o Brasil possa ter dado algum trabalho.

Retomando nossa afirmação sobre a existência de arquivos no Brasil, e certamente a necessidade em mantê-los guardados, anteceder a fundação do Arquivo Nacional, através do trabalho de Cristian José Oliveira Santos (2005) sobre os primeiros arquivos diocesanos do Brasil, é possível justificá-la:

Salvador, Bahia - O Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador nasceu com a criação da diocese, ocorrida em 25 de fevereiro de 1551. Sobre a produção documental e normas para os registros paroquiais, os livros de batismo, casamento e óbito seguem as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (SANTOS, C.J.O., 2005, p. 126).

São Luís, Maranhão - A Diocese de São Luís do Maranhão tornou-se independente da Diocese de Pernambuco pelo Papa Inocêncio XI em 30 de agosto de 1677, por meio da Bula Inter Universas, sendo designada como sede a Matriz de Nossa Senhora da Vitória. A sua documentação data a partir de 1673, com os registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (SANTOS, C.J.O., 2005, p. 140).

Considerando que existiam outros arquivos além destes, foi a chegada da Família Real ao Brasil (1808) que redimensionou o campo dos arquivos com a criação de outros documentos diante de nova configuração política no país. Foram leis, decretos, alvarás e outros tipos de documentos cuja função e significado iam de embate ao até então sistema colonial. Além das mudanças que estes documentos introduziram em seu cotidiano,

no Brasil, a instalação da Monarquia Portuguesa, em 1808, junto com suas necessidades administrativas, resulta na criação da Real Biblioteca da Ajuda (1810-1811) e, mais tarde, em 2 de janeiro de 1838, no Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824. A instituição tinha por finalidade guardar os documentos públicos, tendo mudado sua denominação em duas ocasiões, para Arquivo Público Nacional (1893) e para Arquivo Nacional (1911) (SANTOS, V.B., 2011, p. 249).

Essa Constituição de 1824, a primeira do Brasil, além de prever uma instituição de arquivo na perspectiva de serviço administrativo governamental, menciona algumas poucas questões relativas a documentos, mais especificamente ao tipo “leis” (BRASIL. Casa Civil, 1824);

Art. 68. Se o Imperador adoptar o Projecto da Assembléa Geral, se exprimirá assim - O Imperador consente - Com o que fica sancionado, e nos termos de ser promulgado como Lei do

Imperio; e um dos dous autographos, depois de assignados pelo Imperador, será remettido para o Archivo da Camara, que o enviou, e o outro servirá para por elle se fazer a Promulgação da Lei, pela respectiva Secretaria de Estado, aonde será guardado.

(...)

Art. 70. Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico, e se remetterão os Exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais Logares, aonde convenha fazer-se publica.³⁷

A partir do texto constitucional é possível percebermos o quanto a guarda/custódia das leis nos arquivos era importante, além de a assinatura atribuir valor de original e autêntico ao documento, assim como outros sinais de validação, a exemplo do Selo do Império. Outra abordagem interessante desta Constituição é sua referência aos **Guarda livros**, ou seja, funcionários que trabalhavam como contadores do império e que tanto produziam como cuidavam de documentos. É curioso pontuarmos que grande parcela da produção documental da época, a exemplo dos dias de hoje, advém das transações contábeis, fiscais e financeiras numa perspectiva de valor de prova. A Constituição menciona ainda documentos específicos, como cartas e alvarás, mas não na perspectiva de normatizar suas utilizações e produções.

Em termos de *Fazer* arquivístico à época do Brasil Império, assim como na maioria dos países europeus, estava focado na ideia da custódia como salvaguarda e nos arquivos de documentos considerados históricos, uma vez que,

no século XIX, quando o imperador Dom Pedro II criou o Arquivo Nacional em seu jovem Estado, o conceito de arquivos tinha, essencialmente, um caráter 'histórico'. A Revolução Francesa popularizou a ideia de que os documentos do governo e os da administração pública deviam ser, em cada país, preservados como símbolos da identidade nacional. Desde o século XIV, Portugal conserva seus arquivos reais na Torre do Tombo; a Espanha possuía seu Archivo General em Simancas desde o século XVI; era lógico que o Brasil, ao se tornar independente, estabelecesse por sua vez um instrumento de sua memória nacional. (...) O termo arquivo

³⁷ Respeitamos a grafia da época.

histórico, muito na moda entre 1830 e 1850 em toda a América Latina, caracteriza essa concepção, que corresponde ao despertar da consciência nacional no século XIX (DUCHEIN, 1988, p.92).

Nesse seu artigo intitulado “Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil”, publicado durante as comemorações de cento e cinquenta anos da instituição, o francês Michel Duchein demonstra a importância do documento histórico na construção de identidade nacional, além de nos permitir estabelecer comparações temporais de quando isto aconteceu em Portugal, Espanha e Brasil.

Ainda nessa perspectiva, outro fator que impulsionou a produção documental brasileira e está diretamente atrelado ao “despertar da consciência nacional no século XIX” foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no mesmo ano do Arquivo Nacional (1838). De acordo com Guimarães (1988, p. 7) o IHGB é estabelecido a partir de modelos europeus, mais especificamente das academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII. Sua fundação está inserida no projeto de centralização do Estado, que precisava estabelecer instrumentos que colaborassem na “construção da Nação Brasileira”, cujo principal objetivo era *levar a cabo um projeto dos novos tempos, cuja marca é a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social*. Ainda segundo este autor, o estatuto da então instituição recém-criada definia duas diretrizes para o desenvolvimento de trabalhos; *a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica*. Assim, podemos inferir que a construção de um Arquivo Nacional para o Brasil fazia parte de um projeto maior, o de Estado Nação, cuja história, que seria escrita, precisava ser mantida e perpetuada. E a partir desta escrita da história, concebida no âmbito público, é que se institucionaliza no Brasil a ideia de Arquivo enquanto instituição e a serviço da administração.

A primeira ocasião em que o Arquivo Público do Império muda de nome e passa a ser denominado Arquivo Público Nacional (1893) resulta de uma reorganização social econômica e também administrativa ocasionada pela proclamação da República (1889). Esse novo cenário produz uma nova Constituição (1891) que não menciona os arquivos, apenas sobre a

impossibilidade do Estado em recusar fé aos *documentos públicos de natureza legislativa, administrativa ou judiciária da União, ou de qualquer dos Estados*, o que reflete o pouco ou nenhum movimento científico ao *Fazer* dos arquivos no Brasil da época.

Entretanto, essa ausência na produção de conhecimento científico não era privilégio do campo dos arquivos. A ordem de uma sociedade que valorizava os proprietários de bens, que havia sido escravocrata até recentemente, que tinha a sua “representação intelectual” manifestada pelos detentores das propriedades e logo dos escravos, não tinha o menor interesse em investir no pensamento científico tampouco no progresso social. O interesse da então elite não estava direcionado a este tipo de desenvolvimento, até porque os negros, mulatos, índios e caboclos eram considerados pela ciência europeia “erudita” como “raça inferior”.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o que há aqui de significativo no campo dos arquivos é a preocupação com a capacitação de profissionais para trabalhar nas instituições públicas destinadas *a adquirir e conservar cuidadosamente, sob classificação systematica*, os documentos do governo, principalmente o Arquivo Nacional. Neste sentido, o Decreto nº 9.197 de 9 de Dezembro de 1911 *Approva o regulamento do Archivo Nacional*³⁸ e

Art. 10. *Fica instituido no Archivo Nacional um curso de diplomatica, em que se ensinarão a paleographia com exercicios praticos, a chronologia e a critica historica, a tecnologia diplomatica e regras de classificação. Funcionará uma vez por semana, começando 12 mezes depois da aprovação deste regulamento, devendo ser feitas, opportunamente, as instrucções especiaes.*

Paragrapho unico. *Os logares de professores do curso de diplomatica serão exercidos pelos funcionarios do Archivo Nacional.*

Ao mencionar a “classificação systematica”, o texto do Decreto não colabora para o entendimento sobre se o Princípio da Proveniência era de todo

³⁸ Respeitamos a grafia da época. Fonte:
http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=9197&tipo_norma=D&data=19111209&link=s Acesso em mar.2012.

ignorado ou desconsiderado no Brasil, visto que, de acordo com Estevão e Fonseca (2010, p. 88), há indícios de que fosse minimamente conhecido.

Afora as questões de institucionalização dos arquivos, a preocupação com os documentos considerados históricos, como também com a formação de mão de obra para trabalhar com os documentos, é à década de 1930 que podemos atribuir como momento de novos olhares para o campo dos arquivos no Brasil e isso acontece concomitantemente ao final da Primeira República, a perda de poder pelas elites oligárquicas, o desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades. O então presidente Getúlio Vargas introduz significativas reformas administrativas com vistas a fortalecer seu governo federal, centralizando o poder e a gestão das políticas econômicas e sociais e diminuindo as autonomias estaduais de herança oligárquica. Passa a intervir na economia de maneira a deixá-la sob a gestão e interferência únicas do governo federal.

Essas reformas administrativas criam novas instituições no âmbito federal, sendo que uma de bastante relevância foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938. Esse departamento estava diretamente subordinado à Presidência da República e tinha por dever colaborar com a reforma administrativa nos quesitos de funcionalismo e serviço público. O então novo órgão

*via uma incompatibilidade entre a 'racionalidade' da administração e a 'irracionalidade' da política. Pretendia assim estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos*³⁹.

E apesar de no Decreto nº 579, de 30 de Julho de 1938, que o criou e organizou, estar previsto somente a criação de uma biblioteca não

³⁹ Fonte:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>
acesso em jun.2012.

considerando a de um arquivo⁴⁰, a “modernização” requerida pelo novo governo passava diretamente pela produção de documentos, a ponto de a Revista do Serviço Público⁴¹ editar diversos artigos desta natureza. Ademais,

no relatório das atividades do DASP de 1942, na página 33, foram encontradas referências à importância que os arquivos estavam despertando no serviço público: “Os assuntos relativos aos serviços de comunicações e arquivos têm merecido do DASP uma atenção considerável, de que constitui exemplo eloquente a ida de vários funcionários aos Estados Unidos com o fim de se especializarem nesse setor”. Essa formação seria crucial para o desenvolvimento dos arquivos administrativos no Brasil, reflexo da preocupação com a administração pública da época (SILVA, M. L. R. da, 2010, p. 68).

Esse projeto de governo encabeçado por Getúlio Vargas durante seu primeiro mandato propiciou uma série de mudanças, significativas em sua maioria, e outras nem tanto, para o desenvolvimento brasileiro. O campo do Saber se beneficia em muitos aspectos, principalmente na criação de universidades, o que, sem dúvida, despertou uma maior preocupação com o desenvolvimento da ciência no Brasil. Para o campo dos arquivos, passa a existir uma estrutura governamental (DASP) que produz e se preocupa com os documentos administrativos e com a formação de pessoal capacitado para resolver problemas decorrentes desta nova realidade.

⁴⁰ Art. 11. Além das Divisões, o D. A. S. P. terá os seguintes Serviços Auxiliares, para atender às necessidades comuns: Biblioteca, Serviço de Comunicações, Serviço de mecanografia, Serviço de Material, Serviço de Publicidade (...)

Fonte: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>. Acesso em jun.2012.

⁴¹ (...) em novembro de 1937, era lançada a primeira edição da Revista do Serviço Público (RSP), sinalizando novos tempos para a administração pública brasileira. O imperativo da modernização, motor das reformas administrativas do Estado novo implementadas por Getúlio Vargas, propagava-se pela Revista. O desafio de então era estruturar uma burocracia moderna e racional, buscando algum grau de formalismo da administração a fim de garantir a profissionalização do setor público e dar suporte às políticas públicas e à industrialização. Para viabilizar essa proposta, no ano seguinte, em julho de 1938, criava-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que dentre outras atribuições, editava a RSP. A partir de 1986, a Revista passou a ser publicada pela ENAP Escola Nacional de Administração Pública. Fonte: Revista do Serviço Público de 1937 a 2007, Edição Especial. http://www.enap.gov.br/downloads/RSP_70Anos_2FINAL1.pdf. Acesso em jun.2012.

Durante este mesmo período, no Arquivo Nacional, o que havia de mais representativo era o investimento na formação profissional, como vimos, e também os trabalhos para recolhimento de documentos históricos. Apesar disso, encontramos iniciativas do então diretor da instituição, Alcides Bezerra, em ampliar a relação do Arquivo tanto com instituições internacionais como com os arquivistas brasileiros. De acordo com Estevão e Fonseca (2010, p. 99) há correspondência deste diretor, datada de 1930, com Joseph Cuvilier, fundador da Associação de Arquivistas da Bélgica e organizador do Congresso de Bruxelas, sobre a impossibilidade em realizar um congresso internacional no Brasil devido ao momento político. Alguns anos depois, de maneira a reunir os arquivistas de seu país, Bezerra organiza um Congresso de Arquivistas Brasileiros que deveria acontecer em janeiro de 1938 junto às comemorações do centenário do Arquivo Nacional. Mesmo o edital de convocação tendo sido lançado no início do ano de 1937, trabalho algum foi recebido para apresentação no Congresso, que, portanto não foi realizado. O que, segundo Bezerra, era reflexo do Golpe de 1937.

Ao traçarmos um paralelo do desenvolvimento do campo dos arquivos no Brasil, desde o século XIX até a década de 1940, com o que acontecia na Europa neste mesmo período, encontraremos semelhanças expressivas, tais como a institucionalização dos arquivos com base nos documentos considerados históricos e as preocupações em formar mão de obra qualificada. Contudo, enquanto os países europeus já possuíam a cultura da produção do conhecimento científico como forma de resolver problemáticas da vida real, o fato de no Brasil pouco ter sido investido, até então, neste sentido, fez com que a busca pela solução dos “novos” problemas com documentos e arquivos bem como com a qualificação da mão de obra fossem buscados fora, principalmente em alguns países europeus e americanos. E mesmo que no Brasil ainda não fosse possível falarmos em Arquivologia nos termos destes outros países, o fato é que o *Fazer* e o *Saber* no campo dos arquivos brasileiros também foi se delineando através das necessidades oriundas do tratamento com os arquivos, como veremos no quarto capítulo deste trabalho.

Não há dúvidas que este período que denominamos de Arquivologia Clássica foi bastante significativo para o desenvolvimento da área. As ações de centralização e acesso aos arquivos, iniciadas pela Revolução Francesa, até a

disseminação dos Princípios da Proveniência e da Ordem Original através do Manual dos Holandeses abriram caminhos para que procedimentos anteriores realizados no *Fazer* dos arquivos fossem questionados, como por exemplo, a Classificação por assunto. Os “Clássicos” inauguram uma nova ordem ao documento, da primazia do contexto frente ao conteúdo e a equivalência entre fatos e atividades, estabelecendo aí a essência do documento de arquivo, isto é, seu valor probatório. Todavia, não podemos desconsiderar que esses arquivistas estabeleceram suas análises a partir do que consideravam como arquivo, ou seja, arquivo histórico, formado por Fundos fechados nos quais a custódia era procedimento obrigatório para manutenção da Autenticidade dos documentos de arquivo.

Os Princípios, conceitos e teorias da área foram sendo construídos pela experiência profissional destes arquivistas com documentos públicos e que tinham por objetivo organizá-los e disponibilizá-los para a investigação histórica, tanto que, ainda hoje, utilizamos termos e conceitos preconizados neste período, como Descrição, Arranjo e Inventário, quando nos referirmos aos documentos históricos, atualmente definidos pela comunidade da área como “Permanentes”. Além disso, os manuais considerados “clássicos” e “tradicionais”, muitas vezes revisitados e outras, negados, são de suma importância para pensarmos como teorias e práticas se consolidaram e como servem e serviram de referência para outros manuais e para avanço da área. Ao considerarmos as diferentes abordagens sistematizadas através destes manuais, podemos percebê-las como específicas às contingências jurídicas, administrativas e históricas de cada país ou região e que influenciam diretamente nas demandas práticas de organização e disponibilização dos documentos de arquivo. Para Cook (1998, p. 133) *todos esses pioneiros da arquivística refletiram em seus trabalhos as correntes intelectuais do século XIX e do início do século XX.*

Definir esse período da Arquivologia Clássica significa pensar na interação entre a teoria e a prática, o *Fazer* e o *Saber*, a ênfase nos documentos considerados históricos, a concepção do arquivo como instituição inserida na administração pública, o desenvolvimento de Princípios, a autonomia em relação à Biblioteconomia, a Paleografia e a Diplomática, a publicação de manuais, a realização de congressos internacionais, a

concepção de verdade arquivística e muitas outras. Entretanto, para nós, o que melhor define este período é o estabelecimento do campo dos arquivos como científico muito mais por sua autonomia a partir de teorias e métodos próprios para a Classificação e a afirmação da verdade arquivística como elemento que a fundamenta, do que pela publicação do Manual dos Holandeses, ainda que este tenha alcançado importante relevância de “porta de entrada na produção do conhecimento científico” por ter registrado, explicado e divulgado essas novas formas para classificar e dar acesso aos documentos de arquivo.

Voltando a Fourez (1995) e sua perspectiva de pensar as disciplinas consolidadas e reconhecidas através de fases de desenvolvimento, conforme abordamos no segundo capítulo deste trabalho, podemos considerar que o período pré-paradigmático da área, da Arquivologia Clássica, corresponde ao delineamento de sua autonomia teórica e metodológica através da necessidade prática em Classificar documentos de arquivos. Mesmo considerando a Classificação como principal personagem neste momento de configuração científica da Arquivologia, maior relevância para nossa problemática é perceber que neste período todas essas questões surgiram, permearam e foram pautadas tendo como centro de análise o objeto de trabalho dos arquivistas, isto é, o documento de arquivo - fundamentalmente em suporte papel.

Já em relação ao Objeto científico, ainda que não tenhamos encontrado na literatura da área referências ao que se propunha ou se definia enquanto tal neste tempo, tampouco menções sobre a necessidade de sua configuração, inferimos que foi a partir da necessidade dos arquivistas em organizar e classificar seu objeto de trabalho que se estabeleceu uma ideia de ciência para os arquivos.

A seguir, com vistas a facilitar a compreensão do que discutimos até aqui, optamos por apresentar, de maneira sinótica, as referidas abordagens teóricas da Arquivologia Clássica bem como a História dos Arquivos e da Arquivologia até a década de 1940.

QUADRO 2 - ABORDAGENS TEÓRICAS – ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA

CLASSIFICAÇÃO	ABORDAGEM	PAÍS/LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	OBJETO CIENTÍFICO	NATUREZA CIENTÍFICA	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTANTES
Arquivologia Clássica	Manuais	Holanda	A partir de 1898	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Normalização das atividades com documentos públicos considerados históricos, Descrição, Arranjo e Inventário, divulgação dos Princípios da Proveniência e da Ordem Original, Organicidade	Manual dos Holandeses (Samuel Mueller, Johan Feith e Robert Fruin)
Arquivologia Clássica	Manuais	Itália	A partir da década de 1920	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Inventário, ordenação, catalogação, guias e índices.	Manual de Eugenio Casanova
Arquivologia Clássica	Manuais	Alemanha	Início século XX	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Classificação pela função de produção; ausência de obrigação do Arranjo físico dos documentos; três diferentes maneiras de	Manual de Adolf Brennek

						estabelecer a Organicidade; Avaliação pela instituição arquivística; Taxonomia analítica dos sistemas de arquivos diferenciando os documentos produzidos dos acumulados.	
Arquivologia Clássica	Manuais	Inglaterra	A partir da década de 1920	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Ideia de Custódia Contínua; valor de prova do documento de arquivo, avaliação pela administração produtora, verdade arquivística diferente da verdade histórica, <i>Archive Group</i> , Documento com qualidades essenciais - Imparcialidade em relação à	Manual de Hilary Jenkinson

						criação, Autenticidade em relação aos procedimentos – evidência/prova; Naturalidade em relação à criação; Interdependência.	
--	--	--	--	--	--	--	--

QUADRO 3 – CRONOLOGIA - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA (ATÉ A DÉCADA DE 1940)

História dos Arquivos - Preservação do que está relacionado à posse e bens de direitos e territórios; sem preocupação em manter os documentos produzidos no decorrer das atividades.	História dos Arquivos - Arquivos como fontes para a História	Arquivologia Clássica - Arquivos como fontes para a História e Arquivologia como campo científico.
História dos Arquivos - Predomínio do método “prático indutivo” para Classificação arquivística; caráter técnico e experimental da área, caracterizada pelos arquivos antigos e medievais (dualismo entre arquivo de expedição e recepção).	História dos Arquivos - Predomínio do sistema de Classificação “teórico dedutivo” devido a contexto racional e Iluminista, tem-se o sistema de Classificação já em uma perspectiva de teoria.	Arquivologia Clássica - Surgimento do Princípio da Procedência como novo sistema de Classificação arquivística, significando a revolução da teoria pela consolidação de princípios teóricos da área.
História dos Arquivos - Antiguidade; tábuas de argila que materializavam tratados, correspondência, contas e outros documentos financeiros. Concepção de arquivo patrimonial e administrativo.	História dos Arquivos - Séculos XVI até princípio do século XIX; Idade Moderna; considerada a fase “crucial” dos arquivos, que se modificam devido a novos sistemas administrativos. Surgem os “Arquivos de Estado” e alguns princípios da área. Arquivos como instrumento de disposição do poder, como arsenal jurídico e político das autoridades, início das construções teóricas.	Arquivologia Clássica - Final do século XIX até maior parte do século XX – Dupla concepção de arquivos como lugar de guarda, instituição - convivência dos dois conceitos anteriores -, valor administrativo e histórico do documento, Princípio da Proveniência, acesso, reflexo e influência de grandes mudanças nas estruturas administrativas do Estado. Aumento do volume documental decorrente das atividades administrativas e burocráticas e a integração das funções e uso dos documentos nas perspectivas administrativas e históricas.
História dos Arquivos - Séculos XII até XVI; Idade Média; arquivos e documentos como tesouro. Concepção de arquivo patrimonial e administrativo.	História dos Arquivos - Do século XVIII até a primeira metade do século XIX – Concepção Histórica do arquivo como lugar de guarda, instituição, tendo os documentos valor histórico, seu uso enquanto fontes para a história, classificados por assunto, reflexo e influência do Iluminismo.	Arquivologia Clássica - Área auxiliar à Ciência Histórica.

<p>História dos Arquivos - Da Antiguidade até princípio do século XVIII – Concepção Patrimonial Administrativa dos arquivos como local de guarda, depósito, instituição, tendo os documentos um valor jurídico e sua inacessibilidade como defesa dos depositários; uso jurídico dos documentos.</p>	<p>Contexto Histórico - ÉPOCA CONTEMPORÂNEA – Revolução Francesa; Humanismo, Iluminismo.</p> <p>História dos Arquivos no contexto histórico da ÉPOCA CONTEMPORÂNEA - “Acesso” aos documentos; centralização dos arquivos; Arquivo como instituição; técnicas para organizar documentos; responsabilidade do Estado na manutenção dos documentos e dos arquivos; documento com forte valor jurídico.</p>	<p>Contexto Histórico - ÉPOCA CONTEMPORÂNEA – Positivismo; Revolução Industrial, racionalismo, maior intervenção do Estado na vida dos cidadãos. Nacionalismo, Estado Nação; Declaração dos direitos do homem, cidadania passa pelo acesso à informação (mesmo que não tão democrático assim – arquivo mediador da informação); Saber de Estado, Sistematização do Conhecimento por meio de manuais; História positivista, interpretação “verdadeira” e “real” dos fatos; CDD de Dewey em 1876 e CDU de Otlet em 1899.</p> <p>BRASIL - Fundação do Arquivo Nacional; Imprensa e família Real chegam ao Brasil; Fundação do IHGB; Independência da Colônia; Monarquia; Primeira República; Constituições de 1824 e 1891.</p> <p>Arquivologia Clássica - Arquivos como serviço inserido na administração pública, Princípio da Proveniência; Princípio da Ordem Original, documento com valor de testemunho histórico; Arquivos como laboratório da História; <i>École des Chartes</i>; trabalhavam nos arquivos os arquivistas para os documentos históricos; ampliação da responsabilidade do papel do Estado para os documentos; Arquivo como patrimônio público; Manual dos Holandeses como entrada da Arquivologia no campo científico; Diferenciação dos arquivos em relação às Bibliotecas dado seu</p>
---	---	---

		caráter orgânico; descrição e arranjo como operação integrada; Espanha- Escola Superior de Diplomática 1856; Itália – Scuola dell’Archivio di Stato em Nápoles, 1811; Alemanha – Escuela de <i>Archivística</i> em Munique, 1821.
História dos Arquivos no contexto histórico da ANTIGUIDADE Arquivos em Templos; Arquivos de Palácios; Documentos para assegurar legitimidade, prova de títulos e privilégios; Atenas - “democracia”, instituições deviam registrar suas ações - trabalhavam nos arquivos os prístanes (magistrados) e os escravos públicos qualificados e início do uso do termo <i>Archeion</i> pelos Gregos; Roma - administração descentralizada, documentação dispersa, consulta só para poucos, documentos organizados; trabalhavam nos arquivos os questores para conservar e a tabularia para arquivar e conservar e uso do termo <i>Archivum</i> pelos Romanos; trabalhavam nos arquivos os funcionários superiores de estado (conservar), os escribas para transcrever e os vizires para assinar; Suporte – placas, argila, papiro; Arquivos legitimam quem tem poder, marginalizam quem não tem.		
História dos Arquivos no contexto histórico da IDADE MÉDIA - Diplomas, propriedades de terra, poder da igreja, arquivos eclesiásticos, mosteiros como locais seguros de guarda de documentos, arquivos itinerantes para protegê-los de saques, das guerras, as salas dos arquivos eram nos		

castelos, nos claustros das igrejas; Poder baseado em títulos e privilégios, Documento prova de títulos e privilégios; Arquivos notariais; trabalhavam nos arquivos os secretários, os escrivães, os arquivistas que eram os guardiões, os feudistas, os cartorários que guardavam os diplomas; clérigos; Consulta dos documentos só pelas autoridades; Governo do “Direito Adquirido”, tesouros dos papas; depósitos de arquivos; Suporte – pergaminho, papel; Arquivos legitimam quem tem poder, marginalizam quem não tem.		
<p>Contexto Histórico - ÉPOCA MODERNA - Monarquia Absoluta – consolidação do poder monárquico; Invenção da Imprensa; Estado Moderno; Renascimento; Expansão territorial; - gabinete de curiosidades do homem culto da renascença.</p> <p>História dos Arquivos no contexto histórico da ÉPOCA MODERNA - Arquivos e Bibliotecas itinerantes; ausência de fronteiras entre arquivos e bibliotecas (natureza enciclopédica da Biblioteca predominante) Arquivos legitimam quem tem poder, marginalizam quem não tem; Arquivos como arsenal do poder, de leis, Documento prova de títulos e privilégios.</p>		

Século XX

Século XXI

NOSSA ABORDAGEM **Arquivologia Clássica**

NOSSA ABORDAGEM **Arquivologia Moderna**

NOSSA ABORDAGEM **Arquivologia Contemporânea**

EUGENIO CASANOVA

NATUREZA EMINENTEMENTE HISTÓRICA (ATÉ 1951)

BAUTIER

(do séc. XIX até meados XX) **LABORATÓRIO DA HISTÓRIA**

LODOLINI; SANDRI

(final do séc. XIX até séc. XX) **DUPLA CONCEPÇÃO**

RIDENER

(do séc. XIX até 1930) **CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DE CONCEITOS TRADICIONAIS** (de 1930 até 1980) **MODERNIZAÇÃO** (a partir de 1980) **COLAPSO DADO NOVO MUNDO DIGITAL**

MALHEIRO; RIBEIRO

(final séc. XIX até década de 1980)

PARADIGMA PATRIMONIALISTA - HISTÓRICO – TECNICISTA/CUSTODIAL

MALHEIRO; RIBEIRO

(a partir década de 1980)

PARADIGMA CIENTÍFICO – INFORMACIONAL/PÓS-CUSTODIAL

CRUZ MUNDET

PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO ARQUIVÍSTICO

MENDO CARMONA

ARQUIVÍSTICA NA ATUALIDADE

MORENO

(metade séc. XVIII até metade séc. XX) **DESENVOLVIMENTO HISTORIOGRÁFICO E TEORIA ESPECULATIVA**

ARQUIVÍSTICA INTEGRAL NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Arquivologia Clássica - Arquivos como fontes para a História e Arquivologia como campo científico.	
Arquivologia Clássica - Princípio do século XIX até meados do século XX; Idade Contemporânea; arquivos como laboratórios da História, da investigação histórica.	
Arquivologia Clássica - Final do século XIX até maior parte do século XX – Dupla concepção de arquivos como lugar de guarda, instituição – convivência dos dois conceitos anteriores –, valor administrativo e histórico do documento, Princípio da Proveniência, acesso, reflexo e influência de grandes mudanças nas estruturas administrativas do Estado. Aumento do volume documental decorrente das atividades administrativas e burocráticas e a integração das funções e uso dos documentos nas perspectivas administrativas e históricas.	
Arquivologia Clássica - Valorizava a custódia, a guarda dos documentos e tinha como modelo para análises os trabalhos com documentos dos arquivos públicos. O acesso ao acervo era permitido somente àqueles pesquisadores considerados eruditos frente à consulta “popular”. Havia um forte componente tecnicista nas teorias e nas práticas da área, a que os autores atribuem como sendo a etapa descritiva da Arquivologia.	
Brasil (até década de 1940) contexto histórico e campos dos arquivos - Primeira República, DASP, Estado Novo, Revista do Serviço Público, cursos de instrução e qualificação para formar profissionais de arquivos; foco no documento considerado histórico; Constituições de 1934 e 1937, criação do IPHAN. Arquivologia Clássica e contexto histórico – Congresso de Bruxelas, Manual dos Holandeses, Manual de Jenkinson, Manual de Casanova, Manual de Brenneke, Primeira Guerra Mundial, Crise de 1929, foco nos documentos considerados históricos, ampliação Princípios.	

4 ARQUIVOLOGIA MODERNA: EM CENA, OS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E O AUMENTO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL

Os arquivistas de 1838, sem dúvida, se retornassem ao nosso mundo, não reconheceriam muita coisa. Talvez não compreendessem nossos métodos de trabalho e, além disso, o vocabulário que utilizamos lhes seria em grande parte desconhecido (DUCHEIN, 1988, p. 91).

Ao adentrar do século XX, seguem-se os modelos da Arquivologia Clássica considerada uma ciência fundamentada a partir da *práxis* com documentos considerados históricos, cunhada pelos países europeus. Assistimos neste continente significativa produção de manuais para a área, como vimos no terceiro capítulo deste trabalho, já que além da necessidade em responder anseios do trabalho prático nos arquivos, essa “nova ciência” passa a ser ensinada e precisava de material didático para isso. Foram estabelecidas diferenças teóricas em relação à Biblioteconomia, e a Classificação arquivística passa a considerar os Princípios da Proveniência e o da Ordem Original em detrimento de as temáticas, por assuntos ou ainda nas baseadas na CDD e na CDU.

A partir da segunda metade desse século, os Estados Unidos apontam, de maneira significativa, preocupações para o campo dos arquivos por se depararem com o aumento da produção documental e as diferentes utilidades atribuídas ao documento de arquivo. Isso tudo acontece em momentos pós Segunda Guerra Mundial, de grande desenvolvimento tecnológico, da institucionalização da Ciência da Informação, da valorização das chamadas Ciências Sociais e do crescimento na produção de informação científica bem como as produzidas nas estruturas administrativas.

Dentro de nossa proposta de classificação histórico-epistemológica para a Arquivologia, o período que se segue após a Segunda Guerra e vai até o final da década de 1980, no mundo ocidental, será o que convencionamos como **Arquivologia Moderna**. Essa atribuição de “Moderna” resulta de uma nova realidade que se apresenta ao campo dos arquivos, isto é, a importância e a preocupação com os documentos administrativos, definidos pelos pensadores

da Arquivologia à época como “documentos modernos”, visto que eram aqueles recém-produzidos e em grandes quantidades, diferente da concepção vigente em cujo foco estavam os documentos considerados históricos e através do qual as teorias, Funções e Princípios da Arquivologia vinham sendo construídos.

Nesse sentido, pretende-se através deste capítulo compreender o contexto social, econômico e político em que emergem a importância e as preocupações com os documentos administrativos, além de refletir sobre como as teorias, Funções, valores e usos os documentos de arquivo passam a receber e exercer a partir de então. Serão também pontuados alguns movimentos ocorridos no interior do campo científico da Arquivologia para lidar com novos problemas concernentes ao *Fazer* e ao *Saber* dos arquivos. Conscientes disso, decidimos ainda por analisar abordagens americanas e australianas inseridas nestes movimentos, bem como nos determos ao desenvolvimento do campo dos arquivos brasileiro na perspectiva da Arquivologia Moderna.

A reorganização do contexto mundial pós Segunda Guerra coloca novas atuações ao campo dos arquivos, derivadas do desenvolvimento administrativo, burocrático e tecnológico da sociedade. É um tempo no qual a gestão administrativa, aliada às inovações tecnológicas, ganha fôlego e demanda novas atitudes por parte da Arquivologia e seus profissionais. Desta maneira, a literatura da área se expande, criam-se periódicos, associações profissionais, legislação específica, organismos internacionais para pensar políticas para os arquivos e cursos universitários de formação. Há ainda, nos Estados Unidos, a institucionalização da Ciência da Informação.

Entre os dias 13 de outubro de 1961 e 12 e 13 de abril de 1962, em torno de 60 pessoas, sendo docentes e bibliotecários em sua maioria, reuniram-se na "*Conferences on training science information specialists*" que aconteceu no George Institute of Technology. Esse encontro refletiu o desenvolvimento de processo iniciado por Vannevar Bush nos Estados Unidos, no ano de 1945, em cujo bojo estava a necessidade de organizar a informação científica produzida e acumulada por este país até o final da Segunda Guerra. Entretanto, não era só esse o objetivo das ações propostas por Bush, pois imediatamente após os dias que seguiram o final da guerra, defendeu a ideia

de o governo continuar como responsável e mantenedor do financiamento das pesquisas científicas. Assim, aliadas às intenções de continuar contando com o patrocínio governamental para a produção do conhecimento científico, principalmente os que focavam no desenvolvimento tecnológico, e tendo como principal argumento a necessidade de refletir sobre os problemas que interferiam nos usos de estoques de informação resultantes das mais diversas formas de pesquisa e produção do conhecimento, é que se atribui a Vannevar Bush o papel de pioneiro na ideia de Ciência da Informação.

De acordo com Barreto (2008), o artigo “*As we may think*” de Bush “mudou paradigmas” em relação à informação científica, e recupera a reunião no Instituto de Geórgia como o “início oficial” do estabelecimento da Ciência da Informação, considerando, porém que a reunião ficou restrita aos Estados Unidos e que a publicação de periódicos sobre o assunto fortaleceram a consolidação da área no país. Representando uma abordagem mais contemporânea e partindo de uma visão mais consolidada quanto à CI, Tefko Saracevic (1996) a delimita como parte integrante das ciências aplicadas ao considerar que esta também necessita preocupar-se com os problemas relacionados à prática profissional. Nesse sentido, categoriza-a como interdisciplinar, diretamente relacionada à tecnologia da informação, e capaz de contribuir na evolução da sociedade.

Para outros autores, a Ciência da Informação tem sua origem histórica e institucional associada à produção do conhecimento na última década do século XIX e impulsionada pela necessidade de organização da informação científica. Smit (2010) argumenta que a ideia do que se estabeleceu nos dias de hoje como CI possui diversos fundadores em momentos e países diferentes, principalmente a partir de duas abordagens:

- Europeia: centrada na organização da informação e do conhecimento através de sua representação;
- Americana: que enfatiza os desafios e as vantagens da tecnologia quando partícipes do processo.

Relacionado à abordagem americana, Smit (2010) compartilha do pensamento de Barreto (2008) ao refletir sobre as origens da CI, e quanto à

européia, a autora a coloca como resultado contemporâneo de um processo oriundo de duas outras áreas de *Saber*, iniciado pela Bibliografia e percorrido pela Documentação. Não exclui as duas abordagens e as interpreta como respostas a problemas vivenciados pelos países inseridos nestes continentes no tocante à recuperação da informação e produção do conhecimento. Afirmar também que

a configuração do que seria chamada “CI” se deveu muito mais a cientistas, pesquisadores, juristas e tecnólogos, e muito menos a bibliotecários. Tanto a documentação da tradição europeia, originada a partir da bibliografia, como o special librarianship americano nasceram de uma crise paradigmática, segundo a qual a biblioteconomia não oferecia soluções adequadas para uma recuperação da informação em um contexto no qual a consciência da explosão da informação se tornava cada vez mais presente e a diversidade de tipos de documentos, suportes e códigos introduzia novos desafios para a recuperação da informação e a construção do conhecimento (SMIT, 2010, p. 1).

Assim como o processo histórico da necessidade em organizar informação para facilitar a produção do conhecimento foi resignificado pelos americanos com as demandas geradas pela ampla produção da informação científica e a introdução da tecnologia para tal, o campo dos arquivos também emerge como necessário de modificações, afinal, eram nos documentos que estas informações estavam registradas.

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, a situação, antes controlável, vai se tornando crítica, gigantesca para alguns, levando a criação de novas comissões e a expedição de atos legislativos específicos. Destacam-se as ações das Comissões Hoover (1947 e 1953, respectivamente) e a Federal Records Act, de 1950, que determinava que os organismos governamentais deveriam dispor de um Records Management Program (INDOLFO, 2007, p. 32).

Como o que havia de produção para a organização e tratamento de documentos de arquivo estava preponderantemente focado no trabalho para documentos considerados históricos, a realidade americana deste início da

década de 1950 deslocava sua atenção para os documentos recém-produzidos, derivados das atividades científicas e administrativas realizadas no âmbito governamental. Sendo assim, uma série de iniciativas relacionadas ao campo dos arquivos foi organizada pelo governo americano, oriundas do crescimento vertiginoso de documentos e da necessidade imediata de organizá-los.

Iniciativa importante foi a promulgação da lei de arquivos pelo governo americano em 1950, estabelecendo a “doutrina” americana de gestão de documentos, isto é, a *Records Management* – focada na eficácia administrativa e que estabelecia práticas diferentes dos *Documents* – focado nos documentos de valor histórico. Essa “doutrina” ultrapassou o seu país e influenciou a reforma dos arquivos ingleses em 1952 e também o modelo de gestão de documentos no Canadá. Outra iniciativa importante foi a criação, em 1951, da revista *Archivum* pelo recém-criado Conselho Internacional de Arquivos (CIA). De acordo com Santos, P.R.E. (2010, p. 72), essa publicação iniciou *um longo processo de edição de publicações voltadas para a divulgação dos princípios teóricos e das práticas arquivísticas associadas aos arquivos do mundo desenvolvido*. O CIA foi criado em 1948, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e tem por objetivo reunir os arquivistas de todo o mundo para discutir problemáticas relacionadas ao campo dos arquivos.

O fato é que essa gestão de documentos (*records management*) inaugurada pelo decreto americano nada mais era do que resultado de necessidades administrativas e econômicas do governo relacionadas à produção e tramitação dos documentos nos serviços administrativos, indo além de ser uma questão propriamente arquivística. Mesmo assim, esse modelo de gestão propiciou profundas mudanças para a Arquivologia, pois os documentos “recém-produzidos” demandavam o

incremento das atividades de racionalização da sua utilização e a valorização para a ampliação de sua acessibilidade, além das questões que envolvem o tratamento, armazenamento e difusão das informações registradas nos novos suportes magnéticos, eletrônicos ou digitais (INDOLFO, 2007, p. 29).

O desenvolvimento deste modelo americano resultou na cisão entre os *records* e os *archives*, o que para muitos teóricos da Arquivologia é o que influencia, de maneira significativa, as mudanças vivenciadas pela área no período pós Segunda Guerra Mundial, transformando não só o seu *Fazer* e o *Saber*, como também a atuação e o perfil profissional dos arquivistas. Da mesma maneira que a Biblioteconomia foi considerada pelos americanos não ter técnicas e ferramentas para lidar com as novas necessidades surgidas com o aumento da produção e da importância da informação científica - culminando na construção da CI, no campo dos arquivos observa-se movimento similar através da introdução da perspectiva de gestão de documentos. Entretanto, entendemos que o novo modelo não “cria” uma nova área, visto que o documento de arquivo continuava a ser o elemento a ser trabalhado, diferente do observado na relação Biblioteconomia x Ciência da Informação, em que a organização de livros e a de informações científicas demandava atividades diferentes, principalmente no tocante à recuperação de conteúdo.

Ainda que o modelo de gestão de documentos preconizado pelos Estados Unidos tenha separado, naquele momento, o papel do profissional dos arquivos em duas profissões diferentes, *records managers* e *archivists*, e ainda que existam referências a iniciativas que entendem a gestão de documentos como campo do *Fazer* e do *Saber* diferente do arquivo, o que realmente altera a relação da Arquivologia com “a nova valorização da informação” é o uso das informações registradas nos documentos de arquivo. Além disso, e inserida nesta perspectiva, a Declaração dos Direitos Humanos (1948) modifica o *conceito de acesso aos arquivos* (FONSECA, 1998, p. 39). Essa realidade, somada às demais conjunturas contextuais, altera a *concepção de instituição arquivística, ampliando-se seu espectro e funções à luz dos preceitos da gestão de documentos, que, revolucionando a Arquivologia tradicional, obrigam as instituições arquivísticas à reformulação de suas estruturas e redefinição de seu papel* (FONSECA, 1998, p. 38).

Esses novos usos atrelados aos arquivos, às iniciativas de gestão documental, à valorização dos documentos administrativos, bem como às teorias para Avaliação dos documentos, estavam visivelmente acontecendo principalmente nos países americanos “desenvolvidos”, ou seja, Estados Unidos e Canadá. Vivia-se então, em termos de arquivo como instituição e

serviço, a dualidade entre o caráter cultural e histórico, preconizado pelos europeus e símbolo da Arquivologia Clássica, e uma nova perspectiva, oriunda de solo americano e posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, a do arquivo como serviço administrativo, a grande “descoberta” da Arquivologia Moderna. De acordo com Vivas Moreno (2004, p. 88), a segunda metade do século XX marca a Arquivologia por reconhecer duas tradições, *la europea - que a través de la consolidación del estado moderno y las ideologías políticas surgidas en el s. XIX, nos vincula más al derecho y a la historia – y la norteamericana – que a través del desarrollo capitalista e industrial nos acerca más a las organizaciones privadas y la gestión administrativa.*

No âmbito teórico, o modelo americano da gestão propicia uma nova maneira de pensar a Avaliação dos documentos de arquivo. Ao passo que os Princípios já citados fundamentam a Classificação, a teoria do Ciclo Vital indica maneiras de contemplar a administração dos documentos recém-criados dividindo-os em etapas cuja sua utilidade vai determinando o seu valor. O americano Philips C. Brooks é considerado o precursor desta teoria, inserindo-a diretamente no modelo de gestão de documentos buscada por seu país. Alguns anos mais tarde (1972) atribui-se ao historiador belga Carlos Wyffels uma melhor abordagem desta teoria, denominando-a de teoria das Três Idades.

Similar ao relacionado com os Princípios da Proveniência e o da Ordem Original à concepção de diferentes definições, como já demonstrado no terceiro capítulo deste trabalho, o mesmo acontece em relação à teoria do Ciclo de Vida e/ou teoria das Três Idades. Para Mendo Carmona (2004, p. 40), a teoria das Três Idades foi exposta pela primeira vez pela administração americana como resultado dos trabalhos da Comissão Hoover, criada pelo então presidente Truman, em 1947, a fim de buscar soluções ao problema da grande produção documental, além de necessidades de conservação e organização. Afirma que coube a Ernst Posner e a Schellenberg sua disseminação no final da década de 1940, e que na França foi apresentado por Yves Pérotin. Justifica a importância desta teoria pela garantia da presença do arquivista e dos métodos que utiliza para que a documentação receba o tratamento adequado em cada uma das idades do documento.

Já Silva, A.M. B (1999, p. 207) afirma que *o apodítico princípio das três idades do arquivo pode ter tido origem em Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação de documentos*. E pela análise de Santos V.B. (2011, p. 17), no que tange à teoria das Três Idades e suas fases, afirma que

não são de entendimento pacífico entre os teóricos da área. Tanto o francês Yves Pérotin em obra de 1970, quanto o italiano Elio Lodolini em seu Archivistica: principi e problemi, de 1984, questionam esse número, propondo, respectivamente, cinco e quatro idades para o ciclo vital. Embora sejam raciocínios lógicos calcados na práxis – da mesma forma que as três idades –, essas propostas tiveram pouca repercussão no Brasil, mesmo nas discussões com os alunos das escolas arquivísticas do país.

Apontadas, ainda que de forma breve, as diferenças de entendimento acerca do Ciclo Vital e da teoria das Três Idades, justificamos a necessidade de mencioná-las visto que algumas abordagens contemporâneas da Arquivologia as revisitam com propriedade, como veremos no decorrer deste trabalho.

Assim, além da perspectiva de gestão de documentos, as diferenças de funções atribuídas aos *record managers* e aos *archivists* através da utilização do documento de arquivo por duas perspectivas distintas – *record* e *archives*, as mudanças no conceito de instituição arquivística, a construção da Ciência da Informação e as teorias do Ciclo Vital e das Três Idades, o período compreendido como Arquivologia Moderna é profundamente marcado por iniciativas relacionadas na busca de soluções para a utilização e preservação de documentos administrativos que eram produzidos em ritmo vertiginoso. Uma das que mais caracterizam essa fase centra-se na Avaliação destes documentos “modernos” a partir dos pressupostos elaborados por um arquivista americano com nome de presidente, Theodore Roosevelt Schellenberg.

4.1 SCHELLENBERG: SÍMBOLO AMERICANO DOS “ARQUIVOS MODERNOS” E SUAS TEORIAS PARA A AVALIAÇÃO

Vivenciando todas as iniciativas de seu país para as novas problemáticas no campo dos arquivos, Theodore Roosevelt Schellenberg, além de estar inserido nesta conjuntura, foi também importante profissional e teórico a ponto de ser considerado um dos principais representantes de propostas “modernas” para os “novos documentos de arquivo”. Suas influências e ideias não foram restritas somente ao seu país, como veremos no desenvolvimento deste capítulo, e sua obra “Arquivos Modernos, princípios e técnicas” é conhecida como “mensageira” desta nova realidade.

Publicada em 1956 e traduzida para o português somente em 1973 é, de acordo com o que o próprio autor escreve no prefácio, uma ampliação de suas conferências na Austrália. Schellenberg esteve nesse país em 1954 como conferencista *Fullbright* para tratar de problemas decorrentes da administração de documentos públicos, pois naquele momento *os princípios e técnicas de arquivo têm evoluído em todos os países no que se refere à maneira pela qual os documentos oficiais são tratados quando em uso correntes na administração* (SCHELLENBERG, 2002, p. 12). Afirma que, quando de sua visita à Austrália, os arquivistas desse país baseavam-se em ideias retiradas da literatura alemã e inglesa, mais especificamente os trabalhos de Hilary Jenkinson e Adolf Brenneke, que quando aplicadas aos documentos “modernos” não surtiavam resultado satisfatório. Esses “novos” documentos, os recém-criados pela administração pública e de crescimento vertiginoso, são os que Schellenberg define como “modernos”, em contraponto aos documentos considerados históricos, problematizados por seus colegas europeus.

O contato de Schellenberg com o pensamento de Brenneke, ainda que as propostas do alemão para o campo dos arquivos tenham sido elaboradas desde os primeiros anos do século XX, mas publicadas somente alguns anos após sua morte (1946), se dá por influência de Ernst Posner, arquivista alemão que durante a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939), após quinze anos de trabalho no Arquivo de Estado da Prússia, em Berlim, e tendo Brenneke como colega, é forçado a deixar seu cargo por imposição do regime nazista,

que o perseguia devido à origem judaica de sua família, tendo por isso, aos quarenta e seis anos, migrado para os Estados Unidos. Após sua chegada neste país, não sabemos exatamente como aconteceu seu encontro com Schellenberg, tampouco em que circunstâncias, mas é nítida a proximidade intelectual na obra de ambos. Inclusive, alguns anos após o término da Guerra (1945), Posner volta à Alemanha para ministrar aulas na Escola de Arquivos de Marburg e aproveita esse espaço para demonstrar as diferenças entre o pensamento europeu e o americano no campo dos arquivos. Convidado a retornar para seu país de origem e chefiar o então novo Arquivo Federal da Alemanha, fundado em 1952, Posner decide por continuar nos Estados Unidos (MENNE-HARITZ, 2005b).

Já o contato de Schellenberg com as ideias de Jenkinson é facilitado tanto por estas estarem registradas desde a década de 1920 em forma de manual, como também pela possibilidade em compreendê-la, visto que ambos tinham o inglês como língua nativa. Inicialmente parecendo facilitar o intercâmbio de ideias, as diferenças de concepções entre estes dois autores aconteceu em vários temas, inclusive em um diretamente relacionado à língua: a definição de *records* e *archives*. De acordo com o que pontuamos no terceiro capítulo de nosso trabalho, na introdução de seu manual Jenkinson aborda essa distinção terminológica e acaba por aceitá-los como sinônimo, justificando o uso do termo *archives* por ser o comumente usado por outras línguas. Já Schellenberg, inserido na perspectiva dos “novos” documentos e da gestão documental regulamentada em seu país, entende por *records* os documentos “modernos” e por *archives* os que foram selecionados para guarda permanente. O embate amplia-se de forma que em 1956 Jenkinson escreve um artigo para o *Journal of the Society of Archivists* intitulado *Modern Archives: Some Reflections on T. R. Schellenberg: Modern Archives: Principles and Techniques* afirmando que atribuir aos termos significados distintos é uma distinção arbitrária (LODOLINI, 1993, p. 71).

Ridener (2009), que outorga a esse período da história da Arquivologia como de “Modernização”, descreve Schellenberg como um homem que trabalhou grande parte de sua carreira nos arquivos federais dos Estados Unidos e que suas obras mudaram a profissão arquivística de forma imprevisível, pois estabeleceu suas teorias de maneira diferente da perspectiva

dos anteriores teóricos europeus. Além de uma trajetória profissional diferente destes, já que não possuía experiência com arquivos medievais e sim com documentos contemporâneos, Schellenberg é considerado por Ridener como pioneiro da Avaliação arquivística por ter cunhado os valores primários e secundários dos arquivos e também por valorizar a gestão documental.

Afora os embates teóricos com seu colega inglês, Schellenberg ampliou o campo teórico da Arquivologia principalmente a partir de suas teorias sobre Avaliação. Mesmo que essa atividade já tivesse sido abordada em manuais anteriores, seu avanço decorre de uma necessidade real do *Fazer* dos arquivos, ou seja, o que e como fazer com o crescimento da produção documental. Neste sentido, de modo a manter preservados os documentos considerados importantes e/ou históricos, seria importante valer-se da Avaliação.

Em sua obra “Arquivos Modernos, princípios e técnicas”, Schellenberg dedica um capítulo à Avaliação dos documentos públicos modernos e logo na primeira linha coloca: *os documentos oficiais modernos são muito volumosos* (SCHELLENBERG, 2002, p. 179). Assim, inicia a explicação da sua teoria de valor para os documentos dividindo-o em dois; os primários e os secundários. Define o valor primário como aquele *para a própria entidade onde se originam os documentos (...)* Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos. Esses usos são, é lógico, de primeira importância (SCHELLENBERG, 2002, p. 180). Convencionou-se chamá-los de documentos administrativos e o autor não se aprofunda muito na discussão sobre este valor, justamente porque naquela época a Avaliação não acontecia nesta etapa de origem, de produção/gênese documental, e sim apenas quando da transferência dos documentos para o arquivo pelos *record managers* é que entraria a aplicação de sua teoria pelos *archivists*.

Como valor secundário refere-se ao que atribui uso ao documento para além de quem o produziu, o que se convencionou chamar de documentos históricos. Desmembra esse valor em dois outros aspectos, os valores probatórios e informativos, ressaltando que ambos não se excluem mutuamente.

Ao se referir ao valor secundário probatório o americano faz questão de diferenciar sua concepção da que atribui a Jenkinson, à *santidade da prova dos arquivos que deriva da custódia ininterrupta* (2002, p. 181), definindo-o como *valor que depende do caráter e da importância da matéria provada, isto é, da origem e dos programas substantivos, ou fim, da entidade que produziu os documentos. Assim, não se trata aqui da qualidade da prova per se, mas do caráter da matéria provada* (2002, p. 181). Quanto ao valor informativo, refere-se à informação contida no documento. Entendendo aqui informação como sinônimo de conteúdo do documento de arquivo, é interessante observar que após a consagração dos Princípios de Classificação o elemento informação torna-se o que deveria ser evitado, visto que durante muitos séculos os documentos foram (des) organizados por seu conteúdo ou por temáticas derivadas destes. Essa “negação” à informação na Função Classificação não é de todo abandonada nas teorias de Avaliação fundadas por Schellenberg, contudo, pensando na utilização dos documentos para além de quem os produziu, considera alguns elementos de seu conteúdo como importantes de serem mantidos, tais como documentos relativos a pessoas (físicas ou jurídicas), a coisas (lugares, edifícios e outros objetos materiais) e a fenômenos (o que pode ocorrer com pessoas ou coisas – atividades, programas, fatos, episódios, atividades e outros).

Essa abordagem dos valores proposta por Schellenberg estava inserida na perspectiva da gestão de documentos e consequentemente na de Ciclo Vital, na separação entre *records* e *archives* e entre *record managers* e *archivists*. Como discutiremos no decorrer deste trabalho, posteriormente surge uma série de outras teorias para a Avaliação, principalmente em solo canadense no período que estamos considerando como Arquivologia Contemporânea. Mesmo assim, as teorias de valor de Schellenberg podem e são utilizadas nos dias de hoje, inclusive na era dos documentos eletrônicos. A diferença é que, pela proposta do americano, a aplicação do valor secundário era atribuída somente quando da chegada do documento ao arquivo, ao passo que hoje isso pode ser feito no momento de gênese/produção/acúmulo do documento.

Ainda que sua principal contribuição tenha sido no âmbito da Avaliação, a obra de Schellenberg também apresenta elementos teóricos elaborados no

campo científico americano e que partiram de pressupostos anteriores elaborados pelos europeus. Ao se referir à Classificação para os *archives*, isto é, documentos que deveriam seguir para arquivo permanente, estabelece como critério de organização o *record group*, não sem antes criticar o modelo Jenkinsoniano de *archive group* e polemizar no já conhecido debate terminológico.

Uma anomalia curiosa se verifica: na Inglaterra, onde o arquivo central da nação se chama Record Office, as unidades de arquivo chamam-se archives group, enquanto nos Estados Unidos, onde a instituição equivalente se chama Archives, as unidades de arquivo chamam-se record groups (SCHELLENBERG, 2002, p. 253).

A proposta americana se dizia diferente da inglesa, como também da francesa - considerava o Respeito aos Fundos sinônimo de *archive group* -, por estabelecer divisões internas dentro do conjunto de documentos de uma mesma proveniência, visto que os documentos “modernos” eram produzidos em grandes quantidades e trabalhá-los como uma única unidade dificultava o Arranjo, a Descrição, o manuseio, dentre outras atividades. Como os documentos correntes – *records* – já tinham uma Classificação prévia pela unidade administrativa que os produzia, baseada nas estruturas organizacionais, em 1941 o Arquivo Nacional Americano decide que os *archives* serão Classificados, a partir de então, pelo modelo do *record group*. Na verdade, nada mais é do que o que convencionamos chamar de subgrupo, só que baseado nas estruturas organizacionais.

Dessa perspectiva de Classificação entre *records* e *archives* surgem dois termos diferentes para denominar essa Função; Arranjo para os arquivos permanentes – *archives*, e Classificação para os correntes - *records*. Tal diferença terminológica é perceptível no campo científico da Arquivologia no Brasil, visto que aqui é comum chamarmos a Classificação dos documentos não permanentes de “Plano de Classificação” e dos permanentes de “Quadro de Arranjo”.

Além das contribuições para a Classificação enquadrando o Princípio da Proveniência na ideia de *record group*, a Arquivologia Moderna, da forma tal

qual nós a definimos, passa fundamentalmente pela obra de Schellenberg em suas teorias para a Avaliação e sua importância, tanto em seu país como fora dele, como representante na divulgação do *Saber* e do *Fazer* americano para o campo dos arquivos. Terry Cook (1997), por exemplo, pondera que devemos muito a Schellenberg, pois ao contrário de Jenkinson, antecipou o futuro ao invés de defender o passado, além de inserir técnicas de gestão para os arquivos históricos.

4.2 OUTRA ABORDAGEM PARA OS “ARQUIVOS MODERNOS”: PETER SCOTT E O “SISTEMA DE SÉRIES” AUSTRALIANO

Quando o Manual dos Holandeses foi publicado, em 1898, a Austrália ainda não havia se constituído como uma Nação. E diferente do que ocorreu na maioria dos países europeus, nos Estados Unidos e até no Brasil, sua preocupação com os documentos bem como a fundação de um Arquivo Nacional tem origem pelas necessidades em organizar os documentos recém-produzidos, os “modernos”.

Em 1944, Ian Maclean foi nomeado Diretor da Divisão de Arquivos da Biblioteca Nacional de Commonwealth (Austrália) e, além de responsável pela organização dos chamados “arquivos de guerra” – documentos produzidos por seu país durante as duas grandes guerras mundiais -, tinha como principal função colaborar para uma eficiente e racional administração dos documentos dos departamentos do governo. Inclusive, esse governo privilegiava estes documentos em relação aos documentos considerados históricos, isto é, os das guerras. Outro fator que não favorecia a valorização dos documentos históricos era a legislação que tratava sobre o acesso a estes documentos. Antes de cinquenta anos nada poderia ser aberto à consulta, o que, para um país recém-estabelecido, significava a não liberação de praticamente todos os documentos.

Nos primeiros anos de trabalho junto à Divisão de Arquivos, Maclean e seus colegas australianos baseavam-se nas ideias de Hilary Jenkinson, principalmente referente ao *archive group* e, portanto, utilizavam-se dos modelos da prática arquivística desenvolvidos pelo *Public Record Office*, em Londres, para seus trabalhos com os arquivos. Para nós, a utilização desse modelo e dessas ideias era a opção natural, visto que mesmo independente da Inglaterra, a Austrália continuava tendo a monarquia inglesa como chefe de Estado. Porém, devido ao grande desenvolvimento da Austrália nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, o vertiginoso aumento na produção de documentos, somado à pressão governamental para tratá-los, Maclean recebe Schellenberg por seis meses, em 1954, para colaborar com os problemas surgidos com a gestão destes documentos.

Além de aplicar a teoria do *record group* para os documentos do governo australiano, através de seu acesso a políticos e a outros funcionários públicos, o americano opinou para que o período de acesso aos documentos históricos fosse inferior aos cinquenta anos já estabelecidos, e também que a Divisão de Arquivos não ficasse submetida a uma biblioteca, e sim tornar-se uma instituição independente⁴².

De fato, a Divisão de Arquivos separa-se da Biblioteca em 1961 e passa a ser chamada de Commonwealth Archives Office (atual Arquivo Nacional da Austrália). Entretanto, o que não seguia bem era a aceitação do *record group* pelos arquivistas australianos. Justificavam que por ser um país novo, suas estruturas administrativas mudavam muito e com isso as funções, algo que para eles a ideia levada por Schellenberg não contemplava. De acordo com Cumming (2011), a função “restrição de imigração” havia sido transferida para dez diferentes departamentos do governo em menos de trinta anos.

Recém-nomeado para trabalhar no Arquivo de Commonwealth, em 1964, o jovem linguista Peter Scott fez uma sugestão radical; abandonar a abordagem de *record group* e adotar o que nomeou de “Sistema de Séries”, justificando que assim seria possível descrever as relações entre os documentos, os criadores e os processos que o demandaram de maneira a abarcar todo o seu trâmite independente das instabilidades administrativas. Cunningham (2012) coloca que longe de ser um “ataque” contra o Princípio da Proveniência, as ideias de Scott buscavam maneiras mais eficientes de documentar a “verdadeira natureza e muitas vezes os complexos sistemas de proveniência”, já que a visão “simplista” de proveniência do *record group* não era eficaz, pois os documentos possuíam simultâneas e sucessivas relações “provenienciais” que deveriam ser interrelacionadas.

Esse “Sistema de Séries” constitui uma abordagem dinâmica para o controle intelectual dos documentos - a Classificação, e permite que qualquer conjunto de documentos, tanto os em processo de trâmite como os já arquivados, possam ser vistos através de múltiplos prismas contextuais através de estratégias de Descrição capazes de espelhar a natureza dinâmica da

⁴² Fonte: <http://www.naa.gov.au/about-us/organisation/history/index.aspx>. Acesso em ago. 2012.

criação de documentos. Ou seja, entendemos essa proposta como um modelo que respeita o Princípio da Proveniência e, diferente dos americanos que trabalham com subgrupos baseados na estrutura administrativa, partem das Séries de documentos criadas pelas funções para então Classificá-los.

Scott rejeitava o que considerava abordagem “rígida” do *record group* para a Descrição arquivística, cuja orientação determinava que informações contextuais e informações sobre documentos fossem combinadas em uma única descrição hierárquica. Argumentava que essa abordagem não refletia adequadamente as realidades da criação e uso de documentos em ambientes de mudanças administrativas complexas, onde a proveniência múltipla era um fenômeno comum.

Diferente de Schellenberg que ficou conhecido por suas teorias a partir da Função Avaliação, Scott produziu suas reflexões a partir da Descrição e passou a aplicá-las também para os documentos “modernos”, não se tratando de uma atividade exclusiva dos documentos históricos. Assim, entendemos que a Descrição seria a Função capaz de manter a Classificação intelectual dos documentos de um Fundo a partir de Séries documentais de uma mesma função, sendo que esta Descrição deveria acontecer em dois níveis, um para o contexto e função de produção, e outro para o conjunto documental. Importante pontuar que mesmo estabelecendo críticas as propostas de Schellenberg, assim como nos Estados Unidos, a Austrália partilhava da diferença no uso dos termos *records* e *archives*.

Porém, quando Scott publica, em outubro de 1966, o artigo *The Record Group Concept: a case for abandonment* na revista *The American Archivist*, a recepção e a reação da comunidade internacional não foi positiva (MILLAR, 2012), principalmente pelos norte americanos. Partindo de um olhar contemporâneo, o canadense Terry Cook (1997c) afirma que Peter Scott quebrou a “camisa de força” do *record group* defendida por Schellenberg e toda a “fiscalidade” dos arquivos propostas pelo Manual dos Holandeses e sobre as quais muitas outras abordagens da área se baseiam. Atribui ao australiano o título de “fundador da Revolução Pós-custodial da Arquivologia” e justifica que, embora tenha trabalhado em um mundo de papel, suas ideias são atualmente relevantes especialmente para as questões advindas com os documentos eletrônicos, onde - assim como no sistema de Scott - a fiscalidade do registro

não tem nenhuma importância em relação aos seus contextos multirelacionais de criação e uso.

O importante, através de nossa abordagem desta perspectiva australiana, é compreender alguns movimentos no campo científico da Arquivologia Moderna. Um deles refere-se à dinâmica internacional entre os arquivistas. Vemos que os australianos apoiaram-se nas obras do inglês Hilary Jenkinson para iniciar o *Fazer* no campo dos arquivos e algum tempo depois buscaram pessoalmente o americano Schellenberg para ajudá-los. Ainda que a língua destes três países seja a mesma, sem dúvida elemento facilitador neste intercâmbio de ideias, entendemos que a existência de um *Saber* para o campo dos arquivos foi o que orientou a busca de ajuda pelos australianos. Outro movimento importante é a rápida inserção da Austrália na perspectiva científica dos arquivos através da adaptação de teorias a sua realidade, bem como a publicação de artigos de seus arquivistas em periódicos internacionais da área já na década de 1960. Mesmo sendo um país novo, a Austrália aparece como importante referência da Arquivologia Moderna ao se defrontar e se preocupar com os documentos “modernos”. O grande desenvolvimento econômico e tecnológico pelo qual passou após a Segunda Guerra antecipou suas preocupações com os documentos eletrônicos, mantendo-a na vanguarda da produção do conhecimento científico para o campo dos arquivos. O “Sistema de Séries” ainda perdura na abordagem contemporânea do *Continuum*, como veremos no quinto capítulo deste trabalho.

4.3 O BRASIL E OS “ARQUIVOS MODERNOS”

Mesmo sendo um país novo, a situação econômica e social do Brasil divergia em muito das encontradas nos igualmente novos Estados Unidos e Austrália. Ainda sob a égide do Estado Novo, nosso país continuava inserido no projeto de modernidade presidido por Getúlio Vargas e seu regime autoritário.

Retomando brevemente a discussão iniciada no terceiro capítulo sobre algumas estruturas criadas para sustentar esse projeto, voltemos ao DASP. Em 1944 é criada em seu interior a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cuja necessidade pautava-se em *promover mudanças de crenças, valores e atitudes do servidor público brasileiro, num momento de profundas mudanças no campo sócio-político, econômico, cultural e tecnológico do país* (SILVA, M. L. R. Da, 2010, p. 59). As mudanças de ordem mundial e também no cenário brasileiro caminhavam no sentido das ideias democráticas após as atrocidades cometidas pelos regimes autoritários no período das duas grandes guerras. Assim, findada a Segunda Guerra Mundial (1945), o Brasil é atingido por essa onda democrática fazendo com que Getúlio Vargas seja deposto no final de outubro de 1945. A partir de então, a independência dos três poderes é reestabelecida (Executivo, Legislativo e Judiciário) bem como a autonomia dos estados e municípios. E toda essa reconfiguração demanda uma nova Constituição, que foi promulgada em 1946 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra.

Considerando que o texto constitucional carrega o contexto econômico, social e político no qual é produzido, diferentes das quatro Constituições anteriores, a de 1946 menciona certa preocupação com os documentos (BRASIL. Casa Civil, 1946):

Art 31 - A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado; IV - recusar fé aos documentos públicos;

*Art 175 - As obras, monumentos e **documentos de valor histórico e artístico**, bem como os monumentos naturais, as*

*paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público*⁴³.

Essa menção está claramente direcionada aos documentos considerados **históricos e artísticos**, fato que nos remete a considerá-la como possivelmente relacionada à cultura patrimonialista advinda da criação do Instituto do Patrimônio **Histórico e Artístico** Nacional (IPHAN) em 1937. Ausentes neste discurso, as preocupações com os documentos administrativos encontravam eco no projeto de modernização da gestão estatal que continuava sendo desenvolvido pelo DASP, que inclusive contemplava a ida de seus

servidores para países como Estados Unidos, Inglaterra e França, só para citar alguns exemplos, para que se aperfeiçoassem e implantassem políticas de gestão modernas e inovadoras. Foi o que aconteceu com Nilza Teixeira Soares, bibliotecária do serviço de documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que fez curso nos Estados Unidos sobre gestão de arquivos, no Arquivo do Reino Unido e no Arquivo Nacional da França (SANTOS, P.R.E., 2010, p. 81).

Paralelo ao valor de monumento declarado aos documentos históricos pela Constituição de 1946 e da necessidade de formação de profissionais para trabalhar com os documentos administrativos, o campo dos arquivos brasileiro passará a conviver com nova realidade que se desenhava; o investimento do país na produção do conhecimento científico.

Via de regra, as iniciativas científicas são em sua maioria patrocinadas pelos governos que pretendem com isso obter desenvolvimento tecnológico, progresso e resolver problemas de sua realidade. Em nosso país não foi diferente. Até a década de 1930 é possível encontrar pequenos investimentos no inventário das riquezas nacionais, no conhecimento do território geográfico e no desenvolvimento de uma identidade nacional, no que, de certa forma, o Arquivo Nacional teve participação. O governo de Getúlio Vargas direciona a perspectiva para a formação profissional e universitária, e durante a Segunda Guerra se depara com nenhuma infraestrutura capaz de contribuir para a

⁴³ Respeitamos a grafia da época.

defesa de seu território, tendo que pedir ajuda aos Estados Unidos para garantir sua segurança. A partir de então, seguindo uma tendência mundial de institucionalização do conhecimento e uma necessidade real, são criadas no Brasil instituições para desenvolvimento da pesquisa científica, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951.

A criação destes instrumentos institucionais pelo governo brasileiro contou com os Estados Unidos que, além de ter reforçado e ampliado suas relações com o Brasil durante a Segunda Guerra, naquele momento representava o que havia de mais desenvolvido tecnicamente e financeiramente no campo científico, resultado do investimento em pesquisas visando produzir aparato armamentista e tecnológico. Aliado a isso, esse país havia adaptado seu sistema administrativo e educacional para o novo contexto mundial no qual emergiam como potência principal, inclusive “criando” uma “nova” ciência, a Ciência da Informação, como já analisado.

As relações entre os governos brasileiro e americano se fortaleceram a partir dos anos 1960. Justificando uma “aliança para o progresso” e o crescimento econômico para o Brasil inserindo-o no sistema capitalista vigente, aquele país apoia os militares brasileiros, através da operação secreta *Brother Sam*, no Golpe de 1964 contra a “ameaça comunista” representada pelo então presidente João Goulart. Com os militares no poder, foi produzida uma série de acordos entre os dois países.

Um deles foi a “Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil”, dirigida pela United States Agency for International Development (USAID) que no tocante à educação firmou parcerias com o Ministério da Educação (MEC) para dar assistência técnica e financeira à educação brasileira. Afora a tentativa de imposição de um sistema de ensino baseado nos interesses dos americanos, era preciso dotar o Brasil com traduções de obras didáticas das mais diversas áreas de conhecimento para que fossem utilizadas como material didático para os alunos, principalmente os dos cursos superiores. Nesse sentido houve o “Projeto Brasil”, uma parceria estabelecida entre a Universidade do Sul da Califórnia e a FGV para produzir

literatura em português para os alunos dos cursos de administração pública, já que a maioria da literatura encontrava-se em língua inglesa.

Relacionado a estas questões, ao campo dos arquivos tendo como foco principal os arquivos “modernos”, foram selecionados e reunidos pelo americano Samuel Haig Jameson, alguns artigos da Revista do Serviço Público e outras publicações até então traduzidas para o português. A antologia, publicada em 1964 e intitulada “Administração de Arquivos e Documentação”, foi o volume XII da coleção “Textos Selecionados de Administração Pública”⁴⁴ e possuía textos de Schellenberg, José Honório Rodrigues, Michel Duchein, Ernst Posner, dentre outros. Isso reforça nossa percepção quanto às influências americanas nos modelos de gestão para administração pública brasileira e a inserção de temáticas relacionadas à produção de documentos “modernos” nesta perspectiva.

Para os documentos de valor permanente, as iniciativas governamentais continuavam lideradas e institucionalizadas pelo Arquivo Nacional, agora sob a gestão do historiador José Honório Rodrigues (de 1958 até 1964), que ao assumir a direção escreve um relatório⁴⁵ para apresentar a situação que encontrou. Posteriormente publicado, o documento demonstra o atraso da instituição em relação à Biblioteca Nacional e ao Museu Imperial, que o existente em matéria de organização e métodos é rudimentar, da inexistência de legislação para efetiva recolha de documentos, da falta de publicações sobre arquivos em língua portuguesa, dos significativos problemas do edifício em que está situado e de sua insatisfação quanto à formação e à quantidade de funcionários (RODRIGUES, 1959).

Preocupado com essa situação, poucos anos antes da publicação da antologia reunida por Haig Jameson e publicada pela FGV, Rodrigues não poupa esforços em trazer Schellenberg ao Brasil. Na apresentação que faz à edição brasileira da obra clássica do arquivista americano (SCHELLENBERG 2002), o diretor do Arquivo Nacional refere-se a ele como *o mestre, sem dúvida*

⁴⁴ Foram ao todo XIV volumes: **volume I** - Que é Administração Pública?; **volume II** – Direito Administrativo; **volume III** – Relações Humanas; **volume IV** – Relações Públicas; **volume V** – Organização e Métodos; **volume VI** – Administração de Pessoal; **volume VII** – Orçamento e Administração Financeira; **volume VIII** – Planejamento; **volume IX** – Administração Federal; **volume X** – Administração Municipal; **volume XI** – Administração de Material; **volume XIII** – Poder e Responsabilidade em Administração Pública; **volume XIV** – Administração Estadual (JAMESON, 1964).

⁴⁵ “Situação do Arquivo Nacional”. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

o maior que a América teve e um dos maiores de todos os tempos e lugares (2002, p. 16). Justifica ainda a visita por considerá-lo um competente consultor de programas de reformas para arquivos.

Como resultado dos quinze dias que esteve no Brasil no ano de 1960, Schellenberg deixa um relatório onde destacou os problemas arquivísticos do governo brasileiro e, como recomendações, apontou a necessidade da criação de leis para a salvaguarda e proteção de documentos valiosos, a importância em serem traçados planos em consequência da transferência da capital para Brasília, principalmente em relação à destinação ordenada de documentos e a construção de depósitos centrais e temporários, da urgência em melhorar a qualificação dos profissionais e do estabelecimento de um órgão governamental para cuidar da gestão dos documentos correntes do governo.

Valendo-se das orientações do americano e continuando sua investida em resolver questões técnicas, profissionais, físicas e administrativas do Arquivo Nacional, Rodrigues organiza a tradução de publicações sobre arquivos que estavam em voga principalmente na Europa e nos Estados Unidos, possibilitando o contato dos arquivistas brasileiros com o que havia de mais moderno em relação às teorias sobre o *Fazer* e o *Saber* da área. Foram traduzidos o Manual dos Holandeses, obras de Schellenberg, do diretor dos Arquivos de Sarthe, na França, Henri Boullier de Branche, que também esteve no Brasil em visita ao Arquivo Nacional, e inúmeras outras⁴⁶.

Durante a década de 1960, o campo dos arquivos no Brasil vivenciava a necessidade de administrar os documentos “modernos” e a dificuldade com o recolhimento, tratamento e preservação dos documentos considerados históricos. Os esforços empreendidos pelos profissionais das instituições públicas, tanto os que lidavam com os documentos “novos”, quanto com os “velhos”, permitiram, fundamentalmente, a ampliação de cursos para formação de profissionais, o intercâmbio com arquivistas estrangeiros e suas experiências, além da tradução e publicação de obras significativas sobre o *Fazer* e o *Saber* dos arquivos. Entretanto, e não desconsiderando esse movimento, parece ainda haver uma percepção de que os documentos administrativos e permanentes deveriam ser tratados separados e de formas

⁴⁶ Para maiores aprofundamentos sobre as obras arquivísticas traduzidas pelo Arquivo Nacional durante a gestão de Rodrigues, consultar Marques (2007) e Santos, V.B. (2011).

diferentes. Fora isso, também consideramos prematuro falar em Arquivologia no Brasil durante este período. O que existe é a necessidade em conhecer maneiras de resolver problemas de forma a atender as demandas relacionadas aos documentos. As iniciativas em produzir maneiras para além de apenas “conhecê-las para aplicá-las”, acontecerá de forma sem precedentes a partir da década que seguirá.

Atuante na trajetória da Arquivologia no Brasil, Fonseca (2005, p. 67) afirma que a década de 1970 foi *de fundamental importância para estabelecer alguns parâmetros que ainda hoje definem as questões arquivísticas no Brasil* e não temos dúvidas que se trata de um período resultante dos processos anteriores pela busca do desenvolvimento do cenário arquivístico. Essa década se inicia com dois marcos significativos para a área; a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971 e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia em 1972. É interessante observarmos que a existência de uma associação profissional no Brasil acontece tanto antes da lei que regulamenta a profissão, quanto antes da criação dos cursos superiores em Arquivologia, e isso também vale para a realização do primeiro congresso.

A despeito de serem feitas algumas análises acerca da fundação da AAB e ao considerarmos o *Fazer* como resultado de necessidades sociais que muitas vezes acarretam no aparecimento de novas áreas do conhecimento, conforme discutimos no segundo capítulo, é mister aceitarmos que para estas áreas desenvolverem e construírem suas relações com a sociedade devem formar profissões específicas. E para se desenvolverem a ponto de estabelecer um campo e uma comunidade científica, é necessário que estas áreas construam teorias, terminologias e metodologias próprias, legislação específica, além da formação em nível superior. Neste sentido e de acordo com o que Bellotto escreve no prefácio do livro de Esposel (1994), consideramos que no Brasil há duas vertentes que impulsionaram o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia; *a vertente das questões pertinentes à administração pública, história e outras áreas relevantes ao processo decisório, testemunhos legais e explicação histórica, e de outro lado os profissionais que operavam no processamento técnico de material de arquivo e que precisavam*

aperfeiçoar sua capacitação, ou seja, sair de ocupação para se tornar uma profissão.

Em plena Avenida Rio Branco, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, dezoito pessoas se reúnem na Galeria dos Empregadores do Comércio no dia 14/04/1971 para discutir assuntos concernentes à situação do campo profissional brasileiro dos arquivos. Como consequência de inúmeras reuniões realizadas após esta primeira e sob a liderança de José Pedro Esposel, realiza-se, às 17h do dia 20/10 deste mesmo ano, no Salão do Arquivo Nacional, em plena Praça da República, a reunião de fundação da AAB. Esta Associação era *uma reunião de vontades, colaborativa e voluntária, o ponto médio, o ponto de encontro, e ao mesmo tempo a novidade entre os profissionais que atuavam em arquivos, sobretudo, arquivos de instituições públicas* (GOMES, 2011, p.93).

As condições de trabalho, as experiências vivenciadas por esses profissionais que atuavam nos arquivos públicos brasileiros, a situação dos arquivos, a falta de investimento na área e a necessidade de articular o desenvolvimento profissional, foram apenas algumas das questões que contribuíram para que, mesmo sob o regime ditatorial, emergisse uma organização que buscava reivindicações para a área. As atividades corporativistas não eram as únicas que a associação defendia e, portanto, ela não deveria *ser confundida com uma associação de classe, buscando melhorias para um grupo profissional, e sim um ideal e uma força em prol do desenvolvimento material e intelectual do país* (ESPOSEL, 1994, p. 58).

A Associação dos Arquivistas Brasileiros pretendia também formar uma identidade e criar redes de sociabilidade para expressar novos alinhamentos sociais e o interesse de seu grupo, até então à margem das pautas profissionais preponderantes, mesmo sendo uma atividade antiga. Ademais, era preciso demonstrar para a sociedade e para o Estado a importância destes profissionais.

Possivelmente mantendo-se fora das questões políticas que movimentaram o Brasil na década de 1970, a formação desta comunidade profissional em torno de uma associação colaborou sobremaneira para a institucionalização da área no país através da centralização e reunião dos movimentos existentes sobre o campo dos arquivos.

A fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, possibilitou que profissionais de arquivo passassem a refletir, debater e propor ações para o desenvolvimento e construção de uma pauta identificada com o campo arquivístico. Esses profissionais de arquivo no Brasil, principalmente aqueles que desempenharam papel central no processo de fundação e posteriormente nas ações associativistas entre 1971 e 1978, eram servidores públicos em sua maioria. Assim, quando observamos as ações promovidas pela AAB nos anos de 1970 notamos que a entidade indissociava matérias próprias do campo da política pública com reivindicações de caráter corporativista. Protagonista dos processos de institucionalização do campo nesse período, alguns de seus membros (corpo social da AAB) nas décadas de 1950 e 1960, participaram de programas do governo federal – DASP, Ministério da Fazenda, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu Nacional – de formação e capacitação de pessoal em técnicas e procedimentos próprios do campo arquivístico (GOMES, 2011, p.87).

Além de investir fortemente em políticas de capacitação ofertando cursos de formação técnica, a relação da AAB com o âmbito público é marcante durante a década de 1970. Gomes (2011) ilustra muito bem essa questão ao relatar que a sede da Associação foi o Arquivo Nacional até o final dos anos 1970, e não só isso, pois as políticas de capacitação eram realizadas com colaboração do Arquivo Nacional. Além de legitimar uma comunidade arquivística brasileira, a AAB também representa simbolicamente a área, visto que o dia de sua fundação (20/10) foi institucionalizado no Brasil como “o dia do arquivista”.

Praticamente um ano após a fundação da Associação, seus representantes organizaram outro significativo movimento que consideramos igualmente determinante no delineamento de uma comunidade científica para a Arquivologia brasileira. Fora o papel da AAB como representante de uma comunidade arquivística, a caracterização de cientificidade começa a ser institucionalizada pela realização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e através do primeiro periódico específico da área, a revista *Arquivo e Administração*.

Tanto a realização do Congresso quanto o lançamento do periódico aconteceram juntos, na semana de 15 a 20/10/1972, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contou com a colaboração do Arquivo Nacional e reuniu

cerca de mil e trezentos participantes que, dentre vários assuntos relacionados ao campo dos arquivos, discutiram a proposta de um currículo mínimo visando à criação de curso superior.

A AAB também teve importante papel na formação de um discurso para a área, pois através da publicação da revista divulgava questões da área sendo considerada fonte privilegiada para a construção do *Fazer* e do *Saber*.

O sistema nacional de arquivos, o currículo mínimo, a publicação da revista, a regulamentação da profissão, a terminologia arquivística, questões práticas e técnicas do dia a dia dos arquivos. Todos esses assuntos que determinaram a pauta da década de 1970 no campo arquivístico já se faziam presentes no I CBA (GOMES, 2011, p.104).

As conquistas representadas pelo associativismo são referência para pensarmos a institucionalização da Arquivologia no Brasil⁴⁷. A partir de então, outros dois fatores acontecem quase simultaneamente e são muito significativos para o campo dos arquivos; o estabelecimento dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia em 1977, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo em 1978, através da Lei nº 6.546, o que acabou por associar a formação universitária com a profissionalização.

Após essas análises, inferimos que a Arquivologia brasileira se estabelece como campo e comunidade científica durante a década de 1970 e através de um movimento associativo. Muitos elementos fundamentais para introduzir o campo dos arquivos no âmbito científico já estavam institucionalizados, como a existência de periódico, de curso superior, realização de congresso, legislação e associação profissional. Isso sem considerar as publicações que haviam sido traduzidas pelo Arquivo Nacional, que embasavam uma “literatura arquivística” e os intercâmbios internacionais entre profissionais. Entretanto, vale ressaltar que essa cientificidade se dá mais

⁴⁷ Para reflexões mais aprofundadas sobre a criação da AAB e sua importância enquanto representante do movimento associativo no campo dos arquivos, consultar Gomes (2011). Já para análises mais aprofundadas quanto à institucionalização da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, pesquisar Marques (2007).

pelo estabelecimento de estruturas institucionais que a suportam do que propriamente pela produção de conhecimento científico relevante.

No início da década de 1980, coexistindo a dualidade “arquivos modernos” x “arquivos históricos”, tem início projeto de modernização para o Arquivo Nacional, que dentre outras iniciativas previa sua inserção nos processos de gestão dos documentos “modernos” produzidos e acumulados pelos órgãos governamentais, a formação de quadro técnico especializado e a mudança para uma nova sede. Até então, essa instituição tinha como finalidade apenas o tratamento dos arquivos históricos.

O reconhecimento desta iniciativa levou a UNESCO a eleger o Arquivo Nacional como sede piloto de um projeto que estava desenvolvendo, cujo objetivo era a modernização de arquivos “tradicionais”, isto é, aqueles compostos somente por acervo histórico. De acordo com Monteiro (1988, p. 86) essa escolha favoreceu alguns apoios políticos e financeiros para o Arquivo Nacional, além de trazer ao Brasil, em 1985, o secretário executivo do CIA, Charles Kecskeméti. O propósito desta visita era diagnosticar problemas que possivelmente interferiam na formação profissional da área de arquivos, e para tal foi realizada uma pesquisa sobre a situação dos recursos humanos desta área no Brasil.

Assim como Michel Duchein, Charles Kecskeméti escreveu artigo para a comemoração dos cento e cinquenta anos do Arquivo Nacional brasileiro, e pelo seu texto podemos apreender como instituições como essa eram percebidas pelo campo arquivístico internacional.

Os arquivos centrais da América Latina independente não tiveram como pressuposto o papel de instrumento de continuidade. Criados, a maior parte deles, nas primeiras décadas do século XIX, receberam a exclusiva missão de conservar os veneráveis monumentos do passado: os documentos do período colonial e os da conquista da independência. Nem o presente nem o futuro lhes diziam respeito; não tinham a obrigação de servir à administração pública nem a perspectiva de progredir com a nação. Isso produziu, em escala continental, um fenômeno muito curioso: a presença, nos organogramas do serviço público, de instituições denominadas 'arquivos', com todos os indícios de sua existência, tais como instalações, papéis timbrados e publicações periódicas, mas desprovidas dos recursos materiais, jurídicos e humanos indispensáveis no exercício das funções arquivísticas essenciais. Tal síndrome dos 'arquivos

nominais', surgida na América Latina, não permaneceu exclusivamente em seu continente de origem — hoje pode ser observada em diversas partes do mundo (KECSKEMÉTI, 1988, p. 5).

A concepção de arquivos nominais colocada pelo autor representa a realidade dos arquivos públicos brasileiros, em especial do Arquivo Nacional, neste início da década de 1980. Para mudar essa concepção de arquivo como “lugar do passado” e suprir demandas estruturais e técnicas, era preciso modernizá-lo em praticamente todas as suas instâncias, indo desde questões relacionadas à infraestrutura, formação de funcionários e novos equipamentos até a constituição de legislação de âmbito federal para a gestão e o tratamento dos arquivos. Pelo projeto de modernização proposto em 1981, o Arquivo Nacional deveria cumprir tripla função; servir à administração, à pesquisa e liderar políticas de gestão de documentos.

Ao contrário dos países onde a gestão de documentos se desenvolveu como teoria e prática, no Brasil são os arquivos públicos que, com vistas à sua modernização, se dirigem à administração pública com projetos que objetivam a adoção de elementos básicos da gestão de documentos (JARDIM, 1987, p. 41).

Analisando as décadas de 1960 até 1980, são visíveis no Brasil as preocupações com os documentos administrativos e históricos. As iniciativas de trazer ao país inúmeros representantes estrangeiros da área, o desenvolvimento de cursos para formação de profissionais, a fundação da AAB, a realização do primeiro congresso específico, a criação de um periódico direcionado às temáticas dos arquivos, e a formação dos primeiros cursos de nível superior, são todos movimentos que resultaram na organização de uma comunidade científica para a Arquivologia, além da configuração de um campo científico que vai ser ampliado e desenvolvido a partir da década de 1990. E à semelhança dos países norte americanos e europeus, esses movimentos acontecem em nosso país por meio dos profissionais das instituições arquivísticas públicas.

Essa “entrada” tardia do Brasil no campo científico da Arquivologia acontece, como vimos, principalmente através do movimento associativo, configurando-se numa perspectiva muito mais institucionalizante do que produtora de conhecimento científico. Enquanto em outros países a preocupação com o *Fazer* nos arquivos já implicava em reflexões teóricas, aqui o discurso arquivístico adquire “ares” de ciência, de *Saber*, principalmente na confluência do estabelecimento dos espaços acadêmicos universitários e associativos, das experiências do Arquivo Nacional e das influências francesas e americanas para o campo teórico.

O que nos levou a considerar este período como Arquivologia Moderna está atrelado a uma nova organização de mundo pós Segunda Guerra e as condições que se apresentam no interior da área como consequência deste novo contexto, o que no caso americano foi a introdução de questões vinculadas aos “arquivos modernos” tanto no campo do *Fazer* quanto no do *Saber*, além da ampliação das reflexões teóricas para outras abordagens, como a australiana. Alinhado a isso, não há dúvidas do que a explosão documental desta época significou para o campo dos arquivos através das necessidades em tratar os problemas da acumulação de grandes massas documentais nas instituições públicas, da valorização dos “novos” documentos oficiais e da mudança de concepção dos arquivos apenas como espaço de custódia e acesso a fontes históricas.

Em relação a esta importância atribuída aos “novos” documentos e as “modernas” teorias que disso resultou, entendemos que, fora as questões já discutidas neste capítulo, aconteceram também em decorrência da própria condição histórica dos “novos” países em que se desenvolveu, como Canadá, Austrália e Estados Unidos. Isso nos leva a retomar a questão da “entrada” tardia do Brasil na perspectiva dos arquivos vistos como campo científico e não condicionar o “atraso” em que se encontrava com o fato de ser um país novo.

Uma observação é importante ser feita no que se refere aos principais idealizadores desta “moderna” abordagem dos arquivos, que obviamente não se deu de maneira homogênea e análoga nos “novos” países; o fato de a maioria deles ter concebido suas reflexões a partir de experiências vividas no interior dos arquivos enquanto instituição pública. Tratava-se de buscar alternativas para novas formas de lidar com os documentos de arquivo que

creciam a ritmo incessante. Eram mais do que “arquivistas de gabinete” e estavam ávidos por incorporar os registros recém-criados nas atividades administrativas governamentais às suas atividades, o que nos leva a compreender as teorias “modernas” como resultado de demandas reais e inseridas em contextos específicos.

Mesmo estes sendo elementos determinantes para a área, essa fase da Arquivologia não ficou limitada a isso. Em seu decorrer, outros fatores vão se delineando e demandando novas reflexões. Uma delas é pertinente ao desenvolvimento tecnológico e seu reflexo nos suportes nos quais as informações estão sendo registradas e nas maneiras em que os documentos estão sendo elaborados, o que Favier define como “tecnologia documental”.

Outro fator que transforma os dados da arquivística é, naturalmente, o progresso da tecnologia documental. Em um século, evoluiu-se da pena à esferográfica, do copista à máquina de escrever elétrica e daí às máquinas multicopiadoras, à fotocópia e à xerografia. O documento único, antes regra, tornou-se exceção (FAVIER, 1979, p. 6).

Nesse sentido, o *progresso da tecnologia documental* durante a fase da Arquivologia Moderna acarreta em preocupações diretamente relacionadas à estabilidade de concepções até então atribuídas ao documento de arquivo e que vão além das preocupações com a conservação do seu suporte, como as relacionadas à sua Forma, por exemplo, já que cópias e duplicações de documentos não dão garantias de Autenticidade. Todavia, estas e outras instabilidades atribuídas ao documento de arquivo neste período não suscitam questionamentos mais aprofundados quanto a sua representatividade, visto que sua materialização ainda se dava através de suportes físicos, fosse o papel, o microfilme, o CD, dentre outros.

Durante a Arquivologia Moderna percebemos o alargamento de questões teóricas e a ampliação da área para outros documentos que não apenas os permanentes. Delineiam-se disputas no interior de um campo científico cada vez mais consolidado, emergem diferenças terminológicas, Princípios são difundidos e adaptados para novas ou diferentes realidades e teorias novas são elaboradas, como a do Ciclo Vital e a das Três Idades. Essas

foram as maneiras encontradas pelos “Modernos” para enfrentar a realidade com as ferramentas que tinham.

Contudo, à semelhança da época da Arquivologia Clássica, todo o desenvolvimento vivido pela área em sua fase “Moderna” está concentrado no mesmo elemento, no objeto de trabalho dos arquivistas, no documento de arquivo, ainda que materializado em suportes anteriormente inexistentes. Outra questão se faz semelhante; mesmo com todas as ampliações que vão sendo estabelecidas neste período, não encontramos referências ou diferentes posições sobre o que pode ser considerado o Objeto científico da disciplina.

Mais uma vez retomando as propostas de Fourez (1995), a esse período da Arquivologia Moderna consideramos como sua fase paradigmática, pois além de conviver com os Princípios e teorias preconizados pela Arquivologia Clássica, alarga seu campo de atuação com a introdução dos documentos administrativos no *Fazer* e no *Saber*. Ampliam-se as reflexões teóricas, os serviços e caráter das instituições arquivísticas, além da atuação dos arquivistas. Trata-se de ampliações e não rupturas, sendo o documento de arquivo o que confere identidade para área, agora ampliado para além do valor histórico.

Porém, a partir do final da década de 1980, o *progresso da tecnologia documental* acarreta na desmaterialização entre a informação e o suporte, definindo assim o que se convencionou como “mudança de paradigmas” para a Arquivologia.

A seguir, com vistas a facilitar a compreensão do que discutimos até aqui, optamos por apresentar, de maneira sinótica, as referidas abordagens teóricas da Arquivologia Moderna, bem como a história dos arquivos e da Arquivologia até o final da década de 1980.

QUADRO 4 - ABORDAGENS TEÓRICAS – ARQUIVOLOGIA MODERNA

CLASSIFICAÇÃO	ABORDAGEM	PAÍS/LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	OBJETO CIENTÍFICO	NATUREZA CIENTÍFICA	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTANTES
Arquivologia Moderna	<i>Records e Archives; Records Management</i>	Estados Unidos	A partir de meados da década de 1940	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Foco na Avaliação, <i>record group</i> , teoria Ciclo Vital, Gestão de Documentos, <i>archives e records, records manager e archivists</i> , documentos “modernos” – administrativos, valor primário e secundário	Schellenberg, Ernst Posner, Philip C Brooks
Arquivologia Moderna	Sistema de Séries	Austrália	A partir década de 1960	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Sistema de Séries, crítica ao <i>archive group</i> e ao <i>record group</i>	Peter Scott, Ian Maclean

QUADRO 5 - CRONOLOGIA - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA (ATÉ O FINAL DA DÉCADA DE 1980)

<p>Arquivologia Clássica - Arquivos como fontes para a História e Arquivologia como campo científico.</p>	<p>Brasil (de 1940 até final década de 1980) contexto histórico e campos dos arquivos – Fim do estado Novo, regime democrático, Constituição de 1946, Golpe Militar de 1964, criação SBPC, CNPq e CAPES, dependência dos EUA, modernização estruturas governamentais, Ditadura Militar, visita de Schellenberg e Boullier de Branche, criação AAB, I Congresso Brasileiro de Arquivologia, regulamentação da profissão, criação primeiros cursos de graduação em Arquivologia, projeto de modernização do Arquivo Nacional, tradução e publicação de obras importantes, institucionalização de campo e comunidade científica, reforma universitária, normatização quanto a microfilmagem.</p> <p>Arquivologia Moderna e contexto histórico– II Guerra Mundial, regimes totalitários, Revolução Cubana, Guerra Fria, corrida armamentista, ampliação das teorias da Arquivologia devido importância dos documentos administrativos, Estudos RAMP, Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvimento científico, Ciência da Informação, documentos “modernos” – administrativos, ampliação teórica e metodológica da área, ressignificação de princípios, foco na Avaliação, consolidação função pública dos arquivos, explosão documental, desenvolvimento tecnológico, valor cultural dos arquivos; máquina de datilografar, máquina fotocopadora.</p>
<p>Arquivologia Clássica Princípio do século XIX até meados do século XX; Idade Contemporânea; arquivos como laboratórios da História, da investigação histórica.</p>	
<p>Arquivologia Clássica - Final do século XIX até maior parte do século XX – Dupla concepção de arquivos como lugar de guarda, instituição - convivência dos dois conceitos anteriores -, valor administrativo e histórico do documento, Princípio da Proveniência, acesso, reflexo e influência de grandes mudanças nas estruturas administrativas do Estado. Aumento do volume documental decorrente das atividades administrativas e burocráticas e a integração das funções e uso dos documentos nas perspectivas administrativas e históricas.</p>	

<p>Arquivologia Clássica - Valorizava a custódia, a guarda dos documentos e tinha como modelo para análises os trabalhos com documentos dos arquivos públicos. O acesso ao acervo era permitido somente àqueles pesquisadores considerados eruditos frente à consulta “popular”. Havia uma forte componente tecnicista nas teorias e nas práticas da área, a que os autores atribuem como sendo a etapa descritiva da Arquivologia.</p>	
<p>Brasil (até década de 1940) contexto histórico e campos dos arquivos - Primeira República, DASP, Estado Novo, Revista do Serviço Público, cursos de instrução e qualificação para formar profissionais de arquivos; foco no documento considerado histórico; Constituições de 1934 e 1937, criação do IPHAN.</p> <p>Arquivologia Clássica e contexto histórico— Congresso de Bruxelas, Manual dos Holandeses, Manual de Jenkinson, Manual de Casanova, Manual de Brenneke, Primeira Guerra Mundial, Crise de 1929, foco nos documentos considerados históricos, ampliação Princípios.</p>	

5 ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA: CUSTODIAL X PÓS-CUSTODIAL?

Em recentes debates sobre o papel do arquivista na era da informação, a ideia de que os arquivistas precisam se preparar para 'a era pós-custodial dos arquivos' foi repetidamente expressa. O pressuposto que está por trás dessa afirmação é que os arquivistas devem transcender seu papel de custodiadores se desejam sobreviver como profissão no próximo século. (...) As novas tecnologias da informação e as condições específicas que elas produzem não alteram a substância da responsabilidade custodial dos arquivistas: eles poderiam apenas mudar um dos meios pelos quais a exercem. (...) Os arquivistas não precisam ter a custódia física dos registros eletrônicos para exercer o controle sobre eles e proteger sua integridade: eles podem fazer isso à distância, contanto que detenham autoridade legal para essa função (DURANTI, 1994, p. 62).

No final dos anos de 1980, a Associação dos Arquivistas do Quebec/Canadá encontrava-se em uma crise sem precedentes. Sofriam consequências por não conseguirem lidar com as novas regras para o gerenciamento de documentos de órgãos públicos e as políticas para suas fases de vida, estabelecidas através da Lei de Acesso aos Documentos Públicos e Proteção de Informações Pessoais em 1982 e da Lei dos Arquivos em 1983. Somavam-se também os problemas enfrentados após a inserção do computador nas rotinas administrativas e as preocupações com a organização do XII Congresso Internacional de Arquivos, que aconteceria na cidade de Montreal em 1992. (GARON, 2007). Na verdade, o que essa associação estava vivenciando era reflexo de novas demandas apresentadas à profissão com a introdução da informática, *do progresso da tecnologia documental* e de outros elementos sociais e tecnológicos no cotidiano da sociedade, além da valorização da informação como produto. A crise configurava-se justamente por não considerarem ter, os profissionais de arquivo, ferramentas teóricas e práticas para lidar com novas formas de *Fazer* que se anunciavam.

Nesse sentido, mesmo o século XX representando para a Arquivologia a fase de afirmação e consolidação em termos de *Saber*, seus últimos anos foram marcados pelo desenvolvimento tecnológico a ponto de os arquivistas repensarem o *Fazer* e o *Saber* para a área, seu papel social e a própria profissão. Os questionamentos não estavam mais polarizados entre os “novos”

x “velhos” documentos e os paradigmas que os estabeleciam. Era necessário lidar com novos suportes documentais e perfis de usuários, além das mudanças que se apresentavam junto à introdução do computador na produção documental.

O conceito tradicional de arquivo, sendo o da informação registrada em um suporte físico, de modo a fornecer uma “prova de primeira mão” ou uma prova contemporânea a um fato (JENKINSON apud DOLLAR, 1992, p. 45) tornou-se estreito demais diante das novas tecnologias. Surgiram os imperativos das mudanças na forma dos documentos, nos métodos de trabalho e as adaptações das transformações rápidas na própria tecnologia (BELLOTTO, 2010, p. 167).

As mudanças indicadas por Bellotto estão necessariamente relacionadas às novas tecnologias, mas também devem ser entendidas pelas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais das sociedades. Mas o que realmente significam para a Arquivologia essas mudanças e as novas tecnologias? Como elas interferem na área a ponto de muitos proclamarem uma “nova era”, “Pós-moderna”, “Pós-custodial”, capaz de anunciar “mudanças de paradigmas”? A existência de inovadores programas e *softwares* capazes de facilitar a recuperação dos documentos? As modernas máquinas de digitalização? O documento eletrônico? Os novos suportes documentais e consequentemente as novas maneiras de tratá-los e preservá-los? Os bancos de dados e sistemas informatizados? A importância e o valor da informação e suas diversas maneiras de transmissão e comunicação já que vivemos na “Era da Informação”? E com isso a “mudança ou o alargamento de seu objeto científico”, de documento de arquivo para a informação – orgânica – arquivística?

É nesse cenário de incertezas que se desenvolve o que delimitamos como a fase da **Arquivologia Contemporânea**. Um tempo sujeito às mudanças sociais e tecnológicas que fazem a área revisitar sobremaneira seu estatuto científico, da mesma forma que os avanços da ciência, da tecnologia e a Segunda Guerra Mundial geraram tamanha produção documental a ponto de direcionar a comunidade arquivística da época a repensar o que havia sido construído até então. Mas diferente de sua fase Moderna, o que se apresenta

atualmente em termos de produção documental, usos, valores e funções de documentos, é uma realidade cada vez com menos fronteiras, muros e papel. Sem fronteiras por estar sua natureza científica inserida nos projetos de interdisciplinaridade substanciados pelos pensamentos “informacional” e “pós-moderno”. Sem muros porque os arquivos, aqui entendidos como instituição e/ou serviço, cada vez menos guardam documentos em suporte físico ou atendem usuários *in loco*, valendo-se da internet, dos bancos de dados e das redes para cumprir suas atribuições. E sem papel como consequência da produção documental ter sido significativamente alterada pela informática.

Todos estes questionamentos são, sem sombra de dúvida, fundamentais para a reflexão da área, porém, o mais importante e que não pode ficar à margem destes enunciados é como seus Princípios, teorias e Funções estão inseridos nesta discussão, como estão sendo pensados, redescobertos, revisitados, ampliados, adaptados, negados, rejeitados ou até mesmo modificados. Muitos dos movimentos que emergem atualmente no interior do campo científico da Arquivologia nesse sentido, militam para que o paradigma da área se desloque do que consideram como abordagens “Tradicionais” e “Custodiais” - focadas nos documentos considerados históricos e em suporte físico, fundamentalmente produzidos no âmbito público e cujo papel dos arquivistas se restringe a tratar destes documentos somente quando da chegada ao arquivo, para perspectivas que se autodenominam “Pós-modernas” e “Pós- custodiais” – ênfase na informação e no processo de produção documental, arquivista atuando antes de o documento chegar ao arquivo, “Macroavaliação”, documento de arquivo “imaterializado”, dentre outras perspectivas. Vale ressaltar que não estamos considerando a permanência de dois paradigmas que se excluem, mas sim demonstrando, ainda que de forma breve, a existência e disputa de diferentes abordagens no interior do campo científico da Arquivologia, banalizadas na oposição “Custodial” x “Pós-custodial”.

Assim, neste capítulo buscamos identificar a Arquivologia Contemporânea a partir de diferentes contextos e abordagens que a caracterizam e como estas constroem seus paradigmas revisitando, rejeitando, reafirmando ou ampliando teorias, Funções, métodos e Princípios estabelecidos no processo histórico-epistemológico de seu desenvolvimento.

Espera-se, dessa forma, apresentar as discussões atuais que circundam a área para então, no capítulo seguinte, inseri-las nas reflexões sobre as diferentes concepções acerca de seu Objeto científico.

De acordo com Ridener (2009, p. 9), para quem a década de 1980 representa o início de uma fase de colapso para a Arquivologia devido ao novo mundo digital, as mudanças de paradigmas vivenciadas pela área nesse período acontecem a partir da “crise na profissão”, ou seja, crises que exigem tentativas, por parte dos profissionais que a exercem, em alterar os paradigmas dominantes para responder às perguntas concebidas frente à realidade que se apresenta. As dificuldades em se trabalhar com situações novas usando “velhas” teorias promovem concepções diferentes de um problema e suas possíveis soluções.

Nesse sentido e considerando o pensamento de Ridener sobre os paradigmas até então existentes serem postos em reexame após mudanças relacionadas ao *Fazer* com os arquivos, remetemo-nos à situação enfrentada pelos arquivistas da Associação do Quebec no final da década de 1980 e tantos outros, nos mais diversos lugares, que constantemente refletem sobre o campo dos arquivos na dita Sociedade da Informação. Para nós, esses reexames e reflexões se tornam possíveis pela existência de comunidade científica na área que propõe alterações e acertos teóricos a partir de experiências empíricas, o que neste momento é representado principalmente pelas mudanças ocorridas com o objeto de trabalho destes profissionais, ou seja, o documento de arquivo.

Ademais, outras mudanças também se apresentam, pois diferente do que ocorreu nos períodos anteriores, a Arquivologia na fase Contemporânea não tem seus pressupostos necessariamente sistematizados, consolidados e difundidos através de manuais impressos. Inclusive porque no atual contexto em que estamos inseridos, o registro em obra impressa sobre questões tão caras a uma área que sofre constantemente influências contextuais e tecnológicas, rapidamente se tornaria obsoleto, além de não facilmente acessado. Vivemos numa época em que a comunidade científica da Arquivologia está presente nos mais diversos espaços do *Fazer* e do *Saber* e espalhada por todo o mundo. Fenômenos como a globalização e a internet propiciam a troca de conhecimento entre seus membros. Afora isso, não que

estivesse ausente dos discursos da Arquivologia Moderna, mas é em sua fase Contemporânea que os arquivos pessoais começam a ser considerados no jogo de *Saber* da Arquivologia.

Entretanto, o cerne da “crise” vivenciada pela profissão se dá através das inovações tecnológicas que transformam as formas e as maneiras pelas quais e sobre as quais os documentos de arquivo – objeto de trabalho dos arquivistas - são produzidos. Além de isso influenciar diretamente o trabalho destes profissionais tanto em relação ao *Saber* quanto ao *Fazer*, as novas formas de produção documental afetam diretamente aquilo que fundamenta a ciência dos arquivos, ou seja, as garantias quanto à representação fiável do material de arquivo, a verdade arquivística.

Diferente da sua fase Moderna, onde as preocupações direcionavam-se principalmente a questões concernentes aos documentos de arquivo em suas fases correntes e permanentes, em papel ou outros suportes no qual a informação se materializava, durante os primeiros anos da atual fase pela qual passa a Arquivologia as angústias dirigiram-se para a produção e materialização desse documento em suporte eletrônico. As dificuldades em apreender seu contexto de produção, os problemas em garantir a Autenticidade e a Preservação em meio à possibilidade de alterações e obsolescência do suporte eram e continuam sendo algumas das problemáticas que se apresentam à área. O fato é que agora, mesmo não resolvidos os anseios advindos da “materialização eletrônica”, muitas vezes os resultados das ações realizadas por uma instituição ou pessoa, no exercício de suas atividades, e que devem ser mantidos por seu valor probatório e/ou informativo, são “desprovidos de materialidade” ao serem produzidos e registrados em sistemas informativos ou banco de dados.

Em ambas estas situações vivenciadas pela Arquivologia Contemporânea (suporte eletrônico e “desmaterialização” de suporte) existem dúvidas em se estabelecer as estruturas e funções do documento bem como seu contexto de produção. Isso afeta muitas das premissas das quais estávamos acostumados, dificultando a identificação da Proveniência e do interrelacionamento dos documentos, por exemplo. Nesta linha de pensamento, entendemos que não apenas as diferentes teorias e metodologias das Funções arquivísticas, as teorias e Princípios da área estão sendo

revisitados, como também o papel e atuação dos arquivistas, sendo certamente o seu Objeto científico afetado por essas questões, pois é impossível dissociá-lo ou deixá-lo ausente de um debate que acontece por um viés epistemológico e no interior do campo científico ao qual está inserido.

Diretamente relacionado a isso, nos primeiros anos da década de 1990, ao se questionar como a Arquivologia estava se comportando frente às novas realidades que se apresentavam, Luciana Duranti anuncia a necessidade de um “reexame” para a área, afirmando que

a questão passa a ser se ele deve ser feito dentro do antigo esquema explicativo ou dentro de um esquema novo. Certamente, algumas observações feitas a partir da nova realidade colocaram em crise alguns dos pressupostos básicos concernentes aos arquivos e arquivistas. Entretanto, rejeitar todos esses pressupostos nos levaria ao vazio. (...) o conhecimento tradicional pode ser transformado pela interação com as novas observações, e suas aparentes contradições podem ser reconciliadas (DURANTI 1994, p. 50).

A procura das respostas para as perguntas originadas no campo da Arquivologia no presente agitam sobremaneira a sua comunidade científica. Nunca tantas reflexões foram elaboradas no âmbito teórico como agora, tampouco divulgadas, discutidas e postas à prova. E como veremos no desenvolvimento deste trabalho, elas acontecem de várias formas, seja negando, rejeitando, ampliando ou reafirmando Funções e Princípios ou construindo novas abordagens, algumas vezes consideradas “Tradicionais”, “Custodiais”, “Pós-modernas” ou “Pós-custodiais”.

5.1 EM BUSCA DE RESPOSTAS

5.1.1 *Continuum*: o modelo australiano

No *Continuum* do pensamento australiano, os documentos não são vistos como “objetos passivos a serem descritos retrospectivamente”, mas como agentes da ação, “participantes ativos nos processos de negociação” (CUNNINGHAM 2007, p. 81).

Entre os dias 20 e 24 de agosto de 2012, aconteceu na cidade de Brisbane, Austrália, o XVII Congresso Internacional de Arquivologia organizado pelo CIA. O assunto escolhido para debate foi “o clima de mudanças” vivenciado pela área, que deveria ser discutido a partir de três temas⁴⁸ em torno dos arquivos;

- Sustentabilidade: reconhecer os desafios das mudanças na gestão de documentos e informações e trabalhar em conjunto para definir estratégias para garantia de acesso, preservação, segurança e manutenção da prova e da informação;
- Confiança: apoiar a boa governança e responsabilidade, defender processos éticos e profissionais, desenvolver normas e ganhar aceitação internacional;
- Identidade: ajudar a comunidade a se conectar com sua herança, descobrir suas histórias individuais e proteger seus direitos, fortalecendo o valor, o impacto e a influência dos arquivistas e gestores de informação.

⁴⁸ Fonte: <http://www.ica2012.com/program/>. Acesso em out. 2012.

Na tarde da terça feira, dia 21/08, uma sessão do Congresso formada pelo diretor do programa de arquivos digitais do Arquivo do Estado de Queensland/Austrália, Adrian Cunningham, pela arquivista canadense Laura Millar e pela arquivista australiana Barbara Reed, se dedicou a discutir as influências e permanências da obra de Peter Scott no campo dos arquivos. O título da sessão foi **Peter Scott e o Sistema de Séries Australiano; suas origens, impacto e continuidade relevante**⁴⁹. O objetivo estava em demonstrar como havia se formado o “Sistema de Séries” proposto por Scott e aceito como modelo nas instituições de arquivos públicos na Austrália e na Nova Zelândia, bem como suas influências no desenvolvimento de padrões para Descrição arquivística ao redor do mundo. Coube a Cunningham relatar as principais características do sistema de Scott, o contexto histórico em que se desenvolveu, além de analisar seu impacto sobre o estabelecimento de padrões internacionais para Descrição arquivística. Laura Millar discorreu sobre as reações internacionais ao “Sistema de Séries” e Barbara Reed explorou esta influência na construção da teoria australiana do *Continuum*.

Cunningham (2012) inicia sua fala dizendo que a sessão nada mais é do que um tributo a Peter Scott, a quem definiu como o arquivista australiano mais importante, porém não suficientemente compreendido no âmbito internacional, e que seria uma desfeita a Austrália abrigar pela primeira vez um congresso internacional de arquivos e não homenagear o fundador da teoria do “Sistema de Séries”. Continua seu discurso colocando que ele e suas colegas que presidem a sessão haviam tido a honra de trabalhar com Scott entre os anos de 2005 até 2010 para a elaboração do livro “Arranjo e Descrição de Arquivos em meio à mudança administrativa e tecnológica: Ensaio e Reflexões por e sobre Peter J. Scott”, que reunia, pela primeira vez e em único volume, todos os escritos publicados por Scott, além de contemplar textos inéditos.

Em seguida aconteceu o discurso de Millar (2012) que focou na recepção (negativa) das propostas de Scott pela comunidade arquivística internacional, o que já abordamos no quarto capítulo deste trabalho. Por sua

⁴⁹ Fonte: <http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>
Acesso em out. 2012.

vez, Reed (2012) comentou sobre a recepção dos próprios australianos quanto às ideias do “Sistema de Séries” e seu significado na concepção do modelo, atualmente preponderante na Austrália, para a nova realidade dos documentos eletrônicos, a teoria do *Records Continuum*.

Essa teoria foi concebida na Austrália em 1996 por Frank Upward, e segundo ele trata-se de modelo inicialmente desenvolvido como ferramenta para ensinar sobre problemáticas relacionadas ao valor de prova para os documentos de ambiente eletrônico que, conforme foi sendo ampliado, possibilitou mudanças de paradigmas na gestão de documentos. Ainda segundo Upward (2001), o *Continuum* baseia-se sobre quatro eixos em permanente interação; a produção, reunião, organização e acesso dos documentos de arquivo, configurando assim uma gestão contínua desde a criação do documento. Contrapondo o modelo americano, que compreende fases separadas por idades dos documentos e profissionais específicos para cada uma delas - a ideia de *records* e *archives*, essa proposta australiana não estabelece diferenças entre *records managers* e *archivists*, pois entende que a gestão de documentos é um todo e o arquivista deve atuar não só com os documentos quando chegam aos arquivos como também durante os processos de criação. Desta maneira, desarticula a diferença estabelecida pelos americanos “Modernos” de separar os profissionais que trabalham com os *records* dos que trabalham com os *archives* ao justificar que como os *records* acabam em *archives*, ambos os profissionais devem ter a mesma responsabilidade sobre o documento.

Esse modelo teórico também desconstrói a ideia de custódia – o que concebem como sendo a obrigatoriedade pela manutenção e preservação dos documentos em lugar físico e específico pelo arquivista – pois entende como fundamental a participação deste profissional na formação do processo que originará o documento, contribuindo para que sua criação seja baseada em critérios preestabelecidos. Preocupa-se ainda com os “fins múltiplos” que um documento ou informações podem ter em relação à manutenção do valor de prova, de registro de transações e suas integrações, ampliando assim a definição de arquivo para uma entidade lógica, sendo mais uma representação intelectual do que necessariamente uma materialização.

Afora a questão da custódia, em relação às “velhas teorias” – que definem como “Tradicionais” -, a principal crítica que estes australianos constroem se refere à teoria do Ciclo Vital, pois a consideram fragmentada por utilizar a data de “nascimento” e a de “morte” do documento para descrevê-lo e inseri-lo em etapas, traduzindo numa divisão entre a gestão de documentos correntes e intermediários e a preservação dos documentos permanentes. A perspectiva que estabelecem, de unificar a gestão documental, é bastante próxima da pensada pela Arquivística Integrada canadense, porém o *Continuum*, ainda que este nome sugira uma continuidade, não se propõe a ser a sequência entre o documento corrente e o permanente, mas sim uma série de fases ao invés de fases diferentes. Segundo Brothman (2001), a metáfora do *Continuum* é para substituir a ideia linear do “ciclo de vida dos documentos” e para que não haja mais a separação entre *records* e *archives*, pois os documentos circulam sem fim, devendo sempre existir uma relação contínua entre passado, presente e futuro.

5.1.2 Arquivística Integrada canadense

Diferente da australiana, esta abordagem canadense pretende ser mais do que um modelo ou teoria para resolver problemas do *Fazer*, e ainda que ambas tenham algumas semelhanças no que tange à gestão de documentos e à negação quanto à divisão americana “Moderna” entre *records* e *archives*, a Arquivística Integrada se propõe a (re) construção da área e sua (re) condução ao nível de disciplina científica (LOPES, 1996).

Fundamentalmente representada por Carol Couture, Jean Yves Rousseau e Jacques Ducharme, suas reflexões remetem-se à década de 1980 e pretendem ampliar as discussões teóricas e práticas da área, pois segundo estes canadenses, estas foram criadas tendo os arquivos considerados históricos como objeto⁵⁰. Podemos afirmar que no Brasil, um dos principais

⁵⁰ Para um maior aprofundamento das teorias propostas pela Arquivística Integrada, pesquisar os trabalhos de TOGNOLI, N. (2010; 2011; 2012).

militantes desta perspectiva Integrada foi Luís Carlos Lopes, durante os primeiros anos da década de 1990.

O que a Arquivística Integrada almeja é uma abordagem onde a gestão da informação deve subsidiar a gestão de documentos, sendo que para isso revisitam conceitos, Princípios e teorias arquivísticas, considerando que a Classificação pode ocorrer em qualquer etapa das Três Idades e não apenas quando da chegada do documento ao arquivo. Valorizam a concepção de Fundo e a ela relacionam a garantia da integridade do documento. Reforçam como fundamental para a área a atribuição e integração dos valores primários e secundários aos documentos, e que o tratamento arquivístico deve ser iniciado no momento de produção do documento, pois se essa ação não for assim tomada, frente à grande produção documental em curso, principalmente em ambientes eletrônicos, se tornará inviável a aplicação dos Princípios como da Proveniência e a aplicação da teoria das Três Idades, sobre a qual adotam os conceitos de arquivos ativos, semiativos e inativos, já que

discutiram o período de atividade sem definir prazos, e sim funções que as informações e os documentos podem ter no processo global de gestão da organização. Referiram-se aos documentos em qualquer suporte, inclusive aos arquivos eletrônicos, guardados ou não na memória de massa dos computadores (LOPES, 1996, p. 78).

Ao entenderem que é na participação da resolução dos problemas ligados à gestão da informação nas instituições que o campo dos arquivos deve se posicionar, justificam tal afirmação não sem antes considerar que a Arquivologia pode ser abordada de três maneiras diferentes, sendo uma dedicada às necessidades administrativas (*records management*), cuja principal preocupação é com o valor primário dos documentos; outra relacionada à maneira “tradicional”, que valoriza apenas o valor secundário do documento (valor histórico), e a que defendem, definindo-a como *nova, integradora e englobante, que tem como objectivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento* (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

A “novidade integradora” que concebem tem como foco o tratamento, a recuperação e o acesso da informação orgânica registrada - entendida como *elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão [organismo] (...) que dá origem aos arquivos do organismo* (ROUSSEAU; COUTURE, 1988, p. 64) -, desde seu nascimento até seu destino final, não considerando, portanto, a separação entre *records* e *archives*, mas, contudo não desmerecendo a teoria das Três Idades. O que passa a ser mais importante é a gestão da informação em relação à gestão do documento, e por isso a Arquivologia deve ser uma disciplina autônoma inserida na(s) Ciência(s) da Informação, seu “novo” lugar epistemológico.

Assim, entendemos que para além da relação com a(s) Ciência(s) da Informação, pensa-se, a partir da perspectiva destes canadenses, informação orgânica como aquelas intrínsecas ao campo de atuação de um organismo e que fazem parte do negócio. Segundo um dos precursores da abordagem Integrada no Brasil, essa é

a única corrente do pensamento arquivístico que valoriza a pesquisa enquanto método e está aberta para as soluções dos problemas do século XXI. Por isso, a partir dela, possa-se, talvez, chegar-se às soluções teóricas e práticas que estejam de acordo com a situação específica de cada país e a métodos de trabalho adaptáveis às realidades diferentes (LOPES, 1998).

5.1.3 Pós-custodial: a “viragem de paradigma” portuguesa

A publicação do livro “Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação”, de autoria dos portugueses Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Julio Ramos e Manuel Luis Real, em 1999, inaugura, ao menos no Brasil, novos discursos para a Arquivologia.

Logo no ano seguinte, em abril de 2000, Armando Malheiro da Silva é convidado pelo Arquivo Nacional a vir ao Brasil participar como conferencista do Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, cujo tema foi dedicado ao *Uso e Usuários de Arquivos*. O título de sua conferência, “A

Gestão da Informação Arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico”, foi proposto pela Comissão organizadora do evento, e nela, o arquivista português apresenta o que defende como “viragem de paradigma”, considerando fundamental a inserção da Arquivologia na Ciência da Documentação e da Informação por estarmos vivenciando a “Sociedade da Informação”, sendo que para isso é necessário mudar a perspectiva sobre a qual

permanece o primado do documento, da técnica (do saber fazer) e da "lógica" custodial (conservar/guardar em serviços próprios manuscritos, impressos, periódicos, gravuras, etc.) para a que emerge o primado da informação, da abordagem científica e da atitude pós-custodial (armazenamento virtual, difusão multinível e multimédia etc.) (SILVA, A.M.B. da, 2000, p. 1).

Não temos como inferir quanto à recepção da Arquivística Integrada pela comunidade arquivística da época tampouco sua repercussão em solo brasileiro, mas durante essa mesma conferência e ainda valendo-se da defesa pela “viragem de paradigma”, Armando Malheiro da Silva aponta

o tempo urge e o alerta lançado pelos colegas canadianos na década de oitenta para a necessidade de uma Arquivística integral, a nosso ver mesmo assim insuficiente, significou que não é mais possível enfrentar os desafios da Sociedade da Informação com a mente fechada no paradigma historicista, tecnicista e custodial herdado da Era das Luzes. A viragem de paradigma está aí. Já nos "entrou em casa" e temos de estar lúcidos e atentos para que não nos leve de arrasto, precipitando-nos no abismo da mais espessa e ignara incerteza (SILVA, A.M.B. da, 2000, p. 31).

A partir de então, esse discurso polarizado entre a “lógica custodial” e a “atitude pós-custodial” é absorvido por membros do campo dos arquivos no Brasil, que passam a utilizar a literatura portuguesa de aqueles autores, principalmente de Armando Malheiro da Silva, como referência para cunho didático e teórico, já que

a chegada de suas obras (Arquivística – teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 1999; e Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 2002) às nossas Mãos (...) foi entendida como um alento para a área. (...) começamos a levar para sala de aula o que você estava pensando e produzindo, nós sentimos necessidade de nos aprofundarmos mais naquilo que está posto, escrito, registrado nesses seus dois livros. Percebemos a profundidade do conteúdo, a ponto de algumas vezes nós termos ficado quatro ou cinco dias discutindo dois ou três parágrafos! Além disso, as palavras são muito precisas e bem escolhidas (SILVA; CARDOSO; BRITO, 2005).

Conforme apresentado no terceiro capítulo desta pesquisa, os mais conhecidos representantes do pensamento português para o campo dos arquivos no Brasil, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, pensam a Arquivologia como uma disciplina inserida em uma ciência maior, a Ciência da Informação, que também abarca, dentre outras disciplinas, a Biblioteconomia. Esses autores, que continuam com bastante trânsito na comunidade arquivística brasileira e cujas reflexões interferem muito na produção literária de nosso país, consideram ser possível estabelecer um paradigma científico para o campo dos arquivos somente quando inserido na perspectiva informacional – “Pós-custodial”, a partir da década de 1980, em detrimento de seus “antigos” atributos tecnicistas, patrimonialistas e custodiais.

Como “antigos” atributos, caracterizam a preocupação com os arquivos direcionada apenas à guarda/custódia dos documentos, onde seu *Fazer* era baseado em técnicas que tornaram a área por demais “descritiva”. Já inserida na CI, a Arquivologia torna-se “Pós-custodial”, preocupando-se mais com as questões científicas e com o acesso à informação, do que com a guarda/custódia dos documentos, desmistificando a ideia de documento físico perante a desvinculação entre a informação e o suporte, onde o arquivista deve atuar como um agente ativo, próximo do gestor/produtor da informação e não somente no fim da cadeia. Estas questões apresentadas nos permitem considerar que, para estes autores, sempre foram insuficientes as “tentativas” da Arquivologia em estabelecer seu estatuto científico, mas que atualmente isso caminha para uma resolução dada sua relação epistemológica com a Ciência da Informação, ainda que para Armando Malheiro da Silva a

Arquivologia tenha se constituído enquanto ciência após a publicação do Manual dos Holandeses, como vimos na introdução deste trabalho.

Ao compararmos o modelo teórico australiano, a abordagem canadense e a proposta portuguesa, percebemos que as três almejam mudanças para a Arquivologia, cada qual à sua maneira e a partir das realidades em que estão inseridas. Os australianos negam a dualidade *records* x *archives* estabelecida pelos americanos “Modernos” e revisitam a teoria do Ciclo Vital a ponto de rejeitá-la pela “linearidade” que esta configura. Assim como a maioria das abordagens contemporâneas, renega a função custodial dos arquivos sob o prisma de que hoje se trata mais de uma entidade lógica, uma representação intelectual, do que necessariamente uma ordem física, o que nos leva a considerar a teoria australiana inserida nas discussões que privilegiam a informação frente ao documento de arquivo. Ademais, trata-se antes de uma teoria do que propriamente um “novo paradigma”, originada no final da década de 1990 como metodologia para solucionar problemáticas advindas com o trabalho empírico junto a ambientes eletrônicos. Sendo assim, consideramos o *Continuum* como resposta de âmbito do *Fazer* ao compreendermos que revisita Funções e teorias da área.

Já a proposta portuguesa origina-se sob outro viés. Foi concebida no bojo acadêmico e busca soluções disciplinares para a Arquivologia, estando mais preocupada com a sua inclusão nos “paradigmas científicos” do que propriamente reexaminado as maneiras que possui para dar respostas ao imperativo do *Fazer*. Justifica essa perspectiva científica, mais propriamente inserida na Ciência da Informação, por vivermos numa sociedade que ao privilegiar a informação demanda dos arquivos a mesma atenção. Fora isso, suas ideias influenciaram significativamente o campo dos arquivos no Brasil ao adentrar do século XXI, principalmente no âmbito do *Saber*, pois além de suas obras serem escritas em português, o que facilita a compreensão e a interpretação, apontou perspectivas diferentes das até então aqui existentes, que eram baseadas nas ideias francesas, americanas e espanholas.

Por fim, a Arquivística Integrada, que também influenciou o pensamento teórico brasileiro no início dos anos 2000, igualmente por ter obra traduzida para o português e se apresentar como uma abordagem inovadora, revisitou muitos aspectos da área passando a valorizar a gestão da informação para

além da gestão documental, rejeitar a separação entre *records* e *archives* e adaptar a teoria das Três Idades para uma perspectiva integradora e informacional. Trata-se do resultado de experiências do *Fazer* e do *Saber*, inserindo a discussão nos fundamentos da disciplina de modo a torná-la única frente à divisão estabelecida pelos americanos, perpassando pelas Funções arquivísticas e pela atuação profissional. Claramente coloca a Arquivologia sob a perspectiva da gestão da informação no que cabe ao *Fazer* e, conseqüentemente, nas Ciências da Informação no que cabe ao *Saber*, o que reafirmamos como elemento de influência teórica em nosso país.

Pontuadas brevemente suas diferenças, origens e escolhas, concebidas em países distantes uns dos outros, ressaltamos que as três compartilham da Arquivologia como inserida na “conjuntura informacional”, seja pelo viés do *Saber* seja pelo do *Fazer*. Indícios que nos direcionam para a compreensão da existência das diferenças acerca do seu Objeto científico.

5.2 CRÍTICAS AO CUSTODIAL: TERRY COOK E A ARQUIVÍSTICA FUNCIONAL/PÓS-MODERNA

A Arquivística Funcional é uma abordagem canadense que emerge no final da década de 1980, inicialmente pelas ideias do inglês Hugh Taylor, sendo aprofundadas por Terry Cook, atualmente um de seus principais representantes. Sua procedência reivindica um novo paradigma para a área, derivado da

obsolescência dos princípios e métodos arquivísticos gerados no século XIX, defendendo seu repensar para a sobrevivência e adaptação da disciplina nos dias atuais. (...) uma mudança que englobe agora o contexto sócio-cultural e ideológico de criação dos documentos. Essa visão recai, também, sobre o papel desempenhado pelos registros nesse novo momento. (...) não deve mais ser visto com um objeto estático e sim como um agente ativo na formação da memória humana e organizacional. (...) trabalha no sentido de reconhecer as relações existentes entre os criadores de documentos, as funções desempenhadas por eles e refletidas nos registros, assim como as convenções narrativas empregadas nesse processo que, de algum modo, irão refletir na herança documental.

Nesse sentido, a abordagem pós-moderna, apoia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos – daí o nome Arquivística Funcional (...) (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 30).

Não desmerecendo a produção da comunidade que compartilha dessa abordagem funcional⁵¹, vamos nos deter aqui a analisar as ideias de Terry Cook por considerarmos que muitas das suas reflexões inauguram um novo espaço de diálogo principalmente teórico, e um tanto polêmico, para a Arquivologia.

Ao refletir sobre o papel da área nos tempos atuais, que denomina como “mundo pós-moderno”, Cook (2001) coloca como obrigatório o reexame do *Fazer* e do *Saber* pelos membros de sua comunidade científica. Justifica essa

⁵¹ Indicamos a pesquisa de TOGNOLI, N. (2010) para maior aprofundamento nas reflexões pertinentes à Arquivologia Funcional, assim como já sugerido em relação à Arquivística Integrada.

necessidade por acreditar que uma mudança de paradigmas está em curso e que não haverá recuo “no novo século”. O discurso desse canadense acontece em plena virada do século XX para o XXI, onde as influências da tecnologia no campo dos arquivos já são evidentes em seu país.

Quando se refere ao “novo século”, o “mundo pós-moderno”, o autor está claramente inserindo seu discurso no campo epistemológico, afirmando que querendo ou não temos que aceitar estarmos vivendo no tempo da ciência pós-moderna e que essas ideias já estão imbuídas em muitas áreas do conhecimento, como a História, Antropologia, dentre outras. Baseia-se nas palavras de Terry Eastwood para afirmar que “é preciso entender o ambiente político, econômico, social e cultural de uma dada sociedade para compreender os seus arquivos”, acrescentando que “as idéias realizadas a qualquer momento sobre os arquivos são certamente reflexo das correntes da história intelectual”. Não desconsiderando as interferências do contexto no campo dos arquivos, mas seguindo a lógica de Cook, se a tendência intelectual dominante em nosso tempo é o pós-modernismo, necessariamente os arquivos serão assim afetados e por isso os arquivistas devem se preocupar em reformular a Arquivologia para essa nova realidade.

Antes de mostrar suas ideias para a Arquivologia frente ao “novo mundo” que se apresenta, Cook (2001) põe-se a explicar sua concepção de ciência pós-moderna. Para ele, os Pós-modernos colocam suas reflexões em campos contrários dos Modernos, criticando o que julgam ser defendido por estes principalmente no que está relacionado à noção de verdade universal, de conhecimento objetivo com base nos princípios do racionalismo científico e de elevação do método científico como validador do conhecimento produzido. Para o canadense, essas noções dos Modernos devem ser dispensadas como quimeras (COOK, 2001). Avança em suas explicações de que o pós-moderno contesta a sabedoria convencional, tenta desnaturalizar o que a sociedade assume como natural, racional, e visando relacionar essa concepção ao campo dos arquivos, vale-se da abordagem de historiador de Jacques Le Goff para o qual *“o documento não é matéria-prima objetiva, inocente, mas expressa o poder da sociedade do passado (ou da atual) sobre a memória e o futuro: documento é o que fica”*. *O que vale para cada documento vale também, coletivamente, para os arquivos* (COOK, 1998, p. 140).

Em nossa concepção, Cook entende o pós-modernismo como um “elemento natural” do mundo contemporâneo em cujos preceitos a Arquivologia deve estar inserida, pois caso contrário estará fora do que é aceito como vanguarda intelectual. Não temos dúvidas que o mundo está constantemente em transformação, se reinventando, inovando, e que o contexto e as formas de produção documental bem como os próprios documentos fazem parte destas transformações, e conforme apontamos no segundo capítulo desta tese, nossa concepção de ciência compartilha de perspectiva semelhante. Entretanto, em um primeiro momento, o que parece ser uma apologia do canadense ao pós-modernismo nos instiga a pensar “há uma tendência pós-moderna e a Arquivologia é obrigada a se inserir nisto”.

É importante e fundamental para o avanço do pensamento científico que teorias, conceitos e métodos, por exemplo, sejam revisitados, postos à prova, reformulados, modificados, reafirmados e adaptados. Porém, nesse sentido, algumas reflexões encontradas no pensamento de Cook exigem análises mais detidas. A noção de verdade universal, de uma ciência absoluta e racional, são consequências contextuais de importantes momentos históricos pelos quais as sociedades passaram e que lhes trouxeram inúmeros avanços. Assim como o mundo sofre transformações e é dinâmico, para utilizar elementos de caracterização do mundo contemporâneo utilizados por Cook, o pensamento científico também o é. O processo é ininterrupto e o que foi construído não pode ser “dispensado como quimeras”. Afinal, parte-se destas construções para pensar outras. A Arquivologia não começa no mundo contemporâneo e nem é “melhor” neste mundo, e sim está inserida no processo de desenvolvimento que passou e passa. Além disso, ao apropriar-se das palavras de Le Goff, Cook não contextualiza que a crítica do historiador foi construída para ser contra a concepção positivista do documento como **fonte** de verdade histórica.

Aqui é importante uma ressalva. Considerando as diferenças conceituais e teóricas entre as verdades histórica e arquivística, faz-se necessário esclarecer que não estamos aqui defendendo que essa verdade para os arquivos, a qual já reivindicamos inclusive como fundamentação teórica da Arquivologia, deva se manter cristalizada na definição jenkinsiana promulgada no início da década de 1920, pois além de entendermos a

construção do conhecimento científico como inserida na dinâmica social e que está em constante processo de mudanças, é certo que muitas das premissas elaboradas pelo arquivista inglês não se sustentam após o *progresso da tecnologia documental*.

Nessa linha de pensamento, ao conferirmos valor à ideia de verdade arquivística como fundamento, valemo-nos inicialmente das discussões elaboradas por Jenkinson de tal forma que chegamos a considerá-la muito mais contribuinte para a área do que a ideia de Custódia tal como o inglês havia proposto. Porém, remetendo-nos ao que esse inglês define como “verdade arquivística” - relacionada ao contexto de criação, ou seja, a permanência da Imparcialidade e da Autenticidade - para nós essa verdade não é absoluta tampouco absolutamente fiel ao que se propõe. Entretanto, à época de Jenkinson, a produção do conhecimento científico bem como do arquivístico, estava possivelmente inserido em premissas positivistas e isso não invalida suas ideias. Localizar o discurso ao tempo em que foi elaborado é fundamental para compreendê-lo e contextualizá-lo.

Sob essa mesma ótica, o fato é que as ideias de Cook corroboram hoje para nossas argumentações que revisitam essa concepção jenkinsoniana de verdade. Em novembro de 1997, Terry Cook esteve no Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo, para um Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais que foi organizado pela FGV e pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Decorrida sua fala na sessão sobre o *fazer do arquivista*, Bellotto (1998) posteriormente produz um artigo comentando, dentre outra, as ideias de Cook. Problematicando a viabilidade de algumas propostas levantadas pelo canadense, discute e valoriza a seguinte questão;

Na perspectiva dos ditos "arquivos totais" canadenses, o autor mostra que novas perspectivas têm sido adotadas dentro dos arquivos públicos, traduzindo-se no fato de estarem os arquivistas atentando mais para a governança do que para o governo. Por governança se entende a trama, isto é, tudo o que possa comprovar a interação entre cidadão e Estado, o impacto do Estado na sociedade e as funções e atividades da sociedade em si mesma; por governo, compreendem-se as estruturas sustentadoras e a ação burocrática. A frase de Cook é significativa: "A tarefa arquivística é preservar a evidência documentada da governança da sociedade, não apenas da

atividade governante dos governos” (BELLOTTO, 1998, p. 204).

Não inserindo a discussão no âmbito classificatório ciência moderna x pós-moderna, o fato é que essa visão alcançada por Cook é reveladora de um novo olhar sobre a “verdade” para a nossa área, e que está além da relação linear e horizontal entre produtor, documento e custódia para garantir a verdade arquivística como defendeu Jenkinson. Também está além de uma relativização ou subjetividade do que se espera alcançar pelo discurso da pós-modernidade, tampouco se trata de um confronto declarado contra os Modernos. Os tempos hoje são outros e garantir essa governança da sociedade é prenúncio de novas exigências impostas pela sociedade, como transparência governamental e construção de memória coletiva, por exemplo, além de ser tarefa possível em termos de *Fazer* inclusive devido às inovações tecnológicas e ao *progresso tecnológico documental*.

Outra reflexão também é possível a partir dessa ideia de governança levantada por Cook. Entendemos que ela nos dá elementos para reafirmar a Arquivologia como produtora de conhecimento científico a partir do momento em que percebemos através desse discurso de Cook, o papel de “produtor de *Saber*” que recai sob o arquivista. De modo a estabelecer de maneira fiável as representações desta governança, terá que valer-se cada vez mais de ferramentas teóricas e metodológicas que extrapolem a linearidade e a custódia contínua sugeridas para a verdade arquivística por Jenkinson. Agora, o arquivista e as formas que adotou para assegurar a verdade arquivística também participam do jogo do *Saber*, pois

de uma perspectiva na qual a verdade estaria depositada no arquivo, esperando ser acessada ou “descoberta”, passa-se a afirmar que o arquivo constitui a verdade que guarda, assim como aquela que omite. Antes, mais importante do que o arquivo eram as fontes nele reunidas. Nos últimos anos, embora esta leitura não esteja excluída, o questionamento com relação à estrutura por meio da qual as fontes são acumuladas e disponibilizadas ganhou visibilidade – o arquivo deixa de ser meio para a consecução de um fim, ou seja, deixa de ser visto, apenas, como repositório de informações, para se tornar, também, objeto de pesquisa (HEYMANN, 2010, p. 114).

Isto posto, relacionado à prática profissional dos arquivistas, as mudanças de paradigmas apresentadas por Cook novamente são elaboradas em forma de crítica ao discurso de Jenkinson, visto que segundo o canadense, o profissional contemporâneo, “pós-moderno”, deve afastar-se da identificação de guardião passivo de uma “herança herdada” para celebrar o seu papel de agente ativo na construção da memória coletiva. Defende que a postura do arquivista não deve ser a de operar suas ferramentas teóricas e práticas apenas a partir do documento quando da chegada ao arquivo, e sim analisar o “contexto por trás do texto”, pois entende que as relações de poder moldam o patrimônio documental. A partir disso coloca no centro de suas críticas o documento de arquivo, atribuindo que não deve mais ser enxergado como algo estático e físico e sim como um conceito dinâmico e virtual, deixando de ser um “produto passivo” das atividades humanas ou administrativas para ser considerado “ativo próprio, agente na formação da memória humana e organizacional”.

Cook (1998) ainda estabelece que nem o autor nem o contexto podem ser separados da análise documental, pois nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, tem um propósito definido. Nenhum texto é um inocente mero subproduto da ação como alegou Jenkinson, mas sim um produto construído conscientemente, não existindo uma narrativa de uma série ou coleção de registros, mas muitas narrativas, muitas histórias, servindo aos propósitos de muitos para muitos públicos, ao longo do tempo e do espaço. Ao reiterar essa necessidade de mudança do documento de arquivo de produto passivo (subproduto) para agente ativo, Cook critica especificamente as qualidades essenciais definidas por Jenkinson para estes documentos bem como a ideia do inglês sobre estes serem subprodutos das atividades.

Também aponta outros termos em que a mudança de paradigmas deve acontecer. Além do documento de arquivo e da prática profissional, refere-se ao contexto de produção documental, afirmando que na condição pós-moderna ele deixa de ser estático em relações de hierarquia para assumir lugar dentro da perspectiva de que os processos de trabalho acontecem em rede e de maneiras horizontais, o que entedemos ser uma reivindicação antiga – e não

necessariamente “pós-moderna” - por parte de alguns arquivistas, inclusive por Scott, como o próprio Cook já havia comentado.

Ao aprofundar suas análises quanto à necessidade de mudanças no pensamento Arquivístico, para nosso alento, Cook não coloca como único fator determinante a condição social pós-moderna⁵², apontando transformações significativas no que tange à concepção dos arquivos como instituição. Afora isso, Cook (2001) faz outras sugestões de mudanças para a área e algumas bastante focadas em revisitar os referenciais teóricos e as Funções da disciplina, que para ele devem fundamentalmente deslocar-se da análise de séries documentais para as funções e os contextos em que essas séries são produzidas, saindo do “produto gravado” para o processo de criação de documentos. Exemplo claro é sua proposta para a Avaliação, claramente crítica às ideias de Schellenberg e para a qual atribui o nome de “Macroavaliação”, o que define como atividade (...) *funcional-estrutural (...), enfatiza o valor arquivístico da posição, local ou funcionalidade da criação de documentos, em lugar do valor dos documentos por eles mesmos* (COOK, 1998, p. 136).

Em nossa concepção, muitas das propostas apresentadas pelo arquivista canadense são de grande pertinência e significativas para os desafios vivenciados pela área. Todavia, julgamos não serem as polarizações documento físico x documentos eletrônicos; custodial x Pós-custodial ou Moderna x Pós-moderna que trarão respostas aos percalços vivenciados pela Arquivologia Contemporânea.

⁵² Há diferentes compreensões sobre a condição social pós-moderna, bem como de ciência pós-moderna, e não caberá a nós tratá-las neste trabalho. Contudo, devemos esclarecer que, para nós, a crítica ao discurso “pós-moderno” de Cook se estabelece frente a sua retórica reducionista que polariza a Arquivologia entre as “velhas teorias” e aquelas que devem ser “criadas” - as “novas teorias”, por estarmos vivendo “um novo mundo”.

5.3 DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA / CONTEMPORÂNEA E OS ESTUDOS DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Os conceitos antigos sempre estiveram presentes, mas os arquivistas passaram tanto tempo sem recorrer a eles que esqueceram de sua existência (DURANTI, 1994, p. 60).

A Diplomática tem suas origens no século XVII fundamentalmente com objetivo de averiguar a autenticidade de documentos eclesiásticos. Não desconsiderando seu processo de desenvolvimento e afirmação enquanto ciência, cabe-nos aqui retomá-la já a partir do final do século XX, quando passa a ser dividida em *Diplomática Histórica* e *Diplomática Arquivística*. Essa última, a partir da década de 1980 começa a auxiliar os arquivistas na difícil tarefa de compreender o processo de criação dos documentos contemporâneos (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 25).

Assim como a Arquivística Integrada e a abordagem Funcional de Terry Cook, essa proposta que retorna à Diplomática na busca em lidar com as novas realidades apresentadas para a Arquivologia também se desenvolve no Canadá, ainda que suas origens remetam-se à Itália a partir das obras de Paola Carucci no final da década de 1980, principalmente em torno de preocupações com as qualidades essenciais do documento de arquivo no âmbito eletrônico. Esse “retorno” é embasado pelos estudos de tipologia documental e possibilitou a introdução de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo (RODRIGUES, 2012, p. 198).

Essa preocupação pela compreensão de tratamento do documento de arquivo, principalmente devido ao progresso da tecnologia documental, passa a ser dotada de um *locus* investigativo privilegiado (e institucionalizado) em Luciana Duranti, com a publicação de *Diplomatics: new uses for an old science* (TOGNOLI; GUIMARÃES 2009, p. 23). Nessa obra, Duranti analisa a aplicação de métodos da Diplomática “tradicional” para o tratamento dos documentos contemporâneos e inaugura uma nova maneira de tratá-los, sendo diferente da “antiga” Diplomática por considerar o conjunto documental como objeto de

análise e não a peça, o documento único. Ademais, argumenta que os elementos essenciais dos documentos objeto de análise da Diplomática “tradicional” – como os medievais, por exemplo – são os mesmos e inerentes aos documentos contemporâneos. Segundo Tognoli e Guimarães (2009, p. 23), essas ideias de Duranti constituem um *divisor de águas no conhecimento arquivístico, uma vez que propicia a análise de diferentes documentos, independente de sua natureza*.

Vale lembrar que tanto a Diplomática, o campo dos arquivos, como a Paleografia, durante séculos caminharam sob os auspícios da Historiografia, conforme brevemente pontuamos nos primeiros capítulos deste trabalho, mas desde o início do século XX, ainda que não seja consensual dentre os representantes destas áreas, elas trilham seus caminhos de forma autônoma tanto entre elas como em relação à Historiografia, o que não significa isolamento ou exclusão.

Retomando as ideias “inauguradas” por Duranti no que tange à Diplomática Arquivística⁵³, é importante destacar que a inovação está centrada nos estudos da Tipologia Documental, ampliando as reflexões para *a gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora* (BELLOTTO, 2004, p. 52). Grosso modo, comparada aos discursos de Cook (1998), que defende as análises do profissional arquivista partindo do “contexto por trás do texto” para então focar no documento, Duranti parece inverter a ordem, sendo que para ela

a análise do arquivista vai se deslocando desde o contexto documental imediato do material que examina até o amplo contexto funcional e, mais além, ao contexto sócio-cultural, isto é, desde a realidade do documento até a imagem dos criadores de documentos (DURANTI, 1995⁵⁴ apud TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 34).

⁵³ Há, na comunidade da Arquivologia, alguns embates quanto à classificação desta “nova” Diplomática. Para alguns, não se pode denominá-la como Diplomática Arquivística, para outros, tampouco Contemporânea e ainda há os que chamam de “estudos de Tipologia Documental”. Decidimos por não inserir nossas análises nesses meandros, visto que nosso objetivo ao refletir sobre as perspectivas contemporâneas da Diplomática em nossa pesquisa é apresentá-la como uma das maneiras encontradas pelos estudiosos do campo dos arquivos em lidar com problemáticas que emergem em consonância aos documentos contemporâneos.

⁵⁴ DURANTI, L. **Diplomatica**: usos nuevos para una antigua ciencia. Carmona, Sevilla: S&V Ediciones, 1995.

Ao passo da virada para o século XXI, preocupada com a Autenticidade e a Preservação dos documentos eletrônicos, Duranti organiza através da universidade na qual leciona, British Columbia, projeto para pensar sobre a preservação dos documentos arquivísticos digitais. Assim, em 1999 inicia o Projeto InterPARES⁵⁵ - *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), sustentado por três diferentes fases; a primeira - de 1999 até 2001 - objetivou a identificação de condições para avaliar e manter a autenticidade dos documentos digitais. Durante a segunda fase - 2002 até 2006 - o projeto focou nos documentos arquivísticos digitais gerados em contextos diferentes, e já na sua terceira fase – de 2007 com término previsto para 2012 – que conta com a participação de representantes de diversos países, dentre eles o Brasil, se propõe a habilitar as instituições responsáveis pela produção e manutenção de documentos arquivísticos digitais para desenvolver formas de preservação e acesso, de longo prazo, a esses documentos.

Além destas, uma série de outras questões permeiam a proposta contemporânea para a Diplomática de Duranti, porém, como muitas delas estão em torno do documento de arquivo – o que julga ser o Objeto da Arquivologia – e muitas vezes consideradas polêmicas ou “jenkinsonianas”, optamos por aprofundá-las em nosso capítulo seis, destinado especificamente a discussões desta natureza.

Assim, como vimos, as origens da adaptação de um método “antigo” para a contemporaneidade remetem-se às argumentações propostas por Paola Carucci após aplicá-lo aos documentos da administração pública italiana no final da década de 1980, tendo seu aprofundamento investigativo desenvolvido e institucionalizado principalmente através das reflexões de Luciana Duranti no Canadá (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009). Entretanto, o retorno ao método diplomático e os estudos de Tipologia Documental não estavam restritos à Itália ou ao Canadá.

⁵⁵ Para maior detalhamento e profundidade sobre o projeto, acessar o site http://www.interpares.org/ip3/ip3_overview.cfm?team=4

No dia 17 de setembro de 1981, um grupo de arquivistas representando diferentes arquivos municipais da Província de Madrid/Espanha se reúne em prol de resolver problemas que vivenciavam em seu cotidiano profissional. Conhecidos como *Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid*, através da ata desta primeira reunião temos conhecimento das questões que desejavam resolver

1º Necesidad de organizar los Archivos Municipales.

2º Falta de previsión de espacio material para ubicar el Archivo Municipal.

3º Falta de dotación de personal especializado.

4º Necesidad de establecer los criterios de selección de la documentación que debe pasar al Archivo.

5º Necesidad de establecer criterios de homologación de sistemas de trabajo: Ingresos, métodos de ordenación, inventarios, fichas, ficheros...

(RODRÍGUEZ BARREDO; LUCAS RODRÍGUEZ; ARRANZ AGUIRRE, 2001, p. 23).

Na terceira reunião, se junta ao grupo Vicenta Cortés Alonso, cujas obras repercutiram de forma intensa na Arquivologia brasileira. Desde então, uma das maneiras escolhidas pelo grupo para enriquecer e aprofundar as discussões bem como ampliar o diálogo para a comunidade, foi a realização das “Jornadas de Trabalho”. Ao analisarmos as temáticas das jornadas ocorridas até o ano 2000, percebemos que as sete primeiras, realizadas entre os anos de 1982 até 1989, tiveram como preocupação questões acerca da Classificação, Tipologia Documental e Avaliação. Já em 1988 o Grupo publica o “Manual de Tipología Documental de los Municipios”,

que viria a se tornar referência aos estudos de documentos de arquivo na área. Esse manual tratava de fixar bem os tipos documentais mais recorrentemente produzida e solicitada pela administração pública municipal, objetivando a formação de séries documentais nos arquivos de sua responsabilidade. Até então, pouquíssimos trabalhos haviam se dedicado à análise tipológica da documentação, sendo normalmente aplicada a diplomática para a crítica dos documentos (TROITIÑO-RODRIGUEZ, 2012, p. 250).

Percebemos que os estudos de Tipologia Documental passam a sobrepor a Diplomática “Tradicional” para análise documental nesta década de 1980 e têm suas repercussões no Brasil

a partir dos estudos de Bellotto. A autora inova teorizando sobre o método desenvolvido pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri e apresentando os fundamentos da tipologia documental, aspecto que não havia sido tratado anteriormente por Cortés Alonso ao divulgar a metodologia (RODRIGUES, A. C., 2012, p. 210).

Conforme os estudos de Tipologia foram avançando, somadas às necessidades em lidar com a cada vez maior quantidade de documentos produzidos no contexto da gestão documental e com o tratamento de Fundos acumulados em arquivos permanentes, vem em seu bojo e novamente em solo espanhol uma nova proposta teórica e metodológica para a Arquivologia, denominada como Identificação⁵⁶, e que significa

ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar estes elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre o documento em seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade, que revelam o seu vínculo arquivístico (RODRIGUES, A. C., 2012, p. 200).

Assim como os estudos sobre Tipologia têm representatividade no campo dos arquivos em nosso país através das ideias e obras de Bellotto, o Brasil passa a valer-se dos conhecimentos sobre a Identificação ao fazer parte do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, cuja organização coube à Espanha e contou ainda com a participação de Colômbia, México e Portugal. Um dos principais objetivos do grupo era resolver problemas de falta de espaço e excesso de documentos nos arquivos públicos em seus países. A partir destas reflexões

⁵⁶ Para maior detalhamento sobre a Identificação, recomendamos o trabalho de RODRIGUES, A. C., (2008), que faz análise profunda quanto à temática.

o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991 (RODRIGUES, A. C., 2012, p. 201).

É certo que no âmbito da Arquivologia não há consenso quanto à Identificação ser ou não reconhecida como uma Função arquivística. Todavia, por entendermos que para tal atividade há elaborações teóricas e metodológicas - mesmo que não necessariamente homogêneas, e que se trata de uma função a ser exercida de acordo com escolhas e o tipo de acervo que se tem nas mãos, julgamos relevante inseri-la no “rol” de Funções arquivísticas e contextualizá-la como uma das maneiras encontradas pelos arquivistas espanhóis em lidar com a realidade que se apresentava quanto à produção documental “recém-criada” que estava sendo encaminhada para os arquivos públicos, já que até a década de 1980 a preocupação dos arquivistas deste país estava, em sua maioria, direcionada aos documentos permanentes.

Narrando, mesmo de maneira breve, estes movimentos que envolveram a comunidade arquivística no final da década de 1980 para além daqueles necessariamente marcados pela interferência direta da tecnologia ou do “pensamento informacional”, como as abordagens, perspectivas e teorias anteriormente apresentadas neste capítulo, a Diplomática Arquivística, os estudos de Tipologia Documental e de Identificação, não reivindicam, até o momento, posição nas concepções “Pós-modernas” ou “Pós-custodiais”, já que focam suas análises e reflexões junto ao documento de arquivo e sua característica probatória. Não obstante, colocam para a área novas possibilidades teóricas e metodológicas sobre as quais nosso país muito se debruça.

5.4 O CONTEXTO BRASILEIRO

Conforme discutimos no quarto capítulo deste trabalho, o Brasil teve uma “entrada” tardia no campo científico dos arquivos, o que aconteceu através do movimento associativo dos profissionais que trabalhavam, em sua maioria, nos arquivos públicos, durante o período que convencionamos como Arquivologia Moderna. Tratou-se muito mais de uma construção científica na perspectiva institucional do que derivada de reflexões no campo do *Saber* e do *Fazer* que a legitimassem como referência na produção de conhecimento. Independente disso, a comunidade arquivística brasileira, estabelecida aos moldes do campo científico dos arquivos no Brasil, se organizava em prol do desenvolvimento da área no país e na consolidação de sua representatividade social.

Paralelo ao recorte temporal que atribuímos como início da fase Contemporânea para a Arquivologia, o Brasil reestabelece o sistema democrático de governo, e visando discutir o novo texto constitucional, organiza vinte e quatro subcomissões temáticas agrupadas em oito comissões temáticas⁵⁷. Nesse sentido e relacionadas à preocupação com a gestão, acesso e preservação de documentos,

inúmeras foram as propostas encaminhadas às comissões temáticas da Constituinte. Vale ressaltar que pouco ou quase nada foi considerado e aproveitado na última versão do projeto constitucional. De toda forma, entre essas propostas, podemos citar a do Arquivo Nacional - instituição responsável pela política de proteção do patrimônio documental da nação -, a qual se destaca por sua extensão e abrangência. Além do Arquivo Nacional, outras entidades se fizeram representar, como a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - FAMERJ, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, o Plenário Pró-Participação Popular da Constituinte e o Sindicato dos Bibliotecários de São Paulo, que encaminhou proposta em conjunto com a Associação dos Arquivistas do Brasil - AAB, a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal - ABDF e o Conselho Regional de Museologia – CRM (FRAIZ; COSTA, 1989, p. 68).

⁵⁷ Fonte: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes acesso em 20/09/2012.

De fato, afora a atribuição de patrimônio cultural, a menção aos documentos pela perspectiva arquivística não foi devidamente contemplada na Constituição

Art. 216. *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...)*

§ 2º - *Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.*

Mesmo não atendendo os anseios à altura, essa foi a primeira Constituição que mencionou a responsabilidade do Estado na salvaguarda dos documentos e a necessidade da gestão documental, favorecendo para que três anos depois, em janeiro de 1991, fosse publicada a Lei nº 8.159 *que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências*, conhecida como “Lei de Arquivos”. O texto dessa lei nos dá pistas sobre algumas influências teóricas e terminológicas para o campo dos arquivos no Brasil naquele momento, além de

demarcar conceitualmente diversos aspectos da atividade arquivística, apresentando um conjunto de definições para termos como arquivos, gestão de documentos, arquivos públicos, documentos correntes, intermediários, permanentes, arquivos privados etc. (JARDIM, 1999, p. 157).

Outra questão interessante de ser observada através do texto desta Lei é a ausência de qualquer menção sobre documentos eletrônicos, sistemas informatizados ou algum elemento capaz de indicar o *progresso da tecnologia documental* no campo dos arquivos no Brasil. Ao passo que naquele momento países como Canadá, Austrália e Estados Unidos lidavam com a “crise paradigmática” - devido à introdução da informática e a produção de documentos eletrônicos, elaborando abordagens, revisitando conceitos, Funções, Princípios e teorias, em nosso país a realidade era outra.

Reforçando nossa afirmação de que o desenvolvimento da Arquivologia é inerente à conjuntura e ao contexto na qual está inserida, um dos fatores que

explica a “ausência da tecnologia” ou o atraso no *progresso da tecnologia documental* no campo dos arquivos brasileiros é a escassez de recursos desta natureza em nosso país neste período. O Brasil engatinhava para um novo modelo político e econômico sendo que a abertura e integração comercial com o exterior acontecem apenas durante o governo do então presidente Fernando Collor de Mello (de 1990 até 1992), inserindo o Brasil na economia de mercado internacional. Até então, a instabilidade política e econômica no país, que teve um modelo protecionista em relação à importação e que foi fortificado na década de 1970 com a crise do petróleo, o deixavam em atraso tecnológico em relação a outros, e esse atraso se dava tanto no tocante às máquinas e aos equipamentos como em processos administrativos e de gestão.

Esse contexto sinaliza não só um atraso tecnológico como também administrativo em nosso país, cenário que começa a se alterar no final da década de 1990, período em que a Arquivologia brasileira se desenvolve a ponto de consolidar a universidade como seu espaço científico e político frente ao movimento associativo que a configurou. Esse novo espaço alcançado pela área será problematizado no capítulo sete deste trabalho, tendo por objetivo aprofundar nossa reflexão sobre as diferentes definições tomadas pelo campo arquivístico brasileiro acerca do Objeto científico.

Sendo assim e, a partir das discussões contempladas neste quinto capítulo, consideramos que alguns elementos foram primordiais para que o processo de desenvolvimento histórico-epistemológico do campo dos arquivos culminasse no que definimos de Arquivologia Contemporânea. E entendemos como necessários abordá-los visto que são determinantes para nossas análises sobre o Objeto científico da área, que conforme dissemos, serão contempladas no próximo capítulo.

Um deles é a interferência, na área, do *progresso da tecnologia documental* e da “não documental”. Os profissionais dos arquivos, ao perceberem que as ferramentas teóricas e práticas que possuíam e tal como as concebiam, não conseguiam mais atender as novas demandas colocadas pela realidade do *Fazer*, levantam a bandeira de que é necessário reexaminar a área. No caso da Arquivologia Contemporânea, essas “crises” vivenciadas pelos profissionais são resultados da penetração tecnológica não apenas nas formas de produção documental, como também na sua comunicação e em seu

fluxo. Exemplo significativo é a “mudança” no objeto de trabalho, cuja fisicalidade do suporte deixa de existir.

Outro elemento igualmente importante é que nos dá indícios do estreitamento das relações entre a Arquivologia e o “campo informacional”, se apresenta ao considerarmos que a maioria das abordagens contemporâneas que foram pontuadas neste capítulo vislumbram o campo dos arquivos pela perspectiva informacional, e muitas vezes através de críticas ferozes as abordagens consideradas “Tradicionais” e “Custodiais”. Também podemos atribuir como elemento significativo a interferência do contexto e da cultura na formação do pensamento arquivístico. A “Sociedade da Informação”, o mundo globalizado, das redes, da internet e dos documentos “imaterializados”, colocaram à Arquivologia novas funções e novos papéis.

Retomando ao segundo capítulo deste trabalho e voltando às análises sobre a construção do conhecimento científico proposta por Fourez (1995), de acordo com o que estabelece, uma área quando se consolida – o que define como fase “paradigmática” – caminha para o que considera como fase “pós-paradigmática”, momento em que a ciência se apresenta como consolidada e capaz de resolver todos os problemas que se apresentaram ou se apresentam. Quando atribuímos à Arquivologia na fase que consideramos Moderna, o *status* de “fase paradigmática” tal como concebida por Fourez, imaginávamos que em seu processo de desenvolvimento poderíamos alcançar o *status* de “pós-paradigmática” na contemporaneidade. Porém, o que percebemos nesse sentido é que a Arquivologia Contemporânea está voltada, em sua maioria, a discursos que pregam “urgência na mudança de paradigmas”, levando-nos a considerar o “pós-paradigma” ainda não como uma realidade para nossa disciplina, a nosso ver mais “disposta” a uma Revolução Científica, visto que a maioria de seus debates gira em torno da incapacidade em responder a anseios disciplinares e práticos, sendo necessária uma renovação ou até mesmo a rejeição de paradigmas.

Contudo, o que ensinamos ressaltar é que o discurso presente hoje na área, e tido como inovador, parece colocar o pensamento “Pós-custodial”, aqui representado pela abordagem portuguesa, como sinônimo do pensamento “Pós-moderno”, aqui representado pelas ideias de Cook, e ambos como negação do que é considerado antigo, ultrapassado, “Tradicional”, “Custodial”,

“Moderno”. Também faz parte deste discurso a desqualificação da ideia de custódia, o que tanto para os portugueses, os australianos bem como para Cook, são representadas pelas ideias de Luciana Duranti e como algo atrelado unicamente aos documentos em suporte físico.

O fato é que, mesmo existindo outras abordagens que se reivindicam “Pós-custodiais” ou detentoras de qualquer outro sufixo após o “pós”, não se tratam de abordagens similares e cada qual, à sua maneira, revisita a área a partir de contextos e problemáticas particulares. Essas diferentes perspectivas também não devem ser consideradas necessariamente as mais adequadas para as realidades dos arquivos só porque são “pós-modernas” ou representantes da vanguarda em termos de teoria da área, pois de acordo com o que discutimos de maneira exaustiva, o *Fazer* sofre constantes interferências do contexto.

Nesse sentido, o tipo de acervo, seu estado de conservação, os usos que dele se esperam, as maneiras pelas quais são produzidos, e muitas outras variáveis que se apresentam no campo da realidade é que devem determinar as escolhas de *Saber* pelos arquivistas de modo a garantir os elementos que fundamentam a disciplina. Ou seja, é possível valermos de teorias consideradas “Custodiais” e ao mesmo tempo de “Pós-custodiais” para o exercício de nossas funções, ao passo que essa “mistura” não invalida nenhuma das instâncias do nosso *Saber* ou *Fazer*.

A seguir, com vistas a facilitar a compreensão do que discutimos até aqui, optamos por apresentar, de maneira sinótica, as referidas abordagens teóricas da Arquivologia Contemporânea, bem como a história dos arquivos e da Arquivologia a partir do final da década de 1980.

QUADRO 6 - ABORDAGENS TEÓRICAS – ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA

CLASSIFICAÇÃO	ABORDAGEM	PAÍS/LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	OBJETO CIENTÍFICO	NATUREZA CIENTÍFICA	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTANTES
Arquivologia Contemporânea	(TEORIA) Records <i>Continuum</i>	Austrália	A partir metade década de 1990	Informação gerada pelos processos	Ciência	Derivada da existência do mundo digital; baseada na abordagem do “Sistema de Séries”; estabelece uma perspectiva contínua para a gestão de documentos, que não separa os documentos correntes dos permanentes e nem a profissão entre <i>records managers</i> e <i>archivists</i> ; documento de arquivo como entidade lógica e não física; rejeitam a teoria do Ciclo Vital por a considerarem linear e fragmentada	Livia Lacovino; Frank Upward; Xiaomi An; Peter Marchal; Jay Kennedy; Cherry Schauder; Sarah Flynn; Adrian Cunningham; Barbara Reed; Dagmar Parer; Ann Pederson; Sue Mckemmish; Michael Piggot; Chris Hurley

Arquivologia Contemporânea	Pós-Custodial	Portugal	Final da década de 1990.	Informação Social	Disciplina subordinada a Ciência da Informação	Mais ênfase na informação do que nos aspectos físicos e estáticos do documento; dinâmica transdisciplinar e interdisciplinar; defende mudança-ampliação do Objeto científico, isto é, mudança do paradigma custodial para o pós custodial; - critica o conceito de informação orgânica; - Malheiro defende como diferente da Arquivologia pós-moderna	Armando Malheiro; Fernanda Ribeiro
Arquivologia Contemporânea	Arquivística Integrada	Montreal – Quebec/Canadá	Década de 1980	Informação Orgânica	Disciplina autônoma inserida nas Ciências da Informação, <i>dividindo o espaço deste campo de</i>	Negação quanto à divisão americana “Moderna” entre <i>records</i> e <i>archives</i> , (re) construção da	Luis Carlos Lopes; Carol Couture; Jean Yves Rousseau; Jacques Ducharme

					<p><i>conhecimento, ainda mais virtual que real, com a biblioteconomia, a museologia e os estudos de comunicação.</i> (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 17).</p>	<p>área e sua (re) condução ao nível de disciplina científica, gestão da informação devendo subsidiar a gestão de documentos, integração dos valores primários e secundários aos documentos</p>	
<p>Arquivologia Contemporânea</p>	<p>Arquivística Funcional ou Pós Moderna</p>	<p>Canadá Inglês</p>	<p>Final década de 1980</p>	<p><i>Process-Bound information</i> – informação gerada pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto; Vínculo processual</p>	<p>Disciplina científica</p>	<p>Crítica a Diplomática arquivística; revisita o Princípio da Proveniência com o discurso do “contexto por trás do texto”; paradigma social dos arquivos; influência do sujeito na produção; documento como produto de uma atividade; documento não é considerado imparcial e neutro; análise funcional do processo de criação do</p>	<p>Terry Cook; Hugh Taylor – proclamou a mudança, é inglês, mas em 1965 se mudou para o Canadá; Tom Nesmith; Laura Millar; David Bearman; Eric Ketelaar – Holandês (Archivalization); - Hans Booms; Verne Harris; Ciaran B.</p>

						<p>documento; muda o foco do documento para o processo que o criou; novas formas de produção documental;</p> <p>- MACROAVALIAÇÃO (<i>macroappraisal</i>) funcional-estrutural; é a avaliação das funções e não dos documentos, por isso é a macroavaliação; importante para a preservação dos documentos eletrônicos; afirma que a produção anterior é obsoleta e defende a ruptura; pós-modernidade como tendência intelectual; documento de arquivo como PRODUTO e não como subproduto; critica a Naturalidade e a Imparcialidade; - documento eletrônico é o primeiro cerne da “pós-modernidade” para a área; critica a</p>	<p>Trace (EUA); Barbara Craig</p>
--	--	--	--	--	--	--	---------------------------------------

						Imparcialidade e a Naturalidade; Propõe a Macroavaliação e a redescoberta da Proveniência; influenciados pela inserção dos documentos eletrônicos; conceito de Fundo é dinâmico em detrimento de um Fundo estático (realidade dinâmica estática); Arquivos sem muros (não necessariamente físico e deve ser acessível)	
Arquivologia Contemporânea	Diplomática Arquivística ou Contemporânea	Canadá inglês; Itália	Final década de 1980	Documento de Arquivo	Ciência autônoma	Volta aos clássicos (Jenkinson); documento como subproduto de uma atividade; valor probatório; gênese e tipologia documental; texto por trás do contexto; prevalecem a IMPARCIALIDADE,	Luciana Duranti (italiana); Bruno Delmas; Paola Carucci (italiana); Robert Henri-Bautier – pioneiro, década de 1960; - Christopher Brooke

						<p>AUTENTICIDADE, NEUTRALIDADE, UNICIDADE E INTERRELACIONAME NTO; redescoberta da Proveniência; Diplomática para compreender o processo de produção dos documentos e definir tipologia; defende valor probatório; reinventa uma disciplina muito ligada à paleografia e documentos antigos, históricos; diferente da Diplomática Clássica que trabalhava com documentos únicos e antigos e históricos, essa diplomática se vale das series documentais</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--

						podendo também ser aplicada nos documentos contemporâneos; Documento como subproduto; influenciados pela inserção dos documentos eletrônicos; Projeto InterPARES	
Arquivologia Contemporânea	Estudos sobre Tipologia Documental e Identificação	Espanha	Década de 1980	Arquivo – enquanto conjunto de documentos de arquivo-; documento de arquivo	Ciência autônoma	Fixar os tipos documentais mais recorrentemente produzidos e solicitados, formação de séries documentais, determinar a identidade do documento de arquivo, caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade,	Vicenta Cortés Alonso, Maria Luiza Conde Villaverde

						elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto, revelar o vínculo arquivístico	
--	--	--	--	--	--	---	--

Nota: as informações descritas referentes às abordagens canadenses foram baseadas no trabalho de TOGNOLI, N. (2011).

QUADRO 7 - CRONOLOGIA - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA (A PARTIR DO FINAL DA DÉCADA DE 1980)

<p>Brasil (de 1940 até final década de 1980) contexto histórico e campos dos arquivos – Fim do estado Novo, regime democrático, Constituição de 1946, Golpe Militar de 1964, criação SBPC, CNPq e CAPES, dependência dos EUA, modernização estruturas governamentais, Ditadura Militar, visita de Schellenberg e Boullier de Branche, criação AAB, I Congresso Brasileiro de Arquivologia, regulamentação da profissão, criação primeiros cursos de graduação em Arquivologia, projeto de modernização do Arquivo Nacional, tradução e publicação de obras importantes, institucionalização de campo e comunidade científica, reforma universitária, criação ABNT.</p>	<p>Arquivologia Contemporânea - Desenvolvimento científico da Arquivologia como uma disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação, a uma maior preocupação com o acesso à informação do que com a custódia dos documentos, estando a ênfase no acesso e não na custódia. Atualmente essa abordagem pretende desatrelar a ideia de documento físico, configurando a separação da informação do suporte, pois consideram a informação dos arquivos inserida em um sistema informacional que vai para além dos arquivos, o arquivista como um agente ativo que deve estar próximo do gestor/produtor da informação e não agir somente no fim da cadeia. Desconsideram a ideia da “mera” operação técnica e sim uma atividade que possui teoria por trás.</p>
<p>Arquivologia Moderna e contexto histórico– II Guerra Mundial, regimes totalitários, Revolução Cubana, Guerra Fria, corrida armamentista, ampliação das teorias da Arquivologia devido importância dos documentos administrativos, Estudos RAMP, Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvimento científico, Ciência da Informação, documentos “modernos” – administrativos, ampliação teórica e metodológica da área, ressignificação de princípios, foco na Avaliação, consolidação função pública dos arquivos, explosão documental, desenvolvimento tecnológico, valor cultural dos arquivos; máquina de datilografar, máquina fotocopadora.</p>	<p>Arquivologia Contemporânea e contexto histórico– Abordagem do <i>Continuum</i> Australiano; amplo desenvolvimento científico e tecnológico, documento eletrônico, INTERPARES, Custodial x Pós-custodial, Sociedade da Informação, Informação como poder, Google, Terrorismo, Queda Torres Gêmeas, Lei Sarbanes Oxley – SOX; Objeto em crise – Do documento para informação; Documentos eletrônicos, bancos de dados, novas formas de produção documental; Redes sociais; Internet; Globalização; Valor informativo – acesso informação pública; Informação, processos institucionais, realidade demanda mais informação, recuperação mais rápida e mais ampla dos documentos; Explosão tecnológica; Ideia gestão da informação; Direito à informação; arquivista como Gestor da Informação; Alargamento e ampliação dos documentos eletrônicos; Foco na inovação, ampliação e maior acesso à tecnologia; Foco no contexto funcional, integração ciclo de vida; Para alguns autores, privilégio da informação em relação ao documento como principal interesse da disciplina.</p>
	<p>Brasil (do final década de 1980 -) contexto histórico e campos dos arquivos –Democratização, Constituição 1988, preocupação gestão de documentos administrativos e históricos, lei de arquivos, atraso</p>

	<p>desenvolvimento tecnológico, revista Acervo, institucionalização da Ciência da Informação, novos cursos de graduação em Arquivologia, pesquisas sobre o campo dos em nível de pós-graduação acontecendo nos departamentos de Ciência da Informação, Lei que regula a microfilmagem, dissolução núcleos regionais da AAB, criação de associações em alguns estados, Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia (REBRARQ), Início legislação/políticas públicas; revista Cenário Arquivístico, Congresso Brasileiro de Arquivologia ocorrendo a cada dois anos, criação do Congresso Nacional de Arquivologia, REUNI, CONARQ, SIGA, NOBRADE, desenvolvimento econômico, INTERPARES, ampliação dos cursos de graduação em Arquivologia, criação do primeiro mestrado (profissional) em Arquivologia (UNIRIO), Lei de acesso à informação; Formação híbrida; REPARQ; Maior reflexão e pesquisa na área; Para alguns autores, privilegio da informação em relação ao documento como principal interesse da disciplina.</p>
--	--

6 CONCEPÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES

There is a powerful pair of contrasting images of the archive—the temple of fact, objectivity, and omniscience; the factory of deceit, distortion, and prejudice. Truth-telling and fiction-making are both persistent truths about archives (STARN, 2002, p. 387).

Durante a trajetória da Arquivologia nos períodos por nós atribuídos como Clássico e Moderno, compreendemos não haver dificuldades em considerar que o fundamento da área estava sustentado pelas intervenções físicas e/ou intelectuais junto ao documento de arquivo, materializado em diferentes suportes físicos. E que, a partir destas intervenções, foram concebidas teorias, Princípios e Funções para a área.

Nessa linha de pensamento, justificamos que as discussões apresentadas nos primeiros cinco capítulos deste trabalho foram baseadas no que consideramos como mais relevante sobre a história dos arquivos e da Arquivologia, capaz de contribuir em nossas reflexões sobre a configuração de diferentes definições acerca do Objeto científico da área. Desta maneira, afirmamos que, durante suas fases “pré-contemporâneas”, pouco se dedicou a discutir ou problematizar quanto ao seu referido Objeto, o que para nós é resultado de alguns fatores inter-relacionados. Sobre estes, podemos dizer que antes da consignação da Arquivologia enquanto campo científico, a história dos arquivos esteve inserida no processo de desenvolvimento histórico diretamente relacionado ao tempo e ao contexto em que estava imbricada, sendo que o que conferia significados aos arquivos eram, fundamentalmente, os usos e valores que se atribuíam aos documentos. Com a promulgação e validação dos primeiros Princípios e com a publicação do Manual dos Holandeses, arrola-se a autonomia e consequente consolidação do campo dos arquivos como área de *Saber*, visto que a demarcação de certas características estabelece e configura a ideia de documento de arquivo, contribuindo, sobremaneira, para a identidade da área.

De fato, a edificação científica atribuída ao campo dos arquivos emerge em discussões desta natureza. Entretanto, apenas nas últimas três décadas é

que elas se intensificam e tomam novos contornos. E, de acordo com o que abordamos no capítulo anterior, tais discussões ascendem, principalmente, devido às alterações no material de trabalho dos arquivistas, uma vez que, até então, o que havia de mais contundente relacionava-se, principalmente, a questionamentos e ressignificações do Princípio da Proveniência, do Princípio da Ordem Original e da teoria do Ciclo Vital, não alterando as características que fundamentavam o estabelecimento do conceito de documento de arquivo.

Defendemos que, ao longo dos tempos, emanaram-se formas diferentes de *Fazer* e de *Saber*, mas que tinham por base o documento materializado em suporte físico, ainda que as variações destes suportes tenham acarretado em uma série de dúvidas e discussões por parte da comunidade científica da Arquivologia. Também não temos a pretensão em desqualificar todo esforço empenhado pelos membros desta comunidade no que tange às revisitações teóricas. O que objetivamos demonstrar com estas argumentações, somadas à nossa compreensão sobre o Objeto científico de uma área do conhecimento ser resultado de construções, é que, durante seus períodos Clássico e Moderno, as concepções relativas ao estatuto científico da Arquivologia foram idealizadas ao redor do que se propunha e almejava como científico para o campo dos arquivos, e que se materializavam no que tinham como objeto de trabalho, o documento de arquivo.

Nesse sentido, parecia inerente que a preocupação da Arquivologia estivesse nos arquivos, nos documentos, ou como o próprio nome diz, com a ciência dos arquivos, estes entendidos como conjunto de documentos de arquivo. Todavia, quando o documento de arquivo passa a ser o cerne de uma “crise”, conseqüentemente o que se propunha e se definia como ciência para o campo dos arquivos é revisitado. Conforme já discutimos sobre a fase da Arquivologia Contemporânea, o cenário começa a tomar outros contornos ao passo que a informação resultante de uma função ou atividade não está mais necessariamente materializada em suporte físico. E julgamos que, junto a isso, não só os Princípios, teorias, Funções e a ideia de ciência estão na mira de mudanças, negações ou revisões, mas também a concepção da verdade arquivística, bem como o que se compreende como o Objeto científico.

Sendo assim, ao passo que os capítulos anteriores foram elaborados com vistas a empreendermos, através da trajetória da Arquivologia, reflexões

que conflagram em diferentes definições acerca do Objeto científico da área, além de indícios que a sustentam, pretende-se neste sexto capítulo elencar algumas destas, encontradas neste percurso por meio da revisão de literatura brasileira e estrangeira da área. Também são discutidas as intersecções das diferentes definições com a produção do discurso que lhes dá origem, e com isso, a análise da questão como um todo.

Para tanto, entendemos como necessário iniciar afirmando que diferente de fases anteriores, a Arquivologia que se faz presente não é produto de uma só teoria ou personificada em arquivista específico, tal como se convencionou, equivocadamente, pela representatividade do Manual dos Holandeses, de Casanova, de Schellenberg ou de Jenkinson, tampouco advindas apenas de países europeus ou americanos. Não acreditamos que apenas o que foi representado como significativo sobre a época reflete o que se produzia, e muito menos, que somente os autores consagrados se valiam de preocupações sobre os arquivos. O que buscamos evidenciar é que, em nosso tempo, o que se constrói advém de reflexões de diferentes grupos de arquivistas e teóricos, em maior quantidade, de locais os mais diversos, entendidos amplamente como membros de uma consolidada comunidade científica e que elaboram suas abordagens a partir de perspectivas variadas. Muitas destas questionam o estatuto epistemológico da área, de inúmeras formas, indo desde críticas em relação aos Princípios e teorias, o posicionamento quanto ao que decorre do *progresso da tecnologia documental*, as alterações no objeto de trabalho, o papel dos arquivistas, a classificação e posição enquanto campo científico, bem como quanto à definição e compreensão do Objeto científico.

Demonstrado isso e buscando adentrar nas discussões aqui pretendidas, retomemos o que apresentamos sobre a Arquivística Integrada no capítulo cinco. Tal como vimos, os canadenses que a representam tiveram por objetivo a (re) construção da área e, valendo-se disso, o professor da Escola de Biblioteconomia e Informação da Universidade de Montreal, Carol Couture, organizou projeto de pesquisa⁵⁸ com vistas a analisar tanto o desenvolvimento

⁵⁸ Para maiores informações sobre o projeto, sua metodologia bem como acesso aos resultados, pesquisar <http://mapageweb.umontreal.ca/couturec/index.html>. Acesso em 30. set.2012.

da Arquivologia, quanto a profissão de arquivista, em escala global. Financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa em Ciências Humanas do Canadá, o programa foi dividido em três fases.

Na primeira, que durou de 1988 até 1991 e contou com a parceria de Marcel Lajeunesse, professor na mesma instituição, realizou-se estudo comparativo sobre o impacto das legislações arquivísticas e das políticas nacionais de arquivo ao redor do mundo. Para nós, essa temática ter sido escolhida como a primeira a ser investigada, reflete o que significou, em termos práticos e teóricos, para a comunidade arquivística do Canadá, a promulgação da Lei de Acesso aos Documentos Públicos e Proteção de Informações Pessoais, em 1982, e da Lei dos Arquivos, em 1983. Exemplo disso ilustramos rapidamente no início do capítulo cinco, ao apontarmos as dificuldades vivenciadas pela Associação dos Arquivistas do Quebec/Canadá, no final dos anos 1980. Para a segunda fase, que decorreu entre os anos de 1991 até 1994, e igualmente com a parceria com Marcel Lajeunesse, foram analisados os Princípios e Funções arquivísticas a partir do que havia sido produzido e publicado pelo *Records and Archives Management Program*⁵⁹ (RAMP) da UNESCO. Considerando que o objeto de trabalho dos arquivistas estava passando por evidentes alterações, indo desde as formas de produção até sua configuração/materialização, acreditamos que revisitar o que havia sido pensado, argumentado e proposto até então para os Princípios e Funções, seria uma forma de buscar alternativas e alçar perspectivas para a realidade eminente ao campo dos arquivos. Já em relação à última fase, que aconteceu entre os anos de 1997 até 2000, desta vez em parceria com os então auxiliares de pesquisa e alunos de doutorado Jocelyne Martineau e Daniel Ducharme, compararam o desenvolvimento das pesquisas e a formação em Arquivologia em diversos países.

⁵⁹ O RAMP teve início no ano de 1979 e visa a conscientização quanto à importância dos arquivos para as nações, o estabelecimento junto aos países membros da UNESCO de programas de gestão documental, legislação arquivística, infraestrutura para arquivos, formação e educação na área, além de apoiar o desenvolvimento de pesquisas teóricas e práticas concernentes ao campo dos arquivos. Tem mais de cem publicações resultantes de estudos sobre essas temáticas, desenvolvidos por especialistas da área de arquivos, estando traduzidas para o inglês, espanhol, francês, russo e árabe. Fonte: http://www.unesco.org/archives/new2010/en/ramp_studies.html. Acesso em nov. 2012.

Vamos nos deter, em nosso trabalho, a analisar o que resultou desta terceira fase da pesquisa, por considerarmos que o cenário encontrado é terreno fértil para compreendermos o que se manifestava em relação ao Objeto científico da Arquivologia no início do século XXI. Sendo assim, ancoramo-nos inicialmente em obra na qual os canadenses, membros desta última fase da pesquisa, publicaram no ano de 1999, apresentando resultados parciais do que haviam verificado, além dos resultados gerais do projeto como um todo⁶⁰. Justificamos a opção em valermos-nos também da publicação de 1999, mesmo que nela estejam registrados apenas os resultados parciais, por esta ter sido traduzida para o português por Luís Carlos Lopes, sobre o qual já demonstramos o papel de representante da Arquivística Integrada no Brasil, a partir da década de 1990. Entendemos que o discurso de Lopes, registrado nesta obra, é carregado de interpretações que não se reduzem à tradução e, ao mesmo tempo, são portadoras de significados quanto à sua compreensão da abordagem canadense a partir do/e no campo dos arquivos brasileiro, o que, certamente, facilitará nossa discussão sobre as influências da referida abordagem em nosso país no que tange à definição do Objeto científico da Arquivologia.

Sendo assim e a partir do material consultado, vamos direcionar nosso olhar em relação aos resultados da terceira fase do projeto de investigação dos canadenses, no que se refere à pesquisa em Arquivologia⁶¹, sobre a qual, articuladas a partir da reunião de propostas de outros autores, apresentam nove itens que devem ser entendidos como grupos de temas a serem aprofundados, bem como utilizados para formação;

1. Objeto e finalidade da Arquivística;
2. Arquivos e Sociedade;
3. História dos Arquivos e da Arquivística;
4. Funções Arquivísticas;
5. Gestão dos programas e dos serviços de arquivos;
6. Tecnologias;
7. Suportes e tipos de arquivos;
8. Meio profissional dos arquivos;
9. Problemas particulares relativos aos arquivos.

⁶⁰ Disponível em: <http://mapageweb.umontreal.ca/couturec/index.html>. Acesso em set.2012.

⁶¹ Conforme vimos, essa terceira fase dedicou-se às análises sobre a pesquisa e a formação em Arquivologia. Faz-se importante destacar que, ainda que neste momento nosso foco esteja direcionado à pesquisa, no capítulo seguinte vamos nos deter às questões da formação.

Ainda que cada um destes grupos tenha sua devida importância, optamos por direcionar nossa observação somente ao primeiro, pois o interpretamos como sendo o de maior relevância e pertinência no que tange à problemática de nossa pesquisa. Isto posto, referente à temática “Objeto e finalidade da Arquivística”, especificamente quanto à “finalidade”, a pesquisa revelou que não há unanimidade sobre o seu significado dentre a comunidade da área, sendo que as definições giram entre “conservação da memória”, “acesso à informação” e “eficácia administrativa”. Relativo ao “Objeto”, o resultado da investigação dos canadenses indica que, no início dos anos 2000, existem no interior da comunidade científica da área preocupações quanto a sua definição; entretanto, pouco se trabalha para avançar na questão, uma vez que as respostas recebidas sobre esse tema foram muito diversas, a ponto de concluírem que o Objeto está longe de ser identificado. Estes resultados corroboram nossa perspectiva em abordar problemáticas concernentes ao Objeto científico, haja visto que as divergências sobre sua definição e a falta de investigação quanto à temática não são questões atuais, tampouco exclusivas do campo dos arquivos brasileiro.

Vimos que a Arquivologia se torna “autônoma” e é estabelecida como área científica a partir da promulgação e divulgação do Princípio da Proveniência, que estabelece a ideia de Classificação por origem de produção/acúmulo, além do da Ordem Original, do qual emerge a questão da Organicidade. Também já apresentamos argumentação de que, enquanto o objeto de trabalho dos arquivistas é materializado fisicamente, o estatuto científico da área não sofre tantos abalos como quando a materialidade física passa a inexistir, o que, por consequência, instaura “crise” de identidade tanto na fundamentação da área, como na sua finalidade, o papel dos arquivistas, dentre outras questões. Nós defendemos que se elementos que até então sustentam e dão identidade à disciplina são abalados, certamente o Objeto científico também o será.

Em um primeiro momento, pareceu-nos que a partir do Objeto científico é que insurgia a “crise” na Arquivologia, porém, durante nosso percurso investigativo concluímos que, além de ser “vítima” da crise tanto quanto outros elementos que sustentam a área, o Objeto só passa a ser considerado como sujeito fundamental para a cientificidade no momento em que a identidade

científica da Arquivologia é abalada. E conforme já apontamos em capítulos anteriores, o que parecia “por natureza” como sendo o Objeto científico, aquilo que produzia a observação e estimulava a problemática, coincidentemente, era o objeto de trabalho dos arquivistas, o documento de arquivo, o qual passa a ser questionado na fase Contemporânea da Arquivologia. Não obstante, é preciso ainda colocar que, quando a Arquivologia se estabelece como campo científico, a concepção sobre o que deve ser seu Objeto não “nasceu” ou se configurou apenas porque ela se “tornou” uma ciência. De forma exaustiva já argumentamos nossa ideia de ciência e de Objeto enquanto categorias construídas a partir de necessidades advindas da realidade e por pessoas, tornando-os, portanto, passíveis de serem questionados a todo e qualquer momento.

Inseridos nestas análises e de acordo com o que apresentamos na introdução desta pesquisa, partimos do pressuposto que há diferentes definições acerca do Objeto científico da Arquivologia. Ao longo deste trabalho, verificamos que essas diferenças emergem na fase da Arquivologia Contemporânea, principalmente a partir do *progresso da tecnologia documental* e, conseqüentemente, das alterações sofridas pelo objeto de trabalho dos arquivistas. Sendo assim, é certo que há um repertório considerável de enunciados para o que se postula como Objeto científico da área, porém, vamos nos deter fundamentalmente naqueles que julgamos mais relevantes por serem portadores do atual discurso que insere a Arquivologia na contenda “Custodial” x “Pós-custodial” e “Pós-moderna”. Vale ressaltar que as diferentes concepções que se estabeleceram são resultados do próprio processo de desenvolvimento da área, bem como do atual momento que está passando;

- o arquivo enquanto conjunto de documentos de arquivo;
- documento de arquivo;
- informação orgânica registrada;
- informação arquivística;
- informação social;
- *Process-Bound information* – informação gerada pelos processos administrativos e organizada com vistas a recuperar o contexto.

6.1 OBJETO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA NA LITERATURA ESTRANGEIRA DA ÁREA

6.1.1. *Arquivo e documentos de arquivo como Objeto*

Muito do que encontramos sobre a identificação do Arquivo como sendo Objeto para a área, está relacionado à definição de ciência arquivística por autores majoritariamente europeus e cujos discursos foram construídos no início do século XX, como a *ciência dos arquivos* pela definição de Casanova⁶² (1928) ou *archive science* por Jenkinson (1922). Entretanto, não podemos afirmar que estes autores, ao conceberem o atributo científico aos Arquivos, estavam necessariamente afirmando-o como Objeto da área. Porém, no decorrer de análises quanto à literatura estrangeira recente, encontramos em autores predominantemente espanhóis a definição do Arquivo como Objeto científico da Arquivologia, o que demonstraremos a partir das definições apresentadas por Mendo Carmona (1995; 2004), Martin-Pozuelo Campillos (1996; 2009) e Antonia Heredia Herrera (1993; 2011).

Para a professora da *Facultad de Ciencias de la Documentación* da Universidade Complutense de Madrid/Espanha, Concepción Mendo Carmona, (1995, p. 131) através da Arquivologia é possível

manejar y hacer accesible la información de grandes masas documentales, generadas por una institución en el desarrollo de sus actividades diarias, de manera que proporcione toda la información que cada documento contiene en sí mismo y en su contexto al estar aquél en relación con otros documentos.

Por meio deste discurso, podemos estabelecer relação direta com o que a autora considera método da arquivologia, isto é, o tratamento que permite manusear e deixar acessível a informação de massas documentais. Para a autora, a Função Identificação é um destes, pois torna possível conhecer a instituição produtora do Fundo e os documentos gerados por ela. Justifica ainda a Identificação como método, por considerá-la uma das melhores ferramentas para aplicação dos Princípios que considera fundamentais para a

⁶² CASANOVA, E. **Archivistica**. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

área – Proveniência, a qual também se desdobra no da Ordem Original – além da teoria do Ciclo Vital.

Assim, ao considerar o método, os Princípios e as teorias que sustentam a Arquivologia, afirma que estes são a essência da ciência que tem como Objeto *el conjunto orgánico de documentos que denominamos archivo en el contexto en que ha sido producido, no de forma aislada; y en ella radica también su metodología* (MENDO CARMONA, 2004, p. 36).

De acordo com outra espanhola, Maria Paz Martin-Pozuelo Campillos, professora no *Departamiento de Biblioteconomia y Documentación* da Universidade Carlos III, também em Madrid/Espanha,

el objeto de estudio de la Archivística son los archivos, en esto parecen coincidir todos los teóricos. (...) no como lugar de conservación sino como conjunto de documentos con valores y funciones que se modifican con el paso del tiempo y que van desde la puramente administrativa a la cultural, pasando por estadios donde ambas se alternan o yuxtaponen.... (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 155-165).

Como entende que o Objeto de estudo está dado, a autora direciona suas reflexões sobre o estatuto científico para os objetivos da área. E, partindo dessa concepção, para pensar o desenvolvimento da Arquivologia, em obra mais recente afirma que

muy lentamente y más deprisa en los últimos años la praxis archivística deja de ser solo el conjunto de operaciones destinadas a facilitar la función de archivo. Ahora también incorpora entre sus objetivos la excelencia de esas funciones y se dirige a un fin fundamental, la atención del usuario al que empieza a considerar como cliente que, como tal, exige satisfacer necesidades, algunas de las cuales nunca antes se habían planteado (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 2009, p. 15).

Já para a arquivista, também de origem espanhola, Antonia Heredia Herrera, não podemos perder de vista a tríplice dimensão do Objeto da Arquivologia, tampouco a sua ordem: arquivos, documentos de arquivo e

informação. Ao mencionar a ordem da definição reforça: *De no ser así y empezamos por el final – haciendo prioritaria a la información – nos estaremos convirtiendo en documentalistas* (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 32). Sendo a Arquivologia para esta autora a ciência dos documentos de arquivo e dos arquivos como custodiadores e responsáveis pela gestão destes documentos, além da metodologia aplicada por estes para potencializar o uso e o acesso aos seus documentos e serviços -, podemos afirmar que as definições quanto ao Objeto apresentadas por essas três arquivistas espanholas convergem para a mesma perspectiva, ou seja, que se trata do Arquivo e este entendido como conjunto de documentos de arquivo.

Ademais, não há, até agora, expressivas relações nas abordagens espanholas que inserem o campo dos arquivos sob a perspectiva da Ciência da Informação, o que a própria definição de Herrera nos permite afirmar, ao ser contundente quanto à ordem dos fatores quando descreve o Objeto. O que percebemos ao analisar não só estas definições como o que vislumbramos no quinto capítulo sobre os estudos de Tipologia Documental, é o alargamento das reflexões espanholas em direção ao desenvolvimento de metodologias para o campo dos arquivos, o que parecem utilizar como sinônimo do que atribuímos como Função, reconhecidas por contribuir com soluções para problemas do *Fazer* e o avanço do *Saber*.

Igualmente portadora de contribuições significativas para a área, as ideias de Luciana Duranti constantemente estão no epicentro das discussões teóricas da Arquivologia. Considerada por muitos como representante do paradigma “Custodial” para o campo dos arquivos, Duranti não é assim avaliada somente por definir o documento de arquivo como Objeto científico da Arquivologia, mas, sim, principalmente, por reafirmar como válidos para a área, inclusive ao se referir aos documentos em ambiente eletrônico, conceitos estabelecidos por Hilary Jenkinson na década de 1920. Importante destacar que tanto as ideias de Jenkinson como as de Duranti são alvos de críticas, mas sobretudo, porém não somente, por mandatários do pensamento “Pós-moderno” da Arquivologia, que as julgam como positivistas e mensageiras da objetividade racional para o campo dos arquivos.

Duranti afirma que a tecnologia impôs para o campo dos arquivos o desaparecimento da fronteira entre os diversos produtos gerados em âmbito eletrônico e isso

tem minado a nossa capacidade de produzir documentos fidedignos e de manter arquivos de forma a preservar continuamente a sua autenticidade. É portanto essencial restabelecer o conceito de arquivo, o qual deve ser baseado nas circunstâncias da sua criação, definir as características que distinguem documentos de arquivo de qualquer outra entidade digital e garantir a sua proteção através da integração em sistemas de arquivo capazes de garantir que a sua natureza não seja alterada de forma intencional ou acidental (DURANTI, 2003, p. 6).

Esse discurso de Duranti advém de sua preocupação pela garantia da evidência, isto é, do valor probatório que cabe aos documentos de arquivo enquanto *resíduos e vestígios tangíveis das transações para cuja ultimação foram criados e constituem a memória escrita e a primeira prestação de contas de um agente* (1994, p. 56) frente à realidade digital que se apresenta. Ao considerar que os elementos de um documento de valor histórico e fixado em suporte papel podem ser encontrados em documentos contemporâneos, Duranti busca, pelo método diplomático, maneiras que contribuam na salvaguarda das garantias que determinam a configuração do documento de arquivo. Justifica que a Diplomática tem por Objeto o documento de arquivo isoladamente enquanto a Arquivologia ocupa-se do conjunto de documentos de arquivos, e a partir de então se vale da abordagem que concebe como Diplomática Arquivística/Contemporânea para asseverar as ações e transações que os documentos de arquivo asseguram.

Iniciam-se daí as críticas e a caracterização de “Custodial” às ideias de Duranti, a qual revisita as qualidades essenciais atribuídas ao documento de arquivo por Hilary Jenkinson, para então *estabelecer seu status no que diz respeito aos documentos contemporâneos* (DURANTI, 1994, p. 51). E, conforme vimos no terceiro capítulo deste trabalho, tais qualidades são a Imparcialidade, Autenticidade, Naturalidade e Inter-relacionamento (ou Interdependência). Além destas, Duranti ainda considera mais uma, a Unicidade, *que provém do fato de que cada registro documental assume um*

lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental (DURANTI, 1994, p. 52).

Afora outras questões que caracterizam as ideias de Duranti e são alvo de críticas contundentes por membros da comunidade científica da Arquivologia, e sobre as quais não nos valeremos neste trabalho, o fato é que esta autora busca na Diplomática e em características atribuídas historicamente ao documento de arquivo os instrumentos para fundamentar sua concepção de que o Objeto da ciência dos arquivos é o documento de arquivo, sendo este, por sua vez, *a corporificação do fato* (DURANTI⁶³, 1994 apud CAMARGO, 2003, p. 11). Inclusive, o projeto InterPARES, do qual é a principal idealizadora, pretende produzir conhecimento capaz de manter e conservar as qualidades essenciais destes documentos em ambiente eletrônico.

Analisadas as concepções das autoras espanholas, que definem como Objeto científico o Arquivo, e a perspectiva de Duranti, que o define como “o conjunto de documentos de arquivo”, podemos interpretar que, na verdade, tratam-se de definições comuns, ainda que a denominação não seja a mesma. Ambas as concepções valorizam primeiramente o caráter instrumental que permeia os documentos de arquivo, ou seja, sua função jurídico-administrativa, ainda que outros usos não sejam dispensados. E justamente por prezarem essa instrumentalidade é que não inserem a Arquivologia na perspectiva informacional, ou melhor dizendo, na Ciência da Informação.

6.1.2 Informação como Objeto

6.1.2.1 Informação Social

Conforme argumentamos no capítulo anterior, a perspectiva “Pós-custodial”, neste trabalho representada pelos autores portugueses, Armando Malheiro da Silva (Silva, A.M.B. da, 1999; 2000; 2002; 2003; 2004) e Fernanda

⁶³ DURANTI, L.. The concept of appraisal and archival theory. **The American Archivist**, Chicago, v.57, n.2, p.328-344. 1994

Ribeiro (1999; 2002; 2003), insere a Arquivologia como disciplina da Ciência da Informação. Complementando essa relação, em entrevista para o primeiro número da *Newsletter* de Ciência da Informação da Universidade do Porto, Fernanda Ribeiro, ao ser questionada quanto ao fato de ser Ciência e não Ciências da Informação responde;

Na verdade, à adopção do termo “ciência” e não “ciências” procura afirmar uma identidade unitária para um campo do saber que se pretende impor cientificamente, reivindicando um objecto de estudo próprio – a Informação – e adoptando um método de investigação usado nas Ciências Sociais, já que o objecto de estudo é definido como um fenómeno humano e social. A adopção do singular para a C. I. significa, justamente, a afirmação de uma área científica, com identidade e unidade do ponto de vista epistemológico. Recusamos a ideia perfilhada por outros de que a C. I. é uma interdisciplina, pois essa visão retira-lhe espessura científica e converte-a numa espécie de “ferramenta” operativa, valorizando sobretudo a componente tecnicista. Recusamos o termo no plural, que muitos adoptam porque entendem que há várias ciências da informação, designadamente a Biblioteconomia, a Arquivística e a Documentação. Recusamos, ainda, a distinção conceptual entre as áreas da Informação e da Documentação, porque a segunda só pode existir como “diferença específica” da primeira e não como algo distinto e diverso. Assumimos, pois, a C. I., no singular, como área científica una, que engloba componentes aplicadas (disciplinas como a Biblioteconomia, a Arquivística, a Gestão da Informação ou a Informática de Gestão / Sistemas Tecnológicos de Informação), todas elas centradas sobre um mesmo objecto de estudo e de trabalho – a Informação –, contextualizado em sistemas, serviços e ambientes orgânicos diversos e plurais (RIBEIRO, 2008).

De forma a contextualizar essa concepção da autora e pensá-la a partir “do lugar de onde fala”, nos remetemos à Universidade do Porto, em Portugal, onde é diretora do curso de Licenciatura em Ciência da Informação, que tem duração de três anos e foi criado em 2001/2002 como resultado da parceria entre as Faculdades de Engenharia e de Letras da Universidade. E, de modo a reforçar nossa análise anterior, na qual afirmamos que esta abordagem portuguesa para a Arquivologia foi concebida no bojo acadêmico, valemo-nos do que estes autores propõem como fundamentos que orientaram a criação dessa Licenciatura, para aprofundarmos nosso embasamento; *um modelo de*

formação científica e profissional que não diferencia as “separações artificiais” entre os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 10).

O modelo de formação que constroem estabelece a Ciência da Informação como núcleo central e tem por Objeto científico a “Informação Social”, justificando-o como necessário devido às consequências “epistemológicas profundas” apresentadas a partir da pós-industrialização e suas consequências no desenvolvimento do processo econômico, político e sociocultural da globalização. Com vistas a enquadrá-lo no interior das Ciências Humanas e Sociais, anunciam a importância da “Informação Social” para estas ciências, dado seu caráter de “mediação informacional” entre os homens e a sociedade, afinal, *conhecimentos como o historiográfico e o antropológico, apenas para citar alguns exemplos, não se fazem sem a “mediação informacional”* (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 7).

A partir disso, definem como Informação Social o

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, optico, etc. e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes (...)) sendo que o que a “coisifica” como fenômeno social é a linguagem, seus signos e significados (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 4).

Ao descreverem o que o modelo que desenvolvem propõe, afirmam que a Arquivologia deve ser (re) enquadrada epistemologicamente em um novo paradigma emergente, “Pós-custodial e científico”, em detrimento de suas até então práticas empíricas *artificialmente autonomizadas e disfarçadas de “científicas”* (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 6), que após a larga difusão de novas tecnologias e a sua relação

dinâmica com as tecnologias precedentes, trouxeram para primeiro plano um fenômeno/processo social tão antigo como o próprio Homem e durante séculos “ocultado” pelo suporte material das palavras e das imagens. Deu-se, pois, a plena “aparição” da informação social, facilmente transferível de um suporte para outro e até simultaneamente circulável em todos eles (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 4).

Essa perspectiva “Pós-custodial” valoriza a informação como fenômeno social, atribuindo-lhe valor e não ao suporte documental ou ao documento em si, pois

anuncia-se e perfila-se a "transparência" total do documento e, conseqüentemente, a visibilidade da sua "essência" constitutiva - a informação -, porquanto se percebe cada vez melhor que não há documento sem informação, mas sim o inverso, ou seja, informação para além do documento (suporte material externo), sendo este, afinal, um mero epifenômeno daquela (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 4).

6.1.2.2 Informação Orgânica

Diferente da abordagem portuguesa que concebe um Objeto científico para a Ciência da Informação, devendo este – no caso a Informação Social – ser compartilhado pelas disciplinas que compõem essa ciência e, dentre elas, a Arquivologia, a perspectiva da Arquivística Integrada proposta pelos canadenses define como Objeto da Arquivologia a Informação Orgânica.

Mesmo que ambas as abordagens insiram o campo dos arquivos na perspectiva informacional, os canadenses atribuem para seu Objeto característica que nos remetem a alguns Princípios da Arquivologia, o que pode ser verificado a partir do que caracterizam como Informação Orgânica,

elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão [organismo] (...) a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação, são agrupados todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 64-65).

O fato de utilizarem a palavra “orgânica” como elemento classificatório desta informação já é significativo de preocupações em estabelecer vínculos entre a informação e seu contexto de produção, o que também percebemos

quando apontam que o registro destas informações configura o arquivo da instituição. Parece certo tratar-se de uma abordagem com foco na informação, mas justamente por afirmarem que a informação orgânica registrada é o que dá origem aos arquivos, subentende-se podermos considerá-la como documento de arquivo.

Conforme já discutimos no capítulo anterior, a Arquivística Integrada propõe fundamentalmente o reestabelecimento da gestão de documentos - tal como concebida e “separada” pelos americanos “Modernos” - com o tratamento dos documentos considerados históricos. E, para isso ser realizado em um tempo presente, condicionado pela importância da informação, da “Sociedade da Informação”, afirmam como necessária a inserção da Arquivologia na gestão da Informação, compreendendo esta como sendo sua vocação, a – *resolução dos problemas ligados à gestão da informação nos organismos* (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 69).

Para fazer-se valer, esta vocação deve acontecer por meio do Sistema Integrado de Gestão da Informação Orgânica (SIGIO), e antes de nos determos a explicá-lo, é importante apontar que, para os autores da Arquivística Integrada, há nas organizações outro tipo de informação, a “não orgânica”, *produzida fora do âmbito desta [organismo] (...) existe muitas vezes nos locais de trabalho mas igualmente na biblioteca ou no centro de documentação, sob a forma de publicações, de bancos de dados ou de dossiers temáticos* (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 64-65).

Voltando ao SIGIO, os canadenses afirmam que este deve ser dividido em três componentes;

- 1- Criação, difusão e acesso à informação orgânica;
- 2- Classificação e recuperação da informação;
- 3- Proteção e conservação da informação.

Em relação ao primeiro componente, afirmam que, após a informação ser concebida de maneira inteligente e estruturada por seu produtor, é *registrada num suporte adequado sendo posteriormente inserida no canal de difusão apropriado, a fim de ser (...) acessível e de permitir uma comunicação (...) que tenha em conta tudo quanto do ponto de vista legal, cultural e*

tecnológico rodeia o organismo (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 67-68), sendo neste percurso aplicadas normas que visem à gestão da informação. Para o segundo componente, colocam como sendo a fase de análise das funções e subfunções do organismo, com vistas a classificar as informações orgânicas de forma que sejam facilmente recuperadas. E, quanto ao terceiro componente, referem-se à proteção e conservação desta informação.

A nosso ver, ainda que em todos estes componentes esteja referenciada a informação orgânica e não o documento de arquivo, é interessante analisarmos um elemento que estes canadenses apresentam como fundamental para o SIGIO:

Chamamos atenção para o facto de todas as fases do programa serem amplamente tributárias da tabela de seleção dos documentos que representa o elemento estabilizador que permite regular o crescimento exponencial da informação. Graças à tabela de seleção dos documentos, a informação será sistematicamente depurada e tratada em função do ciclo de vida que lhe foi atribuído, e os sistemas utilizados serão periodicamente aliviados, acelerando a comunicação da informação pertinente. É, pois, através da realização deste programa em três fases que a arquivística demonstra a sua especificidade e ocupa o seu lugar numa política de gestão da informação (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 68-69).

Após refletirmos sobre essa necessidade do SIGIO em possuir tabela de temporalidade documental e as demais características que compõem a abordagem da Arquivística Integrada, fica-nos a dúvida se o que definem como informação orgânica registrada não possa ser considerado sinônimo de documento de arquivo, travestido de discurso “informacional”, ou ainda, uma nova definição para o documento de arquivo que não está em suporte físico. Justificamos nossa percepção por entendermos que, o que essa abordagem traz de inovadora e, ao nosso, ver lhe atribui méritos, é a gestão integrada dos documentos em todas as suas fases (desde a criação até sua eliminação ou guarda permanente), bem como a aplicação de Funções arquivísticas já no momento de produção documental. Entretanto, não identificamos elementos capazes de embasar uma diferenciação entre o que definem como informação orgânica registrada e o que estabelecemos como documento de arquivo.

Afora essa discussão, consideramos de interesse pontuarmos uma questão. De acordo com o que apresentamos no capítulo cinco, os adeptos da Arquivística Integrada adotaram, inicialmente, para o uso da teoria das Três Idades a terminologia “ativos, semiativos e inativos”. Contudo, conforme avançavam em suas pesquisas, depois de terem comparado *diversos usos terminológicos, (...) discutido com vários profissionais*, acabaram por escolher e adotar *as seguintes designações: “arquivos correntes”, que são constituídos por documentos activos, “arquivos intermédios”, compostos por documentos semiactivos e “arquivos definitivos”, que agrupam os documentos inactivos com valor de testemunho* (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 113). Explicam essa opção por a considerarem mais precisa e capaz de reforçar a importância do valor primário do documento nas fases corrente e intermediária, como também solucionar o problema que havia na utilização do termo inativo para a última idade do documento, pois essa “inatividade” se desdobra em duas possibilidades que o termo até então utilizado não conseguia abarcar, ou seja, a eliminação ou a guarda permanente.

Além de esta opção resolver questões diretamente relacionadas ao *Saber* e ao *Fazer* na área, os novos termos apresentados por Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau no ano de 1980, por meio de artigo intitulado *L'interdépendance des archives et de la gestion de documents: une approche globale et archivistique*, influenciaram de maneira marcante a Arquivologia brasileira, o que, segundo Jardim (1999), pode ser percebido pelo texto da lei 8.159 de 1991, a Lei de Arquivos.

6.1.2.3 Process-Bound Information

No ano de 1999, ao proferir seminário em Estocolmo/Suécia sobre o desenvolvimento da Arquivologia e como isso estava ocorrendo na Europa, o arquivista holandês Theo Thomassen apontou três grupos de assuntos que para ele compõem a ciência dos arquivos;

1. Seu objeto, suas entidades fundamentais e suas interações;
2. Seu objetivo;
3. Seus métodos e técnicas.

Apresentado isso, diz que sua fala no seminário abordaria a análise destes componentes a partir da periodização que estabeleceu em três fases, de maneira a apresentar o desenvolvimento da Arquivologia. A primeira fase para Thomassen (1999) denomina-se **Estágio pré-paradigmático da Arquivologia**, e valendo-se do conceito de paradigma, tal como defendido por Kuhn, a descreve sendo o período em que o campo dos arquivos foi regido por conceitos e técnicas do século XIX, determinados por abordagens da Diplomática e necessidades administrativas. Dado este duplo caráter determinante, do ponto de vista Diplomático, o seu Objeto era o documento único e, conseqüentemente, sua entidade fundamental o documento isolado, estando o objetivo na crítica documental a fim de permitir a pesquisa histórica e tendo por métodos e técnicas a descrição exaustiva do documento. Já referente à necessidade administrativa, seu Objeto eram os Fundos, e sua entidade fundamental o documento como item individual. O Objetivo estava em identificar e dar acesso aos documentos, e seus métodos e técnicas contemplavam a Descrição das Séries documentais e a Classificação dos Fundos pelo Princípio da Proveniência. Não podia ainda ser considerada como ciência.

Sobre a segunda fase, que define como **Arquivologia Clássica** ou época do “paradigma clássico”, Thomassen apresenta como Objeto o conjunto de documentos criados ou recebidos por uma administração, sendo o documento físico a identidade fundamental. As interações entre as entidades, os documentos físicos, são consideradas orgânicas por natureza. Seu objetivo estava focado no controle físico e intelectual dos documentos, e as metodologias prezavam a aplicação do Princípio da Proveniência e o da Ordem Original. A técnica pode ser caracterizada como a Descrição formal dos documentos físicos, e seu Arranjo, não de acordo com sua forma, mas de acordo com uma classificação natural, uma classificação que espelha a organização que criou o documento. Afirma ainda que, em termos de produção

do conhecimento, a Arquivologia era uma ciência auxiliar da História, e antes de apresentar a terceira e última fase, a que considera estarmos vivenciando, o holandês detém-se a contextualizar algumas transformações sociais.

Segundo o autor, o amplo e rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas necessidades e idéias que não podem ser mais atendidas e integradas na tradição existente no campo dos arquivos. Nesse sentido, um novo paradigma emerge para a Arquivologia, que, pela primeira vez em seu desenvolvimento, está se tornando uma ciência de fato. Assim, de acordo com Thomassen (1999) este **Novo Paradigma** da Arquivologia é mais do que o resultado da revolução digital e está além da mudança do documento em papel para o eletrônico, *é uma mudança a partir do “Clássico” ou “Moderno” para o “Pós-custodial”, ou como Terry Cook sugere, o paradigma Pós-Moderno da Arquivologia*. O Objeto do Novo Paradigma é o *process-bound* de informações, definindo-o como as informações geradas pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto de produção, estabelecendo assim o “vínculo processual”. Nestes termos, a entidade fundamental é dupla, sendo tanto o documento individual, quanto sua relação com o processo de negócios a partir do qual foi criado. O objetivo deixa de ser apenas o acesso à informação e passa a prezar a qualidade arquivística, que representa a transparência, a força e a estabilidade duradoura do “vínculo entre a informação e os processos de negócio que a originaram”.

Essas propostas de Thomassen refletem significativamente as abordagens que se autodenominam “Pós-modernas” para a Arquivologia, tais como as ideias de Terry Cook e a Arquivologia Funcional, dentre outras. São enfoques que não questionam a cientificidade da área, tampouco a inserem obrigatoriamente na perspectiva informacional como premissa de gestão ou institucionalização científica. O que almejam é que a interferência de quem produz o documento seja considerada pela Arquivologia, já que o documento não é um subproduto administrativo, mas sim um produto elaborado em contextos semioticamente produzidos (COOK, 1998, p. 204), dinâmicos e carregados de relações de poder que o norteiam.

Entretanto, muitas das “inovações” que propoem à área, tal como o “vínculo processual” das “informações geradas pelos processos administrativos

e organizadas com vistas a recuperar o contexto de produção”, a nosso ver tratam-se de “novos” discursos para questões que há algum tempo estão estabelecidas no campo científico dos arquivos e que o fundamentam. Afinal, baseado no que propoem, qual a diferença entre o “vínculo processual” e o vínculo arquivístico? Uma palavra mais “pós-moderna”?

Assim, o que apreendemos destas diferentes abordagens que consideram como Objeto científico da Arquivologia a informação, independente das maneiras como se configuram – orgânica, social, arquivística ou *process bound* – primeiramente é que são elaboradas em tempo recente, posteriores ao *progresso da tecnologia documental* e são fundamentadas por premissas relacionadas, majoritariamente, em âmbito eletrônico. Algumas pretendem a área inserida na(s) Ciência(s) da Informação e outras não necessariamente. Porém, todas revisitam teorias, Funções e Princípios a partir de mudanças no objeto de trabalho dos arquivistas, além da justificativa de estarmos vivenciando a “Sociedade da Informação”.

Nessa linha de pensamento, de acordo com Duranti (2003, p. 9), muitos arquivistas estão considerando os arquivos como informações e a si mesmos como profissionais da informação. Para ela, é difícil dizer o quanto destas escolhas está relacionado a questões de cunho profissional, especialmente no contexto atual, no qual aos especialistas em tecnologia da informação vem sendo cada vez mais confiadas as responsabilidades na gestão de documentos e a mediação com os usuários de sistema digital. Em todo o caso, ironicamente, os termos “*record*”, “*file*”, “*archive*” e “*archiving*” são apropriados por cientistas e engenheiros da computação que lhes dão significados muito diferentes de aqueles da Diplomática e da Arquivologia, enquanto que o termo ‘informação’ tornou-se a *buzz-word*⁶⁴ utilizada para se referir ao material de arquivo em qualquer forma.

Para nós, o registro de informações em meio eletrônico e dinâmico é uma realidade da qual não podemos nos esquivar. Todavia, independente de considerar como Objeto da Arquivologia a informação ou o documento de

⁶⁴ Por tratar-se de citação indireta e traduzida de texto de Duranti, optamos por manter essa expressão no original dada as diferentes possibilidades de traduzi-la, além de muitas destas serem pertinentes ao significado do texto, tais como “chavão”, “palavra da moda”, ou ainda, “despidas de significado”.

arquivo, o que não podemos perder de vista, principalmente na “era digital” presente, é a garantia dos elementos que fundamentam a área.

6.2 A PRODUÇÃO LITERÁRIA DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA E O OBJETO CIENTÍFICO

Deter-nos-emos, aqui, a demonstrar discursos encontrados na revisão da literatura brasileira da Arquivologia, bem como alguns elementos inseridos no campo científico nacional, que discorrem sobre o Objeto científico da Arquivologia, para então, no capítulo seguinte, ampliarmos a reflexão para definições apresentadas por membros de sua comunidade participantes da I REPARQ. Sendo assim, e de acordo com o mencionado na introdução deste trabalho, no decorrer da pesquisa e já de posse de considerável levantamento bibliográfico sobre a temática, concluímos que na literatura brasileira as diferentes definições acerca do Objeto científico da Arquivologia são demonstradas, em sua maioria, através de prisma enunciado, ou seja, muito se refere ao que é ou deve ser considerado, e pouco se dedica a fundamentá-lo, justificá-lo, explicá-lo.

Isto posto, o discurso que define a informação como sendo o Objeto da área será representado a partir de Lopes (1996; 1999), Fonseca (1998; 2005), Jardim (1999ab; 2011), Brito (2005), Silva, E.P. (2010), Santos, V.B. (2011), Marques (2011) e Valentim (2012). Justifica-se a escolha destes autores por terem como objeto de estudo o campo dos arquivos e por suas obras abordarem o Objeto científico da Arquivologia, ainda que não necessariamente com a finalidade de problematizá-lo ou aprofundá-lo. Ademais, se tratam de trabalhos resultados de pesquisas em nível de pós-graduação e/ou produção de docentes vinculados a cursos que tematizam a Arquivologia, além de serem portadores de significativa expressão na produção do conhecimento arquivístico brasileiro.

Baseadas nestas mesmas premissas, para análise do discurso que define o Arquivo e os documentos de arquivo como o Objeto científico da área, valemo-nos das ideias de Cunha e Cavalcanti (2008), ARQUIVO NACIONAL (2005), Castro, Castro e Gasparian (1985), Camargo (1994; 2009) e Bellotto (1989, 2002ab, 2010, 2012).

6.2.1 Informação como Objeto

Em artigo que publicou sua entrevista realizada com Carol Couture quando de suas atividades de pós-doutorado com este professor, entre agosto de 1997 e fevereiro de 1998, na Universidade de Montreal/Canadá, Luís Carlos Lopes afirma, de forma contundente, o que para ele significou o surgimento da Arquivística Integrada: algo que *modificou a letargia da arquivística tradicional européia, auto-intitulada como uma disciplina auxiliar da história* (LOPES, 1999, p. 1). Ao longo do nosso trabalho, referimo-nos algumas vezes a Lopes como um dos principais responsáveis pela introdução da abordagem canadense da Arquivística Integrada no Brasil, o que conseqüentemente aplica-se às ideias de Informação Orgânica e Informação Arquivística como Objeto científico da Arquivologia.

Poucos anos antes de ir ao Canadá realizar seu pós-doutorado, Lopes realiza, em 1995, visita técnica à Universidade de Montreal sendo recebido por Louise Gagnon-Arguin e por Carol Couture. Já no ano seguinte, publica livro intitulado “A Informação e os Arquivos” onde logo na introdução explica;

Este livro não é sobre informática. Porém, refere-se ao impacto das novas tecnologias na produção, acumulação e acesso às informações. O seu Objeto de estudo principal é a informação registrada em documentos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas, em função das atividades que desenvolvam, estejam em suportes convencionais ou eletrônicos. Discutem-se, ao longo do texto, os problemas da arquivística (LOPES, 1996, p. 14).

Acreditamos que essa obra possui importante papel na divulgação dos termos “Informação Arquivística” e “Informação Orgânica” para a comunidade arquivística brasileira, pois ancorado pela perspectiva da Arquivística Integrada - sobre a qual dedica grande parte do livro para explicá-la além de caracterizá-la como o que há de mais inovador em termos arquivísticos -, o Objeto proposto para a Arquivologia é a *informação registrada com características arquivísticas* (LOPES, 1996, p. 61). Em relação ao termo Informação Orgânica, que consideramos como o mais utilizado pelos canadenses da abordagem Integrada, Lopes se refere em menor quantidade se comparado à Informação

Arquivística, e fundamentalmente quando pretende apoiar-se na questão da organicidade arquivística ao justificar a valorização da informação frente ao documento de arquivo.

A nosso ver, as ideias promulgadas por Lopes configuram-se mais como caráter de “novidade” para o campo dos arquivos brasileiro até então “letárgico e baseado nas ideias europeias”, do que propriamente uma análise de natureza epistemológica sobre o estatuto científico da Arquivologia, tornando-se assim portador de definições que se configuram sem as devidas contextualizações e significados. Afora as discussões acerca da valorização da informação em relação ao documento de arquivo, neste livro Lopes também aponta a inserção de algumas disciplinas nas *denominadas ciências da informação, entre elas a arquivística* (LOPES, 1996, p. 21).

Nessa perspectiva, algumas considerações tornam-se relevantes. Até a publicação do livro de Lopes em 1996, havia no Brasil quatro cursos de graduação em Arquivologia; os da UNIRIO e da UFSM fundados, em 1977; o da UFF, fundado em 1978; e o da UNB, iniciado em 1991. Neste tempo, a institucionalização da Ciência da Informação no campo acadêmico brasileiro já estava consideravelmente estabelecida e em sobreposição ao “caráter tecnicista” atribuído à Biblioteconomia frente a sua “cientificidade”. Dito isto, é interessante observarmos o que aconteceu na UNB quando da criação do seu curso de graduação em Arquivologia, no ano de 1991, no qual Luís Carlos Lopes foi professor de agosto deste ano até março de 1995⁶⁵. O departamento que abrigou o curso, até então denominado Departamento de Biblioteconomia, passa a chamar-se Departamento de Ciência da Informação e da Documentação (MARQUES, RONCAGLIO e RODRIGUES, 2011, p. 113). Movimentos como esse, de mudança ou adaptação nos nomes dos departamentos que abrigam os cursos de graduação em Arquivologia, se tornarão comuns a partir dos anos 2000, conforme veremos no capítulo seguinte.

Diferente de Lopes (1996), que estabeleceu relação de sinonímia entre os termos Informação Orgânica e Informação Arquivística, especificamente relacionado ao termo “Informação Arquivística” e visando examinar a

⁶⁵ Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=S4602> Acesso em: 04. nov.2012.

emergência de seu uso na produção do conhecimento científico da Arquivologia brasileira, Eliezer Pires da Silva diz que *a dimensão da inovação no emprego da expressão informação arquivística ainda não está clara. No entanto, essa utilização é justificada, por alguns dos autores analisados, como mais vantajosa à compreensão das funções arquivísticas, em relação ao conceito de documento de arquivo* (SILVA, E.P., 2010, p. 20). Essa colocação do autor é afirmada após analisar teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas no Brasil entre os anos de 1996 (ano da publicação do livro de Lopes) até 2006, em cujo título e/ou resumo o termo referenciado estivesse contemplado.

Não temos como afirmar se esta pesquisa abarcou o termo Informação Orgânica, mas os doze trabalhos que retornaram oriundos de programas de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento e em universidades diferentes. E, ainda que os autores analisados por Pires da Silva justifiquem o emprego do termo Informação Arquivística como mais vantajosa frente à utilização de documento de arquivo, o resultado de sua pesquisa demonstrou que *as concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento, informação é representação dos documentos ou metainformação, informação é o documento* (SILVA, E.P., 2010, p. 19).

Não tanto no âmbito do discurso tal como analisado por Pires da Silva, mas resultado de pesquisas que desenvolveu durante sua tese de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o livro *Arquivologia e Ciência da Informação* de Maria Odila Fonseca (2005), busca identificar elementos comuns capazes de integrar as duas áreas de conhecimento que dão nome à obra. Argumenta que a Arquivologia passa por mudanças de paradigmas decorrentes das inovações tecnológicas em seu *Fazer*, e, baseada principalmente nas ideias da Arquivística Integrada Canadense, fundamenta que o elemento integrador do campo dos arquivos com a CI é a Informação Arquivística, que se desloca como “novo” Objeto da Arquivologia frente ao “anterior”, o arquivo.

O objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida (FONSECA, 2005, p. 59).

Fonseca (2005), assim como Lopes (1996), utiliza os termos Informação Orgânica e Informação Arquivística como sinônimos, e sobre essa similaridade são necessárias breves observações. Não sabemos se essa questão advém de problemas de tradução das obras que concebem essas ideias, tampouco estamos atribuindo a esses autores qualquer responsabilidade nesse sentido ou sobre como isso se configura em relação aos usos de ambos os termos no presente. Porém, o fato é que, além de não termos domínio sobre seus significados, incorremos na possibilidade em lhes atribuir ora uma relação de sinonímia, ora uma oposição, ou até mesmo um dualismo, como por exemplo, a Classificação pelo Princípio da Proveniência ou por assunto.

De acordo com nossa argumentação de que a perspectiva informacional se instaura no campo dos arquivos brasileiro a partir dos anos 1990, o que se configura no início da década seguinte é um discurso teórico que reflete a oposição “Tradicional” x “Contemporâneo”;

Na verdade, a Arquivística tende a reconhecer os arquivos como seu objeto e não a informação arquivística. Em torno dessas duas perspectivas, situam-se as escolas de pensamento mais conservadoras – ainda predominantes – e as mais renovadoras. De modo geral, a primeira tendência encontra acolhida nos arquivos públicos europeus e a segunda em escolas de Ciência da Informação de universidades dos Estados Unidos e Canadá (JARDIM e FONSECA, 2005, p. 123).

Esse debate é claramente perceptível no discurso de Brito (2005), concebido no mesmo ano em que Jardim e Fonseca comentam a existência de duas perspectivas, quem pretende analisar as correntes *atuais da Arquivística que apontam a informação como o seu objeto científico, em substituição aos documentos de arquivo*. Em seu ponto de vista, naquele momento *as práticas*

arquivísticas privilegiam o tratamento do documento em prejuízo da informação arquivística e, com isso, verifica-se que a prática diária nos arquivos continua fixando como objeto de trabalho e pesquisa o documento em si, e não o seu conteúdo informacional (BRITO, 2005, p. 32). Notemos que, por essa fala, subentende-se certa relação entre o que define como informação arquivística com conteúdo informacional, o que em nossa percepção pode incorrer inclusive em questões teóricas que estão além das puramente terminológicas. Além disso, parece haver indistinção entre o que se compreende por Objeto científico e o objeto de trabalho dos arquivistas.

Ainda na linha que reforça a polarização documento de arquivo x informação arquivística, Brito (2005) aponta existir, naquele momento, duas correntes epistemológicas para a área; a “Custodial” e a “Pós-custodial”. Considera que a “Custodial” é baseada *no empirismo e no senso comum, mas que já não conseguem dar conta dos arquivos contemporâneos* (BRITO, 2005, p. 32) e que a falta de precisão do Objeto de estudo na perspectiva “Custodial”, *é uma das principais críticas da Arquivística Pós Custodial à Arquivística Custodial* (2005, p. 37). O autor não restringe suas críticas somente a estas, atribuindo ainda ao pensamento “Custodial” o tratamento do *documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história; ou, tragicamente, que o tratamento arquivístico se justifica somente pela necessidade de liberação de espaço físico nas dependências das instituições*. Ademais, confere aos arquivistas espanhóis Manuel Vasquez e Antonia Heredia Herrera o título de *defensores da Arquivística custodial* (2005, p. 36).

Já em relação ao “Pós-custodial”, Brito (2005) *aufere a denominação para a corrente de pensamento que busca uma renovação no modo de saber e fazer para a Arquivística do século XXI, (...) é a transformação da Arquivística em uma disciplina da Ciência da Informação (...) que sugere a análise e o estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da Arquivística (o documento) pela informação arquivística* (2005, p. 37). Ao longo do texto é possível percebermos que essa concepção de “Pós-custodial”, defendida pelo autor, é diretamente substantiada a partir das ideias de Armando Malheiro da Silva propostas sobre a “viragem de paradigmas”.

Sendo assim, o que observamos até meados da década de 2000 na Arquivologia brasileira é a necessidade marcante em inseri-la na perspectiva

informacional, mais especificamente no âmbito da CI, sendo que para isso se tornar possível, o seu Objeto científico deveria deslocar-se do arquivo rumo à Informação Arquivística (FONSECA, 2005). Vale lembrar que essa “tendência informacional” não se restringia ao campo científico brasileiro, pelo contrário, este era fortemente influenciado por ideias advindas do campo internacional⁶⁶.

Atualmente, podemos afirmar que o campo científico dos arquivos, seja em âmbito brasileiro ou estrangeiro, não está polarizado apenas entre duas abordagens, se é que naqueles anos 2000 realmente assim o fosse. Contudo, as problemáticas que circundavam o significado dos termos Informação Arquivística e Informação Orgânica, continuam na ordem do dia.

Em abril de 2011, durante o *I Ciclo de Palestras sobre Arquivos e Gestão Documental: Aperfeiçoamento e Atualização Profissional*, promovido pelo Arquivo do Estado de São Paulo, José Maria Jardim ministrou a palestra “Trajetória e situação da ciência arquivística contemporânea”, na qual afirmou que

*ocorrem deslocamentos provocados pelas novas concepções de documento arquivístico, o qual não é mais necessariamente uma entidade física. As possíveis desassociações entre suporte e informação geram novas demandas no fazer e no saber arquivísticos. A informação arquivística passa a ser uma categoria de reflexão, mesmo que tal não seja um consenso na área*⁶⁷.

Vanderlei Batista dos Santos, em sua tese de doutorado, utiliza o termo Informação Orgânica como sinônimo de Informação Arquivística; *“informação orgânica registrada” (fixedorganic information), de acordo com a denominação usada por Carol Couture, ou seja, as informações arquivísticas* (SANTOS, V.B., 2011, p. 116). E, no que diz respeito ao Objeto científico, afirma ser a *informação orgânica registrada, principalmente em sua manifestação*

⁶⁶ Para maior aprofundamento sobre as influências da Arquivologia internacional na configuração deste campo científico no Brasil, consultar MARQUES (2011) que faz essa análise com bastante profundidade.

⁶⁷ Disponível em <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/ciclopalestras4.pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

estruturada e em seu conjunto, quais sejam os documentos e os fundos arquivísticos e, também, o papel dos arquivos como instituição (arquivos públicos, arquivos institucionais) na preservação e na concessão de acesso às informações (SANTOS, V.B., 2011, p. 121).

Como vimos, Jardim estabelece a Informação Arquivística como categoria de reflexão e não necessariamente como sendo o Objeto científico da área. Ademais, Batista dos Santos (SANTOS, V.B., 2011) amplia o significado do Objeto não o restringindo a oposição a qual se convencionou. Nesse sentido, algumas outras definições são interessantes de abordarmos neste trabalho, ainda que de forma pontual, até mesmo porque no discurso de quem as apresenta não está embutida a necessidade de explicá-las, tal como Marques (2011, p. 88) ao afirmar que mesmo não havendo consenso na área em relação a seu Objeto, o compreende como *informação orgânica registrada, objeto da área*, ou ainda no caso em que o autor vale-se do conceito de informação orgânica, porém não discutindo e nem entrando no debate sobre se se trata ou não do Objeto da Arquivologia, tal como nos apresenta Valentim, claramente fundamentada nas concepções da Arquivística Integrada canadense;

É importante destacar o que considero informação nesse contexto. A 'informação arquivística' é compreendida de forma ampla, uma vez que congrega a informação orgânica (gerada internamente à organização) e a informação não orgânica (gerada externamente à organização). A informação arquivística é gerada em decorrência das transações estabelecidas entre a organização e seus stakeholders e é relacionada às funções, atividades e tarefas organizacionais (VALENTIM, 2012, p. 13).

Além do que demonstramos em relação à concepção destes autores em ser a Informação Orgânica/ Arquivística o Objeto da área, na página do curso de graduação em Arquivologia da UNIRIO encontramos;

A Arquivologia (...) estuda e trata os dados contidos nos documentos arquivísticos transformando-os em informação potencialmente capaz de produzir conhecimento e desenvolvimento social. (...) Seu objeto de estudo e intervenção é a informação arquivística, isto é, uma informação de natureza orgânica e funcional, pública ou privada, coletiva

ou pessoal, produzida, recebida e acumulada por pessoa física ou jurídica em razão de seus objetivos (UNIRIO, s.d).

Não obstante, mesmo que tenhamos percebido certas mudanças nos discursos – o que consideramos natural e saudável para o desenvolvimento de uma ciência – e que no tempo presente as discussões não se limitam a polarizar as abordagens teóricas, ainda com vistas a demonstrar como o termo Informação Arquivística está sendo utilizado, o que, conforme verificamos através dos autores apresentados, carece de definição, significado e aprofundamento, é interessante observarmos o título de recente periódico organizado pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). Lançado no dia 24 de outubro de 2012 e com conselho consultivo formado em sua maioria por docentes de cursos de graduação em Arquivologia, **Informação Arquivística** é *um periódico científico eletrônico semestral (...) que contempla a publicação e a divulgação de trabalhos e pesquisas relacionadas ao campo da Arquivologia e suas relações interdisciplinares, no âmbito nacional e internacional* (INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, 2012). Com a grande vantagem de estar disponível *on-line*, buscamos explicações sobre o que motivou esse título, mas não localizamos nem em seu interior, tampouco no *site* da associação que o publica. Importante ressaltar que isso não desqualifica e muito menos diminui a importância e relevância deste periódico para uma área tão carente de publicações desta natureza em nosso país, e sim apenas reflete a urgência em consolidarmos definições para o termo.

Nessa perspectiva, entendemos que preocupações desta natureza estão presentes nas discussões da comunidade arquivística brasileira. Exemplo disto é o grupo do CNA (Congresso Nacional de Arquivologia), disponível na rede social Facebook, onde há uma enquete sobre qual deverá ser o tema do próximo Congresso a ser realizado na cidade de Santa Maria/Rio Grande do Sul no ano de 2014, e de acordo com o exposto a seguir, uma das propostas é “discussões sobre como poderíamos definir Informação Arquivística”. Quando de nossa consulta à enquete no dia 01/11/2012, haviam sido computados 308 votos dentre os quais 17 a favor deste tema.

Quadro 8 – Cópia de tela do site do grupo do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) na rede social Facebook

6.2.2 Arquivo e documentos de arquivo como Objeto

Praticamente não encontramos referência na literatura brasileira que defina o Arquivo como Objeto científico, ainda que dois dos dicionários de especialidades na área aproximem suas definições de Arquivologia para significados próximos; *disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos* (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 31) e *disciplina que estuda as funções do arquivo* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 29). Nesta linha de pensamento, a definição adotada por Castro, Castro e Gasparian (1985, p. 25) aponta para ideia semelhante, *Arquivologia é a ciência dos arquivos*.

Da mesma maneira, reflexões sobre o documento de arquivo ser considerado o Objeto científico da Arquivologia são registradas em pequena quantidade. Contudo, embora poucas são significativas, e à semelhança das concepções tanto de Duranti como das espanholas representantes dos estudos de Tipologia Documental e da Identificação, as ideias tributárias dos documentos de arquivo enquanto Objeto no campo científico brasileiro valorizam primeiramente o caráter instrumental que permeia estes documentos, a sua função jurídico-administrativa, ainda que outros usos não sejam dispensados. Isto posto, apresentaremos essa abordagem através das ideias de Camargo e Bellotto.

Ao discorrer sobre a qualidade natural e necessária de um processo que dá origem aos documentos de arquivo, Camargo (2009) afirma que estes

obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário (CAMARGO, 2009, p.28).

Na mesma linha de pensamento, de acordo com Bellotto a Arquivologia é uma ciência de conjuntos. *Realmente, só assim deve ser entendida a arquivologia: documentos contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação. Ressalte-se com isso a primeira grande especificidade deste objeto essencial da arquivologia que são os arquivos entendidos como conjuntos: a sua organicidade* (BELLOTTO, 1989, p. 2).

Após compreendermos tanto sua definição de Objeto científico, como os termos em que a concebe, vejamos o que Bellotto coloca sobre a configuração e a utilização do termo Informação Arquivística;

não é informação tomada no sentido geral. Aliás, essa expressão é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum. A melhor expressão ainda é “documento de arquivo”,

com todas as suas especificidades. A verdade é que aquela informação, a que está no arquivo, registrada no documento de arquivo, segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística, etc. Não é “informação arquivística”! A informação arquivística, isto é, a de origem jurídica, administrativa, funcional, orgânica, é, antes de mais nada, prova, por mais simples que seja (...) (BELLOTTO, 2012, p. 7).

Consideramos que as origens da expressão que Bellotto afirma ter caído no uso comum remetem-se, no Brasil, a meados da década de 1990, onde as influências da Arquivística Integrada canadense inserem a Arquivologia na perspectiva informacional através de discurso que se pretendia “inovador” e alinhado com o que havia de vanguarda em termos teóricos da área. Mesmo o *progresso da tecnologia documental* não sendo ainda tão evidente em nosso país nesta época, tanto para o campo dos arquivos como de maneira geral, entendemos que fora o já exposto, outros elementos contribuíram para a propagação do discurso informacional no campo dos arquivos; a institucionalização acadêmica da Ciência da Informação e sua “capacidade” científica “não alcançada” pela Arquivologia, a “emergência” da Sociedade da Informação e a necessidade em renovar o discurso teórico que aqui se configurava, baseado majoritariamente por ideias europeias advindas de países como França e Espanha.

Nesse sentido, percebemos que a sustentação do discurso informacional para o campo dos arquivos brasileiro desde então é promovido fundamentalmente por reflexões produzidas no interior da Ciência da Informação. Também podemos considerar, ainda nessa linha de pensamento, que as obras de Lopes e Fonseca foram determinantes para disseminação dessa perspectiva informacional.

Não obstante, a pesquisa de Pires da Silva é reveladora do terreno em que (ainda) se estabelece a utilização dos termos Informação Orgânica e Informação Arquivística, ou seja, ausente de definição e fundamentação teórica. A publicação de um periódico que abarca um destes termos em seu título, bem como a proposta dos organizadores do próximo CNA em discutir como poderíamos definir a Informação Arquivística, são indicadores desta ausência, além de portadora de significados que subentendem a ausência de

definição. Para nós, conceituar como Objeto científico da Arquivologia um termo sobre o qual pouco se compreende, reflete os percalços que circundam nossa comunidade científica.

Portanto, independente do período e conforme o que apreendemos da trajetória da Arquivologia em suas fases Clássica, Moderna e Contemporânea, bem como das diferentes definições que cercam seu Objeto científico, a ciência dos arquivos vem sendo construída de acordo com a utilização que se faz dos documentos de arquivo. Muitas vezes considerado pelo seu valor probatório e testemunhal, outras igualado à informação, o momento atual é fortemente marcado pelo *progresso da tecnologia documental* principalmente na produção e materialização da informação que resulta de uma atividade ou função, e que serve como evidência dessa ação. Isso consequentemente afeta o objeto de trabalho dos arquivistas, que vem sofrendo alterações significativas e sobre as quais não temos como adivinhar se cessarão ou não. Contudo, não é necessariamente este objeto de trabalho que assegura autonomia para a Arquivologia.

O fato é que o que assinala a importância e configura a existência do Objeto para uma ciência é sua característica em estimular problemáticas e produzir observações a partir daquilo que o define, isto é, que o torna elemento diferenciador e atribui autonomia para um campo do saber. É a partir deste Objeto que os fenômenos da realidade serão observados e problematizados por um campo científico. Portanto, entendemos que a reflexão sobre o que configura o Objeto da Arquivologia não deve partir de questões que o insiram em perspectivas “Pós-modernas”, “Custodiais” ou “Informacionais”, tampouco polarizadas entre o documento de arquivo e a Informação Arquivística/Orgânica.

Desta maneira, em nossa concepção há duas “possibilidades informacionais” no campo dos arquivos. Uma diz respeito ao que está “dentro” do documento, o seu conteúdo. A outra é aquela que está “fora” do documento, isto é, quem o produziu, por que, para quê, quando, onde e como, além de seu trâmite e seus vínculos. Ou seja, o “material de arquivo” tal como argumentado por Bellotto (2002a, p. 11). Todas essas informações que estão “fora” do documento são, por nós, consideradas portadoras dos elementos que caracterizam este “material de arquivo” e tributam a Arquivologia sua

especificidade frente a outras áreas do saber. Durante muito tempo, esse “material de arquivo” foi representado pelo documento de arquivo em suporte físico, objeto de trabalho dos arquivistas. E quando esse objeto se “virtualiza”, a nosso ver, a “busca pela mudança de paradigmas” na Arquivologia se estabelece tanto pela necessidade de membros de sua comunidade científica estarem inseridos na perspectiva informacional, quanto pelas dificuldades demandadas do *Fazer* frente às mudanças no objeto de trabalho.

Sendo assim, algumas colocações são necessárias; uma é o fato de, sendo o Objeto científico da Arquivologia a informação que está “fora” do documento, não significa que a informação de “dentro” deva ser dispensada ou negada. Entretanto, devem ser organizadas e disponibilizadas por premissas específicas a cada qual. Outra diz respeito ao campo dos arquivos sempre ter trabalhado com informação, o que não caracteriza o discurso de muitas das abordagens desenvolvidas em seu interior como “inovadores” ou “pós-modernos”. Vejamos que algumas Funções, como a Classificação, por exemplo, têm, desde o estabelecimento do Princípio da Proveniência, sua operação baseada fundamentalmente pelas informações que estão “fora” do documento. Por fim, especificamente, porém não exclusivamente, ao campo dos arquivos brasileiros terem sido ensaiadas tentativas em conceber a Informação Orgânica/Arquivística como Objeto científico da área, mas que se perderam em suas próprias (in) definições.

7 O CAMPO DOS ARQUIVOS BRASILEIRO

Eu acho que não é possível analisar a dimensão educativa da Arquivologia sem considerarmos o percurso, dentro e fora do Brasil, da Arquivologia como campo do conhecimento. Pensarmos a Arquivologia como área científica significa também pensarmos como essa área forma os membros que a produzem e a reproduzem como campo do conhecimento, ou dito de outra maneira, como são formados os membros dessa comunidade profissional (JARDIM, 2006)⁶⁸.

Quando nos propusemos a compreender as diferentes definições que se configuram acerca do Objeto científico da Arquivologia em campo brasileiro, inicialmente pensávamos que, por meio de revisão da literatura brasileira sobre a temática, poderíamos encontrar elementos que respondessem nossa problemática. Contudo, de acordo com o que já discutimos no arrolar-se deste trabalho, o desenvolvimento de nossa pesquisa nos levou a buscar outras fontes. Afora isso, ao analisarmos as definições acerca do Objeto em literatura estrangeira, além de que, no percurso e trajetória da Arquivologia, concluímos que as diferenças de definição permeiam a área como um todo e é também questão de preocupação recente. Assim, somadas as dificuldades em compreender a configuração das diferentes definições no campo brasileiro somente através da literatura produzida e, de acordo com o que já discutimos e justificamos na introdução deste trabalho, optamos por dialogar com os pesquisadores brasileiros que participaram da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), representando as universidades as quais estão vinculados.

Nesse sentido, afirmamos que nossa opção do recorte metodológico pela REPARQ deve abarcar, necessariamente, discussões quanto à formação e a pesquisa em Arquivologia no Brasil. Diante disso, esse capítulo tem por objetivo identificar os termos sobre os quais se configuram a institucionalização, acadêmica e científica, da formação dos arquivistas no

⁶⁸ Entrevista de José Maria Jardim concedida a CARDOSO J.C. In: **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan./jun. 2006.

Brasil, os motivos que originaram e justificaram o encontro de pesquisadores através da REPARQ, bem como o que desta puderam observar e almejar. Também são apresentadas as definições acerca do Objeto científico da Arquivologia sob o ponto de vista desses pesquisadores, que foram analisadas e inseridas na discussão que suporta nossa problemática. Destacamos, ainda, nossa abordagem quanto às outras definições e percepções destes mesmos pesquisadores, por a considerarmos fundamentais para a compreensão de fatores que entremeiam a área e interferem consideravelmente, tanto na configuração, quanto na permanência de diferenças acerca do Objeto científico da Arquivologia.

Para tanto, voltemos ao projeto de investigação de Carol Couture, Jocelyne Martineau e Daniel Ducharme, sobre a formação e a pesquisa em Arquivologia, ao qual nos referimos no capítulo anterior e pelo viés da pesquisa, para o analisarmos agora através dos resultados acerca da formação. Nesse sentido, estes autores canadenses a apresentaram por meio da trajetória da formação dos profissionais dos arquivos, dividindo-a em três fases;

1. *Da erudição histórica à gestão da informação (1821-1974);*
2. *O movimento para harmonização das formações (1974-1989);*
3. *Os limites da harmonização e a transformação da ambiência arquivística (1990-2000)* (COUTURE, MARTINEAU e DUCHARME, 1999, p. 23-25).

Em relação ao primeiro momento, “da erudição histórica à gestão da informação (1821-1974)”, apontam que a formação de arquivistas tem início na Europa a partir de 1821, pelas escolas de formação, cujo viés estava direcionado à administração dos documentos públicos, principalmente os considerados históricos, tais como a *École des Chartes* com sua erudição histórica, e as escolas italianas, com foco na Diplomática e na Paleografia. A partir da década de 1930, as mudanças científicas e sociais, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, o aumento da massa documental, a expansão dos serviços públicos e consequentemente os serviços de arquivos dessa

natureza, carregam consigo uma nova realidade que implicaria na necessidade em adaptar e mudar a formação do profissional dos arquivos. *Na medida em que se esvai a ideia do arquivista-historiador, o arquivista-profissional-da-informação toma forma* (COUTURE, MARTINEAU e DUCHARME, 1999, p. 24). Esses autores dizem, inclusive, que a partir da década de 1940, a formação dos arquivistas está mais nas escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do que nas de História, mas que ainda assim, durante este longo período, teve-se por foco, em termos de formação, particularmente o campo dos arquivos.

Já o segundo momento, do “movimento para harmonização das formações (1974-1989)”, reflete uma iniciativa da UNESCO iniciada em 1974 e apoiada por outros três organismos internacionais; o CIA, a Federação Internacional de Informação e Documentação, e a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias. Tendo por objetivo definir estratégias que favorecessem a harmonização de três disciplinas; Arquivologia, Biblioteconomia e Ciências da Informação, *o movimento chega ao seu apogeu em 1987, no Colóquio de Londres, organizado para discutir este problema* (COUTURE, MARTINEAU e DUCHARME, 1999, p. 24). Essa proposta de harmonização estava inserida numa perspectiva que atribuía a todas às três disciplinas “problemas semelhantes”, tais como o aumento da produção de documentos e informações que necessitavam de tratamento, ampliação nas demandas derivadas deste aumento e adaptação a novas tecnologias. Outro fator significativo presente nesta discussão é a ideia de uma política única de recursos e infraestrutura, além da unificação de discussões acerca de “problemas comuns”, tais como análise documentária, conservação, preservação, recuperação da informação, entre outros. Os autores da pesquisa afirmam ainda que esse breve período se manifesta pela aliança entre essas áreas da informação como fio condutor nos modelos de formação. Por fim, quanto ao terceiro momento, dos “limites da harmonização e a transformação da ambiência arquivística (1990-2000)”, discorrem que, no que cabe à formação profissional, alguns entraves não facilitaram a ideia de harmonização difundida entre os anos de 1974 até 1990, e a isso justificam fundamentalmente a ausência de identidade consolidada em cada uma dessas áreas.

Estabelecendo comparações entre estes resultados da pesquisa coordenada por Couture, e o que discutimos sobre a trajetória da Arquivologia desde a história dos arquivos até a configuração do que definimos como Arquivologia Clássica, é interessante observarmos a indissociabilidade dos quesitos; necessidades de formação profissional e questionamentos teóricos x valores e usos atribuídos aos documentos na definição da periodização proposta por estes canadenses. Outra análise relevante e diretamente atrelada à forma como a abordagem da Arquivística Integrada, proposta por estes, concebe a área, refere-se à maneira como a vislumbram, ao definirem a primeira fase como *da erudição histórica à gestão da informação* (1821 -1974). Isso indica que todo o período anterior – praticamente o desenvolvimento da disciplina nos períodos que estabelecemos como Clássico e Moderno – pode, segundo Couture, Martineau e Ducharme, ser resumido a uma coisa única, visto que para eles o trabalho do arquivista estava condicionado, neste período, à função do historiador. Também é interessante destacarmos os termos em que a proposta de harmonização se estabelece, bastante direcionada às questões de recursos financeiros, e outro relacionado à discussão de “problemas comuns”. Estes nos levam a conhecer que, tentativas em integrar as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Informação, não são movimentos recentes e tampouco restritos ao campo científico brasileiro.

Especificamente no que tange ao campo dos arquivos brasileiro, a formação de profissionais remete-se às primeiras décadas do século XX e aos cursos de formação e treinamento para os funcionários do Arquivo Nacional que, após longo processo de desenvolvimento, passam a ocupar, na década de 1970, o espaço universitário. Nesse sentido, a constituição do movimento associativo, no caso a fundação da AAB, nesta mesma década, contribui sobremaneira na criação dos cursos de graduação em Arquivologia, bem como para a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, fatores que consignam à AAB um papel fundamental para a institucionalização científica do campo dos arquivos no Brasil.

Considerando que a pesquisa de Couture, Martineau e Ducharme teve seus resultados parciais publicado em 1999, e fora traduzida para o português por Luís Carlos Lopes, Heloísa Bellotto estabelece, ao escrever o prefácio da tradução, comparações entre o que foi apresentado quanto à formação de

arquivistas e a realidade brasileira. A autora afirma que, diferente de outros países onde os cursos de Arquivologia são ministrados em âmbito de pós-graduação e subordinados aos departamentos de Biblioteconomia, Ciência da Informação ou História, no Brasil o curso acontece em termos de graduação e de forma *bastante independente, mesmo que se achem paralelamente aos cursos de Biblioteconomia em Departamentos de Ciência da Informação. Chegam, até, a constituírem-se em escola de Arquivologia como na UNIRIO ou Faculdade de Arquivologia, como na UFSM* (COUTURE, MARTINEAU e DUCHARME, 1999, p. 10).

Fato é que, em tempos atuais, essa independência pode ser relativizada, pois à época desta publicação, além de haver no Brasil apenas sete cursos de graduação comparados aos atuais dezesseis, a “perspectiva informacional” para o campo dos arquivos estava no início de seu delineamento, devido a então recente influência das ideias da Arquivística Integrada no campo teórico brasileiro, bem como o início do desenvolvimento de pesquisas de pós-graduação com temáticas sobre Arquivologia em Departamentos de Ciência da Informação (COSTA, 2011, p. 22).

A institucionalização da Ciência da Informação no campo acadêmico brasileiro remete-se, segundo Barreto (1995), ao ano de 1970 através da implantação do Curso de Mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) - atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), - em substituição ao curso de Especialização em Documentação, correspondendo ao

início da conscientização, no Brasil, para a necessidade de organizar e controlar a informação como uma ferramenta para o próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia (BARRETO, 1995, p. 3).

Mesmo tendo sido incorporada em sua maioria por bibliotecários, historicamente, no Brasil, a formação em Ciência da Informação sempre foi realizada através de cursos de pós-graduação, enquanto que a de bibliotecários realiza-se em nível de graduação. Diversos são os motivos para essa relação, mas poucas são as explicações.

Desde então, as pesquisas de mestrado e doutorado, com temáticas concernentes aos campos dos arquivos e das bibliotecas, vêm sendo majoritariamente desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, ainda que haja algumas pesquisas fora deste eixo, como as realizadas em programas de pós-graduação em História em se tratando dos arquivos como temática. Todavia, a partir do segundo semestre de 2012, a UNIRIO passou a oferecer mestrado profissional em gestão de documentos e arquivos, sobre o qual voltaremos a mencionar no decorrer deste capítulo.

Mesmo com sua “tenra idade” no campo científico brasileiro, em 1976 a Ciência da Informação passa a ser inserida nas tabelas de áreas do conhecimento brasileiro, mais especificamente na do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como uma subárea da Comunicação, sendo subdividida em “Sistemas de Informação” e “Biblioteconomia e Documentação”. Já no ano de 1984, essa classificação foi alterada e a Ciência da Informação foi separada da Comunicação, tornando-se uma área independente e subdividida em “Teoria da Informação”, “Biblioteconomia” e “Arquivologia” (MARQUES, 2007).

Tendo em vista o que apresentamos na introdução desta tese referente à nossa concepção de campo científico, e considerando a existência de classificações das áreas do conhecimento⁶⁹ nesse contexto, torna-se importante também situarmos o “*lugar*” da Arquivologia no campo científico brasileiro. Essa “localização classificatória” é fundamental para compreendermos qual o discurso científico atribuído para a área na perspectiva “de quem fala, de onde fala, para quem fala e quando fala”.

De acordo com a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ⁷⁰, *a classificação das áreas do conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que*

⁶⁹ Informações retiradas do site do CNPq. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em ago. 2012. Há, neste mesmo endereço eletrônico, o acesso a uma proposta pública de discussão para uma nova tabela das áreas do conhecimento, datada de Set/2005, na qual todas as grandes áreas sofrem mudanças decorrentes da proposta de criação de novas áreas, sendo que a Biblioteconomia e a Arquivologia se tornariam independentes da Ciência da Informação. Não há maiores informações sobre a continuação de tal proposta.

⁷⁰ Disponível em < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em mar.2012.

atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. A classificação permite, primordialmente, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico (...).

Frente a isso, atualmente, tanto para a CAPES, como para o CNPq, a Ciência da Informação é categorizada como subárea das Ciências Sociais Aplicadas, sendo internamente constituída por “Teoria da Informação”, “Teoria Geral da Informação”, “Processos da Comunicação” e “Representação da Informação”. Subdivide-se em outras duas subáreas; a Biblioteconomia e a Arquivologia, sendo a primeira internamente constituída por “Teoria da Classificação”, “Métodos Quantitativos”, “Bibliometria”, “Técnicas de Recuperação de Informação” e “Processos de Disseminação da Informação”, e a segunda constituída pela “Organização de Arquivos”.

Ao compararmos a atual classificação em relação às anteriores, como a de 1976, torna-se compreensível a ausência da Arquivologia, seja como subárea da Ciência da Informação ou em qualquer outro “lugar”, visto que sua institucionalização como área de conhecimento aconteceu em momento posterior, quando do surgimento do primeiro curso de nível superior em 1977. No entanto, ao nos remetermos à classificação de 1984, esta se torna representativa ao inserir a Arquivologia no contexto da sistematização das áreas do conhecimento e, conseqüentemente, por considerá-la parte de um sistema científico, um *Saber* nacional. Contudo, no que se refere à presente classificação, na qual é possível percebemos avanços consideráveis em termos de organização científica, quer da Ciência da Informação com suas “Teorias da Informação”, ou da Biblioteconomia com sua “Teoria da Classificação”, assistimos a Arquivologia desdobrada apenas em uma “Organização de Arquivos”, algo que consideramos como um dos mais representativos significados do nosso signifiicante *Fazer*.

Ainda sobre estas categorizações, é importante pensarmos os critérios que as fundamentam, suas subdivisões, bem como suas mudanças. Baseado em quais perspectivas teóricas e metodológicas a Ciência da Informação foi considerada como grande área de conhecimento e a Arquivologia como subárea? Será o compartilhamento de um mesmo Objeto de estudo? Em caso afirmativo, qual? Lembrando que essa classificação das áreas do conhecimento, que não deixam de lhes atribuir significados, é dada pelos

próprios pesquisadores e pelas respectivas instituições, tendo em vista a preservação de indicadores estatísticos indispensáveis para a gestão do sistema nacional de ciência e tecnologia.

Nesta perspectiva, de acordo com a CAPES, as áreas do saber são classificadas por níveis e de maneira hierárquica⁷¹;

- 1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da **afinidade de seus objetos**, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos;
- 2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a **natureza do objeto** de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.
- 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em **função do objeto** de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.
- 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas.

Para a atual classificação atribuída a Arquivologia, em relação ao seu primeiro nível, o que a CAPES define como **Grande Área** é considerada como **Ciências Sociais Aplicadas**, cujas áreas são agrupadas, dentre outras questões, “*em virtude da afinidade de seus objetos*”. Quanto ao segundo nível, a **Área**, entende-se a **Ciência da Informação**, cujos conhecimentos são relacionados entre si “*segundo a natureza do objeto de investigação*”. E, finalmente, quanto ao terceiro nível⁷², a **Subárea**, considera-se a Arquivologia a partir de uma segmentação “*estabelecida em função do objeto de estudo*”. Ainda que a CAPES estabeleça a classificação das áreas do conhecimento pela ordem prática e para sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, o fato é que da maneira como essa instituição fundamenta a classificação dos saberes, isto é, em questões diretamente atreladas ao objeto de investigação, o que estamos considerando como Objeto

⁷¹ Fonte: <http://capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em mar.2012. (grifo nosso)

⁷² Não vamos continuar a explorar os demais níveis por entendermos que a análise se justifica de maneira suficiente até o terceiro nível.

científico, reforça e atribui mais fôlego às discussões e problemáticas adotadas nesta pesquisa. Nesse sentido, Marília de Paiva⁷³ coloca importante reflexão;

Pelo que conheço dessa inclusão, como tudo nos bastidores da ciência, é uma questão também de lutas numa arena que é política, e muito menos uma questão teórica: quem tem força política naquele momento consegue se impor. A CI e a Arquivologia tem uma estranha relação: por um lado, a maioria absoluta dos cursos de Arquivologia encontra-se em Unidades denominadas CI. Em nenhuma outra grande área houve tanto interesse em se abrir cursos de Arquivologia, mesmo com as oportunidades dadas pelo REUNI. Por outro lado, quanto mais os estudiosos da Arquivologia buscam essas unidades e, principalmente, buscam na pós-graduação em CI um lugar para desenvolver suas pesquisas, mais cresce a CI. A forma de inclusão no quadro de classificação torna isso inevitável: professores de Arquivologia, para crescerem em suas carreiras precisam escrever em periódicos da CI (mais bem avaliados) e frequentar eventos científicos da CI (Enancib), pois são os que lhes darão maior retorno na carreira acadêmica. (...) Também percebo entre os membros dos cursos de Arquivologia que não há um consenso: para uma parte, a Arquivologia precisa ficar totalmente independente da CI; para outros, a CI é a grande oportunidade da Arquivologia, já que, sob a História ou a Administração, pelo menos no Brasil, nunca foi tão grande!

E o que Paiva apresenta no tocante à inexistência de consenso na comunidade arquivística em relação à Ciência da Informação, é perceptível através do discurso de Tognoli e Guimarães (2011, p. 28):

a realidade brasileira constitui uma exceção no tocante ao objeto da disciplina e à aproximação com a Ciência da Informação. No Brasil, os cursos de Arquivística, assim como os de Biblioteconomia, estão inseridos majoritariamente nos departamentos de Ciência da Informação nas Universidades, o que demonstra uma busca por aproximar disciplinas relacionadas, visando a uma construção Interdisciplinar em CI, ao menos, em sua estrutura. Essa visão só é possível a partir do diálogo estabelecido entre as disciplinas, com base na informação registrada.

⁷³ Marília de Abreu Martins de Paiva, professora na Escola de Ciência da Informação da UFMG e representante desta universidade na I REPARQ, conforme questionário respondido em outubro de 2012.

A vinculação departamental dos cursos de Arquivologia reflete indubitavelmente na formação discente. E, para pensarmos como estes espaços estão configurados nas universidades brasileiras, é importante refletirmos sobre a institucionalização destes cursos, lembrando que são todos de modalidade bacharelado e em universidades públicas. Os cursos de graduação em Arquivologia da UNESP, UNB e UFF, possuem matriz pedagógica que privilegia o tronco comum entres os cursos de Biblioteconomia e Museologia, quando este existe. Sobre o curso da UNESP, iniciado em 2003, está inserido no Departamento de Ciência da Informação, onde também está o curso de graduação em Biblioteconomia, sendo que até o ano 2000 chamava-se Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Abarca também o programa de pós-graduação em Ciência da Informação, tendo o mestrado iniciado em 2001 e o doutorado em 2005. Já o curso da UFMG pertence à Escola de Ciência da Informação, antiga Escola de Biblioteconomia, e foi criado em 2009, onde além do curso de Biblioteconomia também está o curso de Museologia, criado em 2010. Há mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Por fim, o curso da UFF, inserido no Departamento de Ciência da Informação, antigo Departamento de Documentação, possuindo o mestrado em Ciência da Informação (MARQUES, RONCAGLIO e RODRIGUES, 2011).

Outros seis cursos, UFBA; UFPB; UNB; UEL; UFSC e UFRGS, também estão inseridos em faculdades, departamentos ou institutos de Ciência da Informação, que igualmente abarcam cursos de graduação em Biblioteconomia e tiveram o nome de seus institutos, faculdades ou departamentos alterados frente aos antigos de “Biblioteconomia e Documentação”. E, fora os cursos da UFSM e da UFAM, que ainda possuem no nome de seus departamentos as palavras Biblioteconomia ou Documentação, e os da UEPB e da FURG, que estão, respectivamente, em Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicada, e Instituto de Ciências Humanas e da Informação, os cursos da UNIRIO e o da UFES configuram-se exceção. A primeira por estar em uma Escola de Arquivologia, sendo que há o curso de Biblioteconomia, porém na Escola de Biblioteconomia, e possuir o primeiro mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, e a segunda por pertencer ao Departamento de Arquivologia.

O Departamento de Arquivologia da UFES tem uma trajetória curiosa, que está na contramão, tanto das mudanças de nomes para CI, como para a união junto aos cursos de Biblioteconomia. André Malverdes⁷⁴ menciona sobre isso em entrevista que nos foi concedida. Contou-nos que, quando o curso de Arquivologia teve as aulas iniciadas, no ano 2000, foi no então Departamento de Ciência da Informação, sendo que posteriormente houve uma separação, à qual, *no começo houve uma resistência (...) por parte dos professores*, mas que foi derivada pela necessidade em *conseguir mais recursos e mais professores (...) foi uma estratégia (...) administrativa, conseguir recurso (...) de divisões de recurso, de negociação dentro da universidade*. Também é interessante a existência de outro fato desta natureza na UFES, uma tentativa em mudar o nome do Departamento de Arquivologia para Departamento de Ciência da Informação o que, ainda, segundo Malverdes, *não era uma proposta de unificação, era de mudança de nome de Departamento (...) aí foi outra confusão, porque aí a Biblioteconomia ficou sabendo, como assim vocês vão passar para Departamento da Ciência da Informação, vocês não podem fazer isso se alguém tiver que ser Ciência da Informação é a Biblioteconomia que é o curso mais antigo aqui dentro que tem 40 anos*. A mudança de nome não aconteceu por vários motivos, dentre eles a elaboração de um abaixo-assinado pelos alunos, e Malverdes completa sobre essa contenda, *eu acho que isso não muda em nada nossa vida administrativamente falando, epistemologicamente falando eu acho que é o problema, e acho que é o problema maior da gente hoje*.

Outro fator importante a ser considerado, já que estamos abordando aspectos da formação em Arquivologia, também manifestado no discurso de Paiva (2012), diz respeito à significativa ampliação dos cursos de graduação em Arquivologia na última década, o que em relação às universidades federais, segundo Araújo, Marques e Vanz (2011), é resultado do programa do governo federal de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

⁷⁴ André Malverdes, professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e representante desta instituição na I REPARQ, conforme entrevista realizada em setembro de 2012.

Federais Brasileiras (REUNI) ⁷⁵. Segundo os autores, esse programa foi fundamental para a ampliação de cursos de graduação na área, assim como também para os cursos de Museologia, já que ambos tinham dificuldades em se estabelecer institucionalmente. Vale ressaltar que esses autores são adeptos da integração do currículo destes cursos, somados ao curso de Biblioteconomia, na perspectiva da Ciência da Informação, *uma real integração teórica e epistemológica* ou ainda, *casar seus aspectos comuns, de forma flexível e articulada, com suas relativas autonomias, aprofundando suas relações teóricas e epistemológicas*. (ARAÚJO, MARQUES e VANZ, 2011, p. 86), ainda que nas tabelas de classificação tanto da CAPES como do CNPq, a Museologia não seja considerada como Ciência da Informação.

Sobre a influência do REUNI na ampliação dos cursos de graduação em Arquivologia e as mudanças nos nomes dos departamentos de Biblioteconomia para Ciência da Informação para, principalmente, porém não unicamente, receber os cursos de Arquivologia, Ana Célia Rodrigues⁷⁶, em entrevista que nos foi concedida coloca;

é anterior ao REUNI, que só potencializou isso. Porque ele investiu na ampliação das universidades e os cursos de Biblioteconomia, como já são mais consolidados nos departamentos, que antes chamavam Biblioteconomia e Documentação e depois se transformaram em Ciência da Informação porque era um termo novo, um debate novo depois dos anos 80 (...) a Arquivologia esta se firmando como área, ela ficou subordinada no modelo e quando o REUNI investe nesta ampliação das universidades, os cursos de Biblioteconomia resolvem criar cursos de Arquivologia, o que é salutar, porque nós éramos 10 cursos e de repente somos 16. Não teria acontecido isso se não tivesse o REUNI.

Além do REUNI ter permitido a ampliação dos cursos de graduação em Arquivologia em nosso país, todos os fatores mencionados interferem, em menor ou maior grau, para a institucionalização acadêmica e científica da formação dos arquivistas. É certo que há outros além dos aqui citados,

⁷⁵ Para mais informações, pesquisar

http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28. Acesso em abr.2012.

⁷⁶ Ana Célia Rodrigues, professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e representante desta instituição na I REPARQ, conforme entrevista realizada em setembro de 2012.

entretanto, consideramos para nossa contextualização quanto à formação, aqueles que a nosso ver interferem para a configuração e/ou permanência de diferenças acerca do Objeto científico da Arquivologia.

Decorrente de cursos de formação técnica iniciados nas primeiras décadas do século XX, os cursos de graduação em Arquivologia no Brasil se estabeleceram nas universidades públicas no final da década de 1970, principalmente pelas mãos do movimento associativo que fundou a AAB. O fato de esta Associação ser formada, em sua maioria, por profissionais do campo dos arquivos públicos, fez com que o quadro docente dos primeiros cursos fosse ocupado fundamentalmente por estes profissionais. Nesse sentido, nos arriscamos a considerar que a fundação de dois cursos de graduação em anos seguidos, nas cidades do Rio de Janeiro (1977 - UNIRIO) e de Niterói (1978 – UFF), não foi condicionada apenas pela demanda de formação ou pela iminência da legislação que regulamenta e condiciona o exercício da profissão (Lei nº 6.546 de julho/1978), mas também pela possibilidade destes profissionais em ocupar o espaço da docência.

A partir de então, o que assistimos é a década de 1980 sem a fundação de cursos em Arquivologia, em que pese o fato de que o projeto de modernização desenvolvido no Arquivo Nacional buscasse fortalecer o intercâmbio de ideias entre o Brasil e outros países, assunto sobre o qual nos detivemos no quarto capítulo deste trabalho. Já a década de 1990, além de ter em seu bojo a promulgação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159 de janeiro/1991) e a inserção de forma consolidada do Brasil no comércio exterior – que gerou novas demandas administrativas e tecnológicas, marca a fundação de cinco cursos de graduação em Arquivologia. Além disso, foi também um período em que a “perspectiva informacional” passa a ser contemplada pelo discurso da comunidade arquivística, a ponto das pesquisas de pós-graduação, com temáticas sobre os arquivos, serem desenvolvidas principalmente nos programas de Ciência da Informação.

Os anos 2000 delineiam novos contornos para formação universitária da Arquivologia. Ainda que a classificação das áreas de conhecimento pelas agências financiadoras tenham perspectiva mais prática do que teórica, é certo que a definição da Arquivologia como subárea da CI não é arbitrária. Há um discurso que a insere nesta perspectiva e que contribuiu, tanto para a inserção

dos cursos de graduação em departamentos conjuntos da Biblioteconomia, como para a mudança de nome de alguns destes para CI.

Diferente da expansão dos cursos de graduação da década de 1990, a ampliação que se faz presente pelo REUNI acontece em condições diferentes daquela. Atualmente, o *progresso da tecnologia documental* já é uma realidade em nosso país. Há demandas no mercado para o profissional do campo dos arquivos que estão além das oriundas apenas da administração pública; a globalização e a *internet* permitiram o acesso a diversas e diferentes teorias arquivísticas; e o quadro docente é formado por egressos dos cursos de arquivologia que, em grande maioria, aprofundaram sua formação em programas de pós-graduação em CI, historiadores, bibliotecários, museólogos, cientistas da informação, engenheiros da computação e de diversas áreas do conhecimento.

7.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Entre os dias 07 a 09 de junho de 2010, aconteceu na Universidade de Brasília, a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) ⁷⁷, que teve por objetivo suscitar *a discussão coletiva, em âmbito nacional, sobre os rumos da pesquisa e do ensino na área, quem somos nós, o que e como estamos produzindo conhecimento* (MARQUES, RONCAGLIO e RODRIGUES, 2011, p. 12). Foi organizada em três eixos;

1. Pesquisa e formação arquivística no mundo atual;
2. Dimensões particulares da pesquisa em Arquivologia;
3. Histórico e situação atual do ensino e da pesquisa nos cursos de Arquivologia no Brasil.

Podemos considerar como motivos para a organização desta reunião a significativa ampliação dos cursos de graduação em Arquivologia, principalmente na década de 2000, o crescimento de pesquisas de mestrado e doutorado sobre o campo dos arquivos, ainda que em departamentos de Ciência da Informação, o crescimento na demanda de mercado por estes profissionais, e o próprio desenvolvimento científico da área, tanto a nível nacional como internacional. Contudo, não podemos atribuir à REPARQ o pioneirismo em pensar a formação em Arquivologia no Brasil, pois houve uma iniciativa desta natureza na década de 1990, alguns anos após a promulgação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159 de janeiro/1991).

Desta maneira, merece ser lembrada a I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia (REBRARQ) ⁷⁸, realizada em 1995 e que teve por resultado

⁷⁷ Depois da reunião de 2010, houve uma segunda edição no ano de 2011, e uma terceira está prevista para o primeiro semestre de 2013. Outras informações podem ser encontradas em www.reparq.arquivistica.org. Acesso em out.2012.

⁷⁸ Na ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 14 de dezembro de 1995, encontramos (...)1ª REBRARQ, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 28 e 29 de novembro passado. (...) Dentre as recomendações da 1ª REBRARQ, três se referem ao CONARQ: "Que seja formada, a partir desta reunião, a Câmara Técnica sobre Formação Profissional no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos"; "Que as atividades em curso no Conselho Nacional de Arquivos sejam objeto de divulgação sistemática entre a comunidade

indicações para que fossem ampliadas as pesquisas nos cursos de Arquivologia, redefinidos os currículos mínimos da graduação, ampliadas as abordagens quanto à gestão da informação arquivística no ambiente empresarial, estimulados programas de capacitação docente dos professores, elaborados estudos quanto à viabilidade de harmonização curricular nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, respeitadas as especificidades, e que a formação dos arquivistas deveria atender as demandas sociais e científicas do moderno profissional da informação⁷⁹.

Sobre essa reunião, em entrevista que nos foi concedida, Jardim⁸⁰ relembra;

ela foi coordenada pela professora Maria Odila Fonseca e por mim (não me lembro precisamente o ano), mas foi uma tentativa de reunir os profissionais que estavam envolvidos nas universidades, na formação do arquivista, mas já reconhecendo que o campo arquivístico estava a sofrer diversas transformações no plano internacional, no plano nacional. Dessa reunião resultou um livro (...) intitulado, salvo engano, "A formação do arquivista no Brasil", organizado pela professora Odila e por mim, reunindo trabalhos que foram apresentados aí.

E ao indagarmos sobre as mudanças no campo dos arquivos brasileiro desde essa reunião até a configuração da REPARQ, Jardim menciona;

entre essas reuniões, ou essa primeira reunião e a REPARQ de 2010, nós temos um processo histórico, uma série de elementos no próprio campo, no plano nacional e internacional a ampliação da produção de pesquisa na área, uma maior inserção e protagonismo da universidade na produção de conhecimento arquivístico no Brasil e fora do Brasil (...) no caso

científica no campo da Arquivologia"; e "Que a representação no Conselho Nacional de Arquivos, das universidades que oferecem cursos de Arquivologia seja resultado de eleição entre a comunidade docente na área, mediante o debate de cunho acadêmico e democrático que legitima tal representação". (...) Relativamente à terceira recomendação no que respeita ao método adotado para a escolha da representação das universidades, o Conselheiro Cléber Gak lembrou que a 1ª REBRARQ não foi promovida pelas universidades que mantêm cursos de Arquivologia, conforme se referira o Presidente em determinado momento, mas apenas pela Universidade Federal Fluminense com a Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=12&sid=47>> Acesso em out.2012.

⁷⁹ Disponível em < http://www.uel.br/grupos/gerar/Projeto_Arquivos/justificativa.htm> Acesso em out.2012.

⁸⁰ José Maria Jardim, professor do curso de Graduação em Arquivologia na UNIRIO e um dos idealizadores da I REPARQ, conforme entrevista realizada em julho de 2012.

do Brasil, as relações especialmente com os programas de Ciência da Informação, enfim, uma série de pesquisas foram apontando para um conjunto de questões em torno da institucionalização da arquivologia como campo científico no Brasil, pesquisas surgiram e apontando aspectos muito interessantes e essa discussão foi prosperando (...) em 2009, na UNB, eu conversei sobre isso, porque achava que era fundamental a gente retomar essa reunião dos anos 90, agora com a questão da pesquisa e considerando também os impactos do REUNI, da ampliação dos cursos de arquivologia (...).

Em um contexto do campo dos arquivos bastante modificado desde a I REBRARQ, delineia-se uma proposta de reunião de docentes com a possibilidade de repensar, não só a formação, mas também a pesquisa em Arquivologia no Brasil. E sobre essa perspectiva, Georgete Medleg Rodrigues⁸¹ pondera, em entrevista que nos foi concedida,

essa reunião partiu quando (...) o Jose Maria Jardim esteve aqui, acho que para um evento com a professora Cintia, (...) ele falou da gente retomar uma reunião que já ocorria, que já tinha ocorrido em outras épocas, na verdade era reunião sobre ensino, não se falava em pesquisa (...) inclusive eu cheguei a participar de uma, nós fizemos lá na UNIRIO com a nossa saudosa colega Bila, Maria Odila, e a época a gente discutiu mais as questões voltadas para o ensino de Arquivologia, era essa a temática antes disso, (...) o Zé Maria com certeza foi quem deu o pontapé inicial (...) aí nós conversamos (...) depois começamos a trocar e-mail no coletivo (...) e ficamos discutindo então a formatação dessa reunião e que era uma reunião que deveria incluir a pesquisa (...).

A partir de então, organiza-se o encontro para reunir docentes, pesquisadores e estudantes em torno do tema do ensino e da pesquisa na área, sendo que os coordenadores de todos os cursos de graduação em Arquivologia do Brasil foram convidados a participar;

Como subcoordenadora do curso de Arquivologia, à época, fui convidada a representar o curso, visto que a nossa então coordenadora não poderia ir. Foi uma honra e uma grande oportunidade pra mim, que há pouco tinha me integrado ao recém-criado curso de Arquivologia da UFMG. Como minha

⁸¹ Georgete Medleg Rodrigues, professora da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UNB), e uma das organizadoras da I REPARQ, conforme entrevista realizada em setembro de 2012.

inserção na Arquivologia tenha se dado primeiramente por uma introdução dentro da graduação em Biblioteconomia, depois pela prática profissional e pelo consequente estudo autônomo, não tinha nenhum conhecimento com o meio acadêmico da Arquivologia e nem mesmo com o meio profissional organizado no Brasil. Essa reunião (...) foi uma iniciativa brilhante, num momento em que, em decorrência do REUNI, os cursos de Arquivologia sofriam um incremento nunca visto no Brasil (PAIVA, 2012).

(...) a coordenação é a convidada e se não puder ir manda um representante, ou vice-coordenador, ou professor que esteja mais envolvido e queira discutir essas coisas (...) pelo cargo de coordenadora, eu fui, e percebi a iniciativa em tentar fortalecer a união, trabalhar os cursos conjuntamente (...) eu acho isso importante (...) (BIZELLO, 2012) ⁸².

(...) eu estava como chefe de colegiado aí a demanda, veio eu falei, deixa participar (...) REPARQ foi uma tentativa de se pensar nisso de currículo, tanto que no primeiro REPARQ foi bacana porque a gente fez o mapeamento por parte das estruturas organizacionais de ensino das universidades (...) o primeiro encontro foi de constituição, de história da Arquivologia, a gente não tinha um material deste, a gente não sabia quais são as dificuldades, quais são as vantagens (MALVERDES, 2012).

Portanto, podemos considerar a concepção da I REPARQ como uma tentativa, por alguns membros da extinta REBRARQ, em retomar discussões que aprofundem e autonomizem o campo científico dos arquivos no Brasil, e frente à quantidade e representatividade da graduação no país, os coordenadores destes cursos foram convidados a participar. Isto posto, e conhecida a forma através da qual se deu a reunião destes docentes e pesquisadores na I REPARQ, valemo-nos de algumas considerações apresentadas pelo grupo, dentre as quais destacamos;

- Que as pesquisas acadêmicas têm demonstrado a existência de uma produção de conhecimento científico na área, em sua maioria, vinculada aos programas de pós-graduação em Ciência da Informação;

⁸² Maria Leandra Bizello, professora do curso de Arquivologia da UNESP e representante desta instituição na I REPARQ, conforme entrevista realizada em agosto de 2012.

- Que o conhecimento produzido com temáticas arquivísticas aponta para a configuração de um campo de pesquisa específico;
- Que a dispersão das pesquisas em Arquivologia em diferentes programas de pós-graduação é um fator de pouca visibilidade institucional da área;
- A necessidade de um “espaço” permanente de interlocução para os docentes, discentes, pesquisadores e profissionais da área, bem como de um espaço próprio para a produção de pesquisas arquivísticas, tendo em vista a relevância do amadurecimento da Arquivologia como campo científico relativamente autônomo, sem perder de vista as suas interfaces com outras disciplinas e áreas do conhecimento (MARQUES; RONCAGLIO e RODRIGUES, 2011, p. 441-442).

A partir destas considerações, que a nosso ver representam a visão destes docentes no que tange ao estado atual da produção do conhecimento na área, foram elaboradas recomendações para a comunidade científica e algumas nos chamam atenção. A primeira delas remonta a problemática já anunciada na extinta REBRARQ, e que ainda permanece; *incentivar a continuação da formação dos docentes*. Entendemos que essa é uma questão bastante delicada e que deve ser priorizada, visto sua direta interferência e consequências no ensino e na formação do profissional. Nessa linha de abordagem, verificamos como oportuna outra recomendação, a de *buscar meios para uma política de publicação de obras arquivísticas nacionais, bem como a tradução de obras estrangeiras, propondo às editoras universitárias uma série sobre arquivologia* (MARQUES, RONCAGLIO e RODRIGUES, 2011, p. 445).

Afora estas, há outra que pode ser remetida à extinta reunião; *estudar oportunidades de atuação do arquivista no mundo do trabalho (além das convencionais), tendo em vista a expansão dos horizontes de sua formação*. No encontro de 1995, cujo foco estava na formação, falava-se que a formação do arquivista deveria atender às demandas do “moderno profissional da informação”. O fato é que, pelo discurso da atual recomendação, não temos como refletir se àqueles modernos profissionais pode-se atribuir sinonímia em relação à contemporânea atuação “além das convencionais”, ou se ainda devemos relacioná-la a “expansão dos horizontes de sua formação”. Ou seja, o papel e atuação do arquivista se adaptaram a então demanda moderna da

informação, a ponto de hoje isso ser considerado como sua atividade convencional, ou continuam exercendo o mesmo papel e, portanto, é preciso expandir os horizontes? Para nós, os termos em que estabelecem a formação, isto é, o tipo de profissional que se pretende formar em nível de graduação, deve estar em consonância com a realidade do mercado, com as atividades que lhe são atribuídas e com sua representação social. E para tanto, o ensino deste profissional deve estar inserido nesta perspectiva.

De todo modo, pela visão de um de seus idealizadores, José Maria Jardim⁸³, a I REPARQ apresentou, no geral, resultado satisfatório e que *serviu, no mínimo, para romper o isolamento, suscitar diálogos que não estavam existindo (...) e neste primeiro momento, mais de docentes, para se reconhecer inclusive coletivamente, identificar suas zonas possíveis de consenso, de eventuais dissensos (...)*. E opinião semelhante é compartilhada por quem participou como convidada e representante de curso de graduação em Arquivologia;

eu vejo que o REPARQ busca a identidade que a área precisa ter, um espaço para demonstrar, através das pesquisas e do ensino, esse campo científico que a arquivística tem como autônomo, então eu acho que é uma iniciativa que está mostrando as coisas boas, e as coisas frágeis que a área ainda tem no Brasil, quando se precisa trabalhar em termos de uma construção de concepção curricular, do que nós estamos entendendo por arquivística no país (...) (ANA CÉLIA RODRIGUES)⁸⁴.

Além da avaliação satisfatória sobre o encontro estar presente no discurso de todos os participantes com os quais dialogamos, outro fator significativo que resultou da reunião foi à criação, em 2012, do primeiro mestrado profissional em gestão de documentos e arquivos. Concebido pela UNIRIO, o curso abarca como área de concentração a “gestão de arquivos na arquivologia contemporânea”, sendo formada por duas linhas de pesquisa; “arquivos, arquivologia e sociedade” e “gestão da informação arquivística”.⁸⁵

Especificamente a linha de pesquisa “gestão da informação arquivística” nos chama atenção. Ainda que não haja relação sobre sua categorização

⁸³ Conforme entrevista que nos foi concedida em julho de 2012.

⁸⁴ Conforme entrevista que nos foi concedida em setembro de 2012.

⁸⁵ Fonte: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppggda/linhas-de-pesquisa>. Acesso em out. 2012.

enquanto Objeto científico da área no discurso que a descreve⁸⁶, baseando-nos no que fora discutido no capítulo anterior, o fato de não conseguirmos elementos na literatura da área que se quer pudessem definir o que o campo arquivístico brasileiro convencionou como informação arquivística, nos remete às discussões de cunho epistemológico e que permeiam o campo dos arquivos acerca da informação que está “fora” e da que está “dentro” do material de arquivo.

Além desta questão, que cabe à comunidade científica da Arquivologia problematizar e investigar, para que a área possa alcançar a identidade desejada, há outra que precisa ser considerada e que, a primeira vista, envolve outros embates. Ou seja, ao passo que a Arquivologia visa construir maior legitimidade no campo científico brasileiro, esse mestrado profissional foi aprovado pela CAPES como pertencente à área da Ciência da Informação. Não temos dúvidas que se trata de uma alternativa frente aos modelos políticos e administrativos vigentes e, nesse sentido, consideramos as iniciativas de constituição da REPARQ e a criação do mestrado profissional, como os primeiros passos para o que pode vir a ser, seguido do movimento associativo e da consolidação na formação, o terceiro momento de institucionalização da Arquivologia no Brasil; sua legitimação enquanto campo científico autônomo a partir do desenvolvimento de pesquisas na área. Não obstante, *se não demonstrarmos com produção científica de qualidade e relevante que somos uma área de pesquisa, não serão os órgãos gestores nas universidades, as agências de fomento e a sociedade que tratarão de fazê-lo* (JARDIM, 2011, p. 70).

⁸⁶ *Investiga as operações, procedimentos e sujeitos envolvidos nos processos arquivísticos, considerando a diversidade de contextos organizacionais na produção e uso dos arquivos; Estuda os vários aspectos relacionados à gestão de serviços e instituições arquivísticas, assim como o desenho, implantação e avaliação de políticas, programas e projetos arquivísticos nos setores público e privado; Reconhece e analisa, com vistas à inovação, modelos consolidados e emergentes de gestão de documentos, administração de arquivos permanentes, preservação e acesso à informação; relaciona parâmetros gerenciais, técnico-científicos e tecnológicos de gestão da informação arquivística com modelos de gestão do conhecimento organizacional.* Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppggda/linhas-de-pesquisa> Acesso em out. 2012.

7.2 CONTEXTUALIZANDO CONCEPÇÕES

Frente ao que contextualizamos neste trabalho em relação ao campo dos arquivos no Brasil, indo desde a trajetória que culminou em sua institucionalização científica no final da década de 1970 até a atual busca pela legitimação enquanto campo científico autônomo, acreditamos que o aprofundamento de análises quanto a elementos que possam atribuir identidade à área, contribuirá, sobremaneira, tanto no que tange à formação, quanto à pesquisa.

Nesse sentido, o aporte desta tese indica, como uma de suas prerrogativas, a compreensão do que está sendo definido e concebido como o Objeto científico da Arquivologia por membros de sua comunidade. E de acordo com o que analisamos no capítulo anterior, tanto em literatura estrangeira, como brasileira, há diferentes definições, pouca fundamentação e uma série de interrogações no que tange a esta concepção.

Ainda a esse respeito, ao inferirmos que, para investigar a configuração destas diferenças no campo científico brasileiro seria preciso nos valer de outras fontes para além de revisão da literatura, ao optarmos por compreender o que alguns representantes da REPARQ concebem como sendo o Objeto científico, devemos esclarecer que nem todos têm, em suas linhas de investigação, essa temática como premissa. Dito isto e respeitados os níveis de reflexão que esses docentes estabelecem sobre nossa problemática, elegemos algumas como pertinentes para nossa observação, encaminhando a nossa análise diretamente sobre o que definem como sendo Objeto da área.

Nesse sentido, ao indagarmos Paiva (2012) sobre o que considera como sendo o Objeto científico da Arquivologia, encontramos em sua resposta ao questionário a seguinte definição;

o objeto da Arquivologia é a informação registrada nos documentos arquivísticos. Toda a teoria sobre tais documentos é necessária para que se destaque que, afinal, lidamos com informação de um tipo específico (arquivística) que precisa ser tratada de maneira específica (por exemplo, diferentemente da bibliográfica) para que traduza, de fato, toda a sua potência informacional. A garantia das qualidades arquivísticas de um documento, é a garantia da fidedignidade das informações nele contidas. Isso diferencia o documento arquivístico de outros

tipos de documentos. É a informação contida nesse tipo específico de documento que é “cuidada” pela Arquivologia.

Interessante observarmos por meio deste discurso, que Paiva não idealiza a informação, por ela denominada de Informação Arquivística, em detrimento do documento de arquivo, pelo contrário, a insere como elemento pertencente ao documento de arquivo e capaz de estabelecer a diferença entre esse documento e outros, definindo-o pela garantia da fidedignidade das informações nele contidas. Contudo, como nosso diálogo foi mediado via questionário, não tivemos como apreender se, quando a autora menciona sobre a *informação contida nesse tipo específico de documento*, no caso a informação arquivística, está se referindo a que está “fora” do documento, “dentro” do documento, ou a uma junção de ambas.

Malverdes (2012) considera como Objeto a *informação orgânica registrada no documento, uma informação que depende de um contexto*. Já para Bizzello (2012), o Objeto da Arquivologia é o *documento de arquivo*. Observamos que, dentre as três definições, já é possível constatar a diferença terminológica entre a informação orgânica e a informação arquivística, porém todas se ancoram na existência do documento.

Concepção interessante e que vai ao encontro do que abordamos sobre as informações de “fora” e as de “dentro” do documento, é apresentada por Georgete Medleg Rodrigues (2012). Ao definir o Objeto científico, já partindo de discussão presente no campo dos arquivos, coloca que

entre informação arquivística e documento arquivístico não consigo ver muita diferença, vou dizer para você porquê. Quando a gente fala documento de arquivo, refere-se ao suporte e o conteúdo que ele tem, só que ambos, tanto o suporte como o conteúdo, isso é informação, então, se eu definir que informação arquivística eu estou entendendo um suporte, um suporte aliado a um conteúdo, e dentro de um contexto de produção, para mim está bom. (...) é sempre a junção destes dois em um contexto de produção (...).

Durante a entrevista a nós prestada, afirma que considera o uso do termo informação orgânica como sinônimo de informação arquivística, mas que estas só podem ser compreendidas se inseridas na perspectiva da “junção” a qual se refere. Ainda, no que diz respeito ao Objeto científico da área, Georgete faz outras duas considerações relevantes. Uma diz respeito ao fato da palavra *documento remeter a algo impresso, enquanto informação arquivística parece atualizar isso para outros formatos*. E a outra, mediante acolhida à perspectiva de “junção” que preconiza, a de um banco de dados poder ser considerado como um documento de arquivo. Compartilhamos da percepção da autora quanto à representatividade das palavras e como são carregadas de significados históricos e, mais ainda, acreditamos que o fato do objeto de trabalho dos arquivistas ser cada vez menos em formato físico ou impresso, corrobora para que conceitos e definições do campo dos arquivos sejam revisitados e alargados. Isso, contudo, sem perder a essência que o fundamenta enquanto campo de *Saber*. A outra questão apresentada por Georgete, sobre o banco de dados, está igualmente presente no discurso de Ana Célia Rodrigues (2012), para quem o Objeto científico da Arquivologia é o *documento de arquivo*.

Rodrigues (2012) estabelece uma interessante comparação entre os estudos arquivísticos que problematizam a gênese do documento, tais como os estudos de Tipologia e Identificação e sobre os quais estão assentadas muitas de suas pesquisas, e algumas abordagens consideradas como pós-modernas. Ao argumentar sua concepção sobre o Objeto científico, discute *sobre a natureza específica do documento de arquivo, é que vai o diferenciar de outros documentos (...) temos que considerar a questão da organicidade, do inter-relacionamento (...), o vínculo arquivístico, (...) o contexto funcional, que revela a natureza contextual do documento de arquivo*. Ao justificar estes elementos como tributários da especificidade da Arquivologia, menciona; *eu vi recentemente um debate do Theo Thomassen, e ele o tempo inteiro vai dizer que esta relação contextual que o documento de arquivo exprime é a especificidade do documento (...)*. E em seguida afirma, *essa é a gênese (...)*.

Essa percepção da autora reforça o que discutimos no capítulo anterior, ou seja, nossa compreensão da existência de discursos diferentes para questões semelhantes, e o quanto isso se estabelece no campo dos arquivos

sem aprofundamentos teóricos. É certo que descartamos qualquer possibilidade de unanimidade, porém, não podemos construir e consolidar um campo científico apenas em cima de discursos que se querem inovadores. Nesse sentido, concordamos quando Jardim (2012) menciona que *a mudança de paradigmas virou um grande clichê, mas há efetivamente mudanças significativas nos processos, nas estruturas, nas formas de gestão arquivística de maneira geral.*

No lastro deste apontamento de mudanças, retomamos as ideias de Jardim (2012), apresentadas no capítulo anterior, quanto à concepção da informação arquivística ser uma categoria. Em entrevista que nos foi concedida, mencionou que *essa emergência não se dá em detrimento do conceito de documento de arquivo, pois permite revisitar o conceito de documento de arquivo, de pensar elementos, que são elementos que vem à tona nos novos processos de produção, uso e disseminação deste documento em ambientes eletrônicos, em espaços virtuais.* A partir disso, reafirmarmos nossa posição de que o material de arquivo, representado no documento de arquivo, é o Objeto que atribui identidade à Arquivologia e que, frente ao *progresso da tecnologia documental*, necessita ampliar sua definição.

Dito isto, ressaltamos que o que foi apreendido pelas definições destes docentes e pesquisadores, é de certa maneira reflexo do que está presente no campo dos arquivos brasileiro de maneira geral. Convivemos com significativos problemas teóricos, terminológicos e conceituais, além de termos nos apropriado do discurso da “perspectiva” informacional sem as devidas ressalvas em relação aos fundamentos da Arquivologia. Todavia, também foi possível percebermos os esforços que essa comunidade científica vem empenhando na busca pela autonomia científica, o que certamente propiciará um autoexame que não ficará polarizado entre o discurso; documento de arquivo x informação arquivística.

8 INDAGAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo histórico-epistemológico de constituição do Objeto científico da Arquivologia com vistas à proposição de que este possui diferentes definições no âmbito de sua comunidade científica, ou ainda, de seu campo científico, e investigar a configuração destas diferenças no campo científico brasileiro.

Inicialmente, quando me propus a tais análises e investigações, não tinha ideia de como “chegar ao começo”, ou seja, como conhecer a construção da Arquivologia como área de conhecimento e, conseqüentemente, o estabelecimento de seu Objeto científico. Porém, o que se seguiu no percurso da pesquisa foi a tecitura de dimensões tão temporais quanto encantadoras, e que, a cada leitura, descoberta e até mesmo dúvida, me seduziam em busca da **trajetória** do que até então, para mim, restringia-se à contenda informação x documento de arquivo; documento físico x documento eletrônico.

Ainda sobre a narrativa do meu envolvimento com a pesquisa e a trajetória da Arquivologia, devo dizer que, em alguns temas abordados, fui mais sucinta, ao passo que, em outros, propus alguns aprofundamentos, e que assim se sucedeu por tratar-se de escolhas inerentes às possibilidades postas para o tempo que a elaboração de uma tese de doutorado pode perdurar, bem como da capacidade em articular reflexões teóricas e os limites da escrita. Além disso, ressalto que não tive a pretensão de avançar em todos os assuntos colocados, o que seria tarefa infundável, mas sim, apresentar indicativos que possam contribuir para o desenvolvimento da área e outras pesquisas.

Apresentado isso, o próximo passo de minha investigação seria identificar, no que havia apreendido até então, elementos que me conduzissem à compreensão de diferentes **concepções** quanto ao Objeto científico da Arquivologia, **contextualizá-los**, e assim indagar a configuração de algumas destas diferenças fundamentalmente em campo científico brasileiro. Devo confessar que esse processo não foi tão sedutor quanto ao anterior, entretanto, foi muito mais desafiador e difícil, já que contrário ao que imaginava quando do início da pesquisa, as diferentes definições atribuídas ao Objeto científico da

Arquivologia estão além de questões de semântica, como algumas vezes ocorre em relação aos termos arquivística e Arquivologia.

Não obstante ao prazer que uma pesquisa nos proporciona, é aproximado um momento em que devemos “chegar ao fim”. Não um fim absoluto e conclusivo, mas sim um balanço e reflexão quanto aos resultados encontrados, visto que o processo de produção do conhecimento não cessa em nos provocar **indagações**. Portanto, partirei de algumas delas para construir o “final”, contudo, agora, com um pouco mais de tranquilidade do que antes, e voltando a afirmar que muitas das inquietações que me levaram a realizar essa pesquisa, continuam sem respostas. Porém, não todas.

A Arquivologia é resultado de um processo e não de um fenômeno. De um processo que tem origem na própria história dos arquivos, pois ao conhecer os principais momentos de sua trajetória, identifiquei elementos que emergem e permanecem como condicionantes para seu desenvolvimento. Nesta perspectiva e da mesma maneira que afirmamos que as diferentes definições atribuídas ao Objeto científico da Arquivologia estão além de questões apenas semânticas, verificamos, no segundo capítulo deste trabalho, que no tocante à natureza do conhecimento, isto é, se trata-se de área técnica, disciplinar ou científica, a Arquivologia é classificada de formas diferentes pelos membros de sua comunidade. Quando há esse tipo de diversidade, entendemos que os esforços para construção e desenvolvimento de um campo do *Saber* se tornam mais penosos, visto que as pesquisas divergem em seus âmbitos, objetivos e alcances. Frente ao exposto, a **Hipótese 1 “Não há, pela comunidade da Arquivologia, consenso em relação à natureza do seu conhecimento, favorecendo que questões como a constituição e a definição do Objeto científico não sejam aprofundadas, tampouco priorizadas. Deve-se a isso sua origem eminentemente do *Fazer*”**, foi aceita parcialmente.

Entendemos que a **Hipótese 1** não pode ser totalmente aceita pelo fato da Arquivologia ter se desenvolvido como área de conhecimento na constante interação do *Fazer* - demandado por necessidades e práticas sociais -, com o *Saber*. As teorias e Princípios da área, ao serem formulados, estabeleceram, ainda que não com esse intuito, o pilar que mantém e tornou-se o fundamento desta ciência, o que associa a verdade arquivística, ou seja, a possibilidade em representar, de maneira fiável, o contexto de origem e as funções do

documento de arquivo, o compreendendo plenamente em um conjunto relacionado pelo vínculo arquivístico. E, para tornar essa verdade possível, o *Fazer* passa a ser operado pelas Funções arquivísticas, isto é, os procedimentos, estabelecidos em termos de *Saber*, que tornam e dão lógica ao objetivo da Arquivologia, que é o acesso aos documentos de arquivo. Assim, é possível afirmarmos que a inexistência de consenso em relação à natureza do seu conhecimento, o que certamente dificulta aprofundamentos quanto ao seu Objeto científico, independem de sua origem advinda do *Fazer* e podem ser explicados, fundamentalmente, a partir das diferentes posições em que a Arquivologia é inserida no campo do *Saber*, ou seja, como área autônoma, subárea da Ciência da Informação, integrante das Ciências da Informação, ou meramente técnica. Vale ressaltar que tais posições possuem significados mais políticos do que epistemológicos, contribuindo assim para que discussões acerca do Objeto científico sejam pautadas de forma semelhante.

Especificamente sobre a relação da Arquivologia com a(s) Ciência(s) da Informação, afirmarmos que em solo brasileiro interferiu sobremaneira na concepção e definições quanto ao seu Objeto científico, e que esse é um fenômeno da década de 1990, pautado principalmente em teorias produzidas por autores canadenses e portugueses, alinhadas com a “perspectiva informacional”. Assim, aceita-se a **Hipótese 2 “No Brasil, as diferentes definições acerca do Objeto científico da Arquivologia, polarizadas entre documento de arquivo x informação arquivística, têm como principal origem o processo de configuração acadêmico-institucional da Ciência da Informação e da Arquivologia, sendo a primeira considerada de vanguarda e mais adequada para a atual “Sociedade da Informação” frente à segunda”**. De acordo com o que analisamos no decorrer do terceiro, quarto e quinto capítulos deste trabalho, a “entrada” tardia do Brasil no campo científico da Arquivologia acontece, principalmente, através do movimento associativo, configurando-se numa perspectiva muito mais institucionalizante do que produtora de conhecimento científico, tendo o discurso arquivístico adquirido “ares” de ciência, de *Saber*, durante o estabelecimento dos espaços acadêmicos universitários no decorrer da década de 1980. Já em meados da década de 1990, as influências da Arquivística Integrada canadense inserem a Arquivologia brasileira na “perspectiva informacional” através de discurso que

se pretendia “inovador” e alinhado com o que havia de vanguarda em termos teóricos da área. Mesmo o *progresso da tecnologia documental* não sendo ainda tão evidente em nosso país nesta época, tanto para o campo dos arquivos como de maneira geral, entendemos que fora o já exposto, outros elementos contribuíram para a propagação do discurso informacional no campo dos arquivos; a institucionalização acadêmica da Ciência da Informação e sua “capacidade” científica “não alcançada” pela Arquivologia, a “emergência” da Sociedade da Informação e a necessidade em renovar o discurso teórico que se configurava no Brasil, baseado majoritariamente por ideias europeias advindas de países como França e Espanha. Nesse sentido, percebemos que a sustentação do discurso informacional para o campo dos arquivos brasileiro desde então é promovido fundamentalmente por reflexões produzidas no interior da Ciência da Informação.

O fato é que o que assinala a importância e configura a existência do Objeto para uma ciência é sua característica em estimular problemáticas e produzir observações a partir daquilo que o define, isto é, que o torna elemento diferenciador e atribui autonomia para um campo do saber. É a partir deste Objeto que os fenômenos da realidade serão observados e problematizados por um campo científico. Portanto, entendemos que a reflexão sobre o que configura o Objeto da Arquivologia não deve partir de questões que o insiram em perspectivas “Pós-modernas”, “Custodiais” ou “Informacionais”, tampouco polarizadas entre o documento de arquivo e a informação arquivística/orgânica. Apesar disso, ressaltamos que nossa intenção em destacar essa relação com a informação não tem por objetivo negá-la, pelo contrário, isso seria uma contradição frente à realidade que se faz presente. Almeja essencialmente para que essa relação se amplie, conquanto que as especificidades de cada área sejam respeitadas.

Dada a característica de área de *Saber* estabelecida em tempo recente, é natural que em seu processo de desenvolvimento muitas indefinições e questionamentos permeiem a Arquivologia. Inclusive consideramos estas existências como partícipes constantes na construção do conhecimento científico. Porém, isso não significa que os elementos que a fundamentem bem como o Objeto por ela definido, sejam revisitados a qualquer custo. Importante ressaltar que durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi se tornando, para

mim, cada vez mais forte a consideração do documento de arquivo como Objeto da Arquivologia. E isso se deu, indiscutivelmente, ao passo em que fui conhecendo a trajetória da área e refletindo sobre as teorias e Princípios construídos para lidar com os documentos de arquivo considerados históricos, os “modernos” e os eletrônicos.

Vivemos num tempo em que o *progresso da tecnologia documental* nos convida a versar com diferentes cenários, digamos, “documentais”. Temos que saber lidar e relacionar os contextos e funções que determinam a gênese do documento de arquivo, seja ele em suporte físico ou eletrônico, bem como sendo os contextos não necessariamente estáveis, com momentos em que nossa atuação deve estar focada nos processos que antecedem essa gênese, ou ainda, em situações cuja nossa atenção estará dedicada a documentos em suporte físico, de valor permanente, e merecedores de intervenção visando sua preservação. Essas diferentes possibilidades, de alguma forma representam diversos momentos da trajetória da área, indo desde aqueles onde prevalecem às abordagens que se valem das perspectivas custodiais de documentos considerados históricos; das que se deslocam entre documentos correntes e permanentes desde que já transferidos/recolhidos em arquivos; até àquelas ditas de vanguarda, que focam na intervenção anterior à produção documental, nos processos e funções que originam o documento/informação, e cujas análises concentram-se majoritariamente aos documentos/informações eletrônicos.

Retomando a ideia da verdade arquivística como tributária do que fundamenta nosso campo científico, da mesma maneira que lhe atribuímos e justificamos ampliação em seu significado desde o que foi estabelecido por Jenkinson na década de 1920, entendo que as Funções arquivísticas também estão sujeitas a questões desta natureza. Durante muito tempo, principalmente no período das Arquivologias Clássica e Moderna, para as Funções consideravam-se atividades de recolhimento, tratamento, conservação e acesso aos documentos quando destes já no âmbito do arquivo, ou seja, operações que o arquivista deveria realizar “dentro” dos arquivos, com “os documentos em mãos”. Atualmente, alguns “cenários documentais” exigem que essas atividades/operações aconteçam também “fora” dos arquivos. E isso não necessariamente porque os documentos não são mais “físicos”, e sim devido

às possibilidades em trabalhar com a gênese documental, a gestão dos documentos, e muitas outras concepções teóricas que foram se constituindo ao longo da história da Arquivologia e conseqüentemente demandam a interlocução com o *Fazer*. Ainda em relação à operação das Funções arquivísticas, no contexto atual, por exemplo, é muitas vezes antecipada inclusive para antes da produção/acúmulo dos documentos e, para mim, isso não tem nada de “Pós-moderno”, ou “Pós-custodial”, mas sim, reflete o desenvolvimento de um campo científico que constantemente se articula com o *Fazer*, e este, com as demandas da realidade.

A partir destas e de outras reflexões apresentadas ao longo da presente pesquisa, aceita-se a **Hipótese 3 “O que desencadeia a construção de diferentes definições acerca do Objeto científico da Arquivologia são as transformações no objeto de trabalho de arquivista, decorrentes do progresso da tecnologia”**. Todavia, as modificações no objeto de trabalho dos arquivistas não implicam necessariamente em mudança de Objeto científico, tampouco uma mudança “mais radical”, da “ciência como um todo”, tal como já se quis em relação à Arquivologia perante a Ciência da Informação. Neste sentido, não podemos considerar que o *progresso da tecnologia documental*, que tem origens na década de 1980, tenha marcado a área de modo a mudar seus paradigmas e conseqüentemente deslocar seu Objeto de uma “definição para outras”. É certo que teorias foram criadas ou até mesmo caíram em desuso, Funções foram ampliadas, resignificadas e rejeitadas, e que o objeto de trabalho dos arquivistas sofreu e sofre alterações como nunca antes. Entretanto, ainda que o documento de arquivo tenha se “desmaterializado”, isto é, passado a ser produzido em suporte que não físico, como os documentos eletrônicos, por exemplo, os elementos e atributos que o caracterizam enquanto documento de arquivo permanecem independentemente do suporte.

Ao curso de nossa pesquisa buscamos entender e refletir a partir de debates acerca de questões sobre o que faz a Arquivologia e o que a Arquivologia produz. Nesse particular, a lida com o conhecimento produzido na área e, principalmente, as entrevistas realizadas, nos deram elementos indicativos da existência de um campo científico já estruturado. Nesse mesmo caminho de investigação, deixamos um claro/escuro de questões e problemas,

particularmente no que se refere a uma análise acurada de problemáticas como aquelas que poderiam explicar as Funções e a metodologia arquivística.

Ao finalizar momentaneamente esse percurso, queremos defender com ênfase nossa crença de que a existência dos arquivos é, historicamente, um dos princípios básicos para a comprovação de fatos, evidência de transações, a existência da democracia, da transparência, da preservação dos direitos humanos e da construção da memória, sendo justamente esses os motivos que demandam que as especificidades sejam garantidas. Falar sobre essas especificidades no campo dos arquivos é voltar à verdade arquivística, que fundamenta a área, que tem por Objeto o documento de arquivo, cujas informações de “fora” e de “dentro”, conforme discutimos no sexto capítulo deste trabalho, podem ser requeridas nas mais diversas situações. Situações estas das quais advém o atributo científico para o campo dos arquivos.

E é justamente assim, reafirmando a cientificidade do campo dos arquivos, que “chego ao fim”. Um “fim” que teve origem quando eu não tinha ideia de como “chegar ao começo”.

REFERÊNCIAS

ALBERCH FUGUERAS, R. Ampliación del uso social de los archivos: estratégias y perspectivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA., 2000, Rio de Janeiro. **Conferência...**Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=74>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

ALBERCH FUGUERAS, R. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

AN, X. An integrated approach to records management: the records continuum model's purpose-oriented approach to records management changes the role of recordkeeping from reactive to proactive. **The Free Library**, Philadelphia, July 2003. Disponível em: <[http://www.thefreelibrary.com/An integrated approach to records management: the records continuum...-a0105768177](http://www.thefreelibrary.com/An+integrated+approach+to+records+management%3A+the+records+continuum...-a0105768177)>. Acesso em: 27 jun. 2012.

ARAÚJO, C. A. A.; MARQUES, A. A. da C.; VANZ, S. A. S. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n.1, p. 85-108, 2011.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Histórico**. Rio de Janeiro, [s.d]. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 05 maio 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1960.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

ÁVILA, R. F. de. **Além do que se vê: o uso e o pós-uso da informação orgânica arquivística**. 2011. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1971.

BACHELARD, G. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARRAZA LESCANO, S. Historia de los archivos. In: INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTORIA. **Nuestra palabra: textos**

archivísticos panamericanos. Instituto Panamericano de Geografía e Historia: Lima, 1996. p. 11-47.

BARRETO, A. de A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BARRETO, A. de A. Uma elegante esperança. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 7-9, jan./abr., 1995.

BARRETO, A. de A. Uma quase história da Ciência da Informação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr08/Art_01.htm>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_actio n=&co_obra=173554>. Acesso em: 28 ago. 2011.

BÉCHER, T. **Tribus y territorios académicos**: la indagación intelectual y las culturas de las disciplinas. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.

BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, n. 10, p. 9-20, 1989.

BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. de A. **Dicionário de terminologia arquivística**. 1a.. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, 1996. 142 p.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2063>>. Acesso em 18 nov. 2011.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002a.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002b.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, H. L. **Archivística, archivos y documentos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

BELLOTTO, H. L. A terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, jan./dez., 2007. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/137>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

BELLOTTO, H. L. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: Seminário de Estudos da Informação, 1., 2010, Niterói. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010.

BELLOTTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 5-18, jul. 2012. Disponível em: <<http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/402>>. Acesso em: 26 Out. 2012.

BIZZELLO, M. L. M. **Primeira reunião brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia (REPARQ)**. [11 ago. 2012] Amparo/SP. Entrevista concedida a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissões e subcomissões temáticas**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes>. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição política do império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Brasília, DF, 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 24 mar. 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL. Congresso. Senado. **Decreto n. 9.197, de 9 de Dezembro de 1911**. Aprova o regulamento do Archivo Nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=9197&tipo_norma=DEC&data=19111209&link=s>. Acesso em 24 mar. 2012.

BRASIL. Decreto n. 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o departamento administrativo do serviço publico, reorganiza as comissões de eficiência dos ministérios e da outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 30 jul. 1938. Seção 1, p. 15168. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>>. Acesso em 23 jun. 2012.

BRITO, D. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 31-50, jan/jun., 2005. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=12>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BROTHMAN, B. The past that archives keep: memory, history, and the preservation of archival records. **Archivaria** 51, p. 50-52, Spring 2001.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUCCI, O. The evolution of archival science and its teaching at the University of Macerata. In: BUCCI, O.; BORRACCINI VERDUCCI, R.M. (Editores.) **Archival science on the threshold of the year 2000**: proceedings of international conference, Macerata, 3-8 de setembro de 1990. Macerata: University of Macerata, 1992. p.34-35.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Science**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic**, July, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-maythink/3881/>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 34-40, 1994.

CAMARGO, A.M. de A. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

CAMARGO, A.M. de A. Comentário I. **An. Mus. Paul.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 23-25, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010147142004000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 23 set. 2009

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n.2, p. 26-39, 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2012.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L.; BOTANI, A.S.L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996. 142 p.

CAMARGO, A. M. de A. et al. **Documentos privados de interesse público: o acesso em questão**. São Paulo: IFHC, 2005.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Apresentação...** Belo Horizonte; ENANCIB, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 01 abr. 2008.

CARDOSO, A. M. P. Educação para a informação: desafios contemporâneos para a Ciência da Informação. **DataGramaZero**: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.1-10, 2002. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out02/Art_06.htm>. Acesso em: 13 dez. 2009.

CARDOSO J.C. Entrevista com José Maria Jardim. Arquivística.net, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=71&layout=abstract>>. Acesso em: 15.ago.2009.

CASTRO, A.M.; CASTRO, A.M.; GASPARIAN, D.M. **Arquivística**: técnica, arquivologia, ciência. Brasília: ABDF, 1985.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

COMISSÃO GULBENKIAN. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVISTES ET DES BIBLIOTHÉCAIRES, 1, 1910, BRUXELLES. **Anais eletrônicos...**Bruxelles, 1910. Disponível em: <http://extranet.arch.be/congres1910/menu.html>. Acesso em: 01 fev. 2012,

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. (Brasil). **Acesso à Informação**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 28 ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq. **Áreas do conhecimento**. Brasília: CNPq. Disponível em: <<http://200.17.161.80/prppg/projetos/tabela-areas-do-conhecimento-cnpq.pdf?PHPSESSID=80c785c0a871a440259e6d12fb6c47c9>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. (Brasil). **Tabela de áreas de conhecimento**. CAPES: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 15 maio 2012.

COOK, T. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**, Montreal, n. 35, p. 24-35, Spring 1993. Disponível em: <

<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/issue/view/394>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

COOK, T. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practices since the publication of the Dutch Manual in 1898. In: Proceedings of the 13th International Congress on Archives, 1996. Beijing, **Proceedings** ...Munich: K.G. Saur, 1997a. 381 p.

COOK, T. The Impact of David Bearman on modern archival thinking: an essay of personal reflection and critique. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, p. 15–37, 1997b.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Montreal, n. 43, p. 17-63, Spring 1997c. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>>. Acesso em: 19 set. 2012.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.129-149, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>. Acesso em: 19 set. 2012.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. n. 1, p. 3-24, 2001. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cook-t-postmod-p1-00.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

COSTA, A. de S. **Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado de Ciência da Informação)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: FINATEC, 1999.

CRUZ DOMÍNGUEZ, S. Archivística: objeto de estudio y sustento teórico. In: RENDON ROJAS, M. A. (Coord.); **Bibliotecología, archivística, documentación**: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

CRUZ MUNDET, J.R. **Manual de archivística**. 2 ed. Madrid: Fund. German Sanchez Ruiperez, 2001.

CUMMING, K. The work of Peter Scott, an overview. In: **Recordkeeping roundtable**: a recordkeeping and archives discussion group. Sydney: Recordkeeping roundtable, 2011. Disponível em:

<<http://recordkeepingroundtable.org/2011/11/16/the-work-of-peter-scott-an-overview-2/>>. Acesso em 10 jul. 2012.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008.

CUNNINGHAM, A. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1- 2, p.77-92, jan./dez., 2007.

CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system: main features and historical context. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance**. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.

DELMAS, B. L'enseignement de l'archivistique fondamentale: une approche actuelle de l'archivistique théorique. In: COLLOQUE THÉORIE ET PRATIQUE DANS L'ENSEIGNEMENT DES SCIENCES DE L'INFORMATION. 1988, Montreal. **Article...** Montreal, 1988.

DOLLAR, C. Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 65-79, 1994.

DOLLAR, C. Prática e teoria arquivística e informática: algumas considerações. **Registro**, Ano IV, n. 4, p. 7-18, julho 2005.

DOMENACH, J. M. **Abordagem à modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

DUCHARME, J.; ROUSSEAU, J. Y. L'interdépendance des archives et de la gestion de documents: une approche globale et archivistique. **Archives: Association des archivistes du Québec**, v. 12, n. 1, p. 5-28, 1980.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-36, abr./ago. 1982-1986. Disponível em: <http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10_14N11982_86.pdf>. Acesso em: 05 maio 2011.

DUCHEIN, M. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.3,n.2,jun-dez,1988.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2009.

DUCHEIN, M. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 13-22,

jan./dez. 2007. Disponível em: <
<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/126/103>>. Acesso
em: 12 dez. 2012.

DURANTI, L. The origin and development of the concept of description, **Archivaria**, n. 35, p. 47-54, Spring 1993. Disponível em: <
<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>>
Acesso em: 18 set. 2009.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>>. Acesso em:
13 ago. 2012.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para uma antiga ciência. Carmona: S&C, 1996.

DURANTI, L. More than information, other than knowledge: the nature of archives in the digital era. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 6-16, 2003. Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/385/38505002.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

ESPOSEL, J. P. **Arquivos**: uma questão de ordem. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1994.

ESTEVÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun., 2010. Disponível em:
<<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/41>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-7, abr. 1979. Disponível em:
<<http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V7N11979.pdf>>. Acesso em 27. jul. 2012.

FONSECA, M. O. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003793&dd1=a7325>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

FRAIZ, P., COSTA, C. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 63-76, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2275/1414>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

FUGUERAS, R.A. **Los Archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial U, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Diretrizes do estado novo (1937-1945)**: departamento administrativo do serviço público. Rio de Janeiro: CPDOC, [s.d]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/PoliticaAdministracao/DASP>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

GAGNON-ARGUIN, L. **L'archivistique**: son histoire, ses acteurs depuis 1960. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.

GARON, L. L'Association des Archivistes du Québec: du congrès de 1988 à 2006. **Archives**, v. 39, n. 1, p. 3-42, 2007-2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Y. Q. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**: entre a memória e a história. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p.

GOODE, W. J. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

GOULART, S. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID. Los archivos municipales y la administración electrónica 1988-2008. In: JORNADAS DE ARCHIVOS MUNICIPALES, 17, 2008, Madrid. **Actas...** Madrid: Comunidad de Madrid, 2008. Disponível em: <http://www.madrid.es/UnidadesDescentralizadas/Bibliotecas/EspecialesInformativos/ArchivoDeVilla/XVII%20Jornadas/Actas_jornadas.pdf>. Acesso em: 28 out. 2012.

GUIMARÃES, J. A. C. **Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia**: o universo teórico e os fazeres profissionais. 2005. Slide. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/palestras/palestra_ze.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, maio 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/312>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

HEALD, C. Is there room for archives in the postmodern world?. **American Archivist**, v. 59, p. 88-101, Winter 1996. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/u854130x02844653/fulltext.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

HEREDIA HERRERA, A. Terminología archivística. In: _____. **Archivística: teoría y practica**. Sevilla: Diputación Provincial, 1988, p. 166.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoria y práctica**. 6. ed. Sevilla, 1993.

HEREDIA HERRERA, A. **Lenguaje y vocabulário arquivísticos**: algo más que un diccionario. Andalucía: Consejería de Cultura, 2011, 221 p.

HEYMANN, L. Q. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: Seminário de Estudos da Informação, 1., 2010, Niterói. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói, EdUFF, 2010.

IGLÉSIAS, F. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1934/1073>>. Acesso em:

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=155>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA. Periódico científico eletrônico semestral da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), v.1, n 1, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/>. Acesso em: 25 out. 2012.

INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: its origins, feature, rationale, impact and continuing relevance**. Disponível em: <

<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS. Congress program now available. **20**, Australia, august 2012. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/program/>> Acesso em: 18 out. 2012

THE INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS (INTERPARES). **INTERPARES 3 projeto**: visão geral do projeto. Rio de Janeiro, [s.d]. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_overview.cfm?team=4> . Acesso em: 05 jul. 2012.

JAMESON, Samuel H. (Org). (1964) **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

JAPIASSU, H. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

JAPIASSU, H. **As paixões da ciência**: estudos de história das ciências. 2. ed. São Paulo: Letras e Letras, 1999.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez.1987.

JARDIM, J.M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01001965199800030001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2012.

JARDIM, J. M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. **Reflexões...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999a. p. 1-18.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999b.

JARDIM, J. M. **Primeira reunião brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia (REPARQ)**. [09 jul. 2012]. Rio de Janeiro/RJ. Entrevista concedida a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

JARDIM, J. M. A pesquisa como fator institucionalizante da arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO,

C.; RODRIGUES, G. M. (Org.) **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-76.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Arquivos. In: CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. da T. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 121-139.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Londres: Oxford, 1922.

KECSKEMÉTI, C. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5–9, jul./dez. 1988. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.3,n.2,jun-dez,1988.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2011.

KETELAAR, F. C. J. **What is archivistics or archival science?**. Amsterdam: University of Amsterdam, [s.d]. Disponível em: <<http://fketelaa.home.xs4all.nl/information.html>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

KETELAAR, E. Time future contained in time past: archival science in the 21st century. **Journal of the Japan Society for Archival Science**, n. 1, p. 20-35, 2004.

KETELAAR, E. Archives in the digital age: new uses for an old science. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, v. 1, p. 161-167, 2007. Disponível em: <http://socialstudies.cartagena.es/images/PDF/no0/ketelaar_archives.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

KUHN, T. S. **As estruturas das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 1**. São Paulo: Editora 34, 2008.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

LODOLINI, E. El problema fundamental de la Archivística: la naturaliza y el ordenamento del archivo. In: GUTIERREZ MUÑOZ, C. **Archivística**. Lima: Pontificia Universidad Católica, 1991.p. 30-51.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: Editorial La Muralla, 1993.

LODOLINI, E. El archivo del ayer al mañana: la archivística entre tradición e innovación. **Boletín de la ANABAD**, v. 45, n. 1, p. 39-50, 1995. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=50952>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

LOPES, L. C. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 41-43, jan./abr., 1993.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF, 1996.

LOPES, L. C. **Os Arquivos, a gestão da informação e a reforma do Estado**. [S.l., s.n.], [1998?]. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/acervo/temas/luiscarlos.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2012.

LOPES, L. C. Un regard divers: l'information et les archives au Québec. **Ciberlegenda**: Revista eletrônica do Mestrado em comunicação, imagem e informação da Universidade Federal Fluminense/UFF, v. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/251/142>>. Acesso em: 03 Nov. 2012.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. Informação orgânica como insumo do processo de tomada de decisão empresarial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA, 2008, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.eneaq2008.ufba.br/wp-content/uploads/2008/09/15-mariana_lousada.pdf>. Acesso em: 05 set. 2010.

MAKHOUF, B.; CAVALCANTE, L. E. Avaliação arquivística: bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação. **Encontros Bibli: Revista Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 201-213, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p201/6646>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

MALVERDES, A. **Primeira reunião brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia (REPARQ)**. [04 set. 2012]. Vitória/ES. Entrevista concedida a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

MARQUES, A. A. da C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, A. A. da C. Os diálogos e as contribuições da Arquivologia no Campo da Ciência da Informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: AAB: AAG, 2008. Disponível em: <http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/seminario_gestao_do_patrimonio/angelica.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2010.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. (Org.) **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. 453 p.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III y BOE, 1996.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. Los entornos y documentos electrónicos: efecto Edison para la archivística?. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 6-33, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3310/2420>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciência. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Madrid, n. 2 p. 113-132, 1995. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7479/largo_mendo_SIGNO_1995.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 set. 2011.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método em archivística: a reflection on archival science methodology. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, n. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

MENNE-HARITZ, A. **Administration and archives**: thoughts on the latency of time in administrative work and the role archives play to make it visible. **Verwaltung & Management** v.5, n. 1, p. 4-10, 1999. Disponível em: <<http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/publikationen/latency.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

MENNE-HARITZ, A. Avaliação ou documentação: podemos avaliar arquivos através da seleção de conteúdos?. **Registro**: revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Indaiatuba, v.4, n. 4, p. 19-34, 2005a.

MENNE-HARITZ, A. Ernst Posner's Archives and the Public Interest. **The American Archivist**, v. 68, p. 322-332, fall-winter, 2005b. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/9lg3054k0057k462/>> Acesso em: 19 jul. 2012.

MILLAR, L. An unnecessary complication: international perspectives on Peter Scott's series system. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system**: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance. Disponível em:

<<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

MONTEIRO, N. de G. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 79-89, jul./dez. 1988. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.3,n.2,jun-dez,1988.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2010

MONTEIRO, N. de G. Publicação oficial: definição, características e abrangência. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 143-154, jul./dez.1989. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=12050>>. Acesso em 24 maio 2012.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. **Your story, our history**: the brief history of the National Archives of Australia. Canberra, 2012. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/about-us/organisation/history/index.aspx>>. Acesso em 12 jul. 2012.

OLIVEIRA, J. C. de. **D. João VI adorador do deus das ciências?: a constituição da cultura científica no Brasil (1808 – 1821)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005, 338 p.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PADILLA, G. F. Balance bibliográfico del ciclo vital del documento. In: ZEPEDA, N. G. (Coord.). **Teoría y Práctica Archivística IV** México: Unam, 2004. p. 59-70. (Cuadernos del Archivo Histórico de La UNAM 14).

PAES, M. L. Os arquivos e os desafios de um mundo em mudanças. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1-2, p. 65-74, 1994. Disponível em: <<http://www2.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/340/290>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

PAES, M. L. **Gestão de documentos de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

PAIVA, M. de A. M. **Resposta ao questionário encaminhado para representantes da primeira Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ)**. [14 out. 2012]. Questionário respondido à Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In: POMBO O.; LEVY T.; GUIMARÃES H. **A Interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto 1, 1993.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: Pimenta, C. (Coord.). **Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v.1, n.1, 2005, p.3-15. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/186/103>>. Acesso em: 03 ago. 2008.

POMBO, O. **A ciência e as ciências, in encontro de saberes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

POPOVICI, B. F. Again about the “Babel-ology” in Archival Science: a South-East European approach. **Atlanti**, v. 18, p. 379-388, trieste 2008. Disponível em: <<http://www.iias-trieste-maribor.eu/fileadmin/atti/2008/Popovici.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

QUEVEDO, E. Qué es la archivística. **Gramma Virtual**, Buenos Aires, ano XV, n. 38, abr., p. 67-69, 2004. Disponível em: <<http://www.salvador.edu.ar/gramma/38/quevedo%2067-69.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

RAMÍREZ ACEVES, M. La Archivística: ciencia o técnica? In: RENDÓN ROJAS M. A. (Coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

RAYWARD, W.B. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, 1997.

REED, B. Standing on the shoulders of giants: the legacy of Peter Scott's archival thinking. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing**. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

RENDÓN ROJAS, M.A. **Bases Teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. 2. ed., México: UNAM, 2005.

RENDÓN ROJAS, M. A. (Coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación**: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinaria. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

REPARQ 2010 Reunião brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia: deliberações da I Reunião. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.reparq.arquivistica.org/reparq2010>>. Acesso em: 15 maio 2012.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO DE 1937 A 2007, Brasília: ENAP, 2007. ISSN 0034/9240. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/RSP_70Anos_2FINAL1.pdf>. Acesso em 25 jun. 2012.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação nos arquivos**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1999. 2 v.

RIBEIRO, F. Porque ciência e não ciências? **Newsletter de Ciência da Informação**, Nov. 2008. Disponível em: http://paginas.fe.up.pt/lci/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=61 Acesso em: 24 jan.2012.

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. B. da. **Das ciências documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. B. da. Um modelo sintético de licenciatura para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In: ENANCIB-ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

RIDENER, J. **From polders to postmodernism**: a concise history of archival theory. Duluth: Litwin Books, 2009.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Historia Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In: VALENTIM, M.L.P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 197-215.

RODRIGUES, A. C. **Primeira reunião brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia (REPARQ)**. [05 set. 2012]. Santos/SP. Entrevista concedida a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

RODRIGUES, G. M. Apresentação. In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. (Org.) **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 11-16.

RODRIGUES, G. M. **Primeira reunião brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia (REPARQ)**. [24 set. 2012] Brasília/DF. Entrevista concedida a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

RODRIGUES, G. M.; MARQUES, A. A. da C. A inserção arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 75-92, mar. 2005. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/vol.2_3_mar2005_/75_92_insercao_arquivistica_cursos_posgraduacao_strictosensu.pdf>. Acesso em: 31 out. 2012.

RODRIGUES, G. M. Apresentação. In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. (Org.) **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 11-16. RODRIGUES, J. H. **Situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. 52 p.

RODRÍGUEZ, A. A. R. El archivo y la archivística. In: _____. **Manual de Información y Documentación**. Madri: Pirámide, 1996.

RODRÍGUEZ BARREDO; LUCAS RODRÍGUEZ, A.; ARRANZ AGUIRRE, L. (Coord.) **Vinte años del grupo de archiveros municipales de Madrid**. Madrid: Ayuntamiento de Alcobendas, 2001. 105 p. Disponível em: <<http://www.madrid.org/cs/Satellite?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=Content-Disposition&blobheadervalue1=filename%3DLibro+20+Aniversario+Grupo+AMM.pdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1310741978640&ssbinary=true>>. Acesso em 28 out. 2012.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, M. D. C. La delimitación de la archivística como ciencia. In: PRIMER CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1, 2000, Madrid. **Anais Eletrônicos...** Madrid: UCM, 2000. 379-388.. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Mcrlopez.pdf>>. Acesso em 08 mar. 2012.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROUSSEAU, J. ; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUIZ, F. F. Archivística, archivo, documento de archivo: necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de documentación**: revista de Biblioteconomía y Documentación, n. 2, p. 103–120, 1999.

RUIZ RODRÍGUEZ, A.A.. El archivo y la archivística . In: López Yepez, J. **Manual de Información y Documentación**. Madri: Ed. Pirámide, 1996. p. 137-154

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, maio./ago. 1988.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SANTOS, C. J. O. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. 2005. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SANTOS, M. **Por uma nova geografia**. Editora: Hucitec, 1980.

SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010. 215 p.

SANTOS, S. A. S. dos. **Ontologias como domínio conceitual e planos de classificação arquivística**: um estudo de caso sobre instituições federais de ensino superior. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, V. B. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 388 p.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro**: Revista do Arquivo Público de Indaiatuba, Indaiatuba, v. 3, n. 3, p. 15-30, 2004. Disponível em: <http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_3.pdf> Acesso em: 15 ago. 2011.

SILVA, A.B.M. da *et. al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999. v.1.

SILVA, A. B. M. da. A Gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE

ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 2000, Rio de Janeiro. **Conferência...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=74>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

SILVA, A. B. M. da. Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 3, p. 55-84, 2004. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8111/2/4083.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.

SILVA, E. P. A Noção de informação arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação**, Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/53/103>>. Data de acesso: 03 jul. 2012.

SILVA, M. L. R. da. **História e memória do Arquivo Central da FGV**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, S.C.A.; CARDOSO, J. C. ; BRITO, A. G. S. Entrevista com o professor Armando Malheiro da Silva. **Arquivística.net**, v. 1, p. 7-30, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=4&layout=abstract>>. Acesso em: 30 out. 2012.

SMIT, J. W. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 174).

SMIT, J. W. A Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. In: JOURNEE SCIENTIFIQUE INTERNATIONALE RESEAU MUSSI, 1, 2010, Avignon. **Mediations documentaire: entre realites et imaginaires**.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? In: LARA, M. L. G. de; FUJINO, A.; NORONHA, D. P (Org.). **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 27 - 46.

SOUSA, R. T. B. de. **As bases do processo classificatório na arquivística: um debate metodológico**. São Paulo: Associação dos Arquivistas, 2002. 18 p. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/as-bases-dos-processos-classificatc3b3rios-em-arquivc3adstica.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2012.

SOUSA, R. T. B. de. **O arquivo e a gestão da informação**. In: Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação UNB-FCI: Brasília: 2007. Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/publico/setores/000/84/materiais/2007/1/529/M%C3%B3d>>

ulo%201%20%20O%20arquivo%20e%20a%20gest%C3%A3o%20da%20infor
ma%C3%A7%C3%A3o.doc>. Acesso em: 01 jul. 2012.

SOUSA, R. T. B de. A informação orgânica arquivística. In: **Boletim da Rede de Arquivo do MCT**, Brasília, v. 2, n.1, p. 27-31, jan./jun., 2009. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/boletins_mct/ba012009.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2010.

STARN, R. Truths in the archives. **Common Knowledge**. v. 8, n. 2, p. 387-401, Spring 2002. Disponível em: <http://130.102.44.246/login?auth=0&type=summary&url=/journals/common_knowledge/v008/8.2starn.pdf>. Acesso em: 15 set. 2009.

STOKES, D. E. **O quadrante de Pasteur**. Campinas: Unicamp, 2005.

TÁLAMO, M. de F. G. M.; LARA, M. L. G. de. O campo da linguística documentária, **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203-211, set./dez., 2006. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=182>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

TANODI, A. **Manual de archivologia Hispanoamericana**: teorías y principios. Córdoba: Editora Brujas, 2009.

TESSITORE, V. **Os arquivos fora dos arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

THOMASSEN, T. et. al. The development of archival science and its European dimension. **Archol: Archivistika On Line**, Stockholm, 1999. Disponível em: <<http://www.daz.hr/arhol/thomassen.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010.

TOGNOLI, N. B. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/8>>. Acesso em: 25 out. 2012.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARAES, J. A. C. A Diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA, IX, 2009, Valencia. **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento** Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2921994>>. Data de acesso: 02. ago. 2012.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens para a construção de uma disciplina contemporânea. In: ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação.** Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/249>>. Data de acesso: 02. ago. 2012.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./mar., 2011. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportaldeperiodicos.eci.ufmg.br%2Findex.php%2Fpci%2Farticle%2Fdownload%2F1084%2F832&ei=pFSaUPnFGoiu8ASE7YCoBQ&usg=AFQjCNGTNasb9qL7ouzASC-GjHG9OXoCw>>. Acesso em: 05 set. 2009.

TROITIÑO-RODRIGUEZ, S.. A tipologia documental como instrumento para a seriação de documentos. In: VALENTIM, M.L. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio. A Arquivologia. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia/a-arquivologia> Acesso em: 05. nov. 2012.

UPWARD, F. **Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond: a personal reflection.** In: **Monash University**. 2001. Disponível em: <<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/frank-urmj-2001.pdf>>. Acesso em: 27.jun.2012.

VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão documental em ambientes empresariais: estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária, 2012. 318 p.

VILLANUEVA BAZÁN, G. La Terminologia archivística. In: _____. **La archivística, objeto e identidade**. México, [s.d], (Série Formación Archivística). Disponível em: <http://www.segen.buap.mx/au/forma_arch/m6.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

VIVAS MORENO, A. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/622/555>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

APÊNDICE A – Questionário encaminhado para representantes da primeira REPARQ.

NOME COMPLETO:

DATA DE PREENCHIMENTO:

UNIVERSIDADE REPRESENTADA:

CURRÍCULO RESUMIDO:

PERGUNTAS:

1. Comente um pouco sobre sua participação na REPARQ, como se deu a sua inclusão no grupo e como vê essa reunião de pesquisadores hoje e futuramente;

2. Entre os anos de 1997 a 2000, uma equipe formada por arquivistas canadenses e coordenada por Carol Couture, teve como objetivo mapear e refletir sobre o desenvolvimento da Arquivologia, em escala mundial, a partir da formação dos profissionais e da pesquisa na área. Em um determinado momento, entenderam como necessária toda uma reflexão sobre o objeto, objetivos e métodos da área. Você enxerga essa discussão dentro do REPARQ? Comente sobre isso, por favor;

3. Você estabelece diferenças entre os termos Arquivologia e Arquivística? Quais? Por quê?

4. Como percebe o quadro de classificação e conhecimento da Capes e CNPq atribuindo a Arquivologia como subárea da Ciência da Informação?

5. Atribui a criação do mestrado profissional em Arquivologia (UNIRIO) a um avanço na área? Ou ainda uma forma de “separar” a Arquivologia da Ciência da Informação?

6. Como acha que deve ser a formação do profissional de arquivos no nível de graduação; um currículo direcionado unicamente a Arquivologia ou uma formação híbrida com a Biblioteconomia?

7. Para você, a Arquivologia é uma ciência? Gostaria que justificasse sua resposta;

8. O que considera como sendo o objeto científico da Arquivologia? Gostaria que justificasse sua resposta;

9. Acredita que no Brasil existam escolas epistemológicas que pensam a Arquivologia a partir de seus contextos, como Arquivística Integrada, Funcional, Pós-custodial, etc? Se sim, poderia identificá-las?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com representantes da primeira REPARQ.

PERFIL ENTREVISTADO:

DATA ENTREVISTA:

LOCAL ENTREVISTA:

UNIVERSIDADE REPRESENTADA:

1. Eu gostaria que você falasse um pouquinho de sua participação no REPARQ e como vê essa reunião de pesquisadores hoje nesse momento da Arquivologia no Brasil?

2. Entre os anos de 1997 a 2000, os canadenses, coordenados por Carol Couture, visaram mapear e refletir sobre o estado de desenvolvimento da Arquivologia a partir do estado de formação e da pesquisa em Arquivologia em escala mundial. Em um determinado momento, entenderam como necessária toda uma reflexão sobre o Objeto, objetivos e método da área. Você enxerga essa discussão dentro do REPARQ?

3. Você estabelece diferenças entre os termos Arquivologia e Arquivística? Quais? Por quê?

4. Para você, a Arquivologia é uma ciência?

5. Acredita em Ciência ou Ciências da Informação?

6. Como entende o quadro de classificação e conhecimento da Capes e CNPq com a Arquivologia na CI?

7. Acredita que a criação do mestrado profissional é um avanço na área? Ou uma forma de separar a Arquivologia da Ciência da informação?

8. O que pensa dos currículos híbridos? Influência de uma organização administrativa e política consequência do REUNI ou uma opção epistemológica?

9. O que considera como sendo o objeto científico da Arquivologia?

10. O que acha do termo “Informação Orgânica?” e o que considera como Informação Arquivística?

11. Até que ponto, ou a partir de que ponto, passa-se a direcionar o olhar no campo dos arquivos à informação? Por necessidade em estreitar laços com a Ciência da Informação? É um direcionamento anterior a isso ou se trata-se de um desenvolvimento natural inserido num processo de construção e alargamento da Arquivologia?

12. Acredita que no Brasil existam escolas epistemológicas que pensam a Arquivologia a partir de seus contextos, como Arquivística Integrada, Funcional, Pós-custodial, etc? Se sim, poderia identificá-las?